

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURA BOMBARDELLI

A TRAJETÓRIA DE FERNANDO FERRARI NO PTB:
da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)

Porto Alegre

2016

Maura Bombardelli

A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB:
da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2016

Maura Bombardelli

A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB:
da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

APROVADA: Porto Alegre, 11 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Carla Brandalise – Orientadora

Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos

Prof. Dr. Luis Alberto Grijó

Prof. Dra. Marluza Marques Harres

CIP - Catalogação na Publicação

Bombardelli, Maura

A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao "Trabalhismo Renovador" (1945-1960) / Maura Bombardelli. -- 2016. 2010 f.

Orientador: Carla Brandalise.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Fernando Ferrari. 2. Trabalhismo. 3. Partido Trabalhista Brasileiro. 4. Movimento Trabalhista Renovador. 5. Período Democrático de 1945 a 1964. I. Brandalise, Carla, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Desde a preparação do projeto até a conclusão da pesquisa, tive o privilégio de contar com o apoio de diversas instituições e pessoas que tornaram esse trabalho possível. Que alegria e satisfação poder agradecer-lhes!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por me acolher desde a graduação e, não seria exagero afirmar, ser responsável por boa parte da minha formação cidadã. Aos professores e técnico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade, pela disponibilidade em auxiliar os alunos e pela notável dedicação ao trabalho, o que garante a excelência do curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização deste trabalho.

À professora Carla Brandalise, minha orientadora, por ser uma grande incentivadora e por acreditar na minha pesquisa, sem deixar de lado a análise rigorosa. Agradeço-lhe também por me proporcionar experiências que extrapolaram a dissertação de mestrado, seja no estágio de docência no ensino superior, seja no trabalho com história pública no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS).

Aos professees Céli Regina Jardim Pinto e Luis Alberto Grijó, pelo estímulo dado à minha pesquisa já durante a graduação e nas aulas da pós-graduação, e pelos apontamentos feitos no exame de qualificação do mestrado.

Aos colegas do pós, Bibiana, Gabriela, Eduardo, Odilon, Graziane, Matheus e Jaqueline, pelas boas conversas, trocas de ideias, indicações de bibliografia e atalhos práticos para a dissertação. Ao Eduardo, agradeço também pelo empréstimo de livros; ao Matheus, pela excelente companhia no encontro da Anpuh de Natal em 2014; e à Jaqueline, pela amizade desde os primeiros dias da faculdade.

À equipe do Memorial da ALRS, pelo apoio e incentivo durante o período em que trabalhamos na elaboração do livro da série “Perfis Parlamentares” sobre Fernando Ferrari. Aos amigos e colegas Larissa e William, agradeço, especialmente, pelo auxílio na leitura e na interpretação dos discursos dos Anais da Assembleia Legislativa de 1947 a 1951, o que não me exime da responsabilidade por eventuais falhas no texto. À Larissa, agradeço ainda por me ajudar com parte da pesquisa no periódico *Diário de Notícias*, compartilhando divertidas tardes de trabalho no Museu Hipólito José da Costa.

À equipe do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, a que chamamos carinhosamente “Museu Hipólito”, local onde realizei boa parte do levantamento de fontes desta pesquisa, por terem me recebido e me incentivado, como estagiária na graduação e, posteriormente, na pesquisa do mestrado. Particularmente, agradeço à professora Marcia Eckert Miranda, que me orientou durante o estágio, me ensinou a “lidar com os jornais” e a quem considero um exemplo de profissional historiadora.

Aos ex-colegas da Escola Estadual Leopolda Barnewitz e aos atuais colegas do Instituto de Letras da UFRGS, pela recepção carinhosa e pela compreensão diante dos meus compromissos do mestrado.

Ao professor Fernando Ferrari Filho, pela permissão de utilização do Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari e pelo espaço para publicar parte de minhas pesquisas no livro sobre seu pai, por ele organizado. O texto do referido livro foi redigido em conjunto com o colega – e agora professor – Ricardo Oliveira da Silva, a quem agradeço pela troca de ideias sobre Fernando Ferrari e pelo auxílio com o acesso a fontes.

Ao João, pela alegre companhia entre uma página e outra desta dissertação, pela força nos momentos difíceis e ainda por me manter atualizada da crônica política do tempo presente.

À minha família – meus pais Ana e Paulo e minhas irmãs Ana Paula e Natália –, meu esteio, pelo incondicional apoio. Por fim, um especial agradecimento aos meus sobrinhos Mariana e Guilherme, que trouxeram a simplicidade e leveza da infância à minha vida durante a realização deste trabalho, a eles dedicado.

RESUMO

O presente trabalho compôs a trajetória de Fernando Ferrari no período em que o político atuou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 1945 a 1960. Partindo da teoria do campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu, buscou-se elucidar os espaços de atuação de Ferrari, sua relação com outros agentes políticos, o processo de acumulação de capital e os recursos com os quais contou para a luta interna no seu partido, que teve como desfecho a cisão partidária e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Paralelamente, abordaram-se as contribuições de Fernando Ferrari para a conformação do PTB. As fontes utilizadas foram os periódicos de grande circulação da época *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os Diários da Câmara dos Deputados, o arquivo pessoal e ainda o material de caráter memorialístico – biografias e autobiografias – do político.

Palavras-chave: Fernando Ferrari. Trabalhismo. Partido Trabalhista Brasileiro. Movimento Trabalhista Renovador.

ABSTRACT

This study addressed the trajectory of Fernando Ferrari in the period in which this political was part of Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) [Brazilian Labor Party], from 1945 to 1960. Based on the theory of the political field developed by Pierre Bourdieu, we sought to clarify spaces where Ferrari performed, his relationship with other political agents, the process to accumulate capital, and the resources he used in the internal strife in his party, whose outcome was the party split and the creation of Movimento Trabalhista Renovador (MTR) [Renewing Labor Movement]. At the same time, we approached Fernando Ferrari's contributions to the shaping of PTB. The sources for this study were mass-circulation newspapers of the time, *Correio do Povo* and *Diário de Notícias*, the proceedings of the Legislature of the state of Rio Grande do Sul, the journals of the Brazilian House of Representatives, and the politician's personnel archive and also his memoirist materials – biographies and autobiographies.

Keywords: Fernando Ferrari. Labor movement. Partido Trabalhista Brasileiro [Brazilian Labor Party]. Movimento Trabalhista Renovador [Renewing Labor Movement].

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

ADP - Ação Democrática Popular

ALRS - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

APFF - Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari

CPOR/PA - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre

DAER - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

FD – Frente Democrática

IAPETC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes de Cargas

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JK – Juscelino Kubitschek

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LEC - Liga Eleitoral Católica

LEN - Liga de Emancipação Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MTR - Movimento Trabalhista Renovador

PDC - Partido Democrata Cristão

PL - Partido Libertador

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POT - Partido Orientador Trabalhista

PR – Partido Republicano

PRP - Partido de Representação Popular

PRT - Partido Republicano Trabalhista

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

PSD - Partido Social Democrático

PSDA- Partido Social Democrático Autonomista

PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTBI - Partido Trabalhista Brasileiro Independente
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAPS -Serviço de Alimentação da Previdência Social
UDN - União Democrática Nacional
USB - União Social Brasileira
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ABREVIATURAS UTILIZADAS NAS CITAÇÕES DE FONTES

ALRS - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
DCN - Diário do Congresso Nacional
APFF - Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - FERRARI ANTES DO PTB: ORIGEM SOCIAL, PERCURSO ESCOLAR E REFLEXÕES DE UM JOVEM CATÓLICO	21
CAPÍTULO 2 - OS PRIMEIROS ANOS DO POLÍTICO FERRARI E ALGUMAS NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DO PTB	42
2.1 INGRESSO DE FERRARI NA POLÍTICA PARTIDÁRIA	42
2.2 FERRARI NO PARLAMENTO GAÚCHO (1947–1951): UM POLÍTICO E UM PARTIDO EM FORMAÇÃO	47
2.3 AS ELEIÇÕES DE 1950 NO RIO GRANDE DO SUL E O CRESCIMENTO DO PTB NO ESTADO	72
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	77
CAPÍTULO 3 - FERRARI NO PTB “COM VARGAS” (1951–1954): FORTALECIMENTO DO PARTIDO E EMERGÊNCIA DE UMA NOVA LIDERANÇA	83
3.1 NA CÂMARA, O DEPUTADO DEDICADO DE UM GOVERNO EM CRISE	83
3.2 AS ELEIÇÕES DE 1954 NO RIO GRANDE DO SUL E A CISÃO DE JOSÉ DIOGO BROCHADO DA ROCHA	107
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	118
CAPÍTULO 4 - FERRARI E O PTB “SEM VARGAS” (1954–1960): LIDERANÇA, REFORMAS, DISPUTAS E RENOVAÇÃO.....	122
4.1 NA CÂMARA, A LIDERANÇA DA BANCADA E AS REFORMAS DE BASE; NO PARTIDO, AS DISPUTAS INTERNAS E A RENOVAÇÃO DO TRABALHISMO	122
4.2 AS ELEIÇÕES DE 1958 NO RIO GRANDE DO SUL E AS VITÓRIAS DE LEONEL BRIZOLA E DE FERNANDO FERRARI.....	162
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	167
CAPÍTULO 5 - FERRARI E A GÊNESE DO MTR (1959–1960): A CAMPANHA DAS MÃOS LIMPAS E OS PRIMEIROS ENFRENTAMENTOS ELEITORAIS COM O PTB	171
5.1 DA CÂMARA PARA AS RUAS: A CAMPANHA DAS MÃOS LIMPAS E A VITÓRIA DE LOUREIRO DA SILVA NAS ELEIÇÕES DE PORTO ALEGRE EM 1959	171
5.2 A DISPUTA DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 1960 E O ENFRENTAMENTO DIRETO COM O PTB	183
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198

INTRODUÇÃO

Dias antes do primeiro turno das eleições de 2014 no Brasil, em entrevista sobre o evento a um canal de televisão, o cientista político Antônio Lavareda destacava um tema a ser objeto de estudos futuros: dentre candidatos a presidente da República por partidos com representatividade na Câmara dos Deputados, quatro tiveram suas carreiras políticas pregressas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Além de Dilma Rousseff, presidente petista e candidata à reeleição, Luciana Genro, Eduardo Jorge e Marina Silva eram oriundos do PT. E a candidata Marina Silva, em segundo lugar nas pesquisas daquele momento, teria alguma chance de derrotar o seu partido de origem, também um fato inédito da nossa jovem democracia.¹

Em tempos de urnas eletrônicas e de programas eleitorais cinematográficos, alguns temas da política relacionados à trajetória de Fernando Ferrari, ocorrida no período democrático de 1945 a 1964, que eu estava me dedicando a compreender – a exemplo do seu projeto proposto em 1957 para instituir a cédula única nas eleições proporcionais ou seu entusiasmo com a utilização da televisão nas campanhas, vista em viagem aos Estados Unidos em 1952 – soavam obsoletos. Para o dado levantado por Lavareda, porém, era irresistível não pensar em perspectiva.

No período em que Ferrari atuou na arena política, o enfrentamento com dissidentes partidários não chegou a ocorrer nenhuma vez para o cargo de presidente da República. Para vice-presidente, Danton Coelho, em 1955, e o próprio Ferrari, em 1960, enfrentaram o PTB, partido ao qual pertenciam anteriormente. A esses dois políticos dissidentes do PTB se juntam diversos outros nomes: José Diogo Brochado da Rocha, José Loureiro da Silva, Vieira Lins, José Vecchio e Frota Aguiar são alguns exemplos.

Estudos sobre o PTB o caracterizam como um partido marcado por fissuras internas e trazem a saída de Fernando Ferrari do partido, com a criação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), como principal exemplo dessa característica. Nas palavras do historiador Jorge Ferreira, Ferrari liderou a “dissidência que mais marcas deixou no PTB”.² Em seus trabalhos sobre o PTB, Lucília Delgado e Maria Celina D’Araújo dedicaram pequenas seções

¹ Entrevista concedida por Antônio Lavareda ao programa “Canal Livre”, da rede Bandeirantes, no dia 14 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jMay7zbQg3w>>. Acesso em: 18 set. 2014.

² FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.189.

à caracterização da cisão de Fernando Ferrari com o partido.³ Suely Bastos pesquisou a cisão que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador, não se detendo, contudo, em outros aspectos da atuação política de Ferrari.⁴

Falar em Fernando Ferrari indubitavelmente nos remete ao evento que mais o notabilizou, ou seja, à ruptura com o seu partido de origem. A dissidência do político, como salientou Ferreira, foi aquela que *mais marcas deixou no PTB*, especialmente na seção do Rio Grande do Sul, estado em que a agremiação era mais forte. Contudo, antes de ser o dissidente do PTB, Ferrari foi estudante, trabalhou em uma autarquia estatal durante o governo Dutra, foi deputado estadual constituinte no Rio Grande do Sul e deputado federal por três mandatos seguidos, rompendo com o PTB somente na terceira legislatura federal. Como foram os primeiros anos da atuação de Ferrari no partido? A que temática dedicou a sua atuação parlamentar? Como se relacionou com outros políticos? Com que recursos contou para a luta política em seu partido? Como buscou projetar-se como aquele que estaria mais autorizado para representar o trabalhismo?

A esse recorte mais ampliado da atuação de Fernando Ferrari dedicamos o presente trabalho, que tem como objetivo abordar a *trajetória de Fernando Ferrari no Partido Trabalhista Brasileiro*.

O recorte temporal privilegiado, mas não exclusivo – 1945 a 1960 – corresponde à atuação de Ferrari desde a fundação do partido até as eleições nacionais de 1960, quando, pela primeira vez, lançou candidatura paralela ao PTB, mesmo estando ainda filiado ao partido, do qual foi expulso no início de 1961. Foi então que transformou o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), criado para apoiar sua candidatura à Presidência, em partido político. Pelo MTR, atuou por mais dois anos, sendo o candidato do partido ao governo do Rio Grande do Sul em 1962. No ano seguinte, teve sua vida encerrada de maneira abrupta quando foi vítima fatal de um acidente de avião.

Inserida na área temática da história política, essa pesquisa busca oferecer uma contribuição aos estudos sobre o Partido Trabalhista Brasileiro a partir do enfoque na trajetória de um de seus principais integrantes. Intenta-se abordar o tema sem se restringir à perspectiva de que as ideias políticas constituem uma estratégia pura e simples de dominação/opressão, mas também dar voz e sentido a agentes relevantes na história do trabalhismo brasileiro.

³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 212-215; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 125-129.

⁴ BASTOS, Suely. *Partidos Políticos e Cisão Partidária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

Parte-se dos pressupostos desenvolvidos, a partir dos anos 1980, por estudos de história política do período democrático de 1945-1964, apontados por Angela de Castro Gomes, de que as lideranças do período, chamadas prevalentemente até então de “populistas”, possuíam bases sociais diferenciadas e assumiam feições ideológicas diversificadas. Conforme salienta a autora, seria “extremamente simplista compreender sua ação política e também o comportamento eleitoral dos brasileiros como reduzidos a manobras clientelísticas ou apelos demagógicos, ambos classificados como desvirtuamentos da ‘verdadeira política’”.⁵ Passava-se a adotar a noção de “adesão” dos eleitores (não mais das massas) às propostas políticas dos candidatos, inclusive – e até principalmente – às dos líderes populistas.⁶

Diversos estudos sobre partidos políticos foram realizados no bojo dessa renovação historiográfica. Além dos já mencionados, destacam-se, como exemplos, os trabalhos de Miguel Bodea sobre o PTB do Rio Grande do Sul⁷, de Maria Victória Benevides sobre o PTB de São Paulo⁸ e sobre a União Democrática Nacional (UDN)⁹ e de Lucia Hippolito sobre o Partido Social Democrático (PSD).¹⁰ O enfoque mais específico na atuação de políticos do trabalhismo no período tornou-se objeto de pesquisas, a exemplo de João Goulart¹¹ e Alberto Pasqualini¹².

Tomando os estudos mencionados como ponto de partida, elaborou-se a trajetória de Fernando Ferrari no PTB. Foram quatro os principais tipos de fontes utilizadas para a pesquisa: os periódicos gaúchos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, as fontes do arquivo pessoal do político, os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e exemplares do Diário da Câmara dos Deputados e as biografias e as autobiografias de Ferrari.

⁵ GOMES, Política: História, Ciência, Cultura, etc. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 70, 1996. Sobre a revitalização dos estudos de história política a partir dos anos 1980, ver também CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, p. 161-166, 1996.

⁶ Historiadores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, fundamentados pelo conceito de cultura política, criticam a utilização da categoria populismo, por autores como Octávio Ianni e Francisco Weffort, para a análise do período democrático de 1945 a 1964, sobretudo em função do fardo semântico profundamente negativo que ela ganhou ao longo do tempo. Adotam, pois, em seus estudos, a categoria trabalhismo, entendida como uma tradição pertencente à cultura política brasileira. As categorias populismo e trabalhismo foram debatidas por diferentes autores na coletânea *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*, organizada por Jorge Ferreira (2001).

⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

⁸ BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁹ BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁰ HIPPOLITO, Lucia. *PSD: de Raposas e Reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹¹ FERREIRA, 2011.

¹² SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

As fontes de imprensa periódica (sobretudo as de grande circulação, que veiculam notícias dos diversos partidos políticos, como é o caso das que utilizamos para esse trabalho) constituem material privilegiado, visto que permitem uma observação ampla dos agentes políticos e das disputas em que estão envolvidos. A utilização de tais fontes, segundo Tânia de Luca, generalizou-se na produção acadêmica brasileira a partir de 1985 e também guarda relação com as renovações no estudo da história política, na medida em que, cotidianamente, registram “cada lance dos embates na arena do poder”.¹³

No entanto, conforme ressalta Cláudio Elmir, ao utilizarmos a imprensa como fonte, um conjunto de precauções metodológicas deve ser tomado. A leitura desse tipo de fonte não pode ser tranquila. Deve, pois, ser minuciosa, exaustiva, intensiva. Também é essencial considerarmos a regularidade, tendo acesso a uma série de discursos para observar a sua repetição/regularidade ou, ao contrário, a sua inconstância/ocasionalidade e distinguir aquilo que é significativo para o nosso objeto daquilo que é fortuito e casual. Para Elmir, “em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.¹⁴

Dois periódicos gaúchos, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, foram pesquisados dia a dia nos períodos eleitorais e pré-eleitorais (durante as prévias do PTB) em que Ferrari esteve envolvido, de 1947 a 1960.¹⁵ A escolha justifica-se pelo fato já salientado de serem de jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul, estado que foi a base da atuação política de Ferrari, e ainda por não terem períodos de interrupção no recorte temporal proposto para essa pesquisa. Para a análise das informações, o conteúdo dos jornais foi dividido em dois grupos: a) as *notícias* relacionadas à política estadual e nacional foram utilizadas para compor o quadro factual da trajetória de Ferrari e de sua relação com outros indivíduos e grupos políticos; b) os “*a pedidos*”, publicações pagas pelos partidos ou por particulares aos veículos de imprensa, foram utilizados, sobretudo, para analisar a veiculação de posições político-ideológicas dos candidatos e a forma como elas são divulgadas ao público através da imprensa

¹³ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 128-129.

¹⁴ ELMIR, Cláudio Pereira. As Armadilhas do Jornal: Algumas Considerações Metodológicas para seu Uso para a Pesquisa Histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, p. 23, 1995.

¹⁵ Os meses pesquisados nos periódicos e os eventos relacionados a Ferrari são os seguintes: janeiro e fevereiro de 1947 (eleições estaduais no Rio Grande do Sul); julho a outubro de 1950 (prévias estaduais do PTB, eleições estaduais de 1950 no Rio Grande do Sul e eleição federal); junho a outubro de 1954 (prévias estaduais do PTB e eleições estaduais de 1954 no Rio Grande do Sul); fevereiro de 1957 (renúncia de Ferrari à liderança da bancada federal do PTB); outubro de 1957 (prévias estaduais para as eleições de 1958); março de 1958 (retorno à liderança da bancada federal do PTB); agosto a outubro de 1958 (eleições estaduais de 1958 no Rio Grande do Sul); maio de 1959 a novembro de 1960 (Convenção Nacional do PTB de 1959, Campanha das Mãos Limpas, eleições para a prefeitura de Porto Alegre de 1959, formação do MTR e eleições presidenciais de 1960).

escrita. O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* não foram objeto de nossa pesquisa. Por isso, seus editoriais e artigos de seus colunistas não são utilizados, a não ser para complementarem as notícias e/ou os “a pedidos”. Tal tratamento da fonte não impediu que fossem informadas, sempre que observadas, diferenças entre a maneira de os dois periódicos de fazerem a cobertura política.

O Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari (APFF) é composto por diversos tipos de fontes, como textos, discursos, livros de poesia da sua juventude, cartas escritas e recebidas por Ferrari (embora poucas trocadas entre outros políticos e ele), além de projetos enviados à Câmara dos Deputados. As atas do MTR desde 1959 até 1965, parte do material de campanha dos candidatos do Movimento e um volumoso acervo de clipagem (Ferrari, auxiliado por sua esposa Elsa, elaborou álbuns com matérias a seu respeito, artigos e entrevistas publicados em jornais) também compõem o arquivo pessoal do político.

Depois do falecimento de Ferrari, o arquivo pessoal do político e, em parte, de sua esposa Elsa, ficou sob a guarda desta e de seus familiares, que, no primeiro semestre de 2011, concluíram o processo de digitalização do mesmo. O arquivo digital foi disponibilizado pela família, na pessoa de Fernando Ferrari Filho, para esta pesquisa. Conforme ressalta Carlos Bacellar, não constitui uma prática corriqueira a preservação da documentação privada no Brasil. Poucos são os casos em que há a iniciativa de organização de tais acervos para disponibilizá-los à consulta.¹⁶ Deve-se, pois, destacar a importância da digitalização desse acervo pessoal, o que contribuiu sobremaneira para a realização deste trabalho.¹⁷

Quanto ao contexto de produção desse arquivo, deve-se notar que se trata de uma seleção reunida pelo próprio político e por sua esposa, buscando, mesmo que não de maneira deliberada, enfatizar os seus feitos positivos. Ao refletir sobre a constituição de arquivos pessoais, Philippe Artières destaca o seu caráter subjetivo, dotado de uma intenção biográfica, com vistas a organizar e a dar sentido à própria vida.¹⁸

Após um levantamento inicial da totalidade do arquivo a pesquisar – uma vez que ele estava digitalizado, mas não catalogado –, realizou-se uma seleção dos documentos a serem

¹⁶ BACELLAR, Carlos. Uso e Mau Uso dos Arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 42-43.

¹⁷ Bacellar também destaca alguns trabalhos que foram desenvolvidos com papéis particulares, tais como o estudo de Darrel Levi (1977) sobre a família Prado, por meio de acervos de membros dessa família da elite paulistana, e, da mesma maneira, a monografia de Maria Thereza Petrone (1976) sobre o barão de Iguape, importante personagem da família Prado, empresário de negócios mercantis do início do século XIX (BACELLAR, 2005, p. 43).

¹⁸ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p.9-34. 1998.

utilizados. Cotejaram-se, sempre que possível, as fontes desse acervo pessoal com as de outros tipos, seja dos periódicos, seja dos anais legislativos. Não poderíamos, por exemplo, reunir discursos do APFF sem situá-los nos debates que ocorriam na Câmara. Assim, um levantamento dos discursos de Ferrari nos Anais da Assembleia no período em que Ferrari foi deputado estadual (1947 a 1951)¹⁹ e nos exemplares do Diário da Câmara dos Deputados no período em que Fernando foi deputado federal (1951 a 1962)²⁰ complementou, e algumas vezes confrontou, informações ou “ausências” de seu arquivo pessoal. Além disso, partindo da observação preliminar da totalidade do arquivo, não se desconsiderou a lógica biográfica da sua constituição.

Por fim, para compor e problematizar a trajetória de Fernando Ferrari, lançou-se mão também de biografias e de autobiografias do político. O livro *Mensagem Renovadora*, editado por Ferrari para ser distribuído durante a campanha à Vice-Presidência da República em 1960, contém suas principais propostas de governo e também uma introdução biográfica do político.²¹ Já a obra *Minha Campanha* aborda a cisão com o PTB desde suas origens até a eleição de 1960, partindo da versão do protagonista, Fernando Ferrari.²²

Foram poucos os textos biográficos localizados. O primeiro, uma sucinta biografia, elaborada pelos jornalistas Carlos Wagner e André Pereira sem a participação de familiares.²³ O segundo, um texto escrito por sua filha a partir das memórias de familiares.²⁴ Há ainda uma monografia de conclusão do curso de história da Universidade Federal Fluminense (UFF) produzida pelo seu neto, Marcelo Ferrari Barbosa, que não foi considerada uma biografia de caráter memorialístico, sendo utilizado essencialmente para a obtenção de dados factuais dos primeiros anos de vida de Ferrari.²⁵ Por fim, foi realizada uma entrevista temática sobre a

¹⁹ Os Anais da Assembleia Legislativa de 1947 a 1951 estão disponíveis para consulta no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. No ano de 2012, participamos da realização de um trabalho de pesquisa junto ao Memorial, que resultou na organização de um livro contendo uma seleção de discursos do período em que Fernando Ferrari foi deputado estadual. A publicação online da obra pode ser acessada no sítio do Memorial: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

²⁰ Os discursos na Câmara também podem ser acessados no Diário do Congresso Nacional, disponíveis em meio digital no sítio da Câmara dos Deputados, através do endereço: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

²¹ FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

²² FERRARI, Fernando. *Minha Campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

²³ WAGNER, Carlos; PEREIRA, André. *Fernando Ferrari*. 2. ed, Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985.

²⁴ BARBOSA, Cláudia Maria Ferrari. Fragmentos de Lembranças. In: FERRARI FILHO, Fernando (Org.). *Fernando Ferrari: Ensaio Sobre a Vida e a Obra do Político das Mãos Limpas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

²⁵ BARBOSA, Marcelo Ferrari. *Fernando Ferrari no PTB (1945-1956)*. 2011. 81 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

atuação política de Ferrari com Emiliano Limberger, ex-secretário-geral do MTR de Porto Alegre e grande admirador de Fernando Ferrari.

As histórias da vida do político, biográficas e autobiográficas, matérias primas para a elaboração de trajetórias, devem ser utilizadas com bastante cautela. Pierre Bourdieu reflete sobre a utilização desse tipo de produção.²⁶ A “ilusão biográfica”, caracterizada pelo autor, consiste numa noção do senso comum que tende a tratar as histórias de vida pela ótica do etapismo, considerando as atitudes dos personagens como coerentes e ajustadas ao longo de um trajeto. Tal trajeto teria uma “intenção subjetiva” desde o início da vida. Um começo já visando a um fim específico da sua história. Para o sociólogo, trata-se de uma “criação artificial de sentido”, a qual desconsidera o contexto social/temporal em que está inserida a história. Os biógrafos, por sua vez, tendem a aceitar e a se apropriar do “sentido” da história de vida que lhes é contada na construção de sua narrativa.

Apesar disso, Bourdieu não desconsidera a utilização desse tipo de fonte. Atenta, contudo, para a necessidade de os pesquisadores darem um novo trato a elas, inserindo a referida “lógica de construção” como objeto de análise. Isso levaria à elaboração da noção de *trajetória*. Analisar uma trajetória, na acepção do autor, é observar “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo um grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”.²⁷ Dessa forma, o autor conclui ser indispensável, à compreensão de uma trajetória, a observação dos estados sucessivos do campo onde ela se desenvolveu, o conjunto de relações que vincularam o agente e também os outros agentes envolvidos no mesmo campo.

Pensando na construção e no uso de biografias, Luiz Alberto Grijó atenta também para o fato de que a sua apropriação como fonte em pesquisas acadêmico-científicas deve ser feita de forma cuidadosa, levando em consideração as questões inerentes a esse tipo de produção, observando também a lógica de construção presente nela. É o que, com base em Bourdieu, o autor caracteriza como lógica do *arché-telos*, termos gregos que correspondem, respectivamente a “começo/origem” e “fim/objetivo/realização”. Com relação ao elemento metodológico para a utilização dessas fontes, o autor aponta que o conhecimento das condições que envolvem a produção de biografias e de assemelhados torna-se fundamental na pesquisa. Da mesma forma, não podemos tomar esse tipo de texto como essência do trabalho,

²⁶ BOURDIEU, Pierre (1986). A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

²⁷ *Ibidem*, p. 189.

pois é no cruzamento desses dados com outras fontes – no nosso caso, por exemplo, com o arquivo pessoal e com os depoimentos – que os trabalhos irão adquirir sentido.²⁸

Um bom exemplo dessa utilização é a análise que Mário Grinzpan faz da trajetória de Tenório Cavalcanti. Tendo entre suas fontes as diferentes construções da imagem desse personagem emblemático da política fluminense em trabalhos de cunho memorialístico, o autor as traz à baila como auxiliares para o desenvolvimento de sua pesquisa, buscando compreender a forma pela qual se constrói a biografia do político e as suas adaptações. As nuances da biografia de Cavalcanti teriam sido utilizadas pelo próprio político e adaptadas a diferentes conjunturas. De maneira mais ampla, a trajetória de Tenório serviu como um elemento para a compreensão das relações clientelares no Brasil republicano. Assim, na acepção de Grinzpan, as trajetórias não possuem um sentido em si. Sua relevância reside no novo sentido que é atribuído a elas, qual seja o de utilizar a observação de estratégias e de ações individuais para a elucidação de problemáticas mais amplas, ligadas ao contexto em que esses agentes estão inseridos.²⁹

Tal qual Grinzpan, Grijó também utilizou a trajetória em seu trabalho de mestrado. Mais especificamente, tratam-se de trajetórias coletivas dos políticos gaúchos da chamada Geração de 1907. Elas não são tomadas isoladamente. É na interconexão e, muitas vezes, na comparação delas, a exemplo dos percursos escolares, que estariam os elementos auxiliares para a compreensão da história política do Rio Grande do Sul na chamada Primeira República.³⁰

Dentro das possibilidades que se apresentaram para a composição da trajetória de Fernando Ferrari, procurou-se atentar aos pressupostos apontados por Bourdieu. Não analisou-se a trajetória de um grupo, como o era a Geração de 1907, tampouco de um elemento extremo, como Tenório Cavalcanti, mas de um político considerado “exemplar” para a compreensão de um tempo e espaço de atuação específico. A análise de sua trajetória pode contribuir com a elucidação da dinâmica interna do PTB e, de maneira mais ampla, do sistema partidário do período de 1945-1964.

²⁸ GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, pra quê? In: CORADINI, Odaci Luiz. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

²⁹ GRYNZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 73-90, out. 1990.

³⁰ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens Sociais, Estratégias de Ascensão e Recursos dos Componentes da Chamada “Geração de 1907”*. 1998. 250 f. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 1998.

Para observar as condicionantes em que se desenvolveu a trajetória de Ferrari, lançou-se mão da teoria do *campo político* desenvolvida por Bourdieu.³¹ Assim, a trajetória de Ferrari é também a sua ação inserida no campo político, lugar regido por regras e interesses específicos, sendo comum aquele que diz respeito à manutenção do próprio campo. Esse último aspecto influencia decisivamente as regras do jogo. É na concorrência dos agentes envolvidos no campo, e no interesse na sua manutenção, que são gerados “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos” aos quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher.³²

A luta em que estão envolvidos os agentes políticos é uma luta simbólica com vistas a “fazer ver e fazer crer” sua visão de mundo a partir do que é enunciado. Ela só se torna válida na medida em que em que obtém o crédito de parte dos integrantes do campo político e dos consumidores. Assim, para compreender as tomadas de posição política, os programas, as intervenções, os discursos eleitorais etc., é importante não só conhecer as pressões dos laicos (a “base”), de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários, mas também o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo.³³

Os agentes por excelência dessa luta simbólica seriam os partidos políticos. Para garantirem uma mobilização duradoura, capaz de impor seus objetivos, eles precisam, por um lado, incutir uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários. “A produção de ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número”.³⁴

A mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com os partidos políticos como agentes por excelência, pode reproduzir-se no seio dos partidos, em cada um de seus grupos, como seria o caso da fração ferrarista em relação ao PTB. As divisões colocadas em concorrência pelo poder naquele setor do campo – o partido em questão – seriam contrabalançadas, “em diferentes graus, pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidas podem mobilizar fora do campo”.³⁵ A luta interna de Ferrari e seu grupo, a partir de meados dos anos 1950, tinha em vista alterar a correlação de forças no partido, diminuindo o poder da liderança de João Goulart. Por fim,

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (original de 1989).

³² BOURDIEU, 1989, p. 164.

³³ *Ibidem*, p. 172.

³⁴ *Ibidem*, p. 175.

³⁵ *Ibidem*, p. 183.

nas eleições para vice-presidente em 1960 o conjunto de ideias políticas foi apresentado aos cidadãos externos ao campo, aval que constitui um aspecto essencial para o sucesso da luta política.

Mas com que recursos lutar? “O campo estrutura-se pelo estado da relação de forças entre os agentes. A matéria prima dessa luta é o *capital* de cada agente”.³⁶ Nas palavras de Bourdieu, “a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar”.³⁷ No decurso desse trabalho, buscou-se elucidar o processo de acumulação de capital pessoal por Ferrari, assim como sua mobilização com vistas a legitimar-se na luta política. Ancorado pelo seu capital, Ferrari elaborou uma série de críticas ao PTB envolvendo a ideia de “renovação do trabalhismo”.

Quanto à divisão do texto, os capítulos, apresentados na ordem mais ou menos cronológica da trajetória de Ferrari, elucidam os seus ambientes de atuação e alguns papéis desempenhados pelo político nesses espaços.

O capítulo 1, “Ferrari antes do PTB: origem social, percurso escolar e reflexões de um jovem católico”, funciona como uma espécie de capítulo introdutório, uma vez que extrapola os limites do tempo e do espaço de sua atuação partidária. Seu objetivo central é mostrar alguns aspectos da formação de Ferrari até a sua entrada no PTB, essencialmente a partir dos textos escritos por ele naquele período.

O segundo capítulo, “Os primeiros anos do político Ferrari e algumas notas sobre os primeiros anos do PTB”, trata do período inicial da sua atuação político-partidária, tendo como palco principal a Assembleia Legislativa gaúcha, onde Ferrari foi deputado estadual na primeira legislatura do período democrático. Busca-se, ainda, relacionar esse período da formação política de Ferrari com a formação do PTB.

O terceiro capítulo, “Ferrari no PTB ‘com Vargas’ (1951–1954): fortalecimento do partido e emergência de uma nova liderança”, aborda o período em que Ferrari foi deputado federal durante o governo de Getúlio Vargas, demonstrando como o político projetou-se como liderança partidária.

Já o quarto capítulo, “Ferrari e o PTB ‘sem Vargas’ (1954–1960): Liderança, Reformas, Disputas e Renovação”, caracteriza a sua atuação como líder partidário na Câmara,

³⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996, p. 223.

³⁷ BOURDIEU, Pierre (1979). *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007, p. 107.

a guinada reformista do partido, os momentos em que entrou em confronto com os líderes do PTB e as formulações do trabalhismo *renovador*.

Nos capítulos 3 e 4, são levados em consideração dois pontos principais e indissociáveis: a atuação parlamentar e as disputas políticas em que Ferrari esteve envolvido, especialmente durante as prévias e as eleições de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul. Além disso, cumpre mencionar que a divisão dos capítulos em antes e depois da morte de Vargas é tomada da historiografia e alude a uma série de transformações ocorridas no partido com a morte de seu principal líder, que se aplica também à atuação de Ferrari. As expressões literais “PTB com Vargas” e “PTB sem Vargas” estão contidas no trabalho de Gomes.³⁸ A divisão aparece também, com ênfases diferentes, nos trabalhos de Delgado e de D’Araújo.³⁹

O quinto capítulo, “Ferrari e a gênese do MTR (1959–1960): a Campanha das Mãos Limpas e os primeiros enfrentamentos eleitorais com o PTB”, traz a atuação de Ferrari fora do ambiente parlamentar, quando, através da Campanha das Mãos Limpas, levou ao conjunto de eleitores a crítica aos líderes do seu partido. Por fim, aborda a candidatura de Ferrari à Vice-Presidência nas eleições de 1960.

Para finalizar, cumpre ainda ressaltar que, sempre que possível e oportuno, para fins de padronização e maior legibilidade, as citações foram adaptadas às normas gramaticais correntes da língua portuguesa.

³⁸ GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 133-160.

³⁹ DELGADO, 1989; D’ARAÚJO, 1996.

CAPÍTULO 1 - FERRARI ANTES DO PTB: ORIGEM SOCIAL, PERCURSO ESCOLAR E REFLEXÕES DE UM JOVEM CATÓLICO

No ano de 1943, o estudante de Economia Fernando Ferrari, então com 21 anos e recém-chegado a Porto Alegre, publicou seu primeiro e único “ensaio de romance”. *Mas... Os Sinos Não Dobraram*⁴⁰ é o livro de 192 páginas editado em Santa Maria, cidade onde Ferrari residia antes de se mudar para a capital do estado. O título parece aludir ao clássico de Ernest Hemingway *Por Quem os Sinos Dobram*⁴¹ – escrito a partir da participação desse autor na Guerra Civil Espanhola, ao lado dos republicanos –, que retrata os horrores da guerra e os dilemas da personagem principal diante de tais acontecimentos. Eram tempos de incerteza.

Nos anos seguintes à guerra na Espanha, os primeiros da década de 1940, a história ficaria marcada pela Segunda Guerra Mundial, que envolveu, de diferentes formas e intensidades, todas as nações. No Brasil, vivia-se a ditadura do Estado Novo, comandada por Getúlio Vargas. Um estado forte e centralizado era mantido no país, justificado especialmente pelas ameaças advindas da conjuntura política internacional, com a necessidade de contenção dos regimes extremistas em solo nacional.

Foi nesse contexto que, anos antes de voltar-se às querelas da política partidária, o jovem Ferrari publicou um livro com o objetivo claro de alertar aos “moços” como ele dos perigos de abandonar a fé católica, sua grande convicção naquele momento. A alusão ao título de Hemingway está muito mais próxima de uma crítica ao ceticismo do autor do que de algum tipo de inspiração literária, já que a narrativa do jovem escritor Ferrari é bem distinta. Vejamos uma síntese dela.

O texto “educativo” conta a história de vida de Antônio Carlos. O protagonista nasceu em um idílico pequeno povoado de imigrantes europeus no Brasil. Nesse local, sobretudo no campo, as pessoas viviam do trabalho e da devoção católica. Seus pais eram comerciantes na cidade e prosperaram com muito trabalho. Criaram-no dentro dos preceitos cristãos, o que se revelava na índole do garoto bondoso, estudioso, que sabia perdoar e sofria quando pecava.

Na adolescência, os pais do menino o enviaram para um internato católico onde, apesar da saudade da família e da falta de liberdade, sentia que estava rumando para um caminho melhor, por meio do aprofundamento dos estudos e da fé religiosa que lhe permitiria as realizações de seus ideais. Com dedicação, foi ganhando respeito e admiração, sendo nomeado

⁴⁰ FERRARI, Fernando. *Mas... Os Sinos Não Dobraram*. Santa Maria: Tipografia da escola de artes e ofícios da cooperativa dos empregados da V.F.R.G.S., 1943.

⁴¹ HEMINGWAY, Ernest. *Por Quem os Sinos Dobram*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (original de 1940).

para assumir um cargo de responsabilidade numa das associações religiosas do colégio. Formou-se com 17 anos, sendo orador da turma. Era um garoto educado, que respeitava as pessoas e resistia “às tentações da carne”.

Aos 18 anos, iniciou o curso de Direito na capital do estado. Foi a partir daquele momento que Antônio Carlos começou a se desvirtuar. Morando em uma república de estudantes, passou a sofrer a influência de más companhias, que queriam tirar-lhe do caminho da fé. Inicialmente, ele resistiu e se manteve devoto, indo à missa todos os domingos e procurando zelar pela vida ascética. No entanto, aos poucos as más influências foram lhe demovendo da fé cristã. Ele passou a beber, fumar, praticar jogos de azar, relacionar-se sexualmente com várias mulheres e deixar os estudos de lado. Mesmo assim, conseguiu se bacharelar.

Já com a aparência piorada pelos vícios, passou a tratar com desprezo as pessoas simples do interior e a não frequentar mais a missa. Diante das tentativas dos seus pais de fazer com que ele voltasse a viver de acordo com os valores cristãos, Antônio Carlos lhes renegou e deixou de visitá-los. Alguns anos depois, atendendo a um pedido do pai, que estava no leito de morte, voltou à comunidade onde nascera para lhe dar o último adeus. Nesse ínterim, sua mãe já havia morrido de desgosto.

Com a morte do pai, Antônio Carlos, o único herdeiro, acabou se estabelecendo em sua localidade de origem, se casando, mas permanecendo insensível, com vícios e sem religião. Seu primeiro filho nasceu fraco, porém conseguiu sobreviver. O motivo era a sífilis, trazida à família pelas relações sexuais pecaminosas de Antônio Carlos. O segundo filho nasceu sem braços nem pernas e morreu nas primeiras horas, devido à mesma sífilis, que acabou matando sua esposa em seguida. A narrativa trágica termina com a morte de Antônio Carlos, que definiu devido aos vícios e à culpa por tudo de mal que causara a seus familiares.

Se a parte inicial da história, que vai até a mudança para a capital, poderia ser confundida com a do próprio autor, o final dela é, indubitavelmente, o que o jovem Ferrari não desejava ser. Não foram exageradas as referências à importância da religiosidade na síntese feita acima. O livro, repleto de citações a teólogos e a autores clássicos – indo de Santo Agostinho a Vitor Hugo – e escrito em tom moralizante, é uma espécie de manual de prevenção aos perigos de abandonar a fé católica. Não se pode negar a ambição intelectual do estudante em publicar um livro tão precocemente e com um título “desafiador” da obra de Hemingway. E, definitivamente, não deve ser considerada fortuita a fama de religioso

atribuída ao jovem autor.⁴² Além disso, o que num primeiro momento parece um texto alheio à conjuntura política daqueles anos de guerra mundial e de ditadura no Brasil fica, no mínimo, relativizado se considerarmos a relação entre religião e política naquele contexto, como será possível observar nas páginas a seguir. Antes, porém, façamos um breve relato das origens de Fernando Ferrari.

Tal como o personagem principal do seu livro, Ferrari nasceu em uma pequena comunidade do interior, colonizada por imigrantes. Quando do nascimento de Ferrari, ocorrido em 14 de julho de 1921, o atual município de São Pedro do Sul era um distrito de Santa Maria, cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul. Filho de Tito Lívio Ferrari, de origem italiana, e de Maria Margarida Toller Ferrari, de origem austríaca, Fernando era o terceiro de uma família de doze irmãos.⁴³

Tito Lívio era um representante da segunda geração dos Ferrari na localidade e, apesar de seus pais serem agricultores, já não se dedicava diretamente ao trabalho rural, mas ao comércio. O pai de Ferrari atuou também como “pequeno bancário”, emprestando dinheiro aos agricultores no período em que a crise econômica de 1929 atingiu os agricultores da região. Há indicativos da participação da segunda geração dos Ferrari na política quando, nas eleições de 1930, os irmãos Henrique e Tito Ferrari – este último, pai de Fernando Ferrari – foram eleitos para o conselho municipal.⁴⁴

O menino Fernando iniciou seus estudos no Colégio Elementar de São Pedro. Aos 12 anos, deixou sua terra natal e, assim como o personagem do seu livro, foi encaminhado para um internato coordenado por irmãos maristas, em Santa Maria. No Instituto Comercial, anexo ao Ginásio Estadual Santa Maria, formou-se contador (correspondente ao atual técnico em contabilidade) em 1941, sendo o orador da turma.⁴⁵ Paralelamente aos estudos regulares, participou da Associação Religiosa do Culto da Virgem Maria e do Grêmio Literário Fagundes Varela.

Do período em que residiu em Santa Maria, Ferrari guardou uma significativa quantidade de textos, orações, discursos, um caderno de poesias e um exemplar de apenas

⁴² WAGNER, Carlos; PEREIRA, André. *Fernando Ferrari*. Coleção Esses Gaúchos. 2. ed. Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985, p. 16.

⁴³ BARBOSA, Cláudia Maria Ferrari. Fragmentos de Lembranças. In: FERRARI FILHO, Fernando (org.). *Fernando Ferrari: Ensaio Sobre a Vida e a Obra do Político das Mãos Limpas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 23.

⁴⁴ As informações sobre o pai de Tito Lívio foram obtidas na monografia de conclusão do curso de História elaborada pelo neto de Fernando Ferrari, Marcelo Ferrari Barbosa (2011, f. 18-22). Wagner e Pereira (1985, p. 13) caracterizam a família como “relativamente abastada”.

⁴⁵ O diploma do curso de Contabilidade se encontra no Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari (APFF).

duas páginas do jornal “Bôca do Monte”, do qual fora diretor-proprietário. O periódico, editado em 1941, era descrito como “noticioso, literário, social, desportivo e humorístico”.⁴⁶ Possuía também uma página dedicada a notícias de São Pedro do Sul, localidade de origem do estudante.

Sobre os escritos do jovem Ferrari, alguns pontos merecem ser salientados. O primeiro é o bom desenvolvimento humanístico, característico da formação em instituições religiosas naquela época, explicitado nas referências à história geral, à história da Igreja e à literatura. Ferrari utilizava esse conhecimento para compor os discursos e as orações preparadas para serem lidas em datas especiais e em homenagens. Havia, além disso, o interesse em aperfeiçoar a escrita, expressado pelo jovem no poema “Por que sou gremista”, numa alusão à sua participação no Grêmio Literário Fagundes Varela:

“Por que sou gremista”. “Sou gremista porque quero saber governar impecavelmente a pena, essa coisa que, ao lado do dinheiro é a segunda mola do universo. Manejar a pena, sim manejar a pena, escrever e escrever muito... Escrever o bem, escrever o [bonito], o certo, a verdade... Combater o mal, escrever contra a maldade, contra o erro e a inverdade. Escrever pela Pátria, sim a favor da pátria... e a pátria é a terra onde nasci, o solo onde vivi, é a língua que eu falo, é o meu povo e é sobretudo a crença de meus antepassados, a convicção de meus avós, é o reto e verdadeiro cristianismo, é o catolicismo, é a Igreja Católica.
[...] Sim, eu aqui o digo, queira Deus que minha pena não minta nem titubeie, **serei, quero ser, preciso ser, hei de ser um dos defensores da tão caluniada Igreja Católica Apostólica Romana.**”⁴⁷

O segundo aspecto, evidenciado no romance sintetizado anteriormente, no excerto acima e na maioria dos textos do estudante, é a influência do catolicismo em seus escritos. Juntamente com suas reflexões sobre a importância da religião na sociedade, Ferrari esboçou suas primeiras preocupações com os problemas sociais e as possíveis formas de intervenção política. Tendo como plano de fundo o mundo dividido com a II Guerra Mundial e o Brasil estado-novista, o jovem estudante tinha como inimigo declarado qualquer regime que preterisse a religião católica: “serei, quero ser, preciso ser, hei de ser um dos defensores da tão caluniada Igreja Católica Apostólica Romana”, escreveu o estudante no excerto destacado

⁴⁶ Sobre o Jornal “Bôca do Monte”, Nely Ribeiro informa que seu surgimento ocorreu em 1941, na cidade de Santa Maria, e que era propriedade de Fernando Ferrari. No APFF, há apenas o exemplar do ano I, número 9, datado de 25 de dezembro de 1941. Dele foram extraídas as exíguas informações de que dispusemos sobre o periódico. Além de Fernando Ferrari como diretor proprietário, consta ainda o nome de José Luís Vianna como diretor-gerente. Os escritos da temporada em que estudou em Santa Maria são, em sua maior parte, datilografados, datados de 1938 a 1941, e identificados como sendo de Fernando Ferrari, totalizando 21 textos. Contudo, além desses textos, há alguns que estão no mesmo conjunto de documentos, mas sem identificação. Por isso, não foram levados em consideração para o estudo. Já o caderno de poesia é composto de 37 textos de Ferrari, manuscritos e datados entre 1938 e 1939. RIBEIRO, Nely. *Os Meios de Comunicação em Santa Maria*. Santa Maria: Viação Férrea, 1979.

⁴⁷ Caderno de poesia de Fernando Ferrari. “Por Que Sou Gremista”, 07 de abril de 1939, grifo nosso. Encontra-se no APFF.

acima. Daí as críticas ao socialismo soviético aparecerem reiteradas vezes em seus textos, a exemplo do poema “Um desgraçado russo”, que narra a história de um russo em situação de miséria, que pede comida de porta em porta. O miserável pede em nome de Deus e é hostilizado por pessoas sem religião.⁴⁸

Tal como muitos jovens católicos do limiar dos anos 1930, é possível observar, através de alguns textos de Ferrari desse período, certa aproximação com o integralismo, embora não haja indícios de envolvimento direto de Ferrari com o movimento. A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 por Plínio Salgado, inspirada no fascismo italiano, era contrária ao comunismo, à democracia, ao liberalismo, ao capitalismo internacional, ao judaísmo e à maçonaria. Foi uma das bases de apoio ao golpe que culminou com a instauração do Estado Novo. No entanto, permaneceu como projeto político independente, o que teria resultado em tentativas de golpe e consequente perseguição e prisão de integralistas a partir de 1938.⁴⁹

A aproximação dos textos de Ferrari com os objetivos do movimento fica evidenciada em referências a Plínio Salgado, principal líder integralista, nas menções de repúdio a judeus e a comunistas e na crítica à liberal democracia. Em um dos discursos proferidos para os colegas do Batalhão Ginásial Flores da Cunha, em junho de 1940, após tecer considerações sobre a guerra que assolava a Europa e sobre a relativa situação de paz do Brasil, Ferrari, em tom ufanista, ressaltava a necessidade de que não se descuidassem de seu dever. Assim alertava o estudante:

Tenhamos cuidado com os falsos patriotas que pululam pelos alcouces e tabernas; cuidado com as ciladas de elementos pusilânimes, indiferentes à grandeza ou à mesquinhez da nação. Unamo-nos todos e entremos na luta potente do cumprimento visceral do dever para com Deus, para com a Pátria e para com a Família! Acolhamos neste Brasil amado os que conosco querem trabalhar para o seu engrandecimento moral e econômico, mas saibamos expurga-los da dissolução, da descrença e de seus sequazes, porque, além de serem uma afronta ao nosso povo, um empecilho à nossa integridade, um atentado contra a nossa tradição.⁵⁰

O perigo a que se refere Ferrari seria essencialmente o comunismo e o consequente abandono dos preceitos da religião católica. Tal alerta aparece constantemente em seus textos

⁴⁸ Caderno de poesia de Fernando Ferrari (Grêmio Literário Fagundes Varela). “Um Desgraçado Russo”. Encontra-se no APFF.

⁴⁹ MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um Movimento Fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo do Nacional-Estatismo: do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵⁰ “Discurso durante a Entrega das Espadas ao Batalhão Ginásial Flores da Cunha”. Santa Maria, 07 de junho de 1940. Encontra-se no APFF.

desse período, associados à defesa da união entre patriotismo e religião. No entanto, as críticas apontadas são características da própria orientação católica ou mesmo estatal, já que foram utilizadas como justificativas para a implementação do regime estado-novista então vigente e também defendido por Ferrari: lembremos que em 1935 a “Intentona Comunista”, liderada por Luiz Carlos Prestes, trouxe pela primeira vez ao contexto nacional o “perigo comunista”, o que desencadeou uma grande onda de combate ao comunismo e culminou com a justificativa para a instauração da ditadura Vargas em 1937.⁵¹ Daí a imprecisão em relacionar esses escritos a comprovações da participação de Ferrari no movimento integralista.

O que podemos afirmar ao certo é que Ferrari tomou contato com o integralismo. Em texto de fevereiro de 1942, momento de perseguições a manifestações políticas contrárias ao regime do Estado Novo, inclusive o integralismo, o estudante narrou que remetera ofício ao General Cordeiro de Farias – interventor estadual – solicitando que um inquérito fosse instaurado em São Pedro do Sul. O motivo era a apreensão de material integralista em sua casa e a consequente prisão do dono do material, seu irmão Jorge. Na defesa de Jorge, Ferrari argumentava que ele havia errado em guardar o material, mas que fazia isso apenas para ter uma lembrança do passado. O irmão fora levado preso a Porto Alegre, sendo tachado pelos jornais de “quinta-colunista”, quando, na verdade, segundo Ferrari, tratava-se de perseguição política do subprefeito de São Pedro do Sul, Manoel José Martins, e de outros inimigos políticos do pai, Tito Lívio, e da família. Mantendo os elogios a Vargas, Ferrari criticou, no entanto, a autoridade política de São Pedro.⁵² Não foi possível saber o desfecho dessa história, mas a parte de que tomamos conhecimento nos dá a ver, além do contato com o integralismo, a continuidade do envolvimento da família em questões políticas locais.

A crítica à democracia liberal também aparece nos textos, porém de forma menos explícita. É utilizada na justificativa para o regime brasileiro vigente, a ditadura do Estado Novo. A “liberal democracia”, a que o estudante se referia de forma negativa, era a da Primeira República no Brasil, caracterizada por ele como uma época de partidos fraudulentos e de instituições falidas, em que os interesses dos políticos estavam acima do interesse da pátria.

O que se seguia às críticas à liberal democracia eram referências elogiosas ao governo Vargas, qualificado como “democracia autoritária”. Na “Oração durante a Semana da Pátria do ano de 1940”, ao falar dos heróis brasileiros do passado, afirmava Ferrari: “Se ressuscitassem aqueles, ao certo que diante desta signa [bandeira] portentosa, dariam graças à

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": o Anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 179-230.

⁵² “Diário de um Estudante”. 15 de fevereiro de 1942. Encontra-se no APFF.

providência por ver o seu Brasil com o regime que lhe convém e o chefe que convém ao Brasil”.⁵³ Na mesma fala, o jovem apelava para a necessidade de otimismo com relação à nação:

É preciso que todos ouçam; é preciso que todos se convençam; é preciso que todos saibam que não é mais tempo de críticas aos governos! É o tempo da cooperação, do trabalho, do estudo, do direito e da paz! É a era do arroteio da terra, do desenvolver das ideias sãs, é tempo de semear! [...] A hora atual não é própria a desdêns governamentais. Só o pessimismo absurdista pode crer na carência de nosso chefe da União e de seus coadjuutores na grande obra do erguimento nacional, pois eles são, antes de tudo brasileiros!⁵⁴

Ao apelar para a necessidade de otimismo e união em torno do líder, Ferrari parece reverberar a orientação política concebida pelo regime varguista. Com a vitória da Revolução de 1930, houve, no Brasil, o fortalecimento de correntes autoritárias, as quais colocavam em xeque o liberalismo, buscando uma forma de corrigir os erros da Primeira República. O autoritarismo foi consolidado a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo. Tal evento produziu um redimensionamento do conceito de democracia aplicada numa relação direta entre o líder carismático e o seu povo. As diferenças partidárias seriam substituídas pela união em torno do líder da nação.⁵⁵

Se, nas falas ao público anteriores ao posicionamento do Brasil na II Guerra Mundial, Ferrari abordava o tema de forma mais genérica – ressaltando apenas o anticomunismo, a gravidade da situação na Europa e a necessidade de o Brasil permanecer unido –, na informalidade de uma carta de 1940, as críticas do jovem ficam mais explícitas. O destinatário não está nominado, sendo identificado apenas como “meu devotado raci-nazi-lófilo”. Pelo tom de intimidade, o texto parece destinado a alguém bastante próximo, de quem Ferrari se diz “irmão amigo”, e consiste em uma resposta a provocações feitas pelo destinatário, aparentemente um simpatizante do nazismo – talvez o próprio irmão Jorge –, com relação à situação política global.

Na resposta, Ferrari deixa clara a sua oposição ao nazismo, expondo as seguintes motivações:

Condeno o racismo porque [...] “todo o homem é, antes de tudo, uma integração de esforços da raça e seu cérebro uma herança.”
Exprobo o expansionismo germânico porque julgo suas reivindicações, além de injustas, contrárias ao direito universal, humano.

⁵³ “Oração durante a Semana da Pátria do ano de 1940”. Encontra-se no APFF.

⁵⁴ “Oração durante a Semana da Pátria do ano de 1940”. Encontra-se no APFF.

⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: O Que Trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Tempo do Nacional-Estatismo: do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 205-209.

[...] Refrato-me ao corporativismo totalitário porque nunca as ideias do varão brasílio amoldaram-se a gravames opressores; porque louvo a moral, porque os regimes estoicos não são próprios ao século vinte [...].
 Todos os dogmas políticos são bons [...] dentro da moral reta.
 Haja vista a democracia, para que melhor forma de governo do que esta? Mas é uma utopia, dirão os hodiernos [modernos] pensantes [...] Não é porque é mal compreendida. Os homens não a sabem exercer.
 [...] Meço todo o esforço, toda a virtude dos povos italianos e alemães, mas sou antirracista, antinazista, e anticomunista.⁵⁶

Num momento caracterizado pelo próprio Ferrari como de “guerra de ideias”, o estudante refletia sobre o que considerava negativo naquele contexto, mostrando-se simpático à democracia, mas sem explicitar o que julgava ser a forma adequada de sua aplicação. Tanto na “Oração durante a Semana da Pátria”, de que falamos anteriormente, quanto na carta supracitada a posição de Ferrari nos dá a ver ainda uma característica do Estado Novo apontada por Angela de Castro Gomes. Segundo a autora, o ponto de partida para a reflexão política era a ideia de que o mundo estava passando por uma gigantesca revolução que pressupunha o reconhecimento de que não havia uma “doutrina permanente como fonte inspiradora das ações humanas”. No projeto do Estado Novo, a crítica era dirigida tanto ao liberalismo quanto aos regimes totalitários. A solução deveria ser buscada a partir da reflexão sobre a realidade brasileira.⁵⁷ Os escritos de Ferrari partiam, do mesmo modo, da crítica aos modelos políticos tradicionais. No entanto, longe de propor uma fórmula teórica, o jovem atentava para a necessidade da constituição de uma solução que não questionasse a autoridade do chefe nacional nem abalasse a religião católica.

Um último aspecto que merece ser mencionado, igualmente associado ao contexto do Estado Novo, são as demonstrações de patriotismo do jovem. No discurso proferido quando da entrega das espadas aos oficiais do Batalhão Ginásial Flores da Cunha, em maio de 1939, Ferrari aconselhava os estudantes a

instruir-se para servir o Brasil, país da ventura [...] o que a outras nações costumam rios de sangue, aqui deus criou qual dádiva abençoada: o imenso território. Enquanto outras potências esfacelam-se em pedaços o Brasil, é pródigo sem par, conservou e conserva-se a mais de quatrocentos anos a perfeita integridade territorial.
 [...] Nossa pátria, cumprindo seu dever, espera que cada brasileiro faça o mesmo.⁵⁸

Após nomear feitos da história, a matriz católica da pátria e as boas expectativas diante do porvir do Brasil, na parte final do discurso, advertia Ferrari que

⁵⁶ Carta de Fernando Ferrari a um destinatário não identificado. São Pedro do Sul, 29 de junho de 1940. Encontra-se no APFF.

⁵⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 (original de 1988), p. 198-199.

⁵⁸ “Discurso proferido por ocasião da entrega das espadas aos oficiais do Batalhão Ginásial Flores da Cunha”. Santa Maria, 29 de maio de 1939, grifo nosso. Encontra-se no APFF.

o Brasil de amanhã pousará em nossas espadas [...] que atos em nossa história. **Tornemo-nos dignos de mil heróis que nasceram nessa terra** e fizeram temido e amado o nome do Brasil e sua grandeza d'alma.⁵⁹

O processo iniciado em 1930 e consolidado em 1937, com o Estado Novo, tinha, em seus objetivos fundamentais, a construção da identidade nacional, interrompida durante a Primeira República. Essa construção dava um novo valor ao homem e à terra brasileira. O homem seria valorizado por meio da formação, e a terra, pela correta exploração.⁶⁰ Ambos elementos compõem a produção do jovem Ferrari, a exemplo do excerto reproduzido acima, em que ele fala das qualidades do país e da importância da instrução para que os estudantes possam contribuir com o crescimento da pátria.

No começo de 1942, Ferrari, então com 20 anos de idade, se mudou para Porto Alegre, onde estudou na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas instalada no Colégio Rosário. Tal faculdade originou, posteriormente, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharelou-se em Ciências Econômicas no final de dezembro de 1944.⁶¹ Durante esse período, o jovem também prestou serviço militar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA) e trabalhou como bancário.

Da temporada da Faculdade de Economia, há uma quantidade mais reduzida de textos disponíveis em seu arquivo pessoal.⁶² O maior deles, um trabalho intitulado “O Aspecto Social-Etnográfico da Baía e suas Possibilidades Econômicas”, é exemplar de uma época marcada pelo esforço de compreensão dos problemas do Brasil. O texto traz uma análise das características do estado baiano, sua população e clima, a política, os problemas e as potencialidades da economia. A já mencionada valorização do homem e da terra brasileira aparecem igualmente na produção desse período.

No trabalho, o então graduando chamava atenção para o abandono da região Nordeste. No entanto, ressaltava seu otimismo com relação ao futuro, pois a República moldada por

⁵⁹ “Discurso proferido por ocasião da entrega das espadas aos oficiais do Batalhão Ginásial Flores da Cunha”. Santa Maria, 29 de maio de 1939, grifo nosso. Encontra-se no APFF.

⁶⁰ GOMES, 1988, p. 191-196.

⁶¹ Diploma expedido pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Pôrto Alegre. Encontra-se no APFF. Informações sobre a instituição que deu origem à PUCRS podem ser consultadas em: FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

⁶² Foram identificados oito textos escritos por Ferrari na temporada em que residiu pela primeira vez em Porto Alegre (1942-1945). Todos são datilografados e dois deles referem-se ao CPOR/PA.

Getúlio Vargas teria passado a olhar para as populações que antes eram ignoradas. Ferrari se referia ao governo Vargas com as seguintes palavras: “é sabido que, em época alguma de nossa história de povo, um governo nosso, e genuinamente nosso, zelasse com tanta felicidade pelos bons do Brasil e pelos seus trabalhadores, como o atual presidente”.⁶³

Observa-se pois, nesse segundo momento, a permanência dos elogios ao governo Vargas. Ao abordar os problemas socioeconômicos da Bahia, Ferrari demonstrava sua preocupação com as questões sociais que, no pós-30, passaram a ser encaradas como “uma questão ‘política’” e, por isso, deveriam ser resolvidas pela intervenção do Estado.⁶⁴ Daí a crença de Ferrari no poder de ação de Vargas para atenuar esses problemas.

No trabalho, o estudante enfatizava ainda outro elemento caro ao projeto político varguista: um redimensionamento do valor do trabalho, que se transformaria na atividade central e emancipadora da vida das pessoas. No projeto levado a cabo por Vargas, identificado como “democracia social brasileira”, os direitos civis e políticos, característicos do conceito de democracia liberal, seriam substituídos pela promoção do bem-estar do povo trabalhador por meio dos “direitos sociais”.⁶⁵

Apesar das manifestações positivas sobre o governo Vargas e das relações entre o pensamento do jovem Ferrari e a atmosfera do Estado Novo, não foram encontrados, no arquivo pessoal de Fernando Ferrari, indícios de um envolvimento mais profundo com a política no período em que estudou Economia. As biografias do político tampouco trazem informações sobre esse possível envolvimento. Enquanto Barbosa registra a conciliação dos estudos com o trabalho⁶⁶, Wagner e Pereira destacam sua participação como diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairú, onde Ferrari ingressou no ano de 1944, como um possível meio de contato com a política, sem, no entanto, mencionarem maiores detalhes dessa atuação.⁶⁷

Também são feitas menções elogiosas aos irmãos maristas nos textos dessa época. A boa relação com os irmãos é manifestada em diversas ocasiões, já desde os tempos em que estudava em Santa Maria. Na introdução do mesmo trabalho sobre a Bahia, Ferrari ressaltava

⁶³ “O Aspecto Social-Etnográfico da Baía e suas Possibilidades Econômicas”. Trabalho acadêmico de Fernando Ferrari (sem data). Encontra-se no APFF. No mesmo arquivo, há também o diário de uma viagem feita por Ferrari à Bahia, em julho de 1942.

⁶⁴ GOMES, 1988, p. 197.

⁶⁵ Ibidem, p. 198-202.

⁶⁶ BARBOSA, 2013, p. 30.

⁶⁷ WAGNER; PEREIRA, 1985, p. 16. Não foram encontradas outras referências ao Centro Acadêmico Visconde de Cairú.

o gosto por estudar na instituição dos maristas. Caracterizando a fraternidade daquele espaço, assim se manifestava Ferrari:

Nós confraternizamos. E é para esta fraternidade que nos cinge que apelamos; e é em nome dela que aceitamos subir a este estrado; onde todos podem subir sem temer discrepância, onde todos podem subir sem temer mesquinismos [mesquinarias], nem críticas acerbas, nem invejas, nem dissimulação, nem ódios [...]. Porque tudo isso não existe na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Somos uma imensa família – em cujo seio Pandora não despejou suas misérias –, nos entendemos, nos perdoamos e estudamos acordes rumo à civilidade e à ciência que nos conforta e nos eleva.

Somos amigos, somos irmãos e – felizmente! – ainda têm muito sentido para nós as palavras doces do louro divino homem filósofo de Nazaré – o mesmo que fazia os rios encresparem e o mar fender em lamentos e gritos – “Filhos, amai-vos.”⁶⁸

O excerto acima, apesar de extenso, ajuda a elucidar a importância da formação religiosa na trajetória de Ferrari, também no ensino superior. O graduando caracterizava a instituição em que estudava como uma família em qual a crença em Jesus, “filósofo de Nazaré”, não fora abalada. A importância dos religiosos na sua formação política é apontada por Wagner e Pereira e, conforme já afirmamos anteriormente, está bastante evidenciada em sua produção textual.⁶⁹

Voltemos, pois, nossa atenção novamente à influência da religião na formação de Ferrari. Não encontramos indícios de que Ferrari desejasse seguir o sacerdócio. Sua atuação se aproximava à do novo status dado ao fiel leigo pela Igreja Católica desde o início do século XX. Conforme aponta Marcelo Timóteo da Costa,⁷⁰ é no início dos anos 1900 que Roma passa a incentivar os movimentos leigos. No pontificado de Pio XI, iniciado em 1922, se forma a Ação Católica, para organizar e fortificar a participação dos leigos na Igreja. Eles seriam, assim, auxiliares, comandados pelo clero, na difusão dos valores do cristianismo, diante, sobretudo, da ameaça representada pelo avanço do comunismo. Antes disso, ainda segundo Costa, os leigos tinham um papel muito mais restrito, cabendo-lhes “ouvir” a doutrina, frequentar a missa e colaborar com caridade.

⁶⁸ Texto “O aspecto social-etnográfico da Baía e suas possibilidades econômicas” (sem data). Encontra-se no APFF.

⁶⁹ Conforme depoimento de Cyro Flores de Vargas, colega de Fernando Ferrari na época de ginásio marista, que menciona a influência dos padres na formação política do futuro deputado: “Havia um religioso conhecido como Irmão Gabriel Leão, que era um francês dono de um pensamento arrojado para a época, como outros professores vindos da França, cheios de ideias renovadoras.” (WAGNER; PEREIRA, 1985, p. 14). Ao Irmão Gabriel, Ferrari dedica uma seção especial no discurso de formatura do curso de Contabilidade em 1941. O discurso encontra-se na APFF.

⁷⁰ COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as Experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JEC). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450 (As esquerdas no Brasil; v. 2).

A Ação Católica foi criada no Brasil em 1935, época em que Ferrari era interno no Colégio Marista. Inicialmente, o movimento se desenvolveu de modo bastante hierarquizado, sendo acompanhado de perto pelos bispos locais e seus representantes. Na passagem para os anos 1950, período posterior aos escritos católicos de Ferrari, a Ação Católica Brasileira sofreu uma importante reestruturação que resultou no surgimento de grupos segmentados, de acordo com os meios de atuação. São criadas então a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JIC (Juventude Independente Católica). A especialização respondia a novas influências do movimento, que o tornaram menos hierárquico e valorizaram a capacidade observação, julgamento e ação dos cristãos diante da realidade social que se apresentava. Da mesma forma, seu modelo de organização era mais descentralizado que o anterior.⁷¹

O momento em que Ferrari foi estudante em Santa Maria e Porto Alegre correspondeu à primeira fase da Ação Católica Brasileira. Seus textos faziam algumas referências ao movimento, a exemplo da “Oração do dia do Papa”, em que Ferrari menciona elogiosamente Pio XI, salientando que foi nesse pontificado que surgiu a Ação Católica, organização, segundo o orador, “giganta que revoluciona o mundo”.⁷² A partir desses elementos, além da formação escolar e da publicação de um livro atentando para os perigos de abandonar o cristianismo, podemos inferir que ele partilhasse dos ideais do movimento. No entanto, esses primeiros escritos também não contêm a ideia de engajamento para a intervenção social, característico da segunda fase da Ação Católica. O “bom cristão” do livro de Ferrari restringia-se ao seguidor dos ensinamentos da Igreja na conduta individual, cabendo ao Estado a intervenção social.⁷³

⁷¹ Costa destaca a influência do pensamento do padre Belga Joseph Cardjin (1882-1967) nessa reorientação. Destaca o autor que “ligando, pois, preocupações religiosas e sociais, vistas a partir de uma realidade bem marcada pelo capitalismo e suas mazelas, Cardjin criou o celebre método ‘ver-julgar-agir’, que funcionará como uma espécie de ‘pedra de toque’ do ativismo católico a partir da metade do século XX. De acordo com tal método, o fiel deveria conhecer a realidade, identificando problemas (ver); emitir juízos sobre a situação em que está inserido a partir de valores cristãos (julgar); atuar para solucionar os problemas divisados (agir).” (COSTA, 2007, p. 439-440).

⁷² “Oração do Dia do Papa”. Santa Maria, 29 de junho de 1941. Encontra-se no APFF.

⁷³ É importante mencionar que percursos escolares em instituições religiosas eram muito comuns no Rio Grande do Sul naquela época. O tema já foi problematizado pela produção acadêmica. Ernesto Seidl (2003) elaborou sua tese de doutorado sobre as elites eclesiais do Rio Grande do Sul, destacando o padrão de recrutamento essencialmente entre os habitantes da região colonial e demonstrando que a escolha consistiu – e ainda consiste – em estratégia de ascensão social daquelas populações. Já a tese de Lorena Madruga Monteiro (2011) demonstra a importância da formação religiosa e intelectual levada a cabo pelos jesuítas, especialmente nas Congregações Marianas, ligadas à Ação Católica, na produção um laicato devoto e militante. A atuação dos católicos no espaço universitário em formação no Rio Grande do Sul é destacada pela autora como aspecto mais importante dessa influência. Mas a participação na política também é destacada pela autora, pois muitos congregados marianos

Conforme ressaltamos anteriormente, era o comunismo o grande inimigo a ser combatido pelos católicos naquele tempo. Em obra sobre o anticomunismo no Brasil, Rodrigo Patto Sá Motta aponta que, além do nacionalismo e do liberalismo, o catolicismo foi uma das matrizes do anticomunismo no país. O “perigo comunista”, que preocupava os católicos já na segunda metade do século XIX, teve seu ápice na década de 1930 – época em que Ferrari estudava em Santa Maria –, no contexto da Guerra Civil Espanhola, pois a luta que opôs republicanos e franquistas foi caracterizada pela perseguição anticlerical atribuída aos comunistas.⁷⁴ O tema é tratado por Ferrari, em algumas passagens do período, com referências positivas ao General Franco, por ter lutado e vencido a Guerra Civil.⁷⁵ Podemos lembrar ainda o título do ensaio de romance de Ferrari, *Mas... Os Sinos Não Dobraram*, uma provável alusão à obra de Ernest Hemingway, escrita a partir de sua experiência na referida guerra.

É nessa mesma década que se reforça a ideia de combate aos comunistas através da mobilização da sociedade por meio de entidades leigas, tais como a Ação Católica, a qual, como observamos, contou com a anuência de Ferrari. A Encíclica Papal “*Divini Redemptoris* – Sobre o Comunismo Ateu”, publicada por Pio XI em 1937, é considerada basilar para a orientação dos católicos no combate ao comunismo.⁷⁶ O documento destaca a importância da Ação Católica para o envolvimento dos leigos na defesa da sua religião:

Soldados da Ação Católica tão bem preparados e adestrados serão os primeiros e imediatos apóstolos dos seus companheiros de trabalho e tornar-se-ão os preciosos auxiliares do Sacerdote, para levarem a luz da verdade e aliviarem as graves misérias materiais e espirituais, em inumeráveis zonas refratárias à ação do ministro de Deus, ou por inveterados preconceitos contra o clero ou por deplorável apatia religiosa. Cooperar-se-á desse modo, sob a direção de Sacerdotes particularmente experimentados, naquela assistência religiosa às classes trabalhadoras, que temos tanto a peito, por ser o meio mais apto para preservar aqueles Nossos amados filhos da cilada comunista.⁷⁷

acabaram seguindo essa carreira em diferentes partidos, inclusive o PTB. A influência do catolicismo no espaço universitário é apontada ainda por Grijó (2012) no estudo sobre a Faculdade de Direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. Ao delinear o percurso da geração de católicos que passa a conquistar um espaço importante naquela instituição a partir dos anos 1920, o historiador destaca, dentre outros pontos, a matriz jesuítica de formação desses estudantes e professores.

⁷³ Foram observados os dados de ocupação profissional dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul nas legislaturas de 1947 a 1979.

⁷⁴ MOTTA, 2002, p. 19-21.

⁷⁵ São exemplos de menções positivas feitas por Ferrari ao general Franco as seguintes: 1) “Soldado é um general Franco, atualmente pugnando pela nova Espanha”, em “25 de Agosto” (discurso por ocasião do Dia do Soldado). Santa Maria, 24 de agosto de 1938. 2) “A Eucaristia que fez com que o general Franco vencesse e purificasse a nova Espanha”, em “*Tantum Ergo Sacramentum Vernemur Cernui*”. Santa Maria, 03 de setembro de 1939. Encontram-se no APFF.

⁷⁶ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo É Vermelho: Imaginário Anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003 (original de 1998).

⁷⁷ Encíclica Papal *Divini Redemptoris* – Sobre o Comunismo Ateu. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

As formas sugeridas na encíclica *Divini Redemptoris* para que os fiéis leigos disseminassem os fundamentos da ordem social cristã – explicitadas principalmente nas encíclicas *Rerum novarum* (Leão XIII, 1891) e *Quadragesimo anno* (Pio XI, 1931) – incluíam, além do apostolado individual, a propaganda oral e escrita. Sendo assim, as constantes referências à religião católica nos textos de Ferrari, inclusive e com destaque a seu primeiro livro, podem ser associadas à orientação da Ação Católica.

Mas de que forma as convicções católicas e anticomunistas do jovem Ferrari podem guardar relação com sua futura atuação político-partidária?

O trabalho de Carla Rodeghero sobre a Igreja Católica e anticomunismo no Rio Grande do Sul demonstra que o anticomunismo foi uma “arma eleitoral” constantemente utilizada nas eleições do período democrático de 1945 a 1964 no estado. A acusação de “pactuar” com os comunistas se dava especialmente em função do apoio dado pelos adeptos dessa orientação política a determinados candidatos. Segundo a autora, o apoio não excluía o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado ao comunismo em determinadas ocasiões, especialmente a partir do governo de Leonel Brizola, iniciado em 1958.⁷⁸ No plano nacional, o então vice-presidente João Goulart também era associado à boa relação com os comunistas.⁷⁹ Justamente nessa conjuntura, entre os anos de 1958 e 1960, ocorreu a cisão que resultaria na criação do Movimento Trabalhista Renovador.

Assim, pensar nas disputas políticas em que Ferrari esteve envolvido implica também observar, sempre que possível, sua posição com relação à religião católica e ao anticomunismo: de que forma ele se manifestava com relação a esses temas em suas falas e nas propagandas eleitorais? De que forma essas influências se ressignificaram em sua atuação? Ferrari se utilizou do anticomunismo como “arma eleitoral”? O anticomunismo foi utilizado pelo dissidente como forma de se diferenciar de oponentes do PTB? São questões a serem elucidadas nos capítulos seguintes. Agora, falemos um pouco sobre alguns de seus futuros companheiros de partido, “antes do PTB”.

Se a referência de origem de Ferrari era a de uma pequena comunidade de trabalhadores rurais, semelhante àquela caracterizada idilicamente em seu livro, ou seja, à

⁷⁸ RODEGHERO, 1998, p. 115-117.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 90; MOTTA, 2002, p. 126.

região colonial do Rio Grande do Sul, é ao mundo da estância que voltamos nossos olhos quando nos remetemos a João Goulart. A família Goulart residia em São Borja, cidade da região da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, já havia cinco gerações quando João Goulart, filho do fazendeiro Vicente nasceu, em 1919. Boa parte de seus primeiros anos de vida foram divididos entre os estudos primários na cidade e a fazenda da família.⁸⁰

Apesar das diferenças de origem social dos personagens, tanto Jango quanto Ferrari partilharam uma experiência comum. O estudo em internato religioso, destino habitual aos filhos dos representantes da elite naquela época. Se Ferrari parecia mais adaptado à rotina do colégio interno – o que pode ser inferido pelo fato de ele ter sido o orador da turma no ginásio, pelos relatos do seu bom desempenho escolar ou ainda pela caracterização do internato em seu livro como os “benditos muros que prendem, mas ensinam”⁸¹ –, a história foi um pouco diferente com Jango.

Aos nove anos, Jango passou a estudar em um internato, também marista, o Ginásio Santana em Uruguaiana. No entanto, seu temperamento extrovertido não combinava com o rigor da rotina daquele espaço, sendo comuns, por exemplo, as expulsões da sala por mau comportamento. Um ano antes de completar o ginásio, foi reprovado. A direção sugeriu seu afastamento por influenciar negativamente os colegas. Após ser castigado pelo pai com uma temporada no Colégio Anchieta em Porto Alegre, pediu a ele para retornar ao internato de Uruguaiana, onde completou o ginásio.

Mesmo sem manifestar grande interesse pelos estudos, Jango daria continuidade a eles, bacharelando-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Porto Alegre, curso pelo qual havia passado boa parte da elite política daquele tempo. Porém, não data do período da faculdade o interesse de Goulart pela política. Tampouco a própria matéria jurídica o interessava naquela época. Passada sua formatura, em 1939, Jango, então com 21 anos, se dedicaria integralmente à administração das fazendas, juntamente com o pai. Nos anos seguintes, contribuiu para a multiplicação da fortuna da família, sobretudo por meio da compra e venda de gado.

Enquanto isso, Ferrari dava prosseguimento ao curso de Economia e publicava seu ensaio de romance em 1943. Já Leonel Brizola, naquele momento, era estudante secundarista no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e só em 1945 iniciaria o curso superior na Escola de Engenharia, na mesma cidade, graduando-se engenheiro civil em 1949. A história

⁸⁰ FERREIRA, 2011, p. 25-48.

⁸¹ FERRARI, 1943, p. 49.

de vida do político foi marcada pela origem humilde e conciliação do trabalho com os estudos.⁸² A formação católica associada a Jango e, principalmente, a Ferrari não ocorrera com Brizola.

Se Ferrari, Jango e Brizola estavam em começo de carreira, Alberto Pasqualini desfrutava de certo renome naqueles anos. Estudante laureado e orador da turma na formatura da Faculdade de Direito de Porto Alegre no início de 1929, Pasqualini viveu os anos 1930 na fase adulta. Conciliava o trabalho advocatício com a atuação política – nas fileiras do Partido Libertador (PL) – e com o magistério superior na mesma Faculdade em que estudou. Se elegeu vereador de Porto Alegre em 1935 pelo PL. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, teve seu mandato cassado e, em 1939, voltou à cena política quando, a convite do interventor estadual Cordeiro de Farias, passou a integrar o Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul. Em 1943, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do Governo do Rio Grande do Sul, já na interventoria do tenente-coronel Ernesto Dorneles, cargo do qual se afastou no ano seguinte, devido a divergências com orientações do governo. A partir daí, passou à condição de opositor do Estado Novo. Em 1945, organizou-se um grupo em torno das ideias de Alberto Pasqualini, a União Social Brasileira (USB), que se juntaria ao PTB no ano seguinte, quando Pasqualini se candidataria ao governo gaúcho.

Não há indícios da existência de algum envolvimento de Ferrari com Pasqualini até a entrada de ambos no PTB. Em comum, até esse momento, somente a origem social ligada ao mundo colonial e o elemento religioso em suas formações. Pasqualini era filho de descendentes de imigrantes italianos já não ligados diretamente à agricultura. Seu pai era escrivão de cartório. Quando jovem, estudou em escola católica jesuíta em São Leopoldo e, depois, em Porto Alegre, concluiu seus estudos básicos no Ginásio Júlio de Castilhos, também conciliando as atividades estudantis com o trabalho.⁸³

Diferentemente de seus futuros companheiros de partido, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola, que eram formados na faculdade pública que originou a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (os dois primeiros em Direito e o último em Engenharia), Ferrari frequentou um curso menos tradicional em uma faculdade católica. O que poderia se justificar pela carreira escolhida não se confirma na medida em que havia um curso similar de Economia na faculdade pública de Porto Alegre. Não foi possível identificar

⁸² Leonel Brizola (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

⁸³ Dados biográficos de Alberto Pasqualini obtidos em Grijó (2007) e em Silva (2013). Sobre a USB, além de Silva (2013), ver também Bodea (1992) e Cruz (2010). Sobre o envolvimento de Pasqualini com os jesuítas, ver Monteiro (2011).

se o fato de o jovem ter optado por estudar Economia em uma instituição religiosa foi uma opção ou foi a possibilidade que se apresentava naquele momento.

Cursar Direito era percurso escolar comum da elite política gaúcha. Para dimensionar a importância desse curso na formação dos políticos, utilizemos como exemplo a legislatura do Rio Grande do Sul entre 1947 e 1951, primeira para que Ferrari se elegeu. Dos 55 deputados, 19 eram advogados e apenas um, o próprio Ferrari, era economista. Nas legislaturas seguintes, essa proporção não se alterou significativamente, permanecendo a advocacia como ocupação predominante, sendo que a economia manteve de um a no máximo três representantes.⁸⁴

Ou seja, diferentemente do Direito, o curso de Ferrari, como se pode depreender da proporção acima, não era a uma escolha usual da elite política da época. O trabalho de Maria Rita Loureiro aborda a emergência dos economistas como elite dirigente no Brasil. A autora demonstra que os primeiros cursos superiores oficiais de Economia foram criados nos anos 1940 e integraram o projeto governamental de formar elites dirigentes, sendo constituídas com o objetivo de recrutar alunos de extrações sociais elevadas. No entanto, nos primeiros anos, tal curso atraiu muito mais egressos de escolas profissionalizantes, especialmente contadores, caso de Ferrari. Mas a participação da área econômica na gestão estatal começava a ganhar importância no Brasil do jovem estudante de Economia, intensificando-se no período em que ele foi deputado.⁸⁵

Ainda segundo Loureiro, foi no final do primeiro governo Vargas que se iniciou o processo de substituição de bacharéis em Direito por economistas em posições de destaque nos órgãos da administração pública. Essa participação se intensificou nos anos 1960, com a especialização e internacionalização da formação acadêmica. Todavia, a atuação pública caracterizada por Loureiro não é a de ocupantes de cargos eletivos, e sim de cargos administrativos dentro da estrutura do Estado. Eles são alçados a esses postos em nome de sua competência técnica. Não são políticos profissionais, porém “passam” pela política, considerada como uma fase de sua carreira.⁸⁶ Evidentemente, estamos distantes de uma associação direta entre Fernando Ferrari e esse tipo profissional. Ferrari foi um político

⁸⁴ HEINZ, Flávio M. (org.). *O Parlamento em Tempos Interessantes: Breve Perfil da Assembleia Legislativa e de Seus Deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v. 3). Foram observados, para este trabalho, os dados de ocupação profissional dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul nas legislaturas de 1947 a 1979.

⁸⁵ LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: Gestão Econômica e Democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 23-61.

economista e utilizou-se amplamente dessa formação como *recurso político*, como será possível observar no decurso do trabalho.

Por fim, sobre sua formação acadêmica, Ferrari complementaria os estudos no Rio de Janeiro, à época o centro mais importante de estudos e debates econômicos do país, em um Curso de Especialização em Sociologia no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão governamental criado em 1938 com a função de controle do orçamento do Estado.⁸⁷ Tal curso foi ministrado pelo sociólogo espanhol Francisco Ayala.⁸⁸ Após entrar na vida pública, Ferrari faria ainda o “curso dos políticos”. Em 1958, o então deputado federal bacharelou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.⁸⁹

Após evidenciarmos influências de origem e formação escolar de Ferrari, é possível sintetizá-las, relacionando-as a temas que serão abordados no decurso do trabalho.

Sua origem social está ligada ao mundo colonial italiano, embora seus familiares já não se dedicassem à agricultura e desfrutassem de razoável situação financeira, o que permitiu que Ferrari estudasse em instituição religiosa. Lançando mão da comparação com outros políticos do trabalhismo relacionados com Ferrari, observamos a semelhança de origem social e étnica com Alberto Pasqualini. Sua origem social será utilizada também como recurso político, para caracterizá-lo como alguém que, também por sua origem social, estaria autorizado a atuar em nome dos trabalhadores.

Sua graduação em Economia era uma escolha incomum à elite política da época. Entretanto, a disciplina começava a ganhar força na gestão estatal a partir daquele período. Tal formação se constituiu em recurso político, especialmente em seu primeiro mandato, como

⁸⁷ LOUREIRO, 1997, p. 28-29.

⁸⁸ A participação de Ferrari no curso de especialização em Sociologia é mencionada por Cláudia Maria Ferrari Barbosa (2013, p. 28). Não há menção ao período em que Ferrari frequentou esse curso. A informação de que o curso teria sido ministrado por Francisco Ayala consta na biografia do político publicada em “a pedido” no jornal *Diário de Notícias*, “Quem é Fernando Ferrari?” (Porto Alegre, 05 jan. 1947). Francisco Ayala (1906-2009) é considerado um dos principais intelectuais da Espanha no século XX, destacando-se como romancista, sociólogo, estudioso da moral e crítico literário. Exilou-se na América após a chegada ao poder do general Francisco Franco na Espanha, já que era colaborador do governo republicano. Residiu na Argentina, em Porto Rico e nos Estados Unidos. Retornou para a Espanha em definitivo quando da morte do ditador Franco, contribuindo para a reconstrução da democracia naquele país. “Escritor Espanhol Morre aos 103 Anos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteeelazer,escritor-espanhol-francisco-ayala-morre-aos-103-anos,460414,0.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014. Não foram encontradas outras referências ao curso ministrado pelo professor Ayala no Brasil.

⁸⁹ O diploma do curso de Direito compõe o APFF. Não foram localizados textos referentes à produção acadêmica de Ferrari no curso de Direito em seu arquivo pessoal.

será possível observar no próximo capítulo, quando se elegeu como representante desse grupo profissional. Posteriormente, utilizou tal recurso como argumento técnico para elaboração de projetos políticos.

Seu percurso escolar é marcado pelos valores do catolicismo, cabendo especial destaque ao combate ao comunismo, considerado a grande ameaça à Igreja Católica naquele momento. Por meio da análise dos escritos anteriores à entrada de Ferrari na política partidária, demonstrou-se a relevância da religião em sua formação. Tal influência possui importância na sua atuação político-partidária, visto que a Igreja Católica se empenhou em derrotar comunistas e seus aliados nas disputas eleitorais do período democrático de 1945-1964. Nos capítulos seguintes, busca-se retomar essa característica de sua trajetória, elucidando a maneira como Ferrari se relacionou com a instituição. Além disso, a própria elaboração teórica do trabalhismo brasileiro teve influência da doutrina social da Igreja Católica, orientação bastante enfatizada pelo deputado Ferrari.

Além disso, foram feitas algumas relações entre seu pensamento e o contexto do Estado Novo, observando que, apesar de não haver evidências do envolvimento direto de Ferrari com a política nesse período, seus textos estavam afinados com a orientação do regime varguista. Já no período democrático e nos primeiros anos do PTB, Ferrari continuaria sendo um vigoroso defensor do líder Getúlio Vargas, como veremos nas seções a seguir.

Imagens referentes ao capítulo 1



Casa comercial de Tito Lívio Ferrari. São Pedro do Sul/RS.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari



Fernando Ferrari no Colégio Elementar São Pedro (terceiro, da direita para a esquerda, acima), São Pedro do Sul/RS, 1935.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Fernando Ferrari na formatura do CPORPA, Porto Alegre/RS.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.

CAPÍTULO 2 - OS PRIMEIROS ANOS DO POLÍTICO FERRARI E ALGUMAS NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DO PTB

2.1 INGRESSO DE FERRARI NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Em 1947, dois anos após sua formatura do ensino superior, o jovem economista se tornou o jovem deputado trabalhista da Assembleia Legislativa gaúcha.

Para começarmos a delinear os caminhos que levaram Ferrari ao mundo da política, retornemos ao ano do término da guerra que, conforme já mencionamos, mobilizou o mundo e foi uma justificativa para a manutenção de um regime autoritário no Brasil. Em 1944, com a vitória dos Aliados, foram postos em questão os regimes ditatoriais, favorecendo a oposição a Getúlio Vargas, que passou a ser mais sistemática. Diante da iminência da queda do Estado Novo, os getulistas adotariam a tática de atribuir ao governo o mérito da democratização do país.⁹⁰

A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945, foi o marco da reabertura democrática, “desde dentro” do Estado brasileiro, prevendo eleições diretas para dezembro daquele ano e possibilitando a volta dos partidos políticos nacionais. O presidente Vargas acabou sendo deposto em outubro daquele ano. Todavia, manteve sua influência na política nacional, de tal forma que os três principais partidos criados naquele contexto, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), tinham em Vargas seu personagem central, seja para defender seu legado, casos do PSD e do PTB, seja para posicionar-se contrariamente a ele, caso da UDN.⁹¹ Abordaremos com mais vagar a importância de Getúlio Vargas naquele contexto nas seções seguintes.

Voltemos ao batismo político de Ferrari. Suas biografias mencionam que foi em 1945, já formado economista e trabalhando no Banco da Província em Porto Alegre, que ele aceitou o convite para se transferir ao Rio de Janeiro e trabalhar no SAPS, o Serviço de Alimentação da Previdência Social.⁹² Não foi possível precisar, contudo, de quem teria surgido o convite para trabalhar na instituição estatal.

⁹⁰ CAPELATO, 2007, p. 136-138.

⁹¹ GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, Trabalhismo, Nacionalismo e Reformas de Base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 57-58.

⁹² WAGNER; PEREIRA, 1985, p. 17; BARBOSA, 2013, p. 30.

No arquivo pessoal do político, há apenas uma carta desse período, mas endereçada a destinatário conhecido. No início de outubro de 1945, Ferrari escrevia a Hugo Borghi, a quem havia sido apresentado dias antes. No texto, o jovem economista destacava o trabalho de reorganização que ele próprio vinha fazendo na Rádio Cruzeiro do Sul e na Rádio Clube do Brasil e agradecia pela designação que Borghi lhe dera para secretariar a Rádio Clube do Brasil. Mencionava ainda o nome do economista Manfredo Campos Maia, que também atuaria no PTB. A íntegra da carta é o seguinte:

Rio, 9 de outubro de 1945.

Senhor Hugo Borghi

A conselho e informação de meu digno colega e amigo – Dr. Manfredo Campos Maia – com o qual venho trabalhando em várias realizações e, ultimamente, na reorganização da rádio Cruzeiro do Sul S/A e Rádio Clube do Brasil S/A, V. S. acaba de me honrar com o mandato de secretariar esta última emissora.

Embora há poucos dias tenha sido apresentado à V. Sa., por falta de oportunidade, ousou dizer-lhe que, [?] bastante seu dinamismo de moço em prol de ideias construtivas. A mim, senhor Hugo, sempre agradou encontrar homens de ideias e convicção como chefes ou companheiros de trabalho.

Agradeço aos céus o encontro que venho de ter com V. Sa. e agradeço o senhor da confiança dessa escolha.

Deixo aqui meu desejo profundo de bem servi-lo e auxiliá-lo eficientemente dentro deste mesmo idealismo de V. Sa. que tanto entusiasma aqueles que querem verdadeiramente construir.

Sinceramente

Fernando Ferrari.⁹³

O empresário paulista Hugo Borghi, um dos fundadores do PTB, foi também um dos principais articuladores do *queremismo*, movimento popular que ganhou força em meados de 1945. Defendia a convocação de uma Constituinte com Vargas no poder. O empresário adquiriu as Rádios Clube do Rio de Janeiro, Cruzeiro do Sul do Rio de Janeiro e Cruzeiro do Sul de São Paulo, para utilizá-las como instrumentos de defesa do governo. Arrendou ainda outras emissoras e formou uma cadeia nacional de 130 estações coligadas. Quando da deflagração do *queremismo*, em junho de 1945, Borghi colocou as emissoras a serviço do movimento que seguiu até 29 de outubro, quando Vargas acabou sendo deposto da Presidência.⁹⁴

⁹³ Carta de Fernando Ferrari a Hugo Borghi agradecendo mandato de secretariar a Rádio Clube do Brasil S/A. Rio de Janeiro, 09 out. 1945. Encontra-se no APFF.

⁹⁴ Hugo Borghi (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 10 fev. 2014. Sobre a atuação de Hugo Borghi no PTB paulista, ver Benevides (1989). Sobre o *queremismo*, ver FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento *queremista*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe de 1964*.

Após a queda de Vargas, Borghi defendeu um acordo com o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD nas eleições presidenciais. Porém, sua posição enfrentou opositores, especialmente Segadas Viana e Baeta Neves, que passaram a pregar a sua expulsão do partido. O compromisso entre PTB e PSD acabou sendo firmado, e Dutra se tornou presidente da República no início de 1946. No entanto, a disputa entre as lideranças do PTB acabou resultando na expulsão de Borghi do partido em 1947.⁹⁵

A carta escrita por Ferrari a Borghi em pleno contexto do queremismo nos trouxe uma nuance não mencionada nas biografias e autobiografias de Ferrari. Embora não saibamos detalhes da sua atuação na cadeia de rádios organizada por Borghi, estamos diante de uma evidente demonstração de anuência de Ferrari ao movimento queremista.⁹⁶

Diferentemente da atuação nas rádios de Borghi, os acontecimentos no SAPS, que transformaram Ferrari em uma figura conhecida na capital da República, eram lembrados com frequência pelo político. O SAPS era uma autarquia ligada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Foi criado em 1940, durante o governo Vargas, e permaneceu em funcionamento e ampliação ao longo de período democrático, com instalações nas capitais e principais cidades do país, sendo extinto durante o período militar, em 1967. Oferecia diversas formas de assistência ao trabalhador, ligadas principalmente à promoção da segurança alimentar, com fornecimento de comida com qualidade e baixo custo, através de restaurantes populares e da distribuição de produtos subsidiados pelo governo. Tinha ainda o objetivo de desenvolver o acesso à cultura, com bibliotecas e discotecas que funcionavam anexas aos restaurantes.⁹⁷

Já em 1947, atuando como deputado estadual do Rio Grande do Sul, Ferrari narrou, nas sessões da Assembleia Legislativa, um ocorrido durante o período em que trabalhou no SAPS.⁹⁸ Foi no início de abril de 1946, já durante o governo Dutra, que o economista assumiu a função de chefe da seção financeira do SAPS, onde teria se deparado com irregularidades

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46. (O Brasil Republicano; v. 3) e FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁹⁵ DELGADO, 1989, p. 62-68.

⁹⁶ No APFF, há ainda uma carta recebida de Hugo Borghi em 18 de dezembro de 1946, quando Ferrari disputava a vaga para o Legislativo gaúcho. A íntegra da carta é o que segue: “São Paulo. Prezado amigo Ferrari: acuso sua prezada carta de 6 corrente, satisfeito de que tudo sai às mil maravilhas. Rapaz jovem, valoroso e inteligente, tenho certeza de que sua carreira irá de vento em popa. Agradeço suas amáveis expressões, desejo-lhe felicidade. Saudações Trabalhistas. Hugo Borghi”.

⁹⁷ Sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social, ver EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz, feijão, discos e livros: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

⁹⁸ As referidas sessões da Assembleia Legislativa são as dos dias 14 de abril (22ª sessão) e 11 de dezembro (107ª sessão) de 1947.

praticadas pela direção da instituição. Diante de tais irregularidades, ele denunciou o diretor do SAPS, José Evangelista, ao Presidente Dutra, que não teria tomado nenhuma atitude no sentido de investigar o acusado.⁹⁹

Em razão da suposta omissão do presidente da República, Ferrari pediu demissão do cargo e utilizou a imprensa para denunciar José Evangelista. Concedeu entrevista ao jornal *O Globo* em 24 de outubro de 1946, detalhando as acusações de superfaturamento de produtos alimentícios e de retenção de parte dos proventos dos funcionários, entre outras incriminações. Ele ainda afirmava que Evangelista lhe teria oferecido suborno para que não desse continuidade às denúncias.¹⁰⁰

José Evangelista se defendeu em entrevista coletiva, justificando que as acusações de Ferrari seriam inspiradas por “elementos ligados à política partidária”.¹⁰¹ O diretor do SAPS vinha sendo alvo de acusações de outros ex-funcionários, veiculadas na imprensa nos meses anteriores e repercutindo, inclusive, na Câmara dos Deputados, quando, em 07 de outubro, o deputado José de Segadas Viana (PTB) encaminhou requerimento ao Ministério do Trabalho pedindo esclarecimentos sobre o SAPS.¹⁰² A denúncia resultou na abertura de inquérito contra Evangelista e no seu afastamento da direção da instituição.¹⁰³ Ferrari, por sua vez, respondeu a um processo por calúnia e injúria movido por Evangelista.¹⁰⁴

As irregularidades do SAPS continuavam repercutindo na imprensa carioca quando Ferrari retornou a Porto Alegre.¹⁰⁵ São exíguas as informações acerca do contexto em que o jovem economista decidiu se candidatar a deputado. Wagner e Pereira,¹⁰⁶ baseados no

⁹⁹ Anais da Assembleia Legislativa, 107ª sessão, em 11 de dezembro de 1947.

¹⁰⁰ “Negociatas e Falcaturas no SAPS!”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 out. 1946, p. 01, 03 e 07. Encontra-se no APFF.

¹⁰¹ “Queriam Montar no SAPS sua Máquina Eleitoral!”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 out. 1946.

¹⁰² “O Deputado Segadas Viana Pede Informações Sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social”. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 10 out. 1946. No APFF, constam algumas matérias com as referidas acusações à gestão do SAPS, das quais são exemplo: “As Refeições Estão Cortadas”, *O Radical*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1946; “Deu ‘Sapinho’ no SAPS”, *O Radical*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1946; “O Pandemônio do SAPS Está Entesicando os Estudantes”, *O Radical*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1946; “Os Evangelistas do SAPS”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 set. 1946; “Não Estão Andando Direito as Coisas no SAPS”, *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 12 out. 1946.

¹⁰³ “Inquérito contra o Diretor do SAPS”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1946. Encontra-se no APFF.

¹⁰⁴ Conforme declarado por Fernando Ferrari no plenário da Assembleia Legislativa. Anais da Assembleia Legislativa, 22ª sessão, em 14 de abril de 1947, e 107ª sessão, em 11 de dezembro de 1947. No estudo de Ana Maria Evangelista sobre o SAPS, a autora destaca que, ao longo de sua existência, a instituição foi alvo de diversas denúncias de corrupção. Não menciona, contudo, o episódio envolvendo a denúncia promovida por Fernando Ferrari contra José Evangelista (EVANGELISTA, 2012).

¹⁰⁵ A manchete “Negociatas e Falcaturas no SAPS” estampou diversas edições do jornal *O Globo* com as repercussões do caso. Outros jornais também publicaram matérias sobre o assunto, como os exemplos que seguem: “Afastado do SAPS o Sr. José Evangelista”, *Folha Carioca*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1946; “A Devassa no SAPS”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1946. Encontra-se no APFF.

¹⁰⁶ WAGNER; PEREIRA, 1985, p. 16-18.

depoimento de Ernesto Walter Albrecht – amigo de Ferrari –, atribuem certa casualidade à candidatura. Albrecht e Ferrari se tornaram amigos quando ambos cursavam Ciências Políticas e Econômicas e, paralelamente, participavam do Centro Acadêmico Visconde de Cairú. Teria partido de Albrecht o convite para a filiação ao PTB gaúcho. Já a decisão de Ferrari se candidatar seria uma soma da ausência de outras perspectivas com a notoriedade adquirida com as denúncias do SAPS.

Entretanto, as atividades nas emissoras de rádio de Borghi e no SAPS apontam para uma relação prévia de Ferrari com o PTB no Rio de Janeiro. Já como deputado estadual, Ferrari afirmou em plenário que se alistou ao PTB no Rio de Janeiro tão logo ele foi fundado, em 23 de março de 1945, e fez campanha no estado naquele mesmo ano.¹⁰⁷ Esse envolvimento na capital da República possivelmente tenha contribuído para que ele se filiasse ao PTB gaúcho e decidisse ser candidato a deputado no estado.

Telegramas de apoio à atitude de Fernando Ferrari com relação ao SAPS foram reproduzidos no jornal *O Globo*, assinado por economistas gaúchos e por representantes de entidades de classe de economistas e contabilistas do Rio Grande do Sul,¹⁰⁸ um provável grupo de apoio da candidatura de Ferrari. Corroborar tal apoio o “a pedido” mandado publicar pela Ala de Contadores e Economistas do PTB no jornal *Diário de Notícias*, apresentando Ferrari aos eleitores, destacando as qualidades técnicas do jovem economista e recomendado aos guarda-livros (correspondente aos atuais técnicos em contabilidade), contadores e economistas que votassem em Ferrari como representante da classe na Assembleia Legislativa.¹⁰⁹

A cidade de Santa Maria era uma base eleitoral, para onde o candidato viajava seguidas vezes durante a campanha. Não podemos deixar de mencionar a influência de seu pai Tito Lívio Ferrari, que tinha envolvimento com a política em São Pedro do Sul, que pode ter contribuído para a sua inserção no mundo da política. Um último elemento a ser assinalado é que o nome do economista constava na lista de indicações da junta estadual da Liga Eleitoral

¹⁰⁷ Anais da Assembleia Legislativa, 61ª sessão, em 20 de julho de 1949.

¹⁰⁸ São dois os referidos telegramas. 1º: “Escândalos e Falcatruas no SAPS: Os economistas gaúchos congratulam-se com *O Globo*”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1946 (assinam o telegrama Ciro Flores Vargas, Alberto Winck, Mario Barros, Ernesto Albrecht e Zilmar Vasconcellos); 2º: “Negociatas e Falcatruas no SAPS: Três entidades de classe do Rio Grande do Sul, solidárias ao gesto de Fernando Ferrari, enviam felicitações a *O Globo*”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1946 (assinam o telegrama Alvaro Figueiredo Paz, presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, Arthur Wolfeil, presidente da Associação Profissional de Economistas de Porto Alegre; Henrique Desjardins, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre).

¹⁰⁹ “Quem é Fernando Ferrari?”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05 jan. 1947, p. 05. Assinaram o “a pedido” os professores Henrique Desjardins e Adolpho Gredilha, além de José Zamprogna, Alberto Winck, Ciro Flores de Vargas e Mario Cardoso Jarros.

Católica (LEC), responsável por recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja.¹¹⁰

As eleições para a Assembleia Constituinte e também para o Governo do Estado e Senado ocorreram em 19 de janeiro de 1947. Ferrari logrou vitória, sendo eleito para a Assembleia Constituinte aos 25 anos, com 6.694 votos, terceira melhor votação dentre os candidatos trabalhistas, atrás apenas dos já mais experientes José Diogo Brochado da Rocha e Celeste Gobato. A vaga do Senado ficou com Salgado Filho (PTB).

Para o governo do estado, venceu o candidato do PSD, Walter Jobim, derrotando Alberto Pasqualini, do PTB, e Décio Martins Costa, que concorria pela aliança do PL com a UDN. Apesar da derrota na eleição majoritária, o PTB obteve a maioria dos votos para a Assembleia Legislativa, o que lhe rendeu a ocupação de 23 das 55 vagas.¹¹¹

Vejamos agora como Ferrari se relacionou com a política, com os políticos e com o partido durante sua passagem pelo Legislativo gaúcho.

2.2 FERRARI NO PARLAMENTO GAÚCHO (1947–1951): UM POLÍTICO E UM PARTIDO EM FORMAÇÃO

O primeiro mandato parlamentar de Fernando Ferrari, iniciado em 1947, correspondeu também à retomada das atividades legislativas no Rio Grande do Sul, interrompidas dez anos antes com a implementação do Estado Novo. Os trabalhos começaram em março, com a elaboração de uma nova Constituição para o estado, promulgada em 8 de julho de 1947, dando início ao funcionamento ordinário da Assembleia, na legislatura que se encerraria em janeiro de 1951. Se esse período é caracterizado como “reaprendizado da democracia”,¹¹² não seria exagero afirmar que foi o momento de aprendizado para uma nova geração de políticos, vinculados ao PTB, que ganhariam projeção nacional nos anos seguintes: Leonel Brizola, João Goulart e o próprio Fernando Ferrari iniciaram suas carreiras políticas a partir daquele mandato.

¹¹⁰ “Liga Eleitoral Católica”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09 jan. 1947, p. 10.

¹¹¹ Dados disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE). <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014. Deve ser assinalado ainda que, devido ao mecanismo de distribuição das sobras eleitorais, o PTB, apesar da pequena vantagem de votos em relação ao PSD (correspondente a 0,15% dos votos) obteve 7 vagas a mais que esse partido, que ficou com 16 cadeiras.

¹¹² HEINZ, 2005, p. 15.

Antes de abordarmos especificamente essa legislatura, faremos referência a alguns trabalhos que tratam dos primeiros anos do PTB, a fim de problematizar os primeiros anos do parlamentar Fernando Ferrari.

O estudo de Gomes demonstra que, antes de formalizado em partidos, o *trabalhismo* vinha sendo construído como ideologia no Brasil, incluso na estrutura do Estado, durante o governo Vargas. Esse processo foi forjado especialmente no próprio Ministério do Trabalho, a partir do momento em que Alexandre Marcondes Filho assumiu a pasta, em 1942. Contando com apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), incluía “um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência social, além de várias outras iniciativas, sempre atribuídas à pessoa do presidente”.¹¹³

Vargas aparecia, assim, como a personificação das conquistas sociais e das garantias de direitos dos cidadãos. O culto ao que a figura de Vargas representava implicitamente, fenômeno denominado *getulismo*, se constitui em aspecto fundamental para compreendermos a transição do Estado Novo para a democracia.

Assim como o PTB, o PSD surgiu em torno da continuidade do projeto varguista. Ambos se valeram do *getulismo*. Todavia, enquanto este tinha perfil mais conservador, sendo conduzido pelos interventores estaduais e suas redes clientelísticas, aquele se construiria em um partido de massas, voltado à classe trabalhadora, inspirado no Partido Trabalhista inglês e com a liderança carismática e “inconteste” de Vargas.¹¹⁴

Mas se *trabalhismo* e *getulismo* são intrinsecamente relacionados ao PTB, não se pode, de nenhuma forma, tratá-los como sinônimos. O *trabalhismo* foi apropriado por diversas lideranças e sofreu modificações ao longo do período democrático de 1945 a 1964. Ele também não foi monopólio do PTB, apesar de esse ser o partido trabalhista majoritário. Dentre os outros partidos fundados com inspiração trabalhista, Gomes menciona o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Republicano Trabalhista (PRT), o Partido Orientador Trabalhista (POT) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).¹¹⁵ O *anticomunismo* também é apontado pela autora como característica da fundação do partido.¹¹⁶ A redemocratização trouxe à tona novamente o perigo do avanço do

¹¹³ GOMES, 2007, p. 57.

¹¹⁴ Ibidem, p. 57-60; DELGADO, 1989, p. 33-38.

¹¹⁵ GOMES, 2007, p. 56.

¹¹⁶ Ibidem, p. 59.

comunismo, e a criação do PTB surgia como uma alternativa ao voto da esquerda no Partido Comunista do Brasil.

O trabalho de Lucilia Delgado destaca igualmente os aspectos formativos do PTB: “Varguismo, trabalhismo e anticomunismo estavam juntos no nascimento do PTB.”¹¹⁷ Sobre a dinâmica interna do partido, a autora dá ênfase às disputas entre facções e tendências que o caracterizaram desde a sua fundação.

Baseada no esquema de análise proposto por Sartori¹¹⁸, Delgado demonstra que, ao longo de sua história, o PTB registrou a existência de “tendências ideológicas, políticas e de facções que em alguns contextos se confrontaram, e em outros se articularam ao longo da história petebista”.¹¹⁹ Em sua acepção, foram três as principais tendências do PTB. A primeira delas, denominada *getulista pragmática*, constituía-se de burocratas vinculados à estrutura do Estado, por meio do Ministério do Trabalho. Sua hegemonia no partido vai desde os seus primeiros anos até a morte de Getúlio Vargas. As principais propostas, de acordo com Delgado, poderiam ser sintetizadas em dois lemas: cultivar o carisma de Vargas como instrumento de mobilização política e social, e, com uma ação pragmática, lutar pela manutenção da legislação trabalhista por ele implementada. Possuíam dois suportes de atuação. Um tinha natureza ideológica, a doutrina do trabalhismo inglês, que traduzia em eficácia social e “neutralidade” o fisiologismo e o corporativismo do PTB nos seus primeiros anos. E outro tinha natureza organizativa, buscando no Ministério do Trabalho e em suas ramificações sindicais e previdenciárias o alicerce para a estruturação partidária.¹²⁰ Foram expoentes dessa tendência, por exemplo, Agamenon Magalhães e Alexandre Marcondes Filho.¹²¹

Os anos iniciais do trabalhismo petebista, marcados pela atuação dos getulistas pragmáticos, segundo a autora, foram fundamentais para impulsionar um projeto trabalhista, que ainda se confundia, naquela conjuntura, com o getulismo e com o paternalismo e pragmatismo que lhe eram peculiares. Pautas importantes se gestaram naquele momento, a destacar o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Nos anos seguintes, novos contornos seriam

¹¹⁷ DELGADO, 1989, p. 45.

¹¹⁸ SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982 (original de 1979).

¹¹⁹ Cumpre assinalar que a terceira tendência, a *pragmático reformista*, foi acrescentada em texto posterior ao livro publicado por Delgado em 1989. Tal revisão, nas palavras da autora, “expressa com maior precisão a evolução do trabalhismo/petebismo”. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um Projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 179.

¹²⁰ DELGADO, 2001, p. 179-180.

¹²¹ Idem, 1989, p. 60.

dados ao partido, com o surgimento de novas lideranças e o rompimento do domínio exclusivo do pragmatismo getulista, mantendo e atualizando as concepções nacionalistas e desenvolvimentistas. Tais lideranças podem ser situadas em duas outras tendências, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*.¹²²

Os *doutrinários trabalhistas* tinham, em seus quadros, intelectuais e profissionais liberais e inscreviam-se em uma orientação trabalhista socializante, propugnando uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência na agremiação começou por volta de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Santiago Dantas e Sérgio Magalhães. A autora menciona também Fernando Ferrari, com a ressalva de ser o menos intelectualizado dos quatro citados e que, a partir dos anos 1950, liderou um movimento de renovação no trabalhismo. As proposições centrais dessa tendência foram: “nacionalismo, proximidade à social-democracia, contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e projetos personalistas de quaisquer líderes”.¹²³

A análise das proposições dos doutrinários remonta especialmente a Alberto Pasqualini. Seu pensamento influenciou uma ala expressiva do PTB. Tal grupo enfatizava a necessidade de os trabalhistas proporem soluções criativas para a questão social. Criticava igualmente o excesso de personalismo da agremiação e os constantes acordos eleitoreiros feitos pelos getulistas pragmáticos. Além disso, o conflito partidário entre as duas linhas perdurou até o suicídio de Vargas, com a expansão das proposições nacionalistas e reformistas que se deu a partir de meados dos anos 1950. Foi quando uma nova geração de tendência *pragmática reformista* buscou implementar uma solução de consenso que abrigasse contribuições tanto dos *getulistas pragmáticos* quanto dos *doutrinários trabalhistas*.¹²⁴ Esta terceira tendência será explanada no quarto capítulo, que abordará o período de seu surgimento e de sua consolidação.

O estudo de Maria Celina D’Araújo sobre o PTB enfatiza os conflitos internos do partido não pela ótica da clivagem entre tendências, mas pela disputa personalista entre as lideranças. O PTB é caracterizado pela autora como um partido carismático, pautado pela personalidade e pelas ideias de Vargas, tendo sofrido, desde sua fundação, conflitos internos entre facções de seguidores, que muitas vezes resultavam na eliminação política dos perdedores. Com as eleições de 1950 e a volta de Vargas ao poder, o líder carismático

¹²² DELGADO, 2001, p. 184-186.

¹²³ Ibidem, p. 188.

¹²⁴ Ibidem, p. 187-193.

designou João Goulart como seu sucessor. No entanto, com o suicídio do presidente em 1954, tem-se o ressurgimento das lutas internas pelo controle do partido, iniciando uma nova fase na história do PTB.¹²⁵ É importante assinalar que Fernando Ferrari ganharia status de protagonista do partido justamente nesse novo momento. O “grande cisma do PTB” comandado por Ferrari é apontado pela autora como exemplar dessa disputa carismática após a morte de Vargas.

No período de que estamos tratando neste capítulo, a atuação política de Ferrari está ligada essencialmente à seção gaúcha do partido. O PTB no Rio Grande do Sul, da formação às eleições de 1954, é o objeto de estudo de Miguel Bodea. Segundo o autor, o PTB gaúcho foi formado a partir de três vertentes (ou correntes) distintas. A primeira corrente, denominada *sindicalista*, era constituída por lideranças sindicais forjadas no Estado Novo ou anteriores a ele, mantidas em funções sindicais. Originou-se da ala trabalhista do PSD, formada sobre a inspiração do político José Diogo Brochado da Rocha. Essa corrente formou o núcleo inicial do partido, tendo entre seus principais líderes José Vecchio e Sílvio Sanson, primeiro presidente do partido. Partiu da corrente a iniciativa de criar as chamadas “alas profissionais”, dentre as quais menciona a dos bancários, a dos metalúrgicos e a dos gráficos como tendo grande influência na fase formativa do partido.¹²⁶ Cumpre destacar a já mencionada indicação de voto em Ferrari pela Ala de Contadores e Economistas do PTB como indicativo da ligação de Ferrari com tal ala profissional.

A segunda corrente, denominada pelo autor *doutrinário-pasqualinista*, tem em sua origem um grupo de intelectuais progressistas, essencialmente bacharéis e profissionais liberais orientados pelo pensamento teórico de Alberto Pasqualini. Antes de ingressar no PTB, esse grupo constituía a União Social Brasileira (USB), dirigida por Pasqualini e integrada por algumas das futuras lideranças do PTB gaúcho: Egydio Michaelsen, João Caruso Scuderi, Ajadil de Lemos, Leocádio Antunes, Bruza Netto e Aníbal di Primo Beck integraram o grupo e depois o PTB. Segundo Bodea, a fusão entre USB e PTB conferiu à seção gaúcha do partido uma diferenciação em relação aos demais estados. No Rio Grande do Sul, o PTB absorveu, com a USB, um movimento de esquerda, reformista e com certo grau de elaboração doutrinária. Em nível nacional, a esquerda democrática optou por integrar-se à UDN e não ao PTB.¹²⁷

¹²⁵ D'ARAÚJO, 1996, p. 20.

¹²⁶ BODEA, 1992, p. 20-23.

¹²⁷ Ibidem, p. 23-28.

Já a terceira corrente, denominada *pragmático-getulista*, era composta de políticos oriundos do PSD que trocaram de partido seguindo a orientação de Vargas. O processo de transferência do PSD para o PTB se completaria com a formação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA), pró-getulista, e com a sua anexação ao PTB em 1950. Em 1946, os dois principais nomes dessa corrente eram José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha.¹²⁸ Como demonstraremos no decurso desta análise, ambos estiveram, em momentos diferentes, relacionados com Fernando Ferrari.

José Loureiro da Silva tinha sua atuação política pregressa ligada ao antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Após a revolução de 1930, foi nomeado interventor de Gravataí e, em 1935, eleito deputado estadual constituinte. Em fins de 1937, com a instauração do Estado Novo, foi nomeado interventor de Porto Alegre, posição que ocupou até 1943, quando renunciou ao cargo. A motivação foi o descontentamento com a nomeação de Ernesto Dorneles, primo-irmão do presidente Vargas, para a interventoria no Estado, uma vez que Loureiro também aspirava ao cargo.¹²⁹

Após um breve período de afastamento da política, Loureiro aceitou o convite de Vargas para dirigir a carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, cargo que ocupou de setembro de 1944 até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Também em 1945, ingressou no PSD e, em 1946, transferiu-se para o PTB, a pedido de Vargas. Loureiro comandou a organização do PTB no interior do estado, com a criação de diretórios nas cidades médias, já que, no primeiro momento, o partido só tinha expressão em Porto Alegre e na região metropolitana.¹³⁰

Já José Diogo integrava uma família tradicionalmente ligada à política gaúcha. Seu pai, Otávio Brochado da Rocha, havia sido intendente de Porto Alegre, pelo PRR, entre 1924 e 1928. José Diogo foi intendente de São Pedro do Sul em 1930 e de Viamão entre 1931 e 1932. Entre 1944 e 1945, foi diretor da Viação Férrea Rio-Grandense. Conforme aponta Igor Gastal Grill, “sua profissionalização política se deu durante o Estado Novo, fazendo parte da rede política ligada a Getúlio Vargas e aos interventores estaduais. Destacou-se como líder sindical dos ferroviários no estado”.¹³¹ Carlos Cortés destaca ainda seu estilo direto de se relacionar com os trabalhadores, com os chefes políticos e com os líderes econômicos, fazendo

¹²⁸ BODEA, 1992, p. 28-29.

¹²⁹ DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

¹³⁰ BODEA, op. cit., p. 29.

¹³¹ GRILL, Igor Gastal. *Parentescos, Redes e Partidos: as Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul*. 455 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, p. 32-33.

com que ele constituísse “sua própria máquina eleitoral nos 14 mil ferroviários estaduais”. Ainda segundo esse autor, sua migração para o PTB se deu em função da falta de apoio do PSD à sua pretensão de ser candidato ao governo do Estado, uma vez que o partido, ainda em 1945, indicou Walter Jobim para concorrer ao cargo. Nesse ano, se elegeu deputado federal pelo PSD.¹³²

Sobre sua entrada no PTB, Bodea afirma que foi a partir do apoio dado pelo político à greve geral dos ferroviários, em fevereiro de 1946, que se intensificou o atrito com a cúpula do PSD. A partir daí, José Diogo Brochado da Rocha passou a apoiar a estruturação estadual do PTB, embora mantivesse seu mandato de deputado federal pelo PSD. Em 04 de dezembro de 1946, data muito próxima das eleições estaduais de janeiro de 1947, o então deputado se desligaria oficialmente do PSD.¹³³ Naquelas eleições, conforme mencionamos, ele concorreu a deputado estadual pelo PTB, sendo o candidato mais votado do pleito.

Ainda segundo Bodea, no interregno entre 1946 e as eleições de janeiro de 1947, Loureiro e Brochado da Rocha fizeram um trabalho lento e gradual para transferir políticos e até diretórios inteiros do PSD para o PTB. Dentre os migrados está o próprio João Goulart, que se filiou ao PSD em 1945, mas se transferiu para o PTB, a pedido de Vargas.¹³⁴

Fernando Ferrari, por sua vez, integrava a Ala Moça do partido, junto com outros jovens como Leonel Brizola, Wilson Vargas e Sereno Chaise. Para Bodea, tais jovens tiveram influência simultânea das três correntes.¹³⁵ Diferentemente dos outros membros da agremiação, eles não tinham trajetórias políticas pregressas, sendo a atuação no PTB a sua primeira experiência política. Conforme mencionamos anteriormente, aquele foi o momento de aprendizado de uma nova geração de políticos vinculados ao PTB.

O autor demonstra que, com a entrada de novos quadros no PTB, a influência da corrente sindicalista vai diminuindo gradativamente, tanto que as disputas do partido entre os anos de 1947 a 1950 ocorrem entre os políticos adjetivados “pragmáticos” e os “programáticos”. Nas palavras de Bodea, “trava-se internamente uma luta mais ou menos explícita entre a ‘corrente ideológica’ do partido, basicamente orientada por Pasqualini, e os ‘políticos pragmáticos’ oriundos do PSD.”¹³⁶ Levando em consideração a predominância dessas duas correntes, é possível relacioná-las às tendências caracterizadas por Delgado.

¹³² CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha* (1930-1964). Porto Alegre: Edipucrs, 2007 (original de 1974), p. 192.

¹³³ BODEA, 1992, p. 29-30.

¹³⁴ Ibidem, p. 31-32.

¹³⁵ Ibidem, p. 44-45.

¹³⁶ Ibidem, p. 60.

Pasqualini, já mencionado pela autora, e seus seguidores, os políticos egressos da USB nesse primeiro momento, seriam doutrinários trabalhistas. Já os “pragmáticos”, políticos oriundos do PSD, pela sua ligação anterior com a estrutura do Estado durante o governo Vargas e sua vinculação direta com o ex-ditador, podem ser associados aos pragmático-getulistas.

Nos detendo mais às disputas do PTB no estado, esfera na qual Ferrari esteve envolvido nesse primeiro momento, o registro inicial dessa tensão apresentado por Bodea é a convenção de maio de 1948, que resultaria no afastamento temporário do “líder maior dos pragmáticos”, José Loureiro da Silva.¹³⁷ Em entrevista ao *Correio do Povo*, Loureiro reproduziu o telegrama que enviaria a Getúlio Vargas, justificando seu desligamento. Nele, o político criticava o personalismo e a ausência de preocupação com o programa partidário por parte de algumas lideranças. Refutava ainda a aliança com o Partido de Representação Popular (PRP), feita na Assembleia gaúcha. Para Loureiro, era muito mais coerente haver uma aliança com o PSD, por haver a base getulista em comum.¹³⁸

Chama atenção, no telegrama e na entrevista concedida ao jornal, o fato de o político atender especificamente para o desinteresse com o programa partidário, o personalismo e as alianças para fins eleitoreiros, que vão de encontro à dita orientação “pragmática” apontada por Bodea ou ainda aos pragmáticos getulistas, caracterizados por Delgado.

Retornaremos às tensões do PTB gaúcho após abordarmos a atuação parlamentar de Ferrari na Assembleia estadual, quando tratarmos das prévias das eleições estaduais de 1950.

Antes de voltarmos para a atuação de Ferrari, uma última exposição importante deve ser feita. Quando da cisão com o PTB, já no final dos anos 1950, Ferrari se dizia “discípulo de Alberto Pasqualini”. Buscava associar o legado daquele político à sua busca por uma ideologia para o trabalhismo. O político em questão e as suas formulações acerca do trabalhismo têm sido destacados em diversos estudos, desde o já referido livro de Miguel Bodea¹³⁹ até os mais atuais trabalhos de Luis A. Grijó (2007) e Laura V. Vasconcellos (2009). Alberto Pasqualini foi objeto da tese de doutoramento de Roberto B. da Silva, que trata da trajetória política, das filiações teóricas e das atividades eleitorais e parlamentares de Alberto Pasqualini e ainda de um aspecto caro ao político estudado no presente trabalho, o pasqualinismo.¹⁴⁰

¹³⁷ BODEA, 1992, p. 60.

¹³⁸ “Explica o Sr. Loureiro da Silva as Razões que o Levaram a Afastar-se do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 mai. 1948, p. 06 e 12.

¹³⁹ BODEA, 1992

¹⁴⁰ SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

Conforme mencionado no primeiro capítulo, Pasqualini iniciou sua trajetória política na “Era Vargas”, ocupando cargos públicos e o cargo eletivo de vereador de Porto Alegre. Em 1945, na transição do Estado Novo para a democracia, foi organizada a USB, um agrupamento para a discussão das ideias de Pasqualini. Segundo Silva, o líder da USB já desfrutava de destacada notoriedade política, muito em função de sua atuação no jornalismo, pois era articulista do jornal *Correio do Povo*. Com sua entrada no PTB e a malograda tentativa de se tornar governador do estado em 1947, Pasqualini se dedicaria, nos anos seguintes, à elaboração e à divulgação das diretrizes do trabalhismo. Já em 1948, publicou *Bases e Sugestões para uma Política Social*, sua principal obra.¹⁴¹

Silva analisa a produção de Pasqualini levando em consideração a sua trajetória intelectual e política desde os anos 1930, ou seja, no período anterior ao trabalhismo. O autor demonstra que seu pensamento foi marcado pela multiplicidade de influências e de inspirações políticas e filosóficas, iniciando o positivismo e o liberalismo – correntes doutrinárias predominantes da Primeira República no Rio Grande do Sul –, característicos dos primeiros anos de sua atuação política.¹⁴²

A terceira vertente a influenciar o pensamento de Pasqualini a partir nos anos 1940, que ganharia força no período em que atuou no PTB, foi o socialismo. Seus textos desse período mostram uma clara orientação socialista, manifestada na sua constante preocupação com a justiça social.¹⁴³ Já no PTB, Pasqualini buscou oferecer um posicionamento para o trabalhismo, a fim de diferenciá-lo tanto do “capitalismo individualista” quanto do “comunismo soviético.”

Detendo-se à produção a partir dos anos 1940, observa-se que a alternativa desenvolvida por Pasqualini diferia tanto do socialismo quanto do capitalismo tido como mero produtor de lucro, a que denominava capitalismo individualista. Suas críticas eram dirigidas aos dois sistemas:

É preciso não esquecer que há duas maneiras de privar o acesso à propriedade e aos meios de produção: uma, atribuindo-os exclusivamente ao Estado, e teremos então o socialismo; e outra enfeixando-os nas mãos de uma oligarquia econômica e financeira, e teremos então o capitalismo na sua forma mais ofensiva e repugnante. Contra isso nos batemos e nos bateremos.¹⁴⁴

¹⁴¹ SILVA, 2013, p. 94.

¹⁴² Ibidem, p. 141-154.

¹⁴³ Ibidem, p. 155-163.

¹⁴⁴ Palestra proferida em Caxias do Sul e publicada no jornal *Diário de Notícias* em 14 de setembro de 1950. Reproduzida em Dutra (1986).

Em detrimento do capitalismo individualista, Pasqualini defendia o capitalismo solidarista, um sistema de cooperação social que primasse pelo bem-estar coletivo. Em tal sistema, as relações entre capital e trabalho seriam reguladas por uma legislação justa, que garanta a justa recompensa ao trabalhador por sua contribuição na produção de bens que formam a riqueza nacional. Caberia ao Estado o papel de regulador das relações entre capital e trabalho, garantindo a distribuição equânime da riqueza. Com relação aos trabalhadores do campo, destacava a necessidade de concessão de crédito a produtores agrícolas e a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural. Nas palavras do político, deveria ser buscado

um capitalismo sadio, humano, que reconheça os direitos dos trabalhadores, que compreenda sua verdadeira função econômica e social, que se inspire nos princípios da solidariedade, que suporte os encargos que lhe incumbem perante a coletividade.¹⁴⁵

A via para se atingir a justiça social não seria a revolucionária, mas sim a reformista. Reside daí também seu pioneirismo na proposição das reformas, quando atuou como senador, a partir de 1951.

Voltando às influências no pensamento político de Alberto Pasqualini, apontadas por Silva, temos o catolicismo, que, segundo o autor, aparece especialmente no período em que o político atuou no PTB. É em meados dos anos 1940, praticamente no mesmo período em que começou a fazer referência ao socialismo, que Pasqualini passou a utilizar-se das premissas teológicas católicas. Tal utilização, segundo Silva, apresentava uma natureza peculiar. Tratava-se de um recurso persuasivo para “acomodar as propostas reformistas a certas opiniões assentadas culturalmente nas sociedades sul-rio-grandense e brasileira”. Sua argumentação parte da constatação de que, apesar de sua formação inicial ser pautada pelos valores do catolicismo, Pasqualini não fazia nenhuma menção de natureza religiosa nos textos da década de 1930 e era constantemente criticado por representantes do catolicismo, sendo acusado de comunista pela LEC. Assim, a doutrina social da Igreja era utilizada como uma espécie de legitimador da diferença entre o trabalhismo e o comunismo.¹⁴⁶

A atuação política e a difusão das ideias de Pasqualini o projetaram como proeminente líder no PTB. A influência inicialmente exercida entre os jovens e estudantes, em especial na seção gaúcha, logo adquiriu alcance nacional, quando o político despontou como o “grande teórico do trabalhismo”, como costuma ser caracterizado. Silva aponta algumas motivações para o fascínio despertado pela figura de Pasqualini entre os jovens:

¹⁴⁵ “Trabalhismo e Socialismo – Discurso em Caxias do Sul (1946)”, reproduzido em Simon (1994).

¹⁴⁶ SILVA, 2013, p. 164-169.

A veia pedagógica, a crítica a alguns costumes políticos brasileiros e a defesa de certos ideais reformistas consistiram em relevantes aspectos potencialmente sensíveis aos jovens e estudantes. Pasqualini tendeu a ter a sua imagem associada à de um político destituído de interesse material e comprometido com a pureza das ideias e com o estudo e o saber. Sem dúvida, nuanças de uma prática e de uma retórica política que, com certa facilidade, guardavam apelo nos meios estudantis e na juventude.¹⁴⁷

O prestígio de Pasqualini no partido possibilitou que o político, como já apontamos anteriormente, liderasse uma corrente doutrinária no PTB. Tomando como objeto de análise a *Revista Trabalhista*, editada a partir de dezembro de 1949, no Rio de Janeiro, então capital brasileira, Silva observou ainda o processo de construção da imagem política de Pasqualini como “materialmente ‘desinteressado’ e ‘idealista’”, o que já era feita desde seus primeiros anos no PTB gaúcho. De acordo com o autor, a referida revista também contribuiu com a construção da imagem da personagem:

Pasqualini representava, por falta expressão maior, um “profeta” envolvido com uma “missão” política nobre e sagrada pela editoria da publicação: o proselitismo, a elaboração e a realização dos princípios trabalhistas. Homem e ideias, provavelmente, tenderam a ser fundidos para a constituição de um símbolo eticamente elevado, sob a ótica da revista, porque elevados seriam os ideais trabalhistas e as causas dos trabalhadores.¹⁴⁸

Ética, moralidade e coerência com os princípios trabalhistas passaram a ser associados à figura de Alberto Pasqualini. Silva denomina esse fenômeno *pasqualinismo*. Ao referir-se a Alberto Pasqualini, os políticos do PTB evocavam também os elementos associados à sua figura.

Feitos os primeiros apontamentos bibliográficos, passemos à atuação de Ferrari no parlamento gaúcho.

Durante a temporada da Constituinte, o então estudante Emiliano Limberger foi a uma sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para conhecer aquele a quem chamavam o campeão do “pinga-pinga”. A alcunha se devia ao fato de Ferrari usar a tribuna para tratar dos mais diversos assuntos, “desde a bicicleta até o problema do petróleo”, trazendo casos de pessoas simples ao plenário. Limberger recorda: “por exemplo, um Flores da Cunha

¹⁴⁷ SILVA, 2013, p. 207.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 237.

e um Pasqualini nunca se ocuparam com o resto do chão, do dia-a-dia, com as coisas mais comuns do povo. Mas não era só isso, tanto que ele foi o relator do capítulo da economia.”¹⁴⁹

A memória de Emiliano encontra eco na leitura das falas de Ferrari na Assembleia, que dá a ver uma variedade de assuntos levados a plenário pelo jovem deputado. Também a quantidade de pronunciamentos chama a atenção: foram contabilizados mais de seiscentos durante a legislatura. A imprensa noticiava a “produtividade” de Ferrari. No ranking feito pelo *Diário de Notícias*, o deputado foi apontado como o que mais falou no ano de 1949.¹⁵⁰ Já na *Folha da Tarde*, periódico ligado ao *Correio do Povo*, a coluna “A Assembleia Fora dos Anais” abordava, de forma bem-humorada, as atividades legislativas, registrando que, mesmo tendo prometido, não seria possível não falar de Ferrari pois o deputado havia se pronunciado novamente. Dizia que, apesar de bem-intencionado, Ferrari “fala demais”.¹⁵¹ Meses depois, a mesma coluna anunciava: “O primeiro orador da hora do expediente foi... o quê? Já sabiam... foi o deputado Fernando Ferrari.”¹⁵²

Se os anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande Sul se revelaram uma fonte profícua para observar a performance política de Ferrari, o mesmo não vale para o deputado João Goulart, à época correligionário. Segundo Ferreira, diferentemente de Leonel Brizola, bastante ativo na bancada de oposição ao governo do Estado, e, acrescentamos aqui, diferentemente de Ferrari, Jango não se destacou no cargo. Discursou apenas uma vez ao longo do mandato. Sua atuação, aponta o historiador, estaria mais ligada à estruturação do partido, com a criação de diretórios no interior e a articulação da candidatura de Getúlio Vargas ao Governo Federal.¹⁵³

A boa relação entre de Vargas e Jango é, aliás, bastante enfatizada por Ferreira e considerada essencial para a sua carreira política. Segundo o autor, para além da ligação existente entre a família Vargas e a família Goulart, ambas da elite da cidade de São Borja, a partir do exílio de Vargas, após o encerramento do Estado Novo, começa a surgir um vínculo entre os dois que não seria exagero qualificar como afetivo. Eles mantinham contato constante em São Borja. Jango nutria grande admiração por Vargas, que, por sua vez, via em Goulart um político em potencial para construir o PTB. O contato com Vargas teria sido determinante

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e a Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

¹⁵⁰ “Com 366 Discursos, Fernando Ferrari Bateu o Recorde de Oratória”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 jan. 1950. Encontra-se no APFF.

¹⁵¹ “A Assembleia Fora dos Anais”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 14 jul. 1948. Encontra-se no APFF.

¹⁵² “A Assembleia Fora dos Anais”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 22 out. 1948. Encontra-se no APFF.

¹⁵³ FERREIRA, 2011, p. 57.

para o ingresso de Jango na política, moldando inclusive o seu estilo pouco afeito a discussões legislativas, que era igualmente o de Vargas.¹⁵⁴

Voltando a Ferrari, pontuamos, a seguir, alguns temas principais abordados por ele nas “muitas falas” no parlamento gaúcho, quais sejam: as concepções acerca da economia e a defesa da regulamentação da profissão de economista; a atuação na bancada de oposição ao governo do PSD e de defesa do PTB; a defesa dos trabalhadores e a atenção às populações do interior do estado.¹⁵⁵

A legislatura de 1947–1951 marcou a transição de um regime autoritário para o democrático. As discussões ocorridas no plenário da Assembleia tinham, entre suas matérias principais, as possíveis características desse novo governo no Brasil. Para o deputado e economista Fernando Ferrari, uma questão era central: democracia e intervencionismo estatal deveriam andar juntos.

Já na Constituinte de 1947, quando Ferrari foi relator da Comissão de Ordem Econômica e Social – o “capítulo da economia”, mencionado por Limberger –, tal tema aparecia de maneira destacada em seus discursos. Data desse período o primeiro indício do contato de Ferrari com Pasqualini, que auxiliou os redatores do referido capítulo. No livro *Minha Campanha*, escrito pelo deputado após a malograda disputa da Vice-Presidência da República, em 1960, Ferrari trouxe a público as memórias da sua vida política. Salientou a participação de Alberto Pasqualini como orientador dos redatores do título “Da Ordem Econômica e Social” da Constituição de 1947.¹⁵⁶

Sobre a atuação de Pasqualini naquele evento, Silva destacou a inclusão, em relação ao previsto na Constituição Federal de 1946, do postulado constitucional que previa a submissão dos limites da propriedade privada à “conveniência social”, sem condicionantes de destaque, ou seja, ampliando a possibilidade de desapropriações para a realização de reformas.¹⁵⁷

Em seu primeiro discurso, “Em defesa da Ordem Econômica e Social da Constituição”, Ferrari fez uma exposição acerca da “evolução do direito social”. Mencionou a importância do cristianismo nesse processo, destacando “as encíclicas dos Papas do Direito social

¹⁵⁴ FERREIRA, 2011, p. 49-82.

¹⁵⁵ BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (orgs). *Fernando Ferrari: Perfil Biográfico, Discursos no Parlamento Gaúcho e Imagens (1947–1951)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 10 mai. 2014.

¹⁵⁶ FERRARI, 1961.

¹⁵⁷ SILVA, 2013, p. 251-254.

moderno, Leão XIII e Pio XI”.¹⁵⁸ Seguindo a orientação das encíclicas papais, declarava não compreender os movimentos anticristãos das classes trabalhadoras, em uma alusão à presença de ideias comunistas entre estes últimos. “Diante destas realidades e destas conquistas, não podemos compreender o motivo de quererem certas massas obreiras governar sem CRISTO, quando foi Ele próprio o supremo inspirador dos seus direitos!”, afirmava o parlamentar.¹⁵⁹ Vemos, nessa e em outras manifestações, a continuidade da influência religiosa de Ferrari, que transparece, em sua retórica, nas inúmeras referências a passagens da Bíblia e no destaque que dá às contribuições da religião à conformação da sociedade.

No mesmo pronunciamento, Ferrari enfatizou as conquistas do Direito social no Brasil, destacando a legislação trabalhista e atribuindo sua implementação ao governo de Getúlio Vargas. Salientou também o grande avanço que a inclusão de dispositivos no título “Da Ordem Econômica e Social” da Constituição elaborada pelo Partido Trabalhista representaria à garantia de direitos aos cidadãos. Por fim, o deputado frisou a importância de um Estado regulador, visando ao bem-estar social:

Ora, é sabido que este bem-estar social só pode ter por base a justiça. E, sendo o direito social o centro da economia moderna, ele deve estar comungado com a justiça que, por sua vez, será o elo de amor e de solidariedade humana. Têm, portanto, os Estados, o dever de tornar mais justa possível sua ordem econômica.¹⁶⁰

Dáí os princípios intervencionistas já previstos na Constituição Federal estarem inclusos no título “Da Ordem Econômica e Social” da Constituição do Rio Grande do Sul. Ferrari defendia ainda que houvesse itens relativos às especificidades regionais na lei gaúcha.

Após a promulgação da Constituição do estado, o tema do intervencionismo estatal continuou na agenda do deputado. Ferrari explanou, em diversas ocasiões, a existência de um desequilíbrio na relação entre produção e consumo, que o Estado deveria regular. Salientou, entretanto, que esse intervencionismo seria restrito à área econômica, deixando de lado as demais atividades humanas. Ao ser questionado por colegas deputados, negava peremptoriamente o intervencionismo em atividades não econômicas.¹⁶¹

Nesse sentido, Ferrari defendeu a não extinção do Instituto Rio-Grandense do Vinho, órgão de fiscalização e de auxílio àquela cadeia produtiva. Julgava necessária tão somente a sua reestruturação, dando maior ingerência aos produtores. Extinguir o Instituto, para o

¹⁵⁸ Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), respectivamente.

¹⁵⁹ Anais da Assembleia Legislativa: 30ª sessão, em 25 de abril de 1947.

¹⁶⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 30ª sessão, em 25 de abril de 1947.

¹⁶¹ Anais da Assembleia Legislativa. 24ª sessão, em 26 de maio de 1948.

deputado, seria deixar os produtores de uva à mercê de uma provável exploração. Assim, manifestou-se contrariamente a outros deputados, como Achilles Mincarone (PTB) e Raymundo Zanin (PTB), que defendiam o fechamento do Instituto: “Nenhum outro ramo tem tanta necessidade de intervenção estatal quanto este”, afirmava o parlamentar. Tal situação se devia sobretudo às grandes oscilações entre produção e consumo do produto.¹⁶²

Outro exemplo, relacionado ao intervencionismo nacional, foi a abordagem dada por Ferrari à questão do petróleo no Brasil. Ao fazer uma exposição acerca da sua produção no mundo, ressaltou o que considerava mecanismos exploratórios das grandes companhias petrolíferas exercidos sobre diversos países fornecedores, a exemplo da Venezuela, Paraguai e Iraque. Já os grandes países produtores, como Estados Unidos e Rússia, viveriam outra situação, com o controle estatal da produção e a garantia de reservas. Nas palavras do deputado:

Os povos que não compreendem que o petróleo pertence à Nação, pertence a todos os nacionais igualmente, são povos fracos, sugados no seu sangue, miseráveis, empobrecidos. Vejamos o nível de vida dos persas, dos iraquêses [sic], o atraso social-econômico da Venezuela, o desmantelo econômico do Paraguai — e não precisaremos dizer mais.¹⁶³

O Brasil, destacava Ferrari, estaria no grupo dos países dependentes das companhias estrangeiras, sendo necessária uma mudança nessa orientação, contando com a atuação estatal na sua regulação. A reorientação seria efetivada alguns anos depois, em 1953, já no segundo governo Vargas, com a criação da Petrobras.

Numa perspectiva mais ampla, no entanto, o país, no seu ponto de vista, não apresentaria ainda capacidade de levar a cabo um bom plano intervencionista. Um dos motivos apontados era a inexistência de pessoal técnico suficiente para o planejamento.¹⁶⁴ A falta de capacitação técnica para resolver problemas econômicos é ressaltada em diversos dos seus discursos. Temos um aspecto de sua trajetória pregressa, a graduação em Economia, como influência de suas formulações. Da mesma forma, o economista Ferrari partilhava da ideia que, conforme ressaltou Maria Rita Loureiro, começava a se formar na época: a necessidade

¹⁶² Anais da Assembleia Legislativa. 167ª sessão, em 15 de dezembro de 1948. Sobre o Instituto Rio-Grandense do Vinho, afirma a socióloga Anete Jalfim (1991) que sua criação ocorreu em 17 de setembro de 1936, como um organismo autárquico. Encerrou suas atividades em 17 de julho de 1950, por haver forças contrárias à sua existência: agricultores, produtores, comerciantes e representantes comerciais de vinho. Essas forças, apoiadas por representantes no Poder Legislativo, em especial o deputado Achilles Mincarone (PTB), fizeram com que o Instituto fosse extinto.

¹⁶³ Anais da Assembleia Legislativa. 35ª sessão, em 11 de junho de 1948.

¹⁶⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 24ª sessão, em 26 de maio de 1948.

de gestão técnica do Estado, que seria levada a cabo pelos economistas e profissionais de áreas afins.¹⁶⁵

Ferrari era o único economista naquela legislatura. A defesa de sua categoria profissional aparecia com destaque, especialmente em sua atuação pela regulamentação da profissão de economista. O engajamento tem relação direta com sua concepção de economia: sendo esta “uma questão de Estado”, conforme mencionamos, o Estado deveria ser dotado de técnicos para gerir seu planejamento econômico. Daí a importância de terem sua profissão reconhecida legalmente. O referido tema pode ser observado em diversas intervenções no plenário, a exemplo da que segue:

Enquanto, Sr. Presidente, não regulamentarmos a profissão do economista, do bacharel em ciências políticas e econômicas, nada poderemos fazer em proveito da economia nacional, porque um técnico, dentro do Estado moderno, não se improvisa. Um técnico precisa ser treinado no laboratório, precisa, Sr. Presidente, estudar nas faculdades e universidades, porque é muito difícil encontrarmos um técnico abalizado, autodidata. É lógico que há grandes exceções. É lógico, Sr. Presidente, que há muita gente que não tem um diploma e que está muito mais aparelhada e mais capacitada para abordar um determinado problema do que muita gente que é diplomada, que tem um pergaminho de bacharel nesta ou naquela profissão.

Mas, esta não é a regra geral e se aceitássemos estes princípios, estaríamos negando todo o sistema de organização do ensino brasileiro.¹⁶⁶

O deputado ressaltava, além disso, o desestímulo dos estudantes para procurar um curso cuja profissão não fosse regulamentada e elencava países julgados mais avançados, que já haviam regulamentado a profissão. Em um requerimento, o deputado solicita à Assembleia que se dirija ao presidente da República solicitando o encaminhamento, de forma mais breve possível, do projeto de lei sobre a regulamentação da profissão de bacharel em ciências políticas e econômicas.¹⁶⁷

Em dezembro de 1948, Ferrari comemorou a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados.¹⁶⁸ Já em 1950, em seu último discurso sobre o assunto, criticou as emendas feitas pelo Senado ao projeto, que, segundo o parlamentar, o teriam descaracterizado, na medida em que tirariam todas as prerrogativas e todos os direitos dos bacharéis.¹⁶⁹ Em 13 de agosto de 1951, quando Ferrari já era deputado federal, foi promulgada a Lei nº 1.411, que regulamentou

¹⁶⁵ LOUREIRO, 1997.

¹⁶⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 102ª sessão, em 3 de dezembro de 1947.

¹⁶⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 24ª sessão, em 16 de abril de 1947.

¹⁶⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 157ª sessão, em 2 de dezembro de 1948. O projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de economista (PL 367/48) foi apresentado ao Congresso Nacional por Pedrosa Júnior - PTB/SP, em 25 de maio de 1948.

¹⁶⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 30ª sessão, em 6 de junho de 1950.

a profissão de economista, definindo que seria privativa aos bacharéis em Economia formados no Brasil.¹⁷⁰

Passemos agora à atuação na arena de disputas partidárias. Apesar de os dois principais partidos na Assembleia terem uma origem comum – PTB e PSD surgiram da experiência do primeiro governo Vargas –, existia grande rivalidade entre eles, especialmente no Rio Grande do Sul, que teve candidaturas dos dois partidos ao governo do estado já em 1946, quando Walter Jobim (PSD) venceu o candidato petebista Alberto Pasqualini.

Nesse momento, é indispensável relacionar a postura parlamentar de Ferrari com a centralidade de Getúlio Vargas na conformação do partido. No plenário, Ferrari explicitou diversas vezes sua admiração por Vargas, tendo-o como o exemplo a ser seguido. No destaque dado à importância da legislação social, o deputado sempre se remetia a Vargas, tido como grande responsável por sua implementação no Brasil.¹⁷¹

Em um discurso em 1949, ao tecer comentários sobre movimentos grevistas no estado, Ferrari remontou àquela que denominou “uma única fase de paz aos trabalhadores brasileiros”, a época que vai de 1930 a 1945, ou seja, o Governo Vargas. Na concepção do deputado:

Antes de 1930, os problemas sociais brasileiros, como bem sabe o plenário que me ouviu, eram resolvidos ainda à pata de cavalo, com prisões e com tropelias policiais. Depois de 1930, e é uma fase histórica que já está caracterizada, comprovada, os trabalhadores brasileiros, dentro da harmonia e da ordem social, tiveram 83% das reivindicações pelas quais seus antepassados vinham lutando durante séculos inteiros. É preciso que reconheçamos essa fase da história política do Brasil para fazer justiça aos homens que, com alto espírito cívico e patriótico, dirigiram os ideais da Pátria brasileira nestes quinze anos, que se tem dito de tão curto governo.¹⁷²

O Governo Vargas, tido por Ferrari como um período de conquistas dos trabalhadores, era comparado com os governos atuais, tanto federal quanto estadual, aos quais seu partido fazia oposição. As greves no estado resultariam, segundo o deputado, do desequilíbrio da ordem econômica, gerado pela falta de planejamento e de controle econômico. Tal situação

¹⁷⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1411.htm>. Acesso em: 18 out. 2013. Na legislatura estadual, temos como um exemplar da relação de Ferrari com sua classe profissional o jantar “de caráter apolítico” oferecido em sua homenagem no ano de 1949 em Porto Alegre. O evento contou com as presenças de representantes de associações comerciais e industriais do estado, do presidente de honra da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, Luiz Siegman, do diretor do Ginásio Nossa Senhora do Rosário e Superior dos Irmãos Maristas, Irmão José Otão, e do industrial A.J. Renner, caracterizado pela reportagem como “benfeitor da classe dos economistas”. “Jantar de Apreço e Simpatia Será Oferecido ao Deputado Fernando Ferrari”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 12 jun. 1949; “Homenageado Ontem o Deputado Fernando Ferrari”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 15 jun. 1949; “Homenagem ao Deputado Fernando Ferrari”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 jun. 1949. Encontram-se no APFF.

¹⁷¹ Alguns exemplos das referências de Ferrari a Vargas nos Anais da Assembleia Legislativa estão nas seguintes sessões: 3ª sessão, em 13 de março de 1947; 104ª sessão, em 05 de dezembro de 1947; 61ª sessão, em 20 de julho de 1948; 61ª sessão, em 20 de julho de 1949; 26ª sessão, em 31 de maio de 1950.

¹⁷² Anais da Assembleia Legislativa. 4ª sessão, em 27 de abril de 1949.

resultava no encarecimento dos gêneros de primeira necessidade do trabalhador. O deputado criticava, ainda, a ação repressiva da polícia para com os grevistas.¹⁷³

Na defesa do legado de Vargas, o deputado trabalhista rebatia também as constantes críticas dos deputados udenistas. No exemplo abaixo, Ferrari responde da seguinte forma a Alcides Flores Soares Júnior (UDN):

ele [Getúlio Vargas] ainda não morreu para o povo brasileiro, está mais vivo do que nunca, dentro do coração do povo; e ninguém, nem o Partido de V. Exa. nem os reacionários mais atrabiliários, evitarão que ele volte em 1950, para reconstruir o Brasil, levado à ruína nestes 4 últimos anos.¹⁷⁴

Além de exaltar o legado do ex-presidente, Ferrari também ocupou a tribuna para defender o direito de Vargas a ser candidato nas eleições de 1950. Para Ferrari, ao ser levado à Presidência pela via democrática, Vargas estaria completando seu ciclo político:

Queremos eleições livres para, livremente, pleitearmos a candidatura do eminente cidadão da República, senador Getúlio Vargas. Tanto mais o queremos, Sr. Presidente, porque compreendemos e sabemos que o Sr. Getúlio Vargas ainda não completou o seu ciclo político; não deve se recolher à sua vida privada antes de completar esse ciclo político, e sem prestar ainda relevantes serviços aos trabalhadores e à coletividade nacional... Quer dizer, Sr. Presidente, que o Sr. Getúlio Vargas ainda não teve a oportunidade de ser eleito livre e diretamente pelo povo brasileiro.¹⁷⁵

Ferrari se valeu do *getulismo* em seus discursos. Em sua essência, estava a afirmação de uma identidade trabalhista, com as conquistas do governo Vargas sendo usadas como pano de fundo na argumentação. Ao se pronunciar em prol do PTB, o deputado falava, do mesmo modo, em prol da imagem do então senador e futuro candidato à Presidência em 1950, demonstrando a expectativa de que ele fosse eleito presidente nesse ano, como de fato aconteceu.

O trabalho de fortalecimento do PTB incluiu uma oposição sistemática, desde o parlamento estadual, aos governos pessedistas. O governador Walter Jobim era criticado pela falta de racionalização na gestão pública e pela ineficiência técnica, temas constantemente trazidos ao plenário por Ferrari. A precária situação financeira do estado, posta em debate

¹⁷³ Anais da Assembleia Legislativa. 4ª sessão, em 27 de abril de 1949. As greves mencionadas no discurso são as dos mineiros de São Jerônimo, as dos trabalhadores do Frigorífico Armour e as dos trabalhadores da Carris.

¹⁷⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 138ª sessão, em 16 de novembro de 1949.

¹⁷⁵ Anais da Assembleia Legislativa. 26ª sessão, em 31 de maio de 1950. O mesmo tema é retomado por Fernando Ferrari na 39ª sessão, em 20 de junho de 1950.

pelos deputados naquela legislatura, também foi bastante enfatizada nas falas do jovem trabalhista, que a atribuía, em sua maior parte, à ineficácia da gestão econômica do governo.¹⁷⁶

Já em agosto de 1948, Ferrari fez um extenso discurso criticando diversas ações do governador, como, por exemplo, a carência na medicina preventiva, na assistência aos menores abandonados e no setor penitenciário do Estado. A precária situação das estradas, geridas pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER), era denunciada pelo deputado, que também criticava o mesmo órgão pelo atraso no pagamento dos operários.¹⁷⁷ Ferrari era incisivo ao apontar os problemas no governo estadual, como podemos observar no excerto a seguir, extraído do referido discurso:

Este governo, que era a panaceia de todos os males, continua, senhor presidente, sendo a desilusão de todos os momentos, porque de absolutamente nada foi feito daquilo verdadeiramente proposto, a não ser, confesso, o plano de eletrificação que tem sido animado por S. Exa. Nada nos outros setores se fez pelo bem do povo que ele queria e pretendia proteger.¹⁷⁸

Diante da argumentação, por parte do deputado governista Albano José Wolkmer (PSD), de que o Estado não dispunha de recursos para levar a cabo o que Ferrari indicava e de que os trabalhadores não estavam reclamando, o deputado trabalhista respondeu da seguinte forma:

Desça da sua cadeira de deputado e desça ao interior da classe média e vá perscrutar seus problemas, viaje no interior de um bonde, vá às choças dos operários, viaje ao interior e V. Exa. verá um clamor que por toda a parte se levanta no seio do povo, desencadeado pelo governo do Sr. Walter Jobim.¹⁷⁹

A fala acima evidencia o esforço de Ferrari para caracterizar o PSD como um partido elitista e incapaz de compreender os anseios dos trabalhadores. Em diversas ocasiões, as críticas ao governo do estado são associadas a uma visão igualmente negativa do governo federal. A própria questão do relacionamento com os trabalhadores pode ser tomada como exemplo. Em resposta ao pedido do deputado Nestor Jost (PSD), reiterado pelo deputado Tarso Dutra (PSD), para que fornecesse uma prova de que seu partido estivesse desprezando os interesses dos trabalhadores, Ferrari retomava críticas feitas anteriormente e, com a rotineira referência a Vargas, afirmava:

¹⁷⁶ As considerações sobre a situação financeira do estado podem ser observadas em diversos discursos de Ferrari, dentre eles a 24ª sessão, em 26 de maio de 1948; a 72ª sessão, em 03 de agosto de 1948; e a 4ª sessão extraordinária, em 12 de janeiro de 1950.

¹⁷⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 72ª sessão, em 03 de agosto de 1948. A crítica devido ao não pagamento dos operários do DAER está na 89ª sessão, em 31 de agosto de 1949.

¹⁷⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 72ª sessão, em 03 de agosto de 1948.

¹⁷⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 72ª sessão, em 03 de agosto de 1948.

Pediria a V. Exa. que não me forçasse a repetir esse rosário intermimo de atitudes, proposições e atos do poder público federal, relegando a um segundo plano a classe trabalhadora; no que diz respeito, inclusive, à legislação social; pois, ao meu entender, toda a postergação de dispositivos desta legislação importa na derrota dos trabalhadores e o Gen. Dutra não tem cuidado da legislação trabalhista com a qual se corrido o eminente senador Getúlio Vargas.¹⁸⁰

Um dos alvos principais do governo federal foi o então ministro da Viação e Obras Públicas Clóvis Pestana (PSD), apontado pelo deputado trabalhista como candidato ao governo do estado da preferência do Presidente Dutra. Ferrari afirmava que Pestana seria o candidato imposto “desde o Catete”, associando tal fato a um princípio antidemocrático do chefe de estado pessedista. A candidatura de Pestana não se confirmou, uma vez que o candidato escolhido pelo PSD foi Cylon Rosa.¹⁸¹

Em 1949, quando havia ainda a possibilidade de Pestana ser candidato a governador, Ferrari não poupou de críticas o titular da pasta Viação e Obras Públicas. O parlamentar trabalhista criticava aquilo que considerava um “método de trabalho” equivocado do ministro, que consistia em fazer um número grande de obras com um orçamento reduzido, às custas do atraso no pagamento dos trabalhadores. A atitude do ministro seria elucidativa do pensamento dos líderes do PSD, que, tal como os representantes estaduais, também relegavam os problemas dos trabalhadores a um plano secundário. Nas críticas do deputado aos líderes do partido transparece igualmente a associação da agremiação com as elites:

Os homens do centro, do Partido Social Democrático, acham ainda que a aristocracia, acham que ainda a burguesia que as classes conservadoras de São Paulo e do Distrito Federal, aliadas a outras classes poderosas de Pernambuco, Bahia e Minas, podem eleger o presidente da República, a despeito, à revelia, ao arripio das aspirações populares. O centro, nobre colega, não crê na força eleitoral dos trabalhadores. Aí precisamente é que está o verdadeiro pé de burro, o verdadeiro boeiro [sic] para sepultar essas aspirações eleitorais no Rio Grande do Sul e em qualquer outro estado onde S. Exa. teimar em subestimar o valor do proletariado brasileiro.¹⁸²

Quanto à relação entre Vargas e Ferrari, seu ardoroso defensor no plenário gaúcho, é importante frisar que não foi observada uma ligação íntima entre os políticos. Ferrari não integrava o núcleo político ligado ao ex-presidente, ocupado, naquele momento, por João Goulart, que, como já referimos, adquiriu status de homem de confiança de Vargas, de Ivete Vargas e de outros parentes próximos.

¹⁸⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 89ª sessão, em 31 de agosto de 1949.

¹⁸¹ Anais da Assembleia Legislativa. 89ª sessão, em 31 de agosto de 1949.

¹⁸² Anais da Assembleia Legislativa. 89ª sessão, em 31 de agosto de 1949.

Se não há indícios de uma possível relação mais estreita entre Ferrari e Vargas, foram registrados contatos esporádicos entre o líder maior do partido e o seu jovem admirador. Em janeiro de 1950, Ferrari viajou à Fazenda Itú, em São Borja, como enviado especial dos Diários Associados (grupo a que pertencia o jornal porto-alegrense *Diário de Notícias*). O principal tema abordado foi um desmentido das especulações acerca de uma aliança entre Vargas e Luiz Carlos Prestes, líder dos comunistas.¹⁸³ O tema do anticomunismo, amplamente destacado pela historiografia sobre os primeiros anos do PTB, esteve presente não apenas nesse encontro com Vargas, mas durante toda sua atuação no parlamento gaúcho.

Em 29 de novembro de 1948, por exemplo, dois dias após a Intentona Comunista de 1935 completar 13 anos, Ferrari utilizou o plenário para prestar homenagem àqueles que morreram na defesa da pátria, ou seja, às forças legalistas.¹⁸⁴ O estudo de Motta relaciona os tributos oficiais aos mortos na Intentona, feitos ano a ano no Rio de Janeiro, às manifestações de anticomunismo no Brasil. Rememorar as versões contadas sob o prisma dos anticomunistas se constituía em uma eficiente forma de propaganda a favor da causa dos mesmos, afirma o autor.¹⁸⁵

A homenagem prestada por Ferrari pode também ser relacionada ao rol de manifestações de anticomunismo do deputado. Em outras ocasiões, foi possível observar ainda o seu esforço para distanciar trabalhismo de comunismo. Um episódio que explicitou tal esforço foi a crítica feita à polícia estadual no final de 1949. O protesto do deputado se devia à atitude da polícia durante um comício contra a Lei de Segurança Nacional, realizado no Largo da Prefeitura de Porto Alegre em 21 de novembro. Segundo Ferrari, agentes da segurança pública teriam gravado os discursos e feito fotografias em que políticos ligados ao PTB apareciam ao lado de nomes ligados ao comunismo. Manifestando sua indignação com a atitude da polícia, Ferrari salientava a necessidade de desfazer a associação do seu partido com os comunistas:¹⁸⁶

Estou aqui para evitar que explorem os postulados do Partido Trabalhista Brasileiro, sintonizantes com aqueles da Igreja Católica Apostólica Romana, já definidos pelo Papa do Direito Social, Leão XIII. Quero que acabemos, de uma vez por todas, com esta exploração, que deixemos as coisas bem claras, que nos definamos de uma vez por todas, porque é preciso que tenhamos coragem de tomar a dianteira daqueles movimentos patrióticos, embora sejam liderados por elementos contrários ou

¹⁸³ “Getúlio, o Comunismo, a Igreja e o Divórcio”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 jan. 1950. Encontra-se no APFF. Reportagens semelhantes foram publicadas nos periódicos *O Jornal*, Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1950; e *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1950. APFF.

¹⁸⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 154ª sessão, em 28 de novembro de 1948.

¹⁸⁵ MOTTA, 2002, p. 82-83.

¹⁸⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 147ª sessão, em 29 de outubro de 1949.

suspeitos, ou contrários ao interesse e à nacionalidade. É preciso que tenhamos a coragem de tomar esses postos de mando para que outros piores não tomem, porque nós devemos evitar que o processo político seja isso que já tem sido lamentavelmente, seja a seleção dos piores.¹⁸⁷

Observa-se que a principal diferenciação apresentada nesse primeiro momento é o fato de o PTB seguir os postulados da Igreja Católica. Outra observação importante é que o deputado não defendia uma ação violenta contra os comunistas. A melhor forma de combater sua infiltração no movimento operário era fortalecer a participação do PTB nos espaços ocupados por eles. No mesmo discurso, após um aparte do deputado Leopoldo Machado (PTB) sugerindo que se prendessem os elementos comunistas infiltrados nos movimentos de reivindicação, Ferrari discordou da alternativa apresentada pelo colega: “Agradeço o aparte de V. Exa., mas entendo que as soluções para os fatos apontados devem ser soluções sociais, soluções econômicas, e nunca grades de cadeia.”¹⁸⁸

Também relacionado à sua orientação política, a garantia do cumprimento da legislação dos trabalhadores foi outro tema destacado em sua atuação parlamentar. Ferrari faz longas críticas ao Executivo estadual e aos órgãos relacionados à proteção dos trabalhadores. Nos pronunciamentos do deputado, muitas são as menções a despejos de agricultores, a atrasos de salários e a más condições de trabalhadores em geral, professoras e demais funcionários públicos.

Um bom exemplo dessa atuação foi a crítica veemente feita devido ao não pagamento dos vencimentos de trabalhadores de uma mina de carvão na cidade de São Jerônimo.¹⁸⁹ Sob o argumento de que muitos deles estavam sem alimentação para si e para os filhos, o parlamentar evidenciava constantemente a importância das empresas públicas e privadas garantirem os direitos dos trabalhadores, previstos na Constituição Federal de 1946, tais como a participação nos lucros das empresas, o seguro desemprego e o direito à greve e à associação profissional ou sindical.

Ao falar nas reivindicações dos trabalhadores, Ferrari reiterava a diferença entre fazer valer os princípios constitucionais trabalhistas e atuar politicamente com ideais da esquerda radical. No mesmo pronunciamento, o deputado manifestou seu apoio a um movimento grevista dos trabalhadores nas minas de carvão. Condenou, porém, a influência ideológica de grupos comunistas envolvidos no caso:

¹⁸⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 147ª sessão, em 29 de outubro de 1949.

¹⁸⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 147ª sessão, em 29 de outubro de 1949.

¹⁸⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 120ª sessão, em 29 de novembro de 1949.

Os comunistas, como sabem V. Exas., a todo o momento, estão esperando tirar proveito da classe operária, dos legítimos operários, que trabalham, com sacrifício, por uma coletividade politicamente organizada. Estes comunistas que só sabem explorar essas paixões dos trabalhadores, em determinados momentos, estão agora fazendo com que os mineiros de São Jerônimo sejam cobaias de suas experimentações. Eu tenho em minha pasta alguns boletins inflamados que já foram distribuídos em São Jerônimo pelos comunistas, pedindo aos trabalhadores para irem à greve contra a lei de segurança, contra isso, contra aquilo, explorando certas circunstâncias, porque o Estado e os deputados burgueses, como eles chamam nesses boletins, nada resolvem e nada podem fazer em benefício daqueles trabalhadores.¹⁹⁰

Observa-se, pois, que Ferrari atentou para a necessidade de cumprimento da legislação trabalhista, considerando sua aplicação como essência do trabalhismo. Da mesma forma, buscava constantemente diferenciar o projeto do PTB daquele previsto pelos comunistas. Daí as manifestações contrárias a essa orientação política serem um destaque de seus pronunciamentos.

Com relação à questão agrária – tema destacado de sua atuação política –, já no parlamento estadual transparece sua atenção aos trabalhadores rurais, atentando para necessidade de amparo legal e de incentivo estatal para os mesmos. Fazendo comparações entre as regiões do Rio Grande do Sul, Ferrari critica a grande propriedade das regiões pastoris e vê a solução para o problema da terra no incentivo à pequena propriedade, ao molde das regiões coloniais.

Está provado à sociedade, o *antieconomismo* da grande propriedade com o rol das suas funestas consequências sociais, e a magnificência da pequena propriedade, acompanhada, quase sempre, do cultivo racional das glebas, do promissorismo das habitações e do vigor de seus trabalhadores. Olhemos as regiões coloniais e as pastoris; comparemo-las e saltar-nos-á à inteligência o contraste aberrador.¹⁹¹

Valendo-se da sessão “Da Ordem Econômica e Social” da Constituição do Estado, da qual fora relator, que previa, no Parágrafo 2º do artigo 174, que, “atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover à justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção”, Ferrari elaborou um projeto de lei prevendo que o estado estudasse a concessão de glebas de terra na região da campanha para serem destinadas à distribuição a agricultores.¹⁹²

¹⁹⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 124ª sessão, em 25 de outubro de 1949.

¹⁹¹ Anais da Assembleia Legislativa. 57ª sessão, em 13 de julho de 1948.

¹⁹² Projeto de Lei 125/48. Ementa: Dá autorização ao Poder Executivo e baixa norma para proceder ao estudo de glebas na região da Campanha. O projeto foi apresentado na 57ª sessão, em 13 de julho de 1948.

O deputado trabalhista já apontava, naquela legislatura, a necessidade de um amplo plano de reforma agrária no estado, criticando o governo do estado por não agilizar tal processo.¹⁹³

O estudo de Bodea destaca a atuação de Ferrari e Brizola, na bancada gaúcha, em prol dos agricultores, o que também integraria uma estratégia evidente para atrair o apoio de parte do colonato rural, comumente identificado com partidos conservadores. Assim, o PTB buscava amparo não só de trabalhadores urbanos mas também dos rurais.¹⁹⁴ A ênfase observada na defesa dos agricultores corrobora as afirmações de Bodea a respeito de Ferrari.

Quanto aos trabalhadores urbanos, uma das formas de melhorar suas condições era a garantia de alimentação de qualidade através dos restaurantes populares do SAPS. Ferrari, que trabalhou na sede da instituição no Rio de Janeiro, falou dela diversas vezes em plenário, algumas, como já mencionamos, para detalhar as contendas que teve no local. Em outras ocasiões, o parlamentar destacou a importância do fornecimento de boa alimentação aos trabalhadores pelos restaurantes do SAPS existentes em diversas cidades do Brasil, mas ainda não no Rio Grande do Sul. Por isso, já em 1947, Ferrari fez um apelo aos poderes constituídos federais para que “se lembrem do Rio Grande, nesse particular, e o dotem de restaurantes modelares, como os têm o Distrito Federal e outros Estados do Brasil, que os merecem tanto quanto nós também merecemos”.¹⁹⁵ O trabalho de Evangelista registra que eram comuns os requerimentos de deputados federais para a ampliação dos serviços do SAPS.¹⁹⁶ Ferrari requer que a Assembleia se pronuncie, junto ao presidente da República, para que o SAPS se estenda ao Rio Grande do Sul, com restaurantes em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, zonas de maior densidade operária no estado.¹⁹⁷

Em 1949, o periódico *Diário de Notícias* publicou reportagens destacando a viabilidade da implementação de restaurantes SAPS no estado e o trabalho de Ferrari nesse sentido.¹⁹⁸ Numa delas, assinada pelo próprio deputado, é feito um apelo para que o governo

¹⁹³ Na 72ª sessão, em 3 de agosto de 1948, Ferrari afirmou o seguinte: “O governo deve ter a coragem de distribuir terras aos que, de verdade, querem trabalhar, desapropriar grandes áreas de terra, através de um amplo plano de reforma agrária, porque somente através de um regime de pequena propriedade, de ampla e eficiente assistência técnica, somente através de um regime verdadeiramente racional de distribuição da terra, com assistência a esses agricultores, é que se solucionarão em definitivo os problemas do Rio Grande do Sul”. Anais da Assembleia Legislativa.

¹⁹⁴ BODEA, 1992, p. 77.

¹⁹⁵ Anais da Assembleia Legislativa. 94ª sessão, em 21 de novembro de 1947.

¹⁹⁶ EVANGELISTA, 2012, p. 203.

¹⁹⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 94ª sessão, em 21 de novembro de 1947.

¹⁹⁸ “Possível e Viável Extensão dos Serviços SAPS para Porto Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07 out. 1949; “Um Restaurante para o Trabalhador”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 nov. 1949. Encontra-se no APFF.

estadual atue junto aos órgãos federais no sentido de trazer os restaurantes ao estado.¹⁹⁹ No final daquele ano, o jornal noticiou a aprovação de um projeto de lei do deputado abrindo crédito para a construção de um prédio para abrigar um restaurante do SAPS em Porto Alegre.²⁰⁰

Por fim, um último tema, também relacionado à atuação na bancada de oposição, foi o destaque dado por Ferrari ao abandono dos municípios do interior do estado. O deputado apontava o pouco investimento dos governos estadual e federal nessas localidades, se pronunciando como representante, especialmente, das populações da região central do Rio Grande do Sul.²⁰¹

As questões de Santa Maria, caracterizada por Ferrari como sua “cidade espiritual,”²⁰² foram trazidas ao plenário diversas vezes durante o mandato. Repercutia no jornal *A Razão*, daquela cidade, sua atuação na defesa do local.²⁰³ Com relação a São Pedro do Sul, Ferrari dirigia críticas ao prefeito Eduardo Lima Filho, do PSD, e ao tenente Ary Lampert (prefeito substituto em exercício). Não constitui nosso objetivo aprofundar o teor das acusações feitas por Ferrari, apenas ressaltar o papel de oposição do deputado também com relação ao prefeito de sua cidade, reiterando que seu pai se tornaria prefeito de São Pedro pelo PTB nas eleições de 1951.²⁰⁴

Em 25 de agosto de 1950, Ferrari, já se apresentando como candidato a deputado federal, expôs aquilo que denominou “prestação de contas do mandato”, uma síntese de suas atividades parlamentares, registrada nos anais da Assembleia, atitude que repetiria em todas as legislaturas encerradas.²⁰⁵

¹⁹⁹ “Por que o Governo não Traz o SAPS para o Rio Grande do Sul?”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07 set. 1949. Encontra-se no APFF.

²⁰⁰ Projeto de Lei nº 352-49, de 29 de novembro. “Aprovado o Projeto de Lei que Abre Crédito de Cr\$ 650 para um Restaurante SAPS em P. Alegre”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03 dez. 1949. Encontra-se no APFF.

²⁰¹ Dentre os discursos que abordam as carências do interior do estado estão: 12ª sessão, em 25 de março de 1947 (crítica o abandono por parte do governo do estado aos municípios); 54ª sessão, em 12 de junho de 1947 (apresenta e justifica requerimento em que pede ao prefeito de Santa Maria a reparação de uma rodovia naquele município, menciona a precária ligação do centro urbano com a zona rural da cidade); 11ª sessão, em 6 de maio de 1949 (trata do abandono por parte do governo às cidades de Santa Maria e São Pedro em vários âmbitos, como o fechamento do hospital de São Pedro do Sul).

²⁰² Anais da Assembleia Legislativa. 11ª sessão, em 6 de maio de 1949.

²⁰³ Diversos artigos do jornal *A Razão* foram guardados no APFF, a exemplo da entrevista concedida pelo deputado sobre a incorporação da Escola Industrial Hugo Taylor, de Santa Maria, ao ensino técnico do estado. “Incorporação da Escola Industrial Hugo Taylor”. *A Razão*, Santa Maria 10 jul. 1949; “Santa Maria no Plenário”. *A Razão*, Santa Maria, 29 nov. 1949 (texto de Oliveira Mesquita elogiando a atuação de Ferrari por Santa Maria).

²⁰⁴ As críticas ao prefeito de São Pedro do Sul e a seu substituto estão na 38ª sessão, em 20 de maio de 1947. Anais da Assembleia Legislativa. Nestor Jost (PSD), correligionário do prefeito de São Pedro do Sul. Ele o defende na 47ª sessão, em 02 de junho de 1947. Anais da Assembleia Legislativa.

²⁰⁵ Anais da Assembleia Legislativa. 85ª sessão, em 25 de agosto de 1950.

Segundo Bodea, do final de 1947 a meados do ano de 1950, foram quatro as principais tarefas das lideranças do trabalhismo gaúcho:

- 1º Consolidar os ganchos eleitorais de 1947 ao nível da estrutura partidária, tanto na capital quanto no interior do Estado;
- 2º Exercer uma oposição sistemática ao governo pessedista de Walter Jobim, visando desgastar ao máximo a máquina do PSD, ainda hegemônica, ao nível eleitoral, principalmente nas pequenas e médias cidades do interior.
- 3º Preparar o PTB na sucessão estadual de 1950.
- 4º Servir de sustentação regional para o retorno de Vargas à Presidência da República.²⁰⁶

A partir do exposto nessa seção, podemos afirmar que Ferrari colaborou com todas essas tarefas, atuando na base eleitoral em Santa Maria e nos ataques ao governo estadual e federal, feitos desde o parlamento e acompanhados da defesa do PTB e da candidatura de Vargas à Presidência. Temas que podem ser relacionados às concepções acerca do trabalhismo naqueles primeiros anos de partido. Juntam-se aos aspectos destacados por Bodea o esforço em caracterizar o trabalhismo como algo distante do comunismo, utilizando como diferenciação essencial a natureza cristã do primeiro e, ainda, a defesa do intervencionismo estatal na área econômica.

2.3 AS ELEIÇÕES DE 1950 NO RIO GRANDE DO SUL E O CRESCIMENTO DO PTB NO ESTADO

O pleito de outubro de 1950 – que elegeu governador, deputados e um senador no Rio Grande do Sul – coincidiu, pela única vez ao longo do período democrático de 1945 a 1964, com a eleição presidencial disputada por Getúlio Vargas (PTB em coligação com o Partido Social Progressista - PSP), Eduardo Gomes (UDN, Partido de Representação Popular - PRP, Partido Democrata Cristão - PDC e PL) e Cristiano Machado (PSD).

Com relação aos antecedentes da eleição no estado, a convenção trabalhista de junho de 1950, que deliberaria sobre a candidatura ao governo estadual, resultou no afastamento de mais um quadro do PTB, o líder sindicalista José Vecchio – que já se retirara da presidência regional do partido em 1948. O motivo apresentado foi a discordância com a composição do diretório do partido. Mesmo não estando mais no PTB, Vecchio afirmava que continuaria trabalhando pela candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, sem, no entanto,

²⁰⁶ BODEA, 1992, p. 59.

apoiar a chapa do PTB estadual.²⁰⁷ Posteriormente, o sindicalista fundou o PTB Independente (PTBI), que teve duração efêmera.²⁰⁸

A convenção que afastou José Vecchio do partido definiu a candidatura do senador Salgado Filho ao governo do estado. Em 8 de julho, o diretório estadual do PTB elegeu uma nova executiva estadual, presidida por João Goulart e composta por Dinarte Dorneles, Egídio Michaelson e Adílio Viana (primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes, respectivamente) e ainda por Cristiano Costa, Paranaguá de Andrade, Germano Sperb, Tristão Sucupira Viana e Leonel Brizola. Aníbal Di Prímio Beck, Álvaro Magalhães e Francisco Santos compunham o conselho fiscal. A chapa encabeçada por Goulart derrotou outra, liderada pelo deputado estadual Ataliba Figueiredo Paz.²⁰⁹

Foi essa executiva que ativou o diretório Alberto Pasqualini, integrado por professores e profissionais liberais.²¹⁰ Dentre os nomes relacionados à organização do diretório, estão João Pedro Agostini, professor Armando Temperani Pereira, Aníbal di Primio Beck, Henrique Desjardins, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Ajadil de Lemos, Nogueira de Mello, Antônio Vencato, Ari Lunardi e Noé Brondani. Além da missão doutrinária, a motivação apresentada para seu surgimento era o trabalho para a eleição de Alberto Pasqualini e dos outros candidatos do PTB.²¹¹

Uma tragédia, contudo, obrigou os trabalhistas a escolherem um novo candidato a governador. No início da campanha, em 30 de julho, Salgado Filho faleceu em um acidente de avião. Uma nova convenção foi realizada em 22 de agosto, decidindo pela candidatura de Ernesto Dorneles, que fora interventor do Rio Grande do Sul no Estado Novo e era líder do PSDA, uma cisão do PSD que se integraria ao PTB, completando a transferência de quadros pessedistas ao partido. A escolha, apoiada por Vargas, havia sido indicada pela executiva estadual.²¹² Mas a decisão não se deu sem que se aventasse a possibilidade de José Diogo Brochado da Rocha ser o candidato. O postulante acabou sendo preterido e aceitou concorrer a deputado federal. A vaga senatorial foi pleiteada por Alberto Pasqualini.

Cumprido mencionar que, no interregno entre o falecimento de Salgado Filho e a convenção do PTB no dia 22 de agosto, as notícias sobre a intenção da candidatura de José

²⁰⁷ “Abandonou o PTB o Sr. José Vecchio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 jul. 1950, p. 16; “Carta de José Vecchio a Salgado Filho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 jul. 1950, p. 04.

²⁰⁸ BODEA, 1992, p. 61.

²⁰⁹ “Escolhida Ontem a Comissão Executiva do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 jul. 1950, p. 19. Não foi localizada, nas fontes consultadas, a nominata da chapa derrotada.

²¹⁰ BODEA, op. cit., p. 65.

²¹¹ “Comitê Alberto Pasqualini”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jul. 1950, p. 32.

²¹² “Ernesto Dorneles é o Candidato do PTB”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 ago. 1950, p. 22.

Diogo Brochado da Rocha foram veiculadas eminentemente pelo periódico *Diário de Notícias* que, em relação ao *Correio do Povo*, dava maior ênfase às disputas internas do PTB naquele contexto, sobretudo à intenção de José Diogo ser candidato a governador. O *Correio do Povo*, nesse mesmo período, tratou da indicação do substituto de Salgado Filho de maneira a ressaltar o entendimento dos líderes trabalhistas.

Já no desfecho da questão sucessória, a cobertura da convenção estadual do PTB do *Diário* noticiou que os convencionais manifestaram a preferência por Brochado da Rocha – “ovacionaram o candidato” – por ele ser um trabalhista e receberam Ernesto Dorneles, indicado pela executiva, com frieza. A convenção homologou a candidatura de Ernesto Dorneles, que obteve 149 votos, enquanto Brochado da Rocha obteve 24 votos.²¹³

Na cobertura da convenção, o *Correio* mencionou apenas o descontentamento dos primeiros oradores com uma candidatura de um político que não era oriundo dos quadros trabalhistas, problema solucionado após o apelo para que fosse aceito o candidato desejado por Vargas, conforme declaração de João Goulart. Os votos dos convencionais em José Diogo não são mencionados.²¹⁴

É interessante notar que uma possível manifestação de preferência de Ferrari ou informações mais detalhadas da campanha eleitoral do político não foram referidas nesses periódicos, tampouco em outras fontes e bibliografia consultadas.²¹⁵ No *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias*, foram poucas as menções ao deputado.²¹⁶ O pedido de voto da “classe dos economistas e contabilistas” no candidato aparece em propaganda, sugerindo Ferrari para deputado federal e o contador Siegfried Emanuel Heuser, também do PTB, para deputado estadual.²¹⁷ Conforme depoimento de Limberger, Heuser era aliado de Ferrari, concorrendo “em dupla” com ele, ou seja, Ferrari era candidato a deputado federal e Heuser a deputado estadual.²¹⁸

A propaganda do PTB na imprensa buscou enfatizar a união dos líderes trabalhistas no estado. No evento de lançamento da plataforma de governo de Ernesto Dorneles, no dia 2 de

²¹³ “Confirmada a Candidatura de Ernesto Dorneles pelo PTB”. *Diário Notícias*, Porto Alegre, 23 ago. 1950.

²¹⁴ “Homologou a Convenção do PTB a Candidatura de Ernesto Dorneles ao Governo do Estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1950.

²¹⁵ A bibliografia consultada sobre a participação do PTB na referida eleição compreende autores como Bodea (1992), Cánepa (2005), Vasconcellos (2009) e Silva (2013). Os periódicos consultados foram o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*, de agosto a outubro de 1950.

²¹⁶ Foram analisados os dois jornais de 01 de agosto a 31 de outubro de 1950.

²¹⁷ Propaganda eleitoral reproduzida no jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 set. 1950, p. 08.

²¹⁸ Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e a Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

setembro, a imagem reproduzida “a pedido” no *Correio do Povo* mostrava Dorneles e Brochado da Rocha²¹⁹ juntos e ressaltava: “Alberto Pasqualini, Brochado da Rocha e Loureiro da Silva, líderes prestigiosos e eminentes do Partido Trabalhista, ali se encontravam dando mais uma prova da unidade inquebrável da agremiação a que pertenciam.” A fala de Egídio Michaelson convidando José Diogo a compor a mesa da solenidade teria sentenciado: “nem hoje, nem amanhã, nem nunca, ninguém conseguirá dividir o Partido Trabalhista”.²²⁰

O mesmo ocorreu na narrativa dos roteiros dos candidatos publicada em “a pedidos” quase diários nos periódicos a partir da segunda quinzena de setembro. Nos últimos dias daquele mês, o candidato Getúlio Vargas ficou no Rio Grande do Sul e compôs a chamada “caravana da vitória”, com os demais candidatos pelo interior do estado.²²¹

Ferrari esteve em parte da caravana. Em Cachoeira do Sul, a participação do deputado foi mencionada. O candidato aparece descrito como um defensor dos ideais trabalhistas, sendo destacado o seu trabalho na Assembleia:

O primeiro orador foi o deputado Fernando Ferrari, candidato a deputado federal e um dos mais vibrantes defensores dos ideais trabalhistas, como tem mostrado na prática durante o exercício do seu mandato na Assembleia Legislativa.²²²

Também foi mencionada a participação Ferrari na caravana em Santa Cruz do Sul, onde falou sobre a colonização alemã.²²³ Dentre os candidatos que acompanharam o grupo, além de Vargas, Dorneles e Pasqualini, os mais destacados pela propaganda do PTB eram os ex-pessedistas Ruy Ramos, João Baptista Luzardo e Víctor Issler, e os petebistas João Goulart, Egídio Michaelson e José Diogo Brochado da Rocha.

Novamente, o nome de Ferrari aparecia na lista de indicações da junta estadual da Liga Eleitoral Católica, que, nessa eleição, indicou candidatos ao Legislativo de todos os partidos e, para cada sigla, os candidatos preferenciais. Utilizando o próprio texto da orientação da LEC, os preferenciais foram elencados “atentando, sobretudo, à integração dos candidatos na

²¹⁹ Sempre que mencionado apenas “Brochado da Rocha”, neste trabalho, estamos nos referindo a José Diogo Brochado da Rocha.

²²⁰ “Sessão Solene do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre 02 set.1950, p. 07.

²²¹ Os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* de fins de setembro reproduziam “a pedidos” de página inteira com o diário da campanha da caravana. Dentre as cidades visitadas pelo grupo estavam: Erechim, Passo Fundo, Caxias do Sul Carazinho, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Alegrete e São Borja. A campanha do PTB no estado é detalhada no trabalho de Bodea (1995, p. 71-84)

²²² “Cresce em Intensidade e Entusiasmo a Pregação Cívica de Getúlio Vargas e Ernesto Dorneles”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 set. 1950, p. 11.

²²³ “Cresce em Intensidade e Entusiasmo a Pregação Cívica de Getúlio Vargas e Ernesto Dorneles”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 set. 1950, p. 11.

prática da religião, ou seja, à sua condição de católicos praticantes.”²²⁴ Na lista dos mais “praticantes” candidatos do PTB a deputado federal estavam Antônio Brochado da Rocha e Humberto Gobbi. Ferrari não aparecia nessa relação.

Sobre a ligação entre política e Igreja Católica, é interessante reproduzirmos a observação de Mercedes Cánepa, que, ao introduzir a análise dos discursos e das plataformas de governo dos candidatos a governador do estado, ressaltou:

O cristianismo e a doutrina social cristã como alternativa ao comunismo e ao fascismo constitui referência obrigatória nos discursos de todos os candidatos, que assim tentam dar conta dos grandes conflitos ideológicos em nível mundial, atestando, além disso, a importância da igreja católica naquele momento.²²⁵

As eleições presidenciais diretas de 1950 reconduziram Getúlio Vargas à Presidência da República. O candidato a vice-presidente apoiado por Vargas, João Café-Filho (PSP), também logrou êxito.²²⁶ No Rio Grande do Sul, o candidato ao governo Ernesto Dorneles (PTB, PSDA e PSP) derrotou Cylon Rosa (PSD, UDN e PRP), principal oponente, além de Edgar Schneider (PL) e Mendonça Lima (PSB). Alberto Pasqualini (PTB) conquistou a vaga para o Senado. Fernando Ferrari estava entre os 10 candidatos eleitos a deputado federal do PTB, número que garantiu ao partido o maior número de cadeiras na Câmara, composta de 22 representantes do Rio Grande do Sul. Na Assembleia Legislativa, o PTB continuava forte, com 21 das 55 cadeiras, duas a menos do que na legislatura anterior, não devido à diminuição da porcentagem de votos, mas à mudança no mecanismo de distribuição das sobras eleitorais.

Quanto à densidade eleitoral dos deputados federais, José Diogo Brochado da Rocha (PTB) foi o mais votado, com 44.812 votos. Outro destaque de votação do PTB foi o advogado e promotor público Ruy Ramos, que concorria pela primeira vez a um cargo eletivo, sendo quarto mais votado, com 23.995 votos. Ferrari teve significativa ampliação de sufrágios, sendo o sétimo mais votado, com 21.434 votos. Maior ampliação de votos obteve Goulart, que passou dos 4.150 obtidos nas eleições para deputado estadual de 1947 para 39.832 na eleição para a Câmara Federal, segundo mais votado do PTB e do quadro geral, atrás apenas de José Diogo.²²⁷

²²⁴ “Liga Eleitoral Católica: Orientação ao Eleitorado Católico”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 set. 1950, p. 05.

²²⁵ CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a Articulação nos Níveis Estadual e Nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 133.

²²⁶ Nessa eleição, os oponentes da chapa Vargas-Café Filho foram Eduardo Gomes, candidato a presidente, e Odilon Braga, candidato a vice (ambos pela UDN); e Cristiano Machado, candidato a presidente, e Altino Alrantes, candidato a vice (ambos pelo PSD).

²²⁷ Dados disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE).

O crescimento eleitoral de Goulart de forma alguma é atribuído à sua já referida “tímida” atuação parlamentar, mas sim ao seu papel de articulador do partido e ainda à sua proximidade com Getúlio Vargas. Segundo Ferreira, a partir do final de 1947, Jango passou a trabalhar nos arranjos para a volta de Vargas ao Catete.²²⁸ Foi um dos coordenadores da campanha do PTB e contou ainda com apoio pessoal e manifesto do candidato à Presidência e amigo.

Leonel Brizola se manteve no cargo de deputado estadual na legislatura seguinte, sendo candidato mais votado do Rio Grande do Sul, com 16.691 votos. Com relação à opção de Brizola em ficar na Assembleia Legislativa, ressalta Bodea que é indicativo de uma divisão que duraria até pelo menos 1961. Brizola mantinha seu raio de atuação no estado enquanto Jango passaria a agir na política nacional, junto a Vargas.²²⁹

As eleições de 1950 fortaleceram o PTB e a seção gaúcha como uma de suas bases de sustentação. Ainda sobre as eleições legislativas, Bodea chama a atenção para a emergência de novas lideranças do estado:

as votações de Goulart, Ruy Ramos, Ferrari e Brizola lhes abriam o caminho de grandes lideranças populares e da direção máxima do partido, logo abaixo de Vargas e Pasqualini e em condições de desafiar José Diogo e Loureiro da Silva.²³⁰

O autor menciona Ferrari dentre os nomes habilitados a “desafiar” lideranças veteranas do partido. No entanto, no caso desse político, foi possível observar que sua disputa se deu menos com os “líderes históricos do partido”, José Diogo e José Loureiro, e mais com os líderes da sua própria geração. No capítulos seguintes, observaremos a rápida ascensão de Jango e Brizola, que se tornariam vice-presidente da República e governador do Rio Grande do Sul, respectivamente, bem como o papel desempenhado por Ferrari e por outros membros do partido nesse rearranjo de forças.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Partindo da explanação sobre a entrada de Ferrari na política partidária, é possível destacar alguns elementos principais, listados nos parágrafos a seguir.

Houve um momento-chave na projeção política de Ferrari, sempre mencionado em biografias e autobiografias, qual seja, o episódio envolvendo as denúncias no SAPS. Mas a

²²⁸ FERREIRA, 2011, p. 60-68.

²²⁹ BODEA, 1992, p. 90-91.

²³⁰ Ibidem, p. 90.

atuação nas rádios de Borghi, a anuência com o quererismo, a ligação familiar pregressa com a política e a própria indicação para trabalhar no SAPS, um órgão estatal, são indicativos de uma ligação política anterior na capital da República. Voltando às denúncias do SAPS, elas seriam constantemente lembradas pelo político como associadas ao combate à corrupção, outro recurso político do qual Ferrari buscava se valer.

Os primeiros grupos de apoio a Ferrari estavam relacionados tanto à sua formação em economia, incluindo profissionais liberais da capital, quanto à ligação que tinha com sua região de origem, Santa Maria. Ferrari dedicou atenção especial a esses dois grupos do eleitorado no parlamento.

Primeiramente, getulismo, trabalhismo e anticomunismo, relacionados à formação do PTB, são bastante evidenciados em sua atuação parlamentar. Ferrari se revelara um parlamentar dedicado a fortalecer o partido, enaltecendo o legado de Getúlio Vargas, lutando pela aplicação da legislação trabalhista, tratada como sinônimo de trabalhismo, e diferenciando o trabalhismo do comunismo, especialmente em função da natureza cristã do primeiro em relação ao segundo. Apesar do recurso à doutrina social da igreja ser comum nos discursos de deputados trabalhistas e de políticos de outras agremiações,²³¹ podemos afirmar que Ferrari dedicou especial empenho a trazer o tema ao debate político naquele período.

Ainda com relação à sua atuação política, é possível delinear algumas aproximações com Pasqualini, a exemplo da reflexão de Ferrari acerca da ampliação do intervencionismo estatal, presente em muitos de seus discursos e da atuação como relator da Comissão de Ordem Econômica e Social. A aplicação da legislação trabalhista ao homem do campo, proposta defendida por ambos, foi uma das principais lutas de Ferrari ao longo de sua atividade política. Ferrari também acenou para a necessidade da reforma agrária já nessa legislatura, questão pioneiramente atribuída a Pasqualini.

Pasqualini cumpria o papel de doutrinador, especialmente na seção gaúcha, naquele contexto. Sua principal obra, *Bases e Sugestões para uma Política Social*, foi publicada já em 1948, no segundo ano de mandato de Ferrari. Contudo, as referências a “teórico do trabalhismo” estavam longe de ser exclusividade do jovem deputado. Eram partilhadas, conforme a análise de Silva, por um número considerável de jovens políticos gaúchos. Cumpre notar, ainda, que não foram encontrados indícios de alguma relação mais próxima de Pasqualini com Ferrari durante essa legislatura.

²³¹ CÁNEPA, 2006; SILVA, 2013.

Nesse sentido, é interessante notar que, no percurso dessa pesquisa, levados pelo destaque dado à influência de Alberto Pasqualini nos textos publicados por Ferrari posteriormente, já no contexto da ruptura com o PTB, e também nos textos que falam de Ferrari²³², buscou-se, de forma sistemática – inegavelmente influenciados pela “ilusão biográfica”²³³, – localizar uma ligação “original” do jovem deputado estadual Ferrari com o doutrinador Pasqualini. Ferrari também não faz manifestações de apreço a Pasqualini no plenário, à semelhança daquelas feitas a Getúlio Vargas. Alberto Pasqualini e os termos trabalhismo teórico, programa partidário e renovação seriam incorporados ao vocabulário político de Ferrari em período posterior.

Se Ferrari não é relacionado diretamente a Pasqualini ou ao “grupo que seguia a orientação de Alberto Pasqualini” e não se utilizava do pasqualinismo nesse primeiro momento, tampouco ficou explícito seu pertencimento a algum grupo interno do PTB, à exceção da representação de sua classe profissional, que não é considerado um grupo em disputa. As ligações políticas de Ferrari são um tanto quanto difusas nesse período e pouco mencionadas nas autobiografias e biografias do político. Mesmo no contexto das eleições de 1950, período de maior exposição dos agentes políticos, como já mencionamos, são raras as menções a ele nas fontes e bibliografia consultadas. Ferrari não aparece relacionado às “facções” em disputa, como eram comumente denominados os grupos internos dos partidos pela imprensa. Tampouco integrava a executiva estadual, naquele momento comandada por João Goulart, que assumia, com a concessão de Vargas, a mediação dos conflitos internos no partido. Também não foram encontrados, nesse período, indícios de desavenças explícitas com Leonel Brizola ou com João Goulart, que despontavam como novas lideranças no estado. Na atuação parlamentar conjunta de Ferrari e Brizola, observa-se que os dois se mostravam bastante afinados, especialmente nos ataques ao governo do estado.

Apesar desse aparente distanciamento dos conflitos partidários, dois nomes de líderes políticos aparecem relacionados a Ferrari. O primeiro – referente ao período em que Ferrari esteve no Rio de Janeiro, colaborou com o movimento queremista e trabalhou no SAPS – é Hugo Borghi. O empresário paulista é apontado por Delgado como de tendência *getulista pragmática*.²³⁴ Acrescentamos, ainda, a experiência de Ferrari no SAPS, ligado ao Ministério

²³² A associação entre a atuação política de Pasqualini e Ferrari é apontada, por exemplo, nos textos de Cortés (1974) e Karnikowski (1999) e na biografia de Wagner e Pereira (1985).

²³³ BOURDIEU, 1986, p. 183-191.

²³⁴ DELGADO, 1989, p. 60.

do Trabalho e Previdência Social, considerado por Delgado como suporte institucional para a estruturação e marcado pela atuação dos getulistas pragmáticos.

O segundo, literalmente “padrinho” de Ferrari em maio de 1951 – quando do seu casamento com Elsa Ferreira –, é José Diogo Brochado da Rocha.²³⁵ Assim como Ferrari, José Diogo teve sua carreira política ligada à região de Santa Maria. Foi líder da bancada trabalhista no parlamento gaúcho quando Ferrari era deputado. O líder trabalhista era oriundo dos quadros do PSD, ligado aos trabalhadores da Viação Férrea do Estado e tido como “pragmático” na definição de Bodea.²³⁶ Segundo Cortés, Ferrari e Brizola, nos primeiros anos do partido, eram “protegidos” de José Diogo.²³⁷

A observação desse primeiro momento de atuação política de Ferrari e de suas múltiplas influências nos dá a ver as dificuldades de utilizarmos os métodos de classificação propostos por Bodea ou Delgado na composição da trajetória de Ferrari.

Seu status de protagonista seria alcançado no período em que atuou como deputado federal, tema das próximas seções. Em última análise, tem-se, conforme ressaltado no título deste capítulo, não só um partido, mas também um político em formação durante os anos iniciais do período democrático.

²³⁵ BARBOSA, 2013, p. 31.

²³⁶ BODEA, 1992, p. 62.

²³⁷ CORTÉS, 1974, p. 237.

Imagens referentes ao capítulo 2



Parlamentares da Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947. Em primeiro plano, da esquerda para a direita. 1 - César José dos Santos; 2 - José Diogo Brochado da Rocha; 4 - Luciano Machado; 5 - Achiles Mincarone; 6 - Fernando Ferrari; 7 - Oscar Fontoura; 8 - Paulo da Silva Couto.

Fonte: ALRS/Memorial do Legislativo.

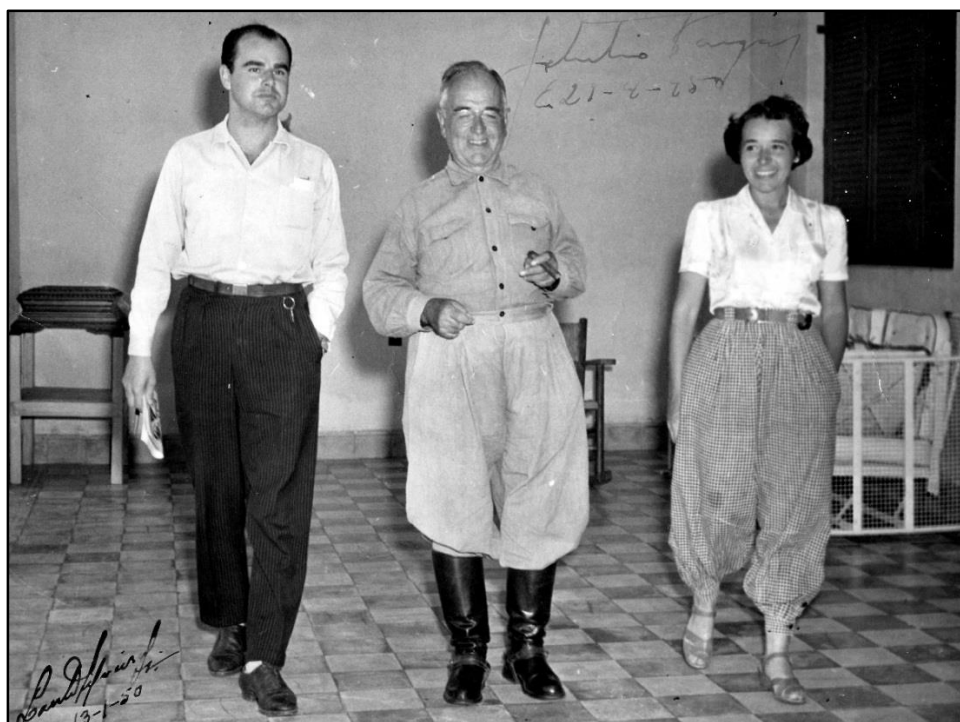


Deputado José Diogo Brochado da Rocha e Fernando Ferrari (lado a lado, à esquerda da foto) participando de um jantar oferecido em homenagem a Ferrari. No centro da foto, ao fundo (com cigarro na boca), aparece ainda o deputado Egydio Michaelсен. Com dedicatória de Ferrari a José Diogo Brochado da Rocha, líder da bancada do PTB [Ao meu líder de todas as horas. Bem Cordialmente. Ferrari. P. Alegre, 16.06.1949].

Fonte: ALRS/Memorial do Legislativo.



Fernando Ferrari e Leonel Brizola na legislatura estadual de 1947 a 1951. De perfil, à esquerda, o deputado Oscar Fontoura.
 Fonte: ALRS/Memorial do Legislativo.



Fernando Ferrari com Getúlio Vargas e Ivete Vargas em São Borja/RS, em janeiro de 1950.
 Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.

CAPÍTULO 3 - FERRARI NO PTB “COM VARGAS” (1951–1954): FORTALECIMENTO DO PARTIDO E EMERGÊNCIA DE UMA NOVA LIDERANÇA

3.1 NA CÂMARA, O DEPUTADO DEDICADO DE UM GOVERNO EM CRISE

Em março de 1951, tomaram posse, no Palácio Tiradentes, os deputados federais eleitos para a segunda legislatura pós-Estado Novo, marcada também pelo retorno de Getúlio Vargas à presidência, dessa vez pela via democrática. Era a estreia de Ferrari na Câmara dos Deputados, fato que não passou em branco nas crônicas parlamentares dos jornais da capital, a exemplo da que reproduzimos abaixo, do jornal governista *A Noite*:

Houve ontem uma boa estreia na Câmara: a do Sr. Fernando Ferrari, deputado sulista que falou sobre a autonomia de algumas cidades, notadamente gaúchas. Moço bastante, sua palavra é bem traçada, o plano da oração bem urdido, e esta fluente. Nasceu orador, o senhor Ferrari, embora não tenha grandes imagens, nem suba muito alto em seus conceitos. Mas sabe dizer e com surpreendente facilidade, sendo, sobretudo, preciso e claro.²³⁸

O deputado figuraria novamente nas páginas de humor, dessa vez no opositor *Correio da Manhã*, que narrou sua estreia no plenário sob outra ótica.

O Sr. Fernando Ferrari, da bancada gaúcha, traz uma tradição de assiduidade na tribuna, coisa que o caracterizou na Assembleia Estadual [...] Na Câmara Federal, vai no mesmo ritmo, apesar da rigidez com que o Sr. Nereu Ramos dá aplicação ao regimento. Sua estreia foi particularmente interessante pelo exórdio que fez à terra natal, saudação que consumiu metade da oração, repassada de saudade, cheia de alusões às minúcias da paisagem municipal [...] Tinha-se a impressão que ele falou no vigário, no boticário da esquina, no cabelereiro, no velho imigrante vendedor de verduras [...] Tudo isso com aquela entonação de estudante comovido, na primeira maratona intelectual fora de casa.

Santa Maria! – Exclamava ele pela vigésima vez, com os olhos em êxtase, suspendendo nos calcanhares, as mãos unidas na altura do umbigo.

Na bancada da imprensa, o deputado Dario de Barros ouvia-o com atenção. E comentou, concluído o exórdio:

— Esse moço me dá a impressão daqueles moços que vão aos programas de calouros pela primeira vez e, antes de enfrentar o gongo cantando a cançoneta ensaiada, comunicam-se com a família: Um beijinho pra papai, um beijinho pra mamãe.²³⁹

Seções humorísticas à parte, é nesse momento que Ferrari inicia sua projeção política nacional, passando da imagem de “parlamentar dedicado” e até mesmo um pouco ingênuo – exemplificada pelos dois excertos anteriores – à de líder do partido no final do primeiro mandato federal. Que caminhos levaram Ferrari à condição de líder do PTB a partir de 1954?

²³⁸ “As Estreias”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 06 mai. 1951. Encontra-se no APFF.

²³⁹ “A Câmara Pitoresca”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1951. Encontra-se no APFF.

Com essa questão de fundo, serão abordados os anos em que Ferrari foi deputado do Governo Vargas.

Ferrari assumiu seu primeiro mandato federal num PTB em franca ascensão, mas distante de ser hegemônico no governo federal. Chegava ao parlamento nacional no mesmo momento em que Vargas se elegera presidente da República pelo partido. Mas o sucesso do ex-ditador nas urnas foi possível graças à aliança com o PSP e ainda com setores do PSD – como é o caso do candidato eleito ao governo gaúcho Ernesto Dorneles – e, em menor proporção, da UDN, de notório viés antigetulista.

O grupo de governo montado pelo presidente, da mesma forma, era uma composição dos partidos que o elegeram, mas tinha como principal base de sustentação o PSD, agremiação de maior força também no Congresso, onde o presidente buscava o apoio necessário para viabilizar seu governo. PTB, PSP e UDN exerceram um papel minoritário na partilha ministerial. Coube ao PTB a pasta do Trabalho, ocupadas primeiramente por Danton Coelho e depois por Segadas Viana, até 1953. O PSD, alvo de constantes críticas de Ferrari na seção gaúcha, no período em que atuou como deputado estadual, acabaria sendo central na formatação do governo Vargas.

Na Câmara Federal, o PTB também havia crescido, passando das 24 cadeiras na legislatura anterior para 51 (16,7% do total) na legislatura que acompanharia o governo Vargas. Apesar do crescimento, esse número ainda era pequeno em comparação com o PSD e a UDN, que tinham, respectivamente, 36,8% e 26,6% dos deputados federais eleitos.²⁴⁰ José Diogo Brochado da Rocha era o líder dos 51 deputados da bancada do PTB.

Tal arranjo partidário não conseguiu aglutinar setores da oposição. A UDN, em sua ampla maioria, fazia oposição sistemática ao governo Vargas, com destaque à utilização do jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado pelo udenista Carlos Lacerda em 1949. O governo tampouco passou incólume aos petebistas mais fisiológicos – que reivindicavam maior participação do partido na gestão do estado – e ao grupo liderado por Alberto Pasqualini – que era crítico em relação à participação do PTB em alianças políticas e partidárias e defendia uma ação mais independente em relação a outros partidos políticos.²⁴¹

Ou seja, a fórmula conciliatória não agradava nem à oposição, que fazia oposição sistemática a Vargas, nem a setores do PTB, que se sentiam desprestigiados pelo governo e já manifestavam seu descontentamento com o partido.

²⁴⁰ GOMES, 2007, p. 66.

²⁴¹ DELGADO, 1989, p. 103-107.

Quanto ao PSD, apesar de ser o detentor da maioria dos Ministérios, estava com seus diretórios divididos com relação ao apoio ao governo e criticava o favorecimento a outros partidos. Por isso, adotou uma estratégia de “omissão preventiva”, ou seja, não defendia vigorosamente o governo, tampouco o atacava, uma vez que ocupava diversos postos no Executivo e precisava da base governista para se fortalecer nas eleições seguintes.²⁴²

À crise política do governo, se somava a crise econômica. Vargas iniciou seu mandato num contexto de alta da inflação e de descompasso nas contas do governo. Seu projeto previa que, num primeiro momento, fossem equilibradas as contas públicas e contida a inflação para, em seguida, retomar o crescimento. No entanto, em 1953, as dificuldades se agravariam. Uma série de fatores são apontados por Ferreira para tal agravamento. Na política externa, a chegada ao poder de Dwight D. Eisenhower, do Partido Republicano, nos Estados Unidos, com uma política de combate ao comunismo e alegando contenção nos gastos públicos, resultou no rompimento da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos, que previa investimentos em infraestrutura no país.²⁴³ Além disso, o Banco Mundial cobrava dívidas de empréstimos vencidos.²⁴⁴

A crescente inflação e a desvalorização do poder de compra do salário mínimo foram as principais motivações para a eclosão de uma série de greves em 1953, desestabilizando ainda mais o governo. Tal conjuntura levou Vargas a uma reforma ministerial naquele ano. Em tal reforma, Jango seria alçado ao cargo de ministro do Trabalho, em substituição a Segadas Viana. A troca se deu em função das atitudes coercitivas para com os trabalhadores, tendo como estopim a greve dos marinheiros, quando Viana tentaria aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os grevistas.²⁴⁵

Jango tinha um estilo diferente de Segadas, mais direto e pessoal de se relacionar com os trabalhadores e as lideranças sindicais. Sua estratégia principal era a cooptação dos sindicalistas através da distribuição de cargos políticos-administrativos na estrutura da Previdência Social e o incentivo à mobilização dos trabalhadores, atitudes que desagradavam as classes conservadoras, uma vez que as consideravam uma virada dada à esquerda pelo governo Vargas. A aproximação de Jango com setores do PCB somava-se à desconfiança.

²⁴² HIPPOLITO, Lucia. Vargas e a Gênese do Sistema Partidário Brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.21-47, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350/3801>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

²⁴³ Sobre a Comissão Mista Brasil–Estados Unidos, ver D’Araújo (1992).

²⁴⁴ FERREIRA, 2003, p. 305.

²⁴⁵ DELGADO, 1989, p. 131-132.

Essa aproximação também alimentou o discurso dos opositores que o acusavam de tentar instaurar uma república sindicalista no Brasil.²⁴⁶

Quando Jango divulgou um estudo para justificar o aumento do salário mínimo em cerca de 100%, a oposição acirrou suas críticas à ação do ministro, exigindo sua demissão. Após a divulgação da proposta do referido aumento, sua permanência no Ministério se tornou insustentável, fazendo com que Vargas o substituísse por Hugo de Faria em fevereiro de 1954, embora o ex-ministro continuasse tendo influência na pasta. O aumento de 100% do salário mínimo foi concedido em 1º de maio daquele ano.²⁴⁷

Os meses anteriores ao suicídio de Vargas foram de radicalização política, marcados pelo esforço da grande imprensa e dos parlamentares udenistas em desestabilizar o regime. Com o atentado da Rua Tonelero, que teve Gregório Fortunato, chefe da segurança presidencial, como mentor, a situação se tornou insustentável. O referido evento vitimou fatalmente um major da aeronáutica que acompanhava o deputado udenista Carlos Lacerda, que sofreu um ferimento no pé.

Após o atentado, ocorrido na madrugada do dia 05 de agosto de 1954, os ataques da oposição aumentaram, e a destituição de Vargas do governo através de um golpe de estado era iminente. Restavam duas opções ao presidente. Ou renunciava ao governo, o que resultaria em sua desmoralização política, ou era deposto por um golpe militar. O suicídio foi não só uma saída honrosa para Vargas mas também um revés para aqueles que planejavam o golpe, pois a reação popular de rejeição à imprensa e aos políticos udenistas inviabilizou suas pretensões naquele momento.²⁴⁸

Passemos desse breve panorama do governo Vargas para a dinâmica interna do PTB. Para tal, nos valem do estudo de D'Araújo, que se detém mais nesse aspecto.²⁴⁹ Seguindo a argumentação que caracteriza o partido como carismático e marcado por conflitos internos, já introduzida no capítulo anterior do presente trabalho, a autora destaca o centralismo decisório do PTB como sendo muito maior que o PSD e a UND, partidos de corte federativo. Maiores eram também as possibilidades de dirimir facções internas no PTB. Analisando os estatutos do partido, D'Araújo conclui que

grande parte dos estatutos cuidava exatamente de regulamentar e detalhar possíveis situações de litígio e formas de resolução. Mais de um terço dos quase 100 artigos dos estatutos do PTB – os da UDN tinham pouco mais de 40 – eram dedicados a

²⁴⁶ DELGADO, 1989, p. 138.

²⁴⁷ Ibidem, p. 151-153.

²⁴⁸ FERREIRA, 2003, p. 307-315.

²⁴⁹ D'ARAÚJO, 1996.

pormenores relativos à renúncia ou à deposição de diretórios municipais e regionais e à nomeação de comissões executivas provisórias. A ossatura do PTB revela, desde o início, um partido preparado para a aniquilação de facções internas. Não por acaso, foi, durante o período de 1945 a 1964, o partido que mais recorreu à justiça eleitoral.²⁵⁰

Partindo do exposto acima, observa-se que o PTB era o partido no qual as margens de questionamento das lideranças eram mais restritas. A autora destaca também o recurso utilizado por Vargas diante de possíveis ameaças de facções internas: acionar a parentela para firmar seu papel de líder incontestado. Assim, Ivete Vargas, Lutero Vargas e João Goulart, que, embora não fosse da família, desfrutava da confiança de Getúlio, passaram a ocupar cargos na chefia do partido a partir da candidatura de Vargas à presidência.²⁵¹ O processo de diminuição da influência das lideranças sindicais observado por Bodea para a seção gaúcha é assinalado por D'Araújo nos diretórios de São Paulo e do Distrito Federal. Tais políticos eram cuidadosamente substituídos por pessoas próximas do presidente.²⁵²

Os primeiros anos do governo Vargas foram marcados por clivagens e pela desorganização da direção nacional do PTB – com a disputa entre Danton Coelho e Dinarte Dorneles –, que resultaria na escolha de João Goulart como presidente do partido. Tal alternativa, apresentada como de conciliação, foi proposta por Vargas e referendada por unanimidade na convenção de 20 de maio de 1952. A nova liderança era, até então, pouco conhecida e tida como manobrável. Acabaria se impondo no cargo e o mantendo por longo período e ainda se projetaria como sucessor de Vargas.²⁵³

Na seção gaúcha, o novo líder do partido contava com o respaldo de Leonel Brizola, que também passou a integrar a parentela, uma vez que se casou, em 1950, com Neuza Goulart, irmã de Jango. O padrinho de casamento foi o próprio Getúlio Vargas. Ainda segundo D'Araújo, a VII Convenção Nacional do Partido, realizada em 21 e 22 de março de 1953, foi uma demonstração da centralização decisória em torno do grupo ligado a Goulart, assim como de que não haveria espaço para quem ameaçasse a liderança do chefe.²⁵⁴ É nesse contexto, em meio à já referida crise de governo, que Vargas confia a Jango o Ministério do Trabalho.

Cumprir notar ainda que, quando da reforma ministerial, em junho de 1953, José Diogo Brochado da Rocha renunciou à liderança do PTB na Câmara, sendo substituído por Vieira Lins (PTB-PR). Trata-se de um indício das desavenças entre os chefes do partido na seção

²⁵⁰ D'ARAÚJO, 1996, p. 86-87.

²⁵¹ Ibidem, p. 69-72.

²⁵² Ibidem, p. 83.

²⁵³ Ibidem, p. 88-91.

²⁵⁴ Ibidem, p. 93-95.

gaúcha, onde Brochado da Rocha sentiu sua influência diminuída pela ascensão de Leonel Brizola e de João Goulart, como demonstraremos no decurso do capítulo.²⁵⁵

Assim, D’Araújo afirma que, quando do suicídio de Vargas, a máquina partidária já estava bastante consolidada e concentrada nas mãos da parentela ligada ao líder dos trabalhistas:

Em agosto de 1954, o PTB saía do governo e perdia seu chefe. A máquina partidária, contudo, já estava consolidada o suficiente para resistir aos tempos. A parentela – Lutero, Ivete, Brizola, Jango – havia se imposto à agremiação controlando de fato ou de direito seus postos suas decisões e confirmando a dispersão do carisma em líderes secundários.²⁵⁶

Dentre os herdeiros de Vargas, Goulart foi “ungido” como sucessor. Leonel Brizola se tornou seu principal interlocutor na seção gaúcha. Já em 1951, Brizola havia se tornado líder da bancada trabalhista na Assembleia e passou a articular sua candidatura à prefeitura de Porto Alegre, apoiado por João Goulart. Na Convenção de 04 de outubro daquele ano, a indicação de seu nome foi aprovada por 235 dos 251 convencionais. José Diogo, embora não pleiteasse explicitamente a indicação, recebeu 12 votos, e Manoel Vargas, filho de Getúlio, recebeu 4 votos.²⁵⁷

A eleição para a prefeitura em 1951 foi abordada no trabalho de Vinícius dos Santos Fernandes sobre os primeiros anos da atuação parlamentar de Leonel Brizola.²⁵⁸ Paralelamente, Fernandes tratou também das disputas internas em que o político esteve envolvido no partido. Seguindo a argumentação de Bodea²⁵⁹, já esboçada no capítulo anterior, o autor destacou, no limiar dos anos 1950, a diminuição da influência dos sindicalistas no partido e a ascensão de Jango ao controle da seção estadual do partido. Em Porto Alegre, Brizola estava no controle do diretório metropolitano, mas o sindicalista José Vecchio liderava uma organização paralela, que, diante da negativa em registrar os seus candidatos a vereador pelo PTB, lançou o PTBI, que registrou seus candidatos a vereador pelo PR (Partido

²⁵⁵ *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1953, p. 5884-5885. Comunicação de ter sido eleito líder da bancada do PTB proferida por Vieira Lins em 24 de junho 1953. Na fala, Vieira Lins faz uma manifestação de apreço a José Diogo Brochado da Rocha e afirma que o mesmo havia renunciado à liderança em caráter irrevogável, mesmo com o pedido assinado por toda a bancada para que ele retornasse.

²⁵⁶ D’ARAÚJO, 1996, p. 100.

²⁵⁷ BODEA, 1992, p. 96- 97.

²⁵⁸ FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A Emergência de um Líder Nacionalista: a Atuação Parlamentar de Leonel Brizola*. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

²⁵⁹ BODEA, 1992.

Republicano) e, após uma última e malfadada tentativa de acordo com Jango, acabou apoiando o candidato oposicionista Ildo Meneghetti.²⁶⁰

Brizola disputou o pleito de 1º de novembro com Ildo Meneghetti do PSD, apoiado pela UDN e pelo PL, formando a Frente Democrática (FD). Nessa eleição, o candidato trabalhista aliou-se com o PSP e o PRP. Sobre a aproximação com o PRP naquele contexto, Cánepa ressalta que, embora a aliança não fosse bem vista por muitas lideranças do PTB, que a consideravam “espúria” do ponto de vista ideológico, o pragmatismo eleitoral e a necessidade de penetração do PTB em zonas coloniais, forte reduto do PRP, preponderaram naquele momento.²⁶¹ De acordo com Bodea, era o grupo ligado a Pasqualini o principal opositor ao pacto com o PRP. A candidatura de Pasqualini ao governo do estado pelo PTB em 1954 teria, inclusive, impossibilitado a reedição da aliança PTB-PRP, retomada no ano seguinte, quando Brizola foi novamente candidato a prefeito de Porto Alegre.²⁶²

Vecchio e o PTBI tentaram um acordo com a direção estadual do PTB. Eles apoiariam Leonel Brizola se lhes fosse devolvido o controle do diretório de Porto Alegre. A proposta foi negada por Jango, o que levou Vecchio a apoiar o candidato de oposição, Ildo Meneghetti.²⁶³

O candidato trabalhista acabou sendo derrotado na primeira eleição direta para prefeito de Porto Alegre por uma pequena diferença de 1.062 de votos.²⁶⁴ No ano seguinte, Brizola se tornou Secretário de Obras Públicas do governo Ernesto Dorneles.²⁶⁵

Quanto aos motivadores da derrota de Leonel Brizola em Porto Alegre, Fernandes destaca que, além da questionável aliança com o PRP e da oposição feita pelo grupo petebista ligado a Vecchio – comumente mencionados como motivadores da derrota –, devemos atentar para outro aspecto da movimentação interna do PTB: passadas as eleições, Jango e Brizola acusaram José Diogo Brochado da Rocha de ter sido o principal responsável pela derrota trabalhista. Para Jango e Brizola, José Diogo não só não teria colaborado com a campanha trabalhista em Porto Alegre, se dirigindo para o interior do estado, como teria apoiado Meneghetti, transformando sua casa em um comitê do político. José Diogo negou as

²⁶⁰ FERNANDES, 2013, p. 99-101.

²⁶¹ CÁNEPA, 2005, p. 174.

²⁶² BODEA, 1992, p. 100.

²⁶³ FERNANDES, op. cit., p. 103.

²⁶⁴ Ildo Meneghetti contabilizou 41.939 votos, enquanto Leonel Brizola obteve 40.877 votos (FERNANDES, 2013, p. 103).

²⁶⁵ Uma breve descrição sobre a atuação de Leonel Brizola à frente da Secretaria de Obras Públicas é encontrada em Bodea (1992, p. 95-96).

acusações, afirmando que os próprios líderes haviam recusado a sua ajuda e o designado para auxiliar no interior. Ele atribuiu a derrota em Porto Alegre à própria campanha de Brizola.²⁶⁶

Dinarte Dorneles, que já assumira a presidência nacional do partido, substituindo Danton Coelho, também era alvo de críticas de Jango e Brizola por não intervir para coibir a ação oposicionista de José Diogo. Sem minimizar a contribuição da dissidência liderada por José Vecchio para a derrota, Fernandes atenta para as disputas com outras lideranças, em especial José Diogo Brochado da Rocha.²⁶⁷ Ou seja, não só os sindicalistas mas também outros políticos de peso sentiram sua influência diminuída no PTB com a ascensão dos jovens líderes Jango e Brizola.

Como foi possível depreender das páginas anteriores, Ferrari, assim como nas eleições de 1950, não está relacionado às disputas internas nas quais Jango e Brizola já eram protagonistas. Tão logo voltou a residir no Rio de Janeiro, em maio de 1951, o deputado se casou com Elsa Ferreira, que conhecera em 1946, durante sua primeira estada no Rio de Janeiro, e com quem mantinha um relacionamento à distância no período em que esteve na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.²⁶⁸ Seu padrinho, conforme já mencionamos, foi o líder da bancada trabalhista na Câmara, José Diogo Brochado da Rocha. Esse sim é apontado como elemento central nas disputas internas naquele contexto. Passemos à temática da atuação parlamentar de Fernando Ferrari em sua primeira legislatura federal.

Analisando a atuação parlamentar de Ferrari durante o Governo Vargas, observamos a continuidade na relação com sua categoria profissional de origem, os economistas, no trabalho em favor dos municípios do interior do estado e na retórica da defesa das classes trabalhadoras. A palavra “reforma” passou a aparecer com mais frequência em seu vocabulário nessa legislatura, em especial em menções à reforma agrária. Mais relacionado à arena de disputas políticas, temos a relação com o PTB e a defesa do presidente Vargas, alvo de constantes ataques da oposição no parlamento até o seu suicídio, em agosto de 1954. Por fim, a defesa do presidente não impedia, contudo, que Ferrari tecesse críticas ao governo e à estrutura administrativa do Estado.

²⁶⁶ FERNANDES, 2013, p. 103-104.

²⁶⁷ Ibidem, p. 105.

²⁶⁸ Encontra-se no APFF um conjunto de cartas trocadas entre ele e Elsa Ferreira a partir de 1946.

O trabalho em defesa dos economistas teve proeminência nos discursos do primeiro ano do mandato, antes de ser aprovada a regulamentação da profissão. Em junho de 1951, Ferrari reiterou os motivos – já expostos na Assembleia gaúcha e destacados no capítulo anterior – para a defesa da regulamentação, transformada em lei em agosto daquele ano.²⁶⁹

Passada a aprovação, o deputado continuou mantendo a sua boa relação com a classe profissional, que pode ser atestada pela participação em eventos e em palestras sobre o tema. Para citarmos alguns exemplos, no encerramento da Semana do Economista, em 1952, Ferrari recebeu o título de membro honorário da Ordem dos Economistas de São Paulo pelos serviços prestados à classe.²⁷⁰ Em 1953, o deputado presidiu os trabalhos de fundação do Conselho Regional de Economia, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.²⁷¹

Quanto à ligação com o interior do Rio Grande do Sul, já no primeiro ano do mandato, Ferrari se envolveu na questão sucessória de José Marques da Rocha, prefeito de Santa Maria. A cidade era considerada zona militar estratégica e, por isso, o prefeito seria indicado pelo governador Ernesto Dorneles. No início de fevereiro de 1951, em entrevista ao jornal *A Razão*, de Santa Maria, o deputado confirmava que iria à cidade, juntamente com José Diogo Brochado da Rocha e com um membro da executiva de Porto Alegre, possivelmente Leocádio Antunes (secretário da executiva), a fim de intermediar os entendimentos com a executiva local para a indicação dos nomes a serem apresentados ao governador.²⁷² Vidal Castilhos Dânia, um dos indicados, foi escolhido por Dorneles e exerceu o cargo por curto período, entre 15 de março e 24 de novembro de 1951.²⁷³ Isso ocorreu devido à aprovação de uma lei que devolvia as eleições diretas aos municípios considerados estratégicos.²⁷⁴

²⁶⁹ Discurso proferido por Ferrari em 25 de junho de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1951, p. 4414-4417.

²⁷⁰ “Homenageado em São Paulo o Sr. F. Ferrari”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 set. 1952. Encontra-se no APFF.

²⁷¹ “Instalado o Conselho Regional de Economia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jul. 1953. Encontra-se no APFF.

²⁷² “O Diretório Municipal Indicará o Prefeito”. Entrevista de Fernando Ferrari ao jornal *A Razão*, Santa Maria, 08 fev. 1951. Encontra-se no APFF. Ainda, de acordo com a reportagem, uma lista tríplice havia sido encaminhada pelo diretório local a Porto Alegre, com os nomes de Manoel Mariano da Rocha, Vidal Castilhos Dânia e Severino de Araújo Góes. Conforme Fernando Ferrari, mais dois nomes foram acrescentados à lista pela direção local: Manoel Vitorino de Oliveira e Luiz Ferreti.

²⁷³ SOBRINHO, Hermeto Lopes. *Personagens de Nossa História*. Vol. 2. Santa Maria: Boca do Monte, 1995. p. 117.

²⁷⁴ Projeto de lei nº 8 de 1951, de autoria de Nestor Jost – PSD/RS. Ementa: revoga parte do artigo primeiro da lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, que declarou bases militares de importância excepcional para a defesa do país. Transformado na lei 1444 de 1951, em 29 de setembro de 1951. Na reportagem “Autonomia para Santa Maria” (*Folha da Tarde*, Porto Alegre, 03 abr. 1951), há o destaque para um projeto de lei de Fernando Ferrari (Projeto de lei nº 74 de 1951, de 05 abri. 1951 – arquivado) que previa que a concessão de autonomia iniciasse por Santa Maria.

Na eleição, Heitor Silveira Campos, do PTB, se tornou prefeito de Santa Maria. Quando da cisão de Ferrari com o PTB, Heitor Campos aparece ligado ao dissidente, elegendo-se deputado estadual do Rio Grande do Sul pela legenda do MTR em 1962. Antes da cisão, ainda pelo PTB, Heitor Campos foi deputado estadual na legislatura de 1955 a 1959 e suplente na legislatura de 1959 a 1963, assumindo a cadeira de deputado em diversas ocasiões. De fevereiro a julho de 1959, ocupou o cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, durante o governo de Leonel Brizola.²⁷⁵

Em eleição ocorrida no mesmo período, Tito Lívio Ferrari, pai do deputado trabalhista, se elegeu prefeito de São Pedro do Sul, também pelo PTB, mas esteve no cargo por um curto período devido ao seu falecimento, em julho de 1952.²⁷⁶

Observa-se, pois, o estreitamento das relações de Ferrari com a região central do Rio Grande do Sul. A força do PTB em Santa Maria, uma das principais cidades do interior do estado, pode ser observada pela escolha do prefeito do partido e também pelas expressivas votações obtidas nas eleições para o Legislativo e para o Executivo estadual e nacional a partir de 1947, quando os candidatos petebistas – ou aqueles aliados ao partido – obtinham constantemente a maioria dos votos. O padrão de preponderância do PTB na cidade seria interrompido nas eleições para prefeito em 1959, quando dissidentes do PTB apoiaram o candidato a prefeito do PSD, Miguel Sevi Viero, que logrou vitória, e nas eleições para vice-presidente da República de 1960, quando Fernando Ferrari (candidato do PDC) obteve maior votação do que João Goulart (candidato do PTB-PSD). Nas eleições para o Executivo e o Legislativo de 1962, o PTB reconquistaria a maioria dos votos na cidade.²⁷⁷ Ferrari é relacionado também a outras cidades próximas de Santa Maria: São Sepé, Caçapava do Sul e Santa Cruz do Sul estão entre os locais em que o deputado fez boa votação e manteve relacionamento ao longo do seu mandato.²⁷⁸

²⁷⁵ Dados biográficos disponíveis no Memorial da ALRS.

²⁷⁶ No diploma expedido pela Circunscrição Eleitoral do Rio Grande do Sul em 1º de dezembro de 1951 consta que, nas eleições realizadas em 1º de novembro de 1951 para a prefeitura da cidade de São Pedro do Sul, de um total de 2538 votos apurados, 1392 foram dados a Tito Lívio Ferrari, sendo este eleito para o mandato de prefeito do município pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Encontra-se no APFF.

²⁷⁷ Os dados eleitorais que atestam as proporções de votação em Santa Maria podem ser consultados em Noll e Trindade (1995).

²⁷⁸ No arquivo pessoal do político, há diversas reportagens de jornais dessas cidades noticiando visitas de Ferrari, homenagens ao político e ainda a atuação do parlamentar em prol daquelas localidades. Alguns exemplos dessas reportagens são: “Esteve em São Sepé o Deputado Fernando Ferrari”. *A Palavra*, São Sepé, 10 fev. 1951; “Homenageado nesta Cidade o Deputado Fernando Ferrari”. *Folha do Sul*, Caçapava do Sul, 10 fev. 1951; “No Limiar de uma Nova Legislação”. *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 13 mar. 1951; “O Preço do Fumo Gaúcho”. *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 05 mai. 1952; “Defendem os Interesses Santa-cruzenses na Câmara dos Deputados os parlamentares Fernando Ferrari e Germano Dockhorn”. *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 17 jul. 1953; “Fato Político Inédito em São Sepé: Homenagem de Todas as Facções Políticas a

Um terceiro tema que continuou destacado em sua atuação parlamentar foi a defesa dos trabalhadores. A diferença ficava a cargo da proposição de reformas, não só do cumprimento da legislação trabalhista já existente. A mudança se devia não apenas ao fato de esta ser uma competência do Congresso mas também ao tema ser pautado com maior intensidade pelo parlamento e pela sociedade civil a partir dos anos 1950.

A relação entre reformas e defesa dos trabalhadores mais evidente no trabalho parlamentar de Ferrari foi a reforma agrária. Nas suas palavras:

Sabemos, Srs. Deputados, que este é o problema fundamental. Representa, por assim dizer, a base de todas as questões nacionais, porque, enquanto não colocarmos a terra na mão do maior número de produtores, enquanto não dermos glebas aos trabalhadores que realmente queiram cultivar, dificilmente poderemos solucionar os grandes e graves problemas nacionais.²⁷⁹

Ou seja, Ferrari considerava a distribuição de terras uma questão fundamental a ser resolvida pelo Estado brasileiro. Em junho de 1951, numa de suas primeiras considerações sobre o tema na Câmara, o deputado defendeu uma reforma através de medidas graduais, iniciando pelos arrendamentos, uma vez que a locação da terra seria a principal responsável pelo encarecimento da produção, já que os proprietários cobravam preços abusivos dos locatários.²⁸⁰

Por isso, propunha, como medida inicial, uma lei de limitação das taxas de arrendamento em todo o território nacional para a lavoura e para a pecuária. Por fim, solicitava que uma comissão estudasse o congelamento dos preços. Um projeto de lei sobre arrendamentos foi apresentado dias depois pelo deputado Ruy Ramos (PTB-RS), mas não foi aprovado.²⁸¹

O alto preço dos implementos agrícolas, em especial o preço abusivo dos combustíveis, era outro fator apontado por Ferrari como entrave à produção. Em discurso de outubro de 1953, o deputado propunha ao ministro da Agricultura, João Cleofas (UDN), que trabalhasse pela redução de preços dos combustíveis destinados à produção rural, através de

Fernando Ferrari”. *A Razão*, Santa Maria, 19 mar. 1954. Em 1956, Ferrari recebeu o título de “Cidadão Santa-mariense”. “Tarso Dutra e Fernando Ferrari São Agraciados com o Título de ‘Cidadão Santa-mariense’”. *A Razão*, Santa Maria, 01 mar. 1956.

²⁷⁹ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 05 de setembro de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 set. 1951, p. 7617.

²⁸⁰ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 12 de junho de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1951, p. 3934.

²⁸¹ PL 750/1951 (27/06/1951). Ementa: prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços e dá outras providências (arquivado).

regulamentação específica, como já ocorria no Uruguai, exemplo trazido pelo orador ao plenário.²⁸²

Com relação aos trabalhadores urbanos, um dos destaques de sua atuação foi a defesa da sua participação nos lucros das empresas, já previsto no programa inicial do PTB.²⁸³ Em 1952, Ferrari utilizou o plenário diversas vezes para solicitar que o projeto de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas fosse votado, mas o tema acabou não sendo levado adiante.²⁸⁴

A despeito de sua relação com Santa Maria, Ferrari não se associou às mediações das greves dos ferroviários ocorridas na cidade em 1951, 1952 e 1954.²⁸⁵ Tampouco enfatizou esse e outros movimentos grevistas em discursos no plenário, postura diferente daquela adotada na legislatura anterior, na Assembleia gaúcha. Tal atitude pode ser associada ao fato de Ferrari compor a situação, fazendo com que, especialmente nos momentos de crise, o deputado atuasse na defesa do presidente Vargas e do PTB.

Os discursos proferidos no período demonstram que Ferrari se empenhou na defesa do governo Vargas diante das críticas dos deputados, sobretudo dos udenistas, sendo comuns os debates com Aliomar Baleeiro (UDN-BA), Bilac Pinto (UDN-MG), Alberto Deodato (UDN-MG), José Bonifácio (UDN-MG) e Maurício Joppert (UDN-DF).

A política prevista para o início do governo foi apoiada por Ferrari no plenário. Já em 1951, diante das acusações da oposição, o deputado procurava isentar Vargas da culpa pela chamada “carestia”, a diminuição do poder de compra da população.²⁸⁶ Em abril de 1952, como resposta às críticas de deputados udenistas à mensagem presidencial enviada ao Congresso no mês anterior, o parlamentar trabalhista fez um extenso discurso em defesa das medidas de combate à inflação do governo, inclusive da diminuição dos investimentos em

²⁸² Discurso proferido por Fernando Ferrari em 05 de outubro de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 out. 1953, p. 2408-2412. O mesmo tema é tratado em discurso de 5 de novembro daquele ano, na iminência de um aumento nos preços dos combustíveis. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1953, p. 3810-3812.

²⁸³ Uma reprodução e análise do programa partidário do PTB pode ser consultada em Delgado (1989, p. 33-38).

²⁸⁴ PL 144/1951 (16/4/1951). Autor: Arthur Audra (PTB/SP). Ementa: regula a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (arquivado). Alguns exemplos de discursos em que Ferrari tratou do tema estão em: *DCN*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1952, p. 7849; *DCN*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1952, p. 8764.

²⁸⁵ Sobre as referidas greves dos ferroviários em Santa Maria e sobre a participação de políticos trabalhistas como mediadores nos referidos eventos, ver Jobim (2013). No referido trabalho, Fernando Ferrari aparece relacionado aos mediadores, entre os quais são destacados o deputado Croacy Cavalheiro de Oliveira, Leonel Brizola, João Goulart e José Diogo Brochado da Rocha. Na análise da documentação de nosso trabalho, também não foram localizados indícios de algum envolvimento de Ferrari com as greves dos ferroviários de Santa Maria.

²⁸⁶ Apartes de Fernando Ferrari ao discurso de Heitor Beltrão (UDN-ES) em 04 de dezembro de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 05 dez. 1951, p.1390-1392.

obras públicas que integrava o chamado “Plano de Prioridade de Investimentos do Governo Federal”. Ao agir dessa forma, o governo, nas suas palavras,

estava colocando mais um alicerce no edifício administrativo-financeiro que constituiu o programa de ação do seu primeiro ano de mandato constitucional. Fez bem em cortar tais empreendimentos. Estou convencido que sim, pois não afetaram as forças vitais da nação e eram, por sua natureza, inflacionários.²⁸⁷

Quanto ao Ministério comandado pelo PTB, Segadas Viana assumiu a pasta do Trabalho e Previdência Social em setembro de 1951, em substituição a Danton Coelho. Nesse momento, o PTB estava bastante dividido, com a disputa entre Danton e Dinarte Dorneles pela direção da executiva nacional e entre petebistas que propunham diferentes linhas de atuação somadas a diferentes pretensões de poder. Tal divisão interna, segundo Delgado, dificultou sobremaneira a unanimidade no apoio à gestão de Segadas Viana. Somou-se a esse contexto de instabilidade uma ampliação da mobilização sindical, que resultaria na deflagração de uma série de greves na primeira metade dos anos 1950.²⁸⁸

Ferrari foi um dos petebistas que assumiu uma posição de crítica ao novo ministro. Suas principais acusações eram dirigidas à má gestão de alguns institutos e caixas de aposentadoria e pensões. Em fevereiro de 1952, Ferrari votou favoravelmente à convocação do ministro do Trabalho para prestar esclarecimentos quanto aos referidos institutos e caixas. Juntamente com o encaminhamento de seu voto, sugeriu que o presidente do IAPETC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes de Cargas), Oscar Stevenson (PSP), se demitisse do cargo em função das acusações de que estava nomeando funcionários sem concurso. No referido discurso, Ferrari também enfrentou críticas de deputados da situação. Seu colega de partido Barreto Pinto (PTB-DF) diz que ele estava sendo injusto. Oswaldo Orico (PSD-PA) e Arnaldo Cerdeira (PSP-PR) falam em defesa de Oscar Stevenson. Este último afirmou ainda que Ferrari pertencia à maioria, mas estava “desgarrado” dela.²⁸⁹

A consideração de Arnaldo Cerdeira refere-se ao fato de que, a partir do segundo ano do governo Vargas, Ferrari se posicionou de maneira mais crítica em relação a determinados

²⁸⁷ Discursos proferidos por Fernando Ferrari em 22 e 23 de abril de 1952. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 mai. 1952, p. 3378-3381.

²⁸⁸ DELGADO, 1989, p. 116.

²⁸⁹ Discurso proferido por Ferrari em 21 fevereiro de 1952. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1952, p. 1519-1521. Outras críticas feitas por Ferrari ao presidente do IAPETC estão em: *DCN*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1952, p. 7488; *DCN*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1952, p. 8243; *DCN*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1953, p. 2735. O diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), Henrique La Rocque (PSP), também foi alvo de críticas de Ferrari em fevereiro de 1952. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1952, p. 1233.

setores do governo. Além das autarquias do Ministério do Trabalho, as políticas do Ministério da Fazenda, comandado por Horácio Láfer (PSD), foram alvos de diversas objeções do deputado. Para citarmos um exemplo, Ferrari criticou a diminuição do orçamento do plano SALTE²⁹⁰ para 1953, detendo-se especificamente no setor de transportes. Isso porque a diminuição no orçamento atingiria a ferrovia Caí-Passo Fundo, para que Ferrari se empenhava em obter recursos.²⁹¹

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, dirigido por João Cleofas (UDN), também não ficou imune às críticas do deputado. Em outubro de 1952, tecendo observações sobre a considerada reduzida dotação orçamentária desse Ministério, Ferrari também criticou a sua estrutura administrativa. Segundo o deputado, as verbas previstas no orçamento

mal dão para montar meia dúzia de postos agropecuários em alguns estados da Federação, uma ou outra escolas de iniciação agrícola, adquirir algumas centenas de tratores e trilhadeiras para atender a este ou àquele setor da produção nacional e para pagar o pesado e enferrujado quadro de pessoal, feitas honrosas exceções, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, quadro que, lamentavelmente vive na borda do asfalto, sob as luzes claras do dia, ou então no aconchego do conforto das grandes capitais sem procurar o interior brasileiro onde não existe um agrônomo, onde não existe um veterinário, onde os rebanhos morrem por falta de assistência do Governo, mal bate à porta dos camponeses uma peste suína ou uma peste bovina.²⁹²

O excerto acima evidencia um recurso constantemente utilizado pelo deputado nesse período: atribuir à estrutura ministerial boa parte da responsabilidade pela crise vivida no segundo governo Vargas, procurando minimizar a culpa direta do presidente. Nos momentos em que Vargas era atacado pelos deputados opositores, Ferrari não se furtava de atuar em sua defesa.

Mas ele não era o único deputado trabalhista que se manifestava contrariamente a determinadas atitudes do Executivo ou que, como definiu o deputado Arnaldo Cerdeira, esteve “desgarrado da maioria” no Congresso. Parte da bancada do PTB, entre os quais Vieira Lins (PTB-PR), Lúcio Bittencourt (PTB-MG) e Walter Ataíde (PTB-MG), assumia posições de divergência com a maioria. Vieira Lins, então vice-líder do partido, abordou em plenário a posição de independência e, por vezes, crítica a atos do governo. Ou seja, mesmo compondo

²⁹⁰ SALTE foi um plano econômico iniciado no governo de Eurico Gaspar Dutra, que previa investimentos nas áreas da saúde, alimentação, transporte e energia (iniciais da sigla SALTE), consideradas estratégicas. Continuou existindo nos primeiros anos do governo Vargas.

²⁹¹ Discurso proferido por Ferrari em 07 de outubro de 1952. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 08 out. 1952, p. 10579-10582. Vítor Issler (PTB-RS) intervém no discurso e critica o ministro Horácio Láfer.

²⁹² Discurso proferido por Fernando Ferrari em 08 de outubro de 1952. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 09 out. 1952, p. 10638-10639.

a maioria, não se furtava a criticar o governo em aspectos que contrariassem o programa trabalhista.²⁹³

D'Araújo dá conta, ainda, de uma clivagem existente entre a direção partidária e a base parlamentar do PTB, destacando Lúcio Bittencourt (MG), Euzébio Rocha (SP), Frota Aguiar (DF), Alberto Pasqualini (RS) e Vieira Lins (PR) como nomes do parlamento que estariam fora do controle da direção nacional. Divergências ideológicas e também ambições de poder são destacadas pela autora como motivadoras da referida clivagem.²⁹⁴ Tal como nas disputas na seção gaúcha nesse momento, Ferrari não é mencionado por D'Araújo como personagem central nessa clivagem. Tampouco Bodea (1992) ou Cortés (2007) dão destaque à sua participação nas disputas na seção gaúcha.

Contudo, a partir da análise mais detida da atuação de Fernando Ferrari na Câmara, é possível apontar as disputas na seção gaúcha, em que seu padrinho José Diogo estava envolvido diretamente, como possível potencializadores da atitude de independência, tanto com relação ao bloco de apoio ao governo quanto com a direção partidária. Outros exemplos dessa atitude serão dados no decurso do capítulo.

Antes delas, porém, mencionemos mais um episódio em que Ferrari saiu em defesa de Vargas, o que, dessa vez, abalou a fama de “bom moço” do deputado trabalhista. Em uma sessão plenária no final de 1952, Ferrari chegou às “vias de fato” com um parlamentar que lhe insultara e tecera críticas ao governo Vargas. Era o comunista Roberto Morena (PRT-DF), famoso por irritar seus adversários. Os comunistas, naquele momento, estavam na oposição ao Governo Vargas. Não faltaram referências ao ocorrido na crônica parlamentar da imprensa. Salvo algumas variações no número de socos e pontapés na cena de pugilato iniciada por Ferrari – que não atingiram em cheio Morena porque os contendores foram separados por outros parlamentares logo –, o noticiário dava conta ainda do tema que desencadeou a reação de Ferrari.²⁹⁵

O fato inusitado se deu durante a discussão de um assunto que seria bastante debatido no Congresso nos meses seguintes: o acordo Militar Brasil–Estados Unidos, assinado em março de 1952 e aprovado pelo Congresso no início de 1953. Numa perspectiva mais ampla,

²⁹³ Vieira Lins explicita essa posição em discurso proferido em 25 de maio de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1953, p. 4461.

²⁹⁴ D'ARAÚJO, 1996, p. 90.

²⁹⁵ Algumas reportagens sobre a ocorrência com Morena, guardadas no APFF, são: “Repelidas a Socos e Pontapés as Infâmias de Roberto Morena”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1952; “Sério Incidente entre o Comunista R. Morena e o Sr. Fernando Ferrari”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13 dez. 1952; “Morena Agride e É Agredido”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1952.

tal acordo estava inserido no esforço de estreitamento das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos – assim como na já mencionada Comissão Mista Brasil–Estados Unidos –, uma vez que os estadunidenses buscavam fortalecer sua ligação com países da América Latina no contexto da Guerra Fria.

O comunista Roberto Morena, evidentemente contrário ao acordo, denunciava a intenção do governo de mandar tropas brasileiras para lutar na Guerra da Coreia, o que era negado por deputados da maioria, incluindo Ferrari. De fato, havia a solicitação do governo estadunidense para que o Brasil enviasse uma divisão militar para a Coreia, algo que não chegou a se concretizar. O governo brasileiro se negou a participar diretamente do conflito asiático, limitando sua contribuição ao fornecimento de minerais estratégicos em troca de aparelhamento militar.²⁹⁶

No início de 1953, o tema voltou a ser tratado no plenário, quando seria votado. O ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, se empenhou pessoalmente para que o Congresso aprovasse o acordo com celeridade, evitando protelações. Segundo D’Araújo, apesar de não prever o envio de tropas, o acordo encontrava resistência em setores militares nacionalistas, na esquerda e em alas do próprio PTB. Mais um exemplo das tentativas conciliatórias características do governo Vargas serem frustradas. O apoio da UDN ao acordo foi decisivo para a sua aprovação de forma literal, sem emendas. Quanto à oposição de parte dos petebistas, a autora salienta que o acordo foi “mais uma oportunidade para o PTB se transformar num reduto de oposição às iniciativas do Executivo”.²⁹⁷

Nesse debate, Ferrari se posicionou ao lado do Executivo. Defendeu a aprovação do acordo militar sem emendas, vistas como tentativas de protelação. Em sua argumentação, destacou-se, mais uma vez, o anticomunismo, que compôs a tônica dos discursos sobre o tema.²⁹⁸ Para Ferrari, eram os comunistas, a mando de Moscou, os principais responsáveis pela campanha contra o acordo. Ao criticar os comunistas, ressaltava a sua posição favorável ao alinhamento com os EUA, exemplificada pelo excerto a seguir:

O que notamos é isso: enquanto se deixa que a Rússia se arme, enquanto se deixa que os países totalitários daquela doutrina totalitária se armem para atrair os países democratas, faz-se uma campanha contra quantos visem dar maior força ao Brasil. Contra quantos visem defender a América, para que ela continue a ser o país das caravelas, o país de Cristo, o país do Cruzeiro do Sul. Sr. Presidente, porque quero

²⁹⁶ D’ARAÚJO, 1992, p. 168-180.

²⁹⁷ Ibidem, p. 174.

²⁹⁸ Segundo D’Araújo (1992, p. 173), no contexto da votação do acordo, “vários deputados são acusados por [João Neves da] Fontoura de fazerem o ‘jogo comunista’ para obstruir a aprovação do acordo, que de fato é alvo de acirradas críticas por parte de parlamentares da esquerda e representantes do PTB”.

ver minha pátria livre, porque prefiro a liberdade com a América do Norte à traição com a Rússia, voto a favor do acordo e contra essa protelação.²⁹⁹

No mesmo discurso, Ferrari mencionou sua recente visita feita aos Estados Unidos, em novembro de 1952, quando da eleição de Eisenhower. Observara, na referida viagem, que os propósitos daquele país eram de paz e que os estadunidenses elegeram o candidato republicano pela promessa de finalizar a Guerra da Coreia. Salientava ainda que essa não seria a mesma intenção da Rússia.³⁰⁰ De fato, um armistício suspendeu a guerra em julho de 1953.

O ano de 1952 foi encerrado com uma viagem de Ferrari ao Rio Grande do Sul. O deputado visitou a cidade de Pelotas, onde, além de participar, como paraninfo, da formatura da Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, entrou em contato com políticos locais.³⁰¹ Dias depois, ainda no período de recesso parlamentar, Ferrari esteve na região central do estado. Participou da festa em comemoração ao primeiro aniversário da administração trabalhista de Heitor Campos em Santa Maria.³⁰²

Desde São Pedro do Sul, o deputado trabalhista concedeu nova entrevista ao periódico santa-mariense *A Razão*. Fazendo um balanço positivo das atividades legislativas de 1952, Ferrari afirmou que os grandes problemas do Brasil estavam sendo discutidos no Congresso, destacou positivamente as verbas obtidas para o estado, em especial para a região central, e classificou como profícuas as novas adesões de políticos ao seu partido. Por fim, salientou a consolidação que vinha ocorrendo no PTB: “O Partido Trabalhista Brasileiro, apesar das tremendas dificuldades dos dias que correm, atingiu realmente a sua maturidade política e está

²⁹⁹ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 06 de fevereiro de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1953, p. 745. A protelação a que se referia era o pedido do deputado Lima Figueiredo (PSD-SP) para que o acordo fosse levado à consideração da Comissão de Legislação Social. Ferrari reiterou seu posicionamento favorável ao acordo sem emendas na sessão legislativa de 04 de março de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 05 mar. 1953, p. 1484-1487.

³⁰⁰ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 06 de fevereiro de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1953, p. 744-745. O *Correio do Povo* (Porto Alegre, 18 out. 1952) noticiou que Ferrari viajou aos EUA no dia 17 de novembro de 1952, permanecendo oito dias em Miami, seguindo depois para Nova York e Washington. O objetivo da viagem seria observar o funcionamento do Legislativo e o mecanismo burocrático do Poder Executivo. Ao regressar da referida viagem, Ferrari concedeu entrevista ao jornal *A Noite*. Ao comentar a vitória de Eisenhower, salientou como grande motivador do sucesso do republicano aquilo que reiteraria no Congresso meses depois, para justificar o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos: o novo presidente dos EUA manifestou a intenção de reduzir ou extinguir o conflito coreano. Ferrari ainda elogiou o processo eleitoral americano e destacou a utilização da televisão como grande inovação que observara na campanha política. “Os Comícios Políticos Acabam Desaparecendo!”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1952. (Entrevista de Fernando Ferrari ao jornal). Encontra-se no APFF.

³⁰¹ Diversas notícias sobre a visita de Fernando Ferrari a Pelotas foram guardadas no arquivo pessoal do político, com destaque para o periódico pelotense *Jornal da Tarde*, que publicou matérias sobre o evento nos dias 22 e 23 de março de 1952.

³⁰² “Assinalado Festivamente o Transcurso do Primeiro Aniversário de Administração Trabalhista”. *A Razão*, Santa Maria, 01 jan. 1953. Encontra-se no APFF.

se firmando na opinião pública nacional”.³⁰³ Críticas à direção partidária e à atuação do partido não eram explicitadas nesse momento.

Juntamente com José Diogo Brochado da Rocha, Ferrari recebeu homenagem da diretoria da União dos Caixeiros Viajantes pelo projeto de regulamentação da sua profissão.³⁰⁴ Os dois parlamentares também estiveram juntos em Santa Maria, onde participaram de homenagens e entraram em contato com representantes do partido no interior da cidade, juntamente com o prefeito Heitor Campos.³⁰⁵

A partir de 1953, as críticas à composição ministerial se tornam mais explícitas. Em nova entrevista ao jornal *A Razão*, Ferrari falou sobre uma moção que estava sendo preparada por uma comissão de deputados, composta por ele próprio e por José Diogo Brochado da Rocha, Lúcio Bittencourt e Walter Ataíde, com críticas a alguns setores ministeriais, considerados estanques.³⁰⁶

Conforme mencionamos na parte inicial do capítulo, esse também foi o período de agravamento da crise no governo Vargas. Dias depois da entrevista ao jornal *A Razão*, de volta ao parlamento, Ferrari defendeu a mensagem presidencial enviada ao Congresso, duramente criticada pela oposição. Diante das acusações de insucesso do governo Vargas, o deputado trabalhista buscou associá-las à composição ministerial. Respondendo às acusações do deputado Tristão da Cunha (PR-MG), que atribuía a culpa pela crise exclusivamente ao presidente Vargas, assim se manifestou Ferrari:

Em tese poderíamos dar razão a Vossa Excelência. Embora seja o presidente da República, constitucionalmente, quem escolhe seus ministros, os partidos políticos têm grande responsabilidade nisso, porque o presidente – seja ele quem for – no meio dessa fragmentação partidária, dificilmente poderá ter maioria no Congresso. Tem, por isso mesmo, de arranjar maioria de coalizão, uma coligação ministerial, para obter uma base que lhe assegure a vitória de seus planos de governo [...]. Vossa excelência têm razão: é o presidente da República quem escolhe os ministros, mas os partidos políticos têm tremenda ingerência nessa escolha [...]. O presidente da República pode, por isso mesmo, descarregar, embora politicamente, um tanto dessa responsabilidade nos partidos que apoiam determinados ministros.³⁰⁷

³⁰³ “O PTB já Atingiu sua Plena Maturidade”. *A Razão*, Santa Maria, 06 de jan. 1953. Encontra-se no APFF.

³⁰⁴ “Homenageados pela diretoria da União dos Caixeiros Viajantes os Parlamentares Gaúchos Gal. José Diogo Brochado da Rocha e Dr. Fernando Ferrari”. Encontra-se no APFF. O referido Projeto de Lei (nº 648 de 1951 - transformado na Lei Ordinária 3207/1957) foi apresentado por Fernando Ferrari e tratava da regulamentação do exercício das atividades dos viajantes, vendedores e representantes comerciais.

³⁰⁵ “Homenageados em Arroio do Só [distrito de Santa Maria], Ontem, Brochado da Rocha e Fernando Ferrari”. *A Razão*, Santa Maria, 20 jan. 1953. Encontra-se no APFF.

³⁰⁶ “A Moção da Bancada Federal do PTB para Mudança de Orientação de Certos Setores do Ministério da República”. *A Razão*, Santa Maria, 15 mar. 1953.

³⁰⁷ Discurso proferido por Ferrari nos dias 20 e 27 de março de 1953. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 10 abr. 1953, p. 2557.

Ou seja, para garantir o apoio dos partidos no Congresso era necessário nomear ministros que satisfizessem a um ou outro partido da base aliada, mesmo que não fossem, segundo o julgamento de Ferrari e de outros deputados trabalhistas, os mais adequados.

Na sequência da defesa da mensagem presidencial, Ferrari abordou a política orçamentária do governo, alvo das críticas. Para o parlamentar, o plano de equilíbrio orçamentário levado a cabo pelo governo não deveria ser criticado, uma vez que consistia numa boa forma de conter a inflação. Ferrari encerrou seu pronunciamento reiterando a crítica aos ministros:

Senhor presidente, aqui nesta mensagem há tantos ensinamentos, há tantas verdades, há tanta sinceridade, que o plenário, no seu patriotismo, não devia obscurecê-las, mas, ao contrário, fazendo obra comum com o Sr. Presidente da República, juntar os seus esforços aos dele, para que encontrássemos soluções ainda esperadas pelo povo e dêssemos à nação rumos seguros. O próprio presidente da República reconhece certos males da época atual, certos males de alguns setores estanques de seu Ministério. Ele é o primeiro a reconhecer que alguns setores não se dinamizaram e estou de acordo com S. Exa.³⁰⁸

Por isso, os parlamentares haviam proposto à bancada uma moção de desconfiança contra alguns setores do atual Ministério. Nas palavras do deputado: “esta é minha opinião franca e corajosa – que o senhor presidente deveria governar com o seu próprio partido”.³⁰⁹ A justificativa para a maior participação dos trabalhistas era a necessidade de implementação das diretrizes programáticas trabalhistas no governo. Contudo, ao ser questionado sobre quais ministros seriam mencionados na moção, Ferrari não os nomeia, falando apenas que a bancada estava estudando a questão.

Em meados de 1953, como já referimos, Vargas levou a cabo uma reforma ministerial. Além de João Goulart assumir a pasta do Trabalho, em substituição a Segadas Viana, quase todos os ministros civis foram trocados. A permanência de João Cleofas (UDN) foi a única exceção. Para citarmos um exemplo, o ministro da Fazenda, Horácio Láfer, bastante criticado por Ferrari, foi substituído por Oswaldo Aranha. Apesar da reforma, o governo mantinha sua base ministerial com características conservadoras.³¹⁰

No dia 31 de julho de 1953, quando se completava o tempo previsto para a primeira metade do governo do presidente Vargas, o jornal *O Globo* entrevistou líderes de diversas correntes partidárias, para que respondessem às seguintes questões:

³⁰⁸ Discurso proferido por Ferrari nos dias 20 e 27 mar. 1953. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 10 abr. 1953, p. 2561.

³⁰⁹ Discurso proferido por Ferrari nos dias 20 e 27 mar. 1953. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 10 abr. 1953, p. 2561.

³¹⁰ DELGADO, 1989, p. 143.

- I) Qual a iniciativa do presidente Vargas que mais o impressionou pelo que representa de benefício para o Brasil?
- II) Se tem críticas ao governo, sobre que fato mais elas incidiriam?
- III) Pelo governo até agora feito, em sua opinião, justifica-se a confiança que o eleitorado depositou no senhor Getúlio Vargas?³¹¹

Enquanto Gustavo Capanema (PSD), líder da maioria na Câmara, defendeu incondicionalmente o governo Vargas e Afonso Arinos (UDN), líder da minoria, só teceu críticas ao governo, Fernando Ferrari, mesmo defendendo o governo, não livrou de críticas a composição ministerial. O parlamentar trabalhista respondeu a enquete descrita acima da seguinte forma:

- I) A sua iniciativa corajosa em defesa do petróleo; o plano de aparelhamento portuário e ferroviário e o saneamento financeiro. No plano político, seu notável senso de pacificação social;
- II) A não constituição de um Ministério de diretrizes eminentemente trabalhistas;
- III) Embora os Executivos, estadual e nacional, por razões compreensíveis sofram atualmente atritos e desgostos, creio no reconhecimento do povo brasileiro pelos esforços patrióticos do Sr. Getúlio Vargas, embora certos efeitos de sua benéfica ação devam objetivar-se mais imediatamente, pois não se improvisam medidas de grande interesse público.³¹²

Observa-se que, mesmo após a reforma ministerial, permanecia o descontentamento de Ferrari com a restrita participação dos trabalhistas no governo.

Apesar de o novo Ministério manter as principais características dos primeiros ministros do governo Vargas, a nomeação de Jango para o Ministério do Trabalho foi encarada pelos setores conservadores como uma virada à esquerda do governo, o que se explicava, em boa parte, por sua aproximação com o setor sindical. A gestão de Jango sofreu forte campanha oposicionista. Seus adversários afirmavam que, inspirado no que Juan D. Perón vinha fazendo na Argentina, o ministro brasileiro estaria buscando implementar uma “república sindicalista” no Brasil. As tentativas de desestabilizar o governo eram levadas ao parlamento pelos deputados oposicionistas, diante dos quais Ferrari defendia Vargas e, nesse momento, também o ministro Goulart.³¹³

³¹¹ “Opinam os Líderes sobre o Governo do Sr. Getúlio Vargas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1953. Encontra-se no APFF.

³¹² “Opinam os Líderes sobre o Governo do Sr. Getúlio Vargas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1953. Encontra-se no APFF. Além dos líderes mencionados, foram entrevistados, na mesma reportagem, Armando Falcão (PSD), Aliomar Baleeiro (UDN), Heitor Beltrão (UDN), Oswaldo Orico (PSD), Danton Coelho (PTB), Gurgel do Amaral (PR) e Bilac Pinto (UDN).

³¹³ Alguns exemplos da defesa de Ferrari a Vargas, nesse contexto, estão no *Diário do Congresso Nacional*: no discurso proferido em 05 de agosto de 1953, em resposta a acusações feitas a Vargas pelo deputado Tarso Dutra (PSD-RS), pessedista que seguia a linha de oposição de parte desse partido no Rio Grande do Sul (*DCN*, Rio de Janeiro, 06 ago. 1953, p. 145-148); e no discurso proferido em 21 de outubro de 1953, durante o encaminhamento

Foi nesse contexto que Ferrari reforçou sua relação com outro tema que caracterizou a sua atuação política: as medidas de moralização e de combate à corrupção no serviço público, comumente associadas ao partido da “eterna vigilância”, a UDN.³¹⁴ Tal reforço se deveu a um projeto de lei apresentado em meados de 1953, apelidado de “lei dos chapas brancas”, elaborada por Ferrari para limitar e regular o uso de carros oficiais, popularmente conhecidos como “chapas brancas” em função da cor diferenciada de suas placas.³¹⁵

Ao apresentar o projeto em plenário, Ferrari criticou aquilo que denominava “orgia” no uso dos carros oficiais. O deputado sugeria que o número de carros oficiais deveria ser drasticamente diminuído, uma vez que era impossível controlar o seu uso. O questionamento do uso desses carros por funcionários públicos feito por Ferrari é elucidativo do teor moralizante de seu discurso:

Por que um diretor de departamento, um chefe de serviço, deve ter carro oficial? Por que um cidadão ganhando 15 ou 20 mil cruzeiros por mês, não pode tomar um táxi para vir à repartição, ou mesmo um bonde, como muitos deputados fazem, sem que isso os diminua em sua honorabilidade? Por que aqueles setores dos Ministérios, cujos funcionários não precisam realmente de transporte, não usam camionetas, veículos especiais para esse fim? Por que a Limousine? Apenas para passear, para queimar a gasolina da Nação. Para ajudar a fundir a República brasileira.³¹⁶

Não de forma fortuita, a iniciativa de limitar os “chapas brancas” foi elogiada pelo deputado udenista Maurício Joppert. Durante o discurso em que Ferrari apresentou seu projeto, Joppert saudou a atitude do deputado. Ferrari, por seu turno, afirmou que “nesta minha campanha de moralização, estarei sempre do seu lado”, mesmo que ela envolvesse órgãos do governo. Nas suas palavras: “Essa atitude de crítica muitas vezes atinge órgãos do Governo,

de votação do requerimento que consagra a hora do expediente do dia 29 para homenagear as Forças Armadas (29 out. 1945 foi a data da deposição de Vargas da Presidência da República). Segundo Ferrari, que votou contra o requerimento, a oposição estava querendo “marcar com ódio uma data superada” (*DCN*, Rio de Janeiro, 21 out. 1953, p. 3208).

³¹⁴ Sobre a ligação da UDN com a temática da moralidade na gestão pública, ver Benevides (1981).

³¹⁵ PL 3.305/1953. Ementa: Provê sobre o uso de automóveis oficiais e dá outras providências. Data de apresentação: 02.07.1953. O projeto chegou a ser aprovado pela Câmara em 28 de outubro de 1954 (*Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 29 out. 1954, p. 7077-7078), mas foi rejeitado pelo Senado, sendo arquivado em 16 de dezembro de 1955. O mesmo projeto foi apresentado novamente por Ferrari em 25 de janeiro de 1955 (PL 965/1956) e novamente arquivado em 30 de novembro de 1969. Algumas reportagens que dão conta da proposição dessa lei por Fernando Ferrari e de seu andamento no Congresso estão no arquivo pessoal do político: “Desaparecerão os Chapas-Branças”. *O Popular*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953; “‘A Nação Pode Caminhar sem Limousines’, Afirma o sr. Fernando Ferrari, Justificando um Projeto Mais Drástico Contra o Uso de Carros Oficiais”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953; “Limitando o Número de Carros Oficiais”. *Folha Carioca*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953; “Chapas-brancas Desafiam a Câmara”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1954; “Brechas na Lei”. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1954.

³¹⁶ Discurso proferido por Ferrari em 25 de junho de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953, p. 5915.

mas nem por isso serei menos coerente, menos veemente e menos sincero na minha posição, dentro dessa Casa, ou fora dela”.³¹⁷

O mesmo Joppert salientou, em artigo no *Jornal do Brasil* em junho de 1954, que Ferrari compunha a “turma escalada para defender o Sr. Getúlio Vargas”. Mas se referia ao deputado trabalhista como um homem limpo e desiludido, “um petebista sério”, que, exatamente por essa seriedade, não teria o reconhecimento necessário de Vargas. É evidente que, ao elogiar Ferrari como “um petebista sério”, o opositor Joppert estava pressupondo que outros petebistas não eram sérios.³¹⁸ Independentemente da relevância da iniciativa de Ferrari, sua atitude de relativa independência com relação ao governo, ao mesmo tempo em que fortalecia a sua imagem de coerência na atuação parlamentar, também servia como aditivo das críticas da oposição, representadas, nesse exemplo, pelas manifestações de Joppert em plenário e na imprensa.

Mas, como salientou Joppert, Ferrari continuava sendo da “turma escalada para defender Vargas”. Em 1954, Ferrari apoiou o reajuste no salário mínimo proposto pelo Ministério do Trabalho e implementado em 1º de maio daquele ano. Em fevereiro, comentou a boa repercussão que os estudos para instituir o novo salário mínimo, levados a cabo pelo Ministério do Trabalho, ainda comandado por Jango, estavam tendo entre os trabalhadores do Rio Grande do Sul.³¹⁹ Após a implementação do aumento, o deputado respondeu às críticas, feitas por parlamentares, de que a medida não diminuiria a inflação, defendendo o aumento como medida paliativa para que os trabalhadores não sofressem tanto com a alta do custo de vida.³²⁰

Foi na defesa do aumento dos ganhos dos trabalhadores que encontramos uma crítica mais explícita de Ferrari ao presidente Vargas, já quando a crise se tornara mais aguda, em julho de 1954. Ela ocorreu devido ao veto do presidente da República a um projeto de sua

³¹⁷ Discurso proferido por Ferrari em 25 de junho de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1953, p. 5915. Para citarmos mais um exemplo, em maio de 1954, Ferrari faz uma consideração semelhante a respeito da posição de independência: “Muitas vezes o próprio líder da maioria [Gustavo Capanema] me puxa as orelhas porque me acha rebelde no que diz respeito à conduta desta ou daquela autoridade do Executivo. Entretanto, sou homem que age com independência, embora esteja ligado, por princípio partidário, ao PTB” (discurso proferido por Ferrari em 28 de maio de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1954, p. 3307).

³¹⁸ “Papel para Rasgar”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1954. Encontra-se no APFF.

³¹⁹ Discurso proferido por Ferrari em 03 de fevereiro de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 fev. 1954, p. 420.

³²⁰ Discurso proferido por Ferrari em 03 de maio de 1954 em resposta à crítica de Armando Falcão (PSD-CE). *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 mai. 1954, p. 2213-2214. Discursos proferidos por Fernando Ferrari em 07 e 11 de maio de 1954, em resposta às críticas de Herbert Levy (UDN-SP) e Aliomar Baleeiro (UDN-BA). *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1954, p. 2628-2629 e p. 2510 a 2512.

autoria, aprovado na Câmara e no Senado, que concedia abono de emergência aos trabalhadores temporários de obras da União, a exemplo do que já ocorria com os servidores da caráter permanente.³²¹ Ferrari caracterizou o veto como um “equivoco governamental” que contrariava a política trabalhista do governo.³²²

A crítica de Ferrari a Vargas não passou incólume entre os deputados. Ferrari salientava que continuava ao lado do presidente Vargas, apesar de reconhecer que ele não era infalível, a exemplo do veto ao seu projeto de abono. Em resposta, o deputado Heitor Beltrão (UDN-DF) salientava que “o presidente da República insiste em errar e V. Exa. insiste em amá-lo”. Benedito Mergulhão (PSD-DF) seguiu a argumentação de Beltrão, afirmando que “V. Exa. continua sendo um getulista romântico. E se teima em amar o presidente da República, como com tanto espírito destacou o deputado Heitor Beltrão, é porque realmente o coração tem razões que a alma desconhece”.³²³

Em 5 de agosto, após o atentado da Rua Tonelero, ocorrido naquela madrugada, Fernando Ferrari, num contexto em que ainda não se conheciam os autores do atentado, se pronunciou buscando isentar Vargas das acusações que começavam a ser feitas por parlamentares oposicionistas.³²⁴ Nos dias seguintes, já em campanha no Rio Grande do Sul, Ferrari não estava presente na Câmara durante debates em que os deputados udenistas faziam constantes acusações e pedidos de renúncia do presidente. Nesse momento, poucos deputados da maioria se manifestaram sobre o assunto, cabendo a Vieira Lins, a Barreto Pinto (PTB-DF) e ao líder da maioria, Gustavo Capanema (PSD-MG), a defesa do presidente.³²⁵

A fragilidade do apoio parlamentar a Vargas na crise que o levou ao suicídio é observada por Lucia Hippolito. Segundo a autora, diante dos ataques da oposição, boa parte dos parlamentares do PSD e PTB, alegando compromissos das eleições que estavam próximas, regressaram a seus estados, deixando o flanco do parlamento ainda mais aberto aos ataques e diminuindo ainda mais as possibilidades de resistência do governo.³²⁶ Esse parece ter sido o caso de Fernando Ferrari.

³²¹ PL 2846/53. Autor: Fernando Ferrari. Ementa: Dá nova redação ao artigo 18, da lei 1765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos territórios.

³²² Discurso proferido por Ferrari em 27 de julho de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1954, p. 5531-5533.

³²³ Discurso proferido por Ferrari em 27 de julho de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1954, p. 5532.

³²⁴ *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 ago. 1954, p. 5638-5639.

³²⁵ Foram observados os exemplares do *Diário do Congresso Nacional* de 05 a 23 de agosto de 1954.

³²⁶ HIPPOLITO, 2004, p. 35-38.

A campanha negativa que vinha sendo alimentada pela oposição e pela imprensa ligada a ela repercutia na sociedade civil, ampliando a base de apoio para um possível golpe de estado. Mas o suicídio de Vargas, na madrugada de 24 de agosto, alterou a ordem dos acontecimentos. Diversas manifestações populares de apoio ao presidente – agora “mártir” – ocorreram imediatamente após a sua morte. Refletindo o discurso nacionalista da carta, os manifestantes destruíam símbolos daquilo que considerassem relacionados ao “entreguismo” e à oposição a Vargas. Em Porto Alegre, por exemplo, foram atacadas sedes de partidos oposicionistas (PSD, PL e UDN) e jornais e pontos comerciais que remetesse a uma possível relação com os Estados Unidos. Os manifestantes só foram contidos com a intervenção do Exército. Os eventos tiveram como resultados pelo menos três mortos, trinta feridos graves e muitos prédios destruídos ou danificados.³²⁷

Em 31 de agosto, passados alguns dias da morte de Vargas, de volta ao Palácio Tiradentes, Ferrari prestou sua homenagem ao falecido. Relatou ter recebido a notícia do suicídio em Itaquí, cidade fronteiriça do Rio Grande do Sul. De Uruguaiana, município próximo, tomou conhecimento da repressão policial em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em outras cidades. Diante dessa repressão, que resultou inclusive na morte de manifestantes, o deputado trabalhista afirmava que não seria possível apoiar o novo governo.³²⁸

Seguindo seu discurso, Ferrari enfatizou que a atitude de Vargas o transformou em um mito que iria impulsionar o trabalhismo:

Srs. Deputados, Getúlio Vargas – e faço questão de frisar isso – deu a nós, ao trabalhismo são e consciente, aquilo que precisávamos. Tínhamos uma grande ideia, uma extraordinária ideia. Faltava-nos um mártir. Porque nenhuma ideia, por mais gloriosa que seja, poderá encontrar repercussão na massa, nas raízes do povo, se não for regada com sangue, com dor e com sentimento.³²⁹

Ferrari comparou Vargas a Tiradentes e reforçou, de maneira emotiva, o conteúdo nacionalista da carta-testamento. Enquanto Tiradentes morrera pela emancipação da pátria, Vargas morreu pela emancipação econômica do Brasil. O deputado repudiou qualquer tentativa de adiar as eleições e culpou, em parte, a oposição sistemática da UDN no Congresso

³²⁷ CORTÉS, 2007, p. 229-230; BODEA, 1992, p. 120.

³²⁸ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 31 de agosto de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 set. 1954, p. 3943-3945.

³²⁹ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 31 de agosto de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 set. 1954, p. 3944.

pelo suicídio de Vargas. Ferrari não poupou críticas ao principal partido de oposição a Vargas, denominando seus membros “eternos agourentos” e “eternos golpistas”.³³⁰

Foi nesse contexto que ocorreram as eleições estaduais no Rio Grande do Sul. Vejamos como se deu esse pleito para o PTB gaúcho, que incluiu o afastamento de um dos líderes do partido no estado, com a cisão de José Diogo Brochado da Rocha.

3.2 AS ELEIÇÕES DE 1954 NO RIO GRANDE DO SUL E A CISÃO DE JOSÉ DIOGO BROCHADO DA ROCHA

Em 3 de outubro de 1954, o Rio Grande do Sul elegeria um novo governador, deputados estaduais e federais e dois senadores.

Sobre os antecedentes dessa eleição, uma atenção especial deve ser dada às prévias do PTB para definição do candidato a governador. Havia pelo menos quatro postulantes petebistas: Alberto Pasqualini, senador eleito com quase 70% dos votos, José Diogo Brochado da Rocha, deputado federal mais votado, José Loureiro da Silva, um dos responsáveis pela organização do PTB no estado, e João Goulart, presidente nacional do partido e ministro de Vargas até fevereiro de 1954.

Ainda nesse contexto de indefinição, em março de 1954, quando excursionava pelas cidades de sua base eleitoral, Ferrari teve lançada sua candidatura à reeleição.³³¹ Em entrevista concedida na cidade de Vacaria, foi questionado sobre sua preferência por um dos quatro postulantes do PTB ao governo, mas não se definiu, dizendo apenas que eram todos grandes nomes e que acataria o decidido na convenção partidária.³³² Da mesma forma, se manifestou na já rotineira entrevista ao jornal *A Razão*, de Santa Maria. Explicitamente, não defendeu nem refutou nenhum dos candidatos. Nessa última entrevista, se pronunciou sobre a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho, afirmando ser mais uma prova de que não havia ambiente favorável à aplicação objetiva de postulados trabalhistas no governo. Na entrevista, o deputado retomava observações que já vinha fazendo no Congresso:

Temos um partido trabalhista grande, mas não temos um governo trabalhista. O povo brasileiro consagrou o nome do presidente Vargas, nas urnas, mas deixou de lhe dar o instrumento indispensável à efetivação plena de suas ideias, pois o

³³⁰ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 31 de agosto de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 set. 1954, p. 3943-3945.

³³¹ “Lançada a Candidatura de Fernando Ferrari à Deputação Estadual”. *A Palavra*, São Sepé, 20 mar. 1954. Encontra-se no APFF.

³³² “Esteve Nessa Cidade o Deputado Federal Dr. Fernando Ferrari”. *Vacaria*, Vacaria, 13 mar. 1954. Encontra-se no APFF.

trabalhismo foi assentar no Congresso em minoria, enquanto os adversários assentaram em maioria no Ministério.³³³

Nos primeiros dias de junho, o palácio do Catete foi o centro da discussão para definir quem seria o candidato do PTB ao governo gaúcho, com Vargas intermediando a questão. Inicialmente, Loureiro da Silva aparecia tanto nas notícias do *Correio do Povo* quanto nas do *Diário de Notícias* como nome capaz de conciliar os diferentes grupos do PTB.³³⁴ Nos eventos seguintes, as abordagens dos jornais, de maneira semelhante ao que ocorreu nas prévias de 1950, realizaram coberturas distintas das negociações.

No *Diário de Notícias*, havia diversos apontamentos sobre o impasse na definição do concorrente do PTB. Brochado da Rocha, em reunião com Vargas, teria manifestado sua intenção de ser o candidato, afirmando não ser possível voltar atrás, pois seu nome havia sido lançado por um grupo político. A intenção de José Diogo era levar seu nome à convenção do partido.³³⁵ Já a defesa da candidatura de Pasqualini foi feita, no Rio de Janeiro, pelos intermediários João Caruso e Ajadil de Lemos.³³⁶

O *Correio do Povo* não apresentou as discussões em torno da indefinição. Ambos os jornais, no entanto, noticiaram, no dia 06 de junho, a escolha de Alberto Pasqualini como candidato acertado entre Goulart e Brochado da Rocha, contando com a aprovação de Loureiro da Silva, e sendo apresentada como solução conciliatória.³³⁷

No entanto, se o apoio de Loureiro da Silva e Goulart à candidatura de Pasqualini se confirmaria nos dias seguintes, o mesmo não ocorreu com Brochado da Rocha. De volta a Porto Alegre, em entrevista ao *Diário de Notícias*, o deputado trabalhista afirmou que, apesar de considerar que Pasqualini reunia os requisitos para ser candidato a governador, não havia trabalhado por sua candidatura no Rio de Janeiro. A informação, segundo Brochado da Rocha, diferia daquela publicada, dias antes, na imprensa. Ainda segundo o deputado, ele viajara ao Rio de Janeiro para expor sua posição sobre a situação política do estado e da questão

³³³ “Temos um Partido Grande Consolidado, mas Não Temos um Governo Trabalhista”. *A Razão*, Santa Maria, 20 mar. 1954. Encontra-se no APFF.

³³⁴ “Loureiro da Silva Seria o Candidato de Conciliação no PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 jun. 1954, p. 20; “Tendência a Favor de Loureiro”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre 01 jun. 1954, p. 02 e 16.

³³⁵ “Tendência a Favor de Loureiro”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre 01 jun. 1954, p. 02 e 16.

³³⁶ “José Diogo Chamado Novamente por Getúlio”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03 jun. 1954, p. 16; “Continua a Dúvida entre os Líderes Trabalhistas: Loureiro da Silva ou Pasqualini para o Governo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03 jun. 1954, p. 02.

³³⁷ “Alberto Pasqualini – Candidato do PTB ao Governo do Estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 jun. 1954, p. 48; “Assentada a Candidatura de Alberto Pasqualini”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 jun. 1954, p. 07 e 16.

sucessória. Ao narrar sua conversa com Vargas, é possível observar o seu descontentamento com os líderes do partido no Rio Grande do Sul:

Adiantei as minhas previsões sobre a conduta dos demais partidos e levei minha sinceridade ao ponto de declarar que talvez para mim fosse mais difícil expor-lhe, com segurança, a situação do meu próprio partido, há tanto tempo me sinto escorraçado dos altos concílios partidários.³³⁸

Finalizando a entrevista, Brochado da Rocha afirmou que a questão sucessória não estava definida, devendo ser tratada no Rio Grande do Sul até a convenção partidária. Lembremos que ele foi líder da bancada do PTB na Câmara até o período que coincidiu com a reforma ministerial do governo Vargas, quando renunciou ao cargo. Tal fato, somado às declarações feitas no contexto das eleições de 1954, são indicativos de conflitos interno prévios do deputado com seu partido.

Em 15 de junho, dois dias antes do início da convenção, Leonel Brizola defendeu, diante do diretório de Porto Alegre, a candidatura de Pasqualini e a necessidade de serem superadas as questões pessoais em nome da unidade do partido. Pasqualini foi indicado pelo diretório metropolitano para ser candidato a governador, juntamente com os nomes de Goulart e Brochado da Rocha como candidatos ao Senado.³³⁹

Jango veio ao Rio Grande do Sul para presidir a convenção estadual. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, ele enfatizava a necessidade de coesão e destacava o papel de Leonel Brizola na defesa da candidatura de Pasqualini como aquela que representava essa união e que contava com o apoio dos líderes, inclusive de Brochado da Rocha.³⁴⁰

Com relação à cobertura da convenção, novamente houve uma notável diferença na abordagem dos dois jornais pesquisados. Na narrativa do *Correio do Povo*, Leonel Brizola discursou apelando para a unidade partidária e ressaltando o entendimento dos líderes e lançando o nome de Alberto Pasqualini para ser eleito por aclamação. A iniciativa teria sido bem aceita pelos convencionais, que “ovacionaram” o nome de Pasqualini. Goulart e Brochado da Rocha foram igualmente aclamados pelos convencionais como candidatos ao

³³⁸ "José Diogo Nega que Tivesse Articulado a Candidatura Alberto Pasqualini no Rio". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09 jun. 1954, p. 04 e 12.

³³⁹ "Indicado Pasqualini pelo Diretório Metropolitano do PTB". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 jun. 1954, p. 02; "Aclamada pelo PTB desta Capital a Candidatura Alberto Pasqualini". *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 jun. 1954, p. 04.

³⁴⁰ "Alberto Pasqualini é Capaz de Galvanizar a Preferência do Partido". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 jun. 1954, p. 07 e 16.

Senado. O jornal mencionava ainda que Brochado da Rocha não aceitara a indicação para concorrer ao referido cargo.³⁴¹

Já o *Diário de Notícias* destacou também os antecedentes do discurso de Brizola e as tentativas de evitar que Pasqualini fosse eleito por aclamação, vindas do delegado de Torres, Wolfran Oliveira, ligado a Loureiro da Silva, e, posteriormente, do ex-deputado Guilherme Mariante, ligado a Brochado da Rocha. De acordo com o *Diário*, havia o empenho de trabalhistas favoráveis a Brochado da Rocha, especialmente do diretório de Santa Maria, em lançar sua candidatura ao governo do estado. Em caso de votação secreta, esse grupo votaria em Brochado, o que comprometeria a candidatura de Pasqualini, já que o mesmo só aceitaria concorrer se houvesse unanimidade na convenção. O impasse foi resolvido com a negação do pedido de votação secreta de Mariante. Após mais de uma hora de um “empolgante” discurso de Leonel Brizola, deu-se a aclamação do candidato Pasqualini, o que garantia a “unanimidade”.³⁴²

Tanto nos antecedentes quanto na convenção, nota-se que a cobertura do *Diário* trouxe mais detalhes das negociações, em especial das posições divergentes dos postulantes à candidatura. Já o *Correio*, a partir das definições da candidatura nas negociações do Rio de Janeiro, trouxe o nome de Pasqualini como mais consensual e também como a mais adequada, não registrando manifestações contrárias.

Diante de tal diferença, é oportuno mencionar a observação feita por Vasconcellos, que analisou as coberturas das eleições de 1947, 1950 e 1954 nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, enfocando as disputas internas do PTB no Rio Grande do Sul envolvendo Alberto Pasqualini. Tal como destacamos em nossa análise, a pesquisadora também assinalou a diferença na forma de relatar as disputas do partido: enquanto o *Diário de Notícias* tendia a valorizar as disputas entre o grupo ligado a Pasqualini e o grupo ligado mais diretamente a Vargas, o *Correio do Povo* dava menos ênfase e, se noticiava algo, tratava como resultantes de um partido em construção.³⁴³

Vasconcellos e Silva mencionam a boa relação de Alberto Pasqualini com o *Correio do Povo*. Ambos autores aventam a possibilidade de que seu irmão, o jornalista Arlindo

³⁴¹ “Escolhida Unanimemente pelo PTB a Candidatura Pasqualini ao Governo do Estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 jun. 1954, p. 02 e 16.

³⁴² “Lançada, por Aclamação, a Candidatura Pasqualini”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 jun. 1954, p. 02 e 04.

³⁴³ VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o Trabalhismo no Brasil*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Pasqualini, que trabalhava na Companhia Jornalística Caldas Júnior, tenha contribuído para a sua inserção naquele periódico.³⁴⁴ Ainda segundo Silva, no decurso dos anos 1940, Alberto Pasqualini publicou, sistematicamente, artigos de análise política no *Correio do Povo*. Esses artigos contribuíram para sua projeção no Rio Grande do Sul.³⁴⁵

A despeito das diferenças de abordagem dos periódicos, o clima de entendimento entre os trabalhistas foi relativizado pelos fatos dos dias seguintes. A decisão pela candidatura de Pasqualini ao governo do estado levou à cisão no partido e ao afastamento dos “dioguistas”.³⁴⁶ Não foi possível precisar os nomes dos “dioguistas”, sendo mencionado, ainda no contexto da convenção, apenas o nome de Guilherme Mariante como sendo “ligado a Brochado da Rocha”.

E como se posicionou Ferrari diante do impasse em torno da candidatura do PTB? Apesar da vinculação, já observada, com José Diogo, não foram encontrados indícios do apoio explícito de Ferrari a ele. Tampouco foi observada sua participação nas articulações da candidatura e, posteriormente, da campanha de Pasqualini naquela eleição. Se Brizola já era destacado pela imprensa como liderança do estado, sendo associado ao grupo ligado a João Goulart, Ferrari era pouco mencionado. A presença dele na convenção foi registrada pelo *Correio do Povo* apenas no seu encerramento, em 20 de junho, quando o deputado falou sobre o desempenho da bancada federal do PTB.³⁴⁷

Naqueles dias, também foi instalado o Comitê Popular Pró-Reeleição do Deputado Fernando Ferrari. No ato inaugural, falaram o acadêmico José Jappur, Jorge Chedjack, o deputado Siegfried Heuser, Francisco Silveira Santos e o Dr. Leoncio Valerio da Silveira, apoiadores de Ferrari naquele contexto.³⁴⁸

Após a negativa de José Diogo para se candidatar ao Senado, o também preterido Loureiro da Silva, que, desde a volta de Vargas ao Catete, ocupava novamente o cargo de diretor da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, não aceitou o convite para ser seu substituto. No entanto, segundo Bodea, ele não rompeu com o PTB, optando por aguardar uma “próxima oportunidade em 1958”, ou seja, para ser o candidato do PTB ao governo do estado. O autor afirma ainda que Loureiro não teve grande envolvimento com a

³⁴⁴ VASCONCELLOS 2009, p. 38; SILVA, 2013, p.197.

³⁴⁵ SILVA, 2013, p. 197-198.

³⁴⁶ CÁNEPA, 2005, p. 176.

³⁴⁷ “Encerramento da Convenção do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 jun. 1954, p. 04.

³⁴⁸ “Comitê Popular Pró-Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 jun. 1954, p. 05.

campanha de Pasqualini e que não havia maior ligação entre os dois, apesar de terem uma relação respeitosa.³⁴⁹

Disputou o pleito com Pasqualini, por um PTB que não contou com alianças partidárias, o candidato Ildo Meneghetti, formada a mesma a aliança que o levou à prefeitura de Porto Alegre em 1951, a Frente Democrática (PSD, PL e UDN), retomada para a disputa de 1954, agregando ainda o apoio do Partido Democrata Cristão (PDC), recém-formado no estado. Wolfran Metzler foi o candidato do PRP ao governo, concorrendo isoladamente.³⁵⁰

José Diogo, preterido pelo PTB, também se candidatou a governador, pelo PSP. Segundo Cortés, Adhemar de Barros, líder desse partido, naquele momento já rompido com o governo Vargas, via no dissidente trabalhista uma boa oportunidade para fortalecer a sua influência no Estado. Já o candidato acreditava que poderia vencer, pois tinha seguidores pessoais espalhados pelo estado.³⁵¹

As motivações apontadas por José Diogo para o rompimento com o PTB merecem ser expostas, no intuito de observar possíveis relações com futuros posicionamentos de Ferrari diante do seu partido. Em 2 de agosto de 1954, Brochado da Rocha tratou do tema da sucessão estadual em longo discurso no plenário da Câmara dos Deputados. Segundo o dissidente, havia um grupo determinado a apoiar sua candidatura ao governo do estado. Outros grupos trabalharam por outros nomes no PTB, sobressaindo-se o “grupo que apoia e obedece à orientação do eminente senador Alberto Pasqualini”. Contava também esse candidato com a simpatia de João Goulart, o que teria facilitado, aos apoiadores de Pasqualini, a infiltração na máquina partidária.³⁵²

Segundo o orador, ao invés de mediar os interesses dos grupos do partido e de discutir com as bases eleitorais no Rio Grande do Sul, a direção do partido impôs, desde o Rio de Janeiro, a candidatura de Pasqualini. Ao regressar da capital da República no dia 07 de junho e ver os jornais da véspera, Brochado da Rocha teria se deparado com informações equivocadas acerca da sua posição sobre a sucessão estadual: o nome de Pasqualini era apontado como candidato de consenso, que contava com o apoio de todos os líderes do PTB

³⁴⁹ BODEA, 1992, p. 112. Nas palavras do autor, baseado em depoimento de Lidovino Fanton, “se atribuía um misto de ‘cordialidade hostil’ e ‘hostilidade cordial’” à relação de Loureiro da Silva com Pasqualini (BODEA, 1992, p. 114).

³⁵⁰ CÂNEPA, 2005, p. 175.

³⁵¹ CORTÉS, 2007, p. 226-227.

³⁵² *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1954, p. 5242-5245 e 5249-5250.

e que, inclusive, teria sido indicação sua.³⁵³ No entanto, ele afirmava não ter nenhuma participação na indicação de Alberto Pasqualini, indicado a Getúlio Vargas por João Goulart.

Sobre a convenção estadual, a crítica se dirigia à decisão da escolha por aclamação, julgada antidemocrática. José Diogo enfatizou que vários convencionais vinham com a instrução de votar nele ou ainda em outros nomes para candidato a governador. No entanto, houve a imposição da unanimidade na votação em Alberto Pasqualini. Mas apoiadores dele e de Loureiro da Silva não aceitaram tal imposição e se sentiram desprestigiados na disputa interna do partido. Nas palavras do político,

dava-se assim à escolha do nome honrado de um dos políticos rio-grandenses mais dignos, o Sr. Alberto Pasqualini, a aparência de um golpe. Porque os convencionais queriam debater e votar, lutar nas urnas através do voto, pelos seus amigos e seus preferidos e se sentiram frustrados, julgaram inútil sua vinda ao município longínquo, com perda de tempo e despesas apenas para bater palmas ante a aclamação de um nome, já alta madrugada.³⁵⁴

Tecendo mais uma crítica aos líderes do partido, o dissidente recordou a votação que resultou na escolha de Ernesto Dorneles em 1950, que teria sido feita com voto aberto e coação dos convencionais. Mesmo assim, vencido na convenção, ele apoiou Dorneles e contribuiu com a sua eleição.

Em seguida, Brochado da Rocha justificou a não aceitação da indicação para ser candidato ao Senado na convenção de 1954:

A mim, senhor presidente, a convenção reservou um lugar na chapa para senador pelo Rio Grande do Sul. Não pude, entretanto, aceitar essa honrosa distinção a mim atribuída, primeiro, porque também fui escolhido pelo processo de aclamação, portanto, de forma antidemocrática, mas, sobretudo, porque, indispostos meus amigos, suspeitando de transigências minhas, eu não poderia permitir se pensasse que eu tinha cedido na escolha de meu nome a troco de oito anos de permanência agradável e bem remunerada no Palácio Monroe.³⁵⁵

Ou seja, se aceitasse a indicação, sinalizaria sua aprovação ao que havia sido decidido na convenção. Passado esse episódio, havia pensado em abandonar a política. No entanto, muitas pessoas se mobilizaram por sua candidatura, o que resultou na aceitação do convite para ser candidato pelo PSP, partido que havia apoiado o PTB na eleição anterior. Por fim, destacou que não pretendia se afastar do PTB, que sua candidatura advinha das divergências

³⁵³ De fato, como mencionamos anteriormente, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* do dia 06 de junho de 1954 noticiaram o apoio de José Diogo Brochado da Rocha à candidatura de Alberto Pasqualini. Também mencionamos que Brochado da Rocha desmentiu o apoio em entrevista publicada no *Diário de Notícias* em 09 de junho 1954

³⁵⁴ *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1954, p. 5244.

³⁵⁵ *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1954, p. 5245.

com a orientação da direção do partido. Pretendia, pois, lutar por uma reestruturação do partido.

Os “a pedidos” publicados nos jornais durante a campanha mantêm o teor das críticas de Brochado da Rocha ao PTB: a candidatura de Alberto Pasqualini teria sido fruto de uma decisão unilateral dos dirigentes, que se julgavam proprietários do partido. Sua candidatura representava o protesto diante dessa decisão e não uma traição ao partido. Brochado da Rocha ressaltou ainda a sua proximidade com Getúlio Vargas, dizendo que o acompanhou desde 1930 e que lhe apoiou e defendeu no período em que foi deputado pelo PTB.

A importância da questão doutrinária do partido também foi enfatizada pelo candidato dissidente:

Mas um partido não é só organização e funcionamento; antes de tudo ele é o vínculo legal de difusão e sustentação de ideias, desenvolvidas e articuladas em programa que se promete defender na oposição e executar no governo. Por isso, um partido, para merecer esse nome e não baixar ao nível de mera organização de interesses pessoais e subalternos, há de manter lealdade inflexível às suas tradições e às ideias que formam seu corpo de doutrina.³⁵⁶

Mas como justificar sua candidatura como doutrinária, se seu oponente do PTB era tido como maior representante do “trabalhismo doutrinário”? Brochado da Rocha se apresentava como aquele que tinha maior experiência administrativa para executar o programa trabalhista, enquanto Pasqualini seria excessivamente teórico. Sua teoria não teria habilidade prática:

Não bastam soluções teóricas, apenas examinadas à luz dos gabinetes e à sombra de bem providas bibliotecas. Com sua comprovada experiência administrativa, José Diogo Brochado da Rocha apresenta soluções que, ao lado do exame teórico possam ser realmente executadas, postas em prática com real proveito. Os eleitores rio-grandenses devem ter bem presente que não será possível confiar os destinos do Rio Grande, em hora tão crucial [...] a quem perdido num emaranhado de teorias e programas complicados, não consegue uma ação prática e exequível.³⁵⁷

A elucidação da cisão de Brochado da Rocha trouxe alguns elementos que podem contribuir com a caracterização da cisão de Fernando Ferrari, quais sejam: 1) é um dos indícios do descontentamento prévio com a centralização decisória da direção do partido no Rio Grande do Sul; 2) a motivação central da sua crítica ao PTB foi a ausência de democracia interna, tema que será retomado por Ferrari; e 3) o apelo ao “trabalhismo programático” já aparecia na sua argumentação, característica também da cisão ferrarista. Como notável

³⁵⁶ “Fala José Diogo Brochado da Rocha”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 set. 1954, p. 09.

³⁵⁷ “O Homem que Nunca se Curvou ao Capricho dos Fortes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 set. 1954, p. 13.

diferença, temos a crítica a Pasqualini, necessária por esse ser opositor direto de Brochado da Rocha naquela disputa. Como demonstraremos nas seções seguintes, Ferrari se valeu em larga escala do legado pasqualinista em sua justificativa para criticar a condução do PTB.

Da campanha de Ferrari, mais uma vez, poucas informações foram veiculadas pelos jornais pesquisados. Um “a pedido” do dia 07 de setembro avisava que o Comitê Popular Pró-Deputado Fernando Ferrari reiniciara suas atividades, tendo em vista que a campanha havia sido suspensa em função do falecimento de Vargas. Mencionava, ainda, que o candidato havia viajado do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, onde ficaria até o pleito de 03 de outubro.³⁵⁸

Ferrari não acompanhou os roteiros dos candidatos ao Governo e ao Senado. No exame dos periódicos e também do arquivo pessoal, entre as poucas informações disponíveis, um “a pedido” do Comitê Popular Pró-Deputado Fernando Ferrari chamou a atenção:

Concitamos os simpatizantes da candidatura de FERNANDO FERRARI que não se deixem influir pela campanha que terceiros vêm desenvolvendo contra a votação daquele ilustre parlamentar, sob a alegação de que o mesmo já tem sua eleição assegurada.

Essa eleição estará assegurada sim se todos os seus simpatizantes e amigos, sem darem ouvidos a essa campanha que contraria, profundamente, o processo democrático, cerrarem fileiras em redor de FERNANDO FERRARI.³⁵⁹

Não podemos precisar quem são os terceiros aos quais o aviso se referia. Mas temos um indício da existência de concorrência com outro(s) candidato(s) do próprio partido que estaria(m) disputando os votos de Ferrari. Não que tal atitude não fosse comum. Incomum é que fosse explicitada, como ocorreu no “a pedido” reproduzido. Trata-se de um indício, ainda que pontual, de desavenças com candidato(s) do PTB já nas eleições de 1954.

Em texto crítico à atuação parlamentar de Ferrari após o falecimento de Vargas, em novembro, um comentarista da oposição escreveu o seguinte:

Quando Sr. Vargas precisou como nunca do senhor Ferrari, este, equivocadamente, não se definiu na política do Rio Grande, quando surgiu a cisão liderada pelo senhor Brochado da Rocha, seu velho amigo e protetor. Foi naquele minuto que o Sr. Vargas necessitava do Sr. Ferrari e onde ficou esse boquirroto fronteiriço? **Precisamente na zona morta.**³⁶⁰

³⁵⁸ “O Comitê Popular Pró-Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 set. 1954, p. 02.

³⁵⁹ “A pedido – Comitê Popular Pró-Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 set. 1954, p. 02. O mesmo “a pedido” é reproduzido em diversas datas anteriores à eleição de outubro de 1954, tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*. No APFF, há o mesmo “a pedido” publicado no jornal *A Razão* (Santa Maria, 29 set. 1954).

³⁶⁰ “Um Deputado Aqualouco”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1954 (grifo nosso). Texto assinado por Nertan Macedo. Encontra-se no APFF.

Sem nos determos às expressões pejorativas, é na fala de um opositor que encontramos a melhor definição para o posicionamento de Ferrari com relação a esse pleito. O deputado não se juntou à cisão de Brochado da Rocha, tampouco participou ativamente da campanha dos candidatos da chapa do seu partido.

O resultado das eleições no Rio Grande do Sul foi pior para o PTB do que o das eleições de 1950. Um possível favorecimento imediato ao PTB gaúcho em função do falecimento de Vargas não foi confirmado nas urnas. Na interpretação de Bodea, os principais causadores do revés do PTB no estado foram: o clima de insegurança, causado pelos quebras posteriores à morte de Vargas, bem explorado pela oposição; a aproximação do Partido Comunista com o PTB naquele contexto e o apoio formal à candidatura de Pasqualini, que fez com que a oposição acusasse o PTB de se “comunizar”, valendo-se do anticomunismo, com apoio de boa parte do clero católico; a radicalização nos discursos dos candidatos do PTB (destacando Leonel Brizola e Ruy Ramos); e o desgaste do governo Dorneles.³⁶¹

Alberto Pasqualini foi derrotado por Ildo Meneghetti. Os dois candidatos ao Senado, João Goulart e Ruy Ramos, também não se elegeram. As vagas foram ocupadas pelos candidatos da Frente Democrática, Armando Câmara e Daniel Krieger.³⁶² Após essa eleição, os problemas de saúde de Pasqualini se agravaram e o afastaram da vida pública.

O dissidente José Diogo Brochado da Rocha não conseguiu angariar muitos seguidores na cisão com o PTB e fez reduzida votação.³⁶³ Segundo Bodea, a morte de Vargas atingiu também “mortalmente” a candidatura de Brochado da Rocha a governador. Os motivos apresentados pelo autor são os seguintes:

Se o eleitor gaúcho já tinha uma longa tradição de punir a troca de partido salvo a exceção considerada honrosa e legítima de “rachar” um partido para fundar outro, votar no dissidente trabalhista após a tragédia de 24 de agosto equivaleria a chegar às raias da traição.³⁶⁴

Ou seja, a atitude de Brochado da Rocha acabou sendo interpretada pelos eleitores como integrante do rol de “traições” a Vargas. Observemos que as críticas feitas ao partido em plenário pelo deputado datam de 2 de agosto, apenas três dias antes do atentado da Rua

³⁶¹ BODEA, 1992, p. 121-125. Quanto ao anticomunismo, cumpre notar que, para essa eleição estadual, e ainda para as eleições estaduais de 1958, não foi localizada, nas fontes pesquisadas, a nominata de candidatos indicados ao eleitorado católico da junta estadual da Liga Eleitoral Católica (LEC).

³⁶² Dados disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE). <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

³⁶³ José Diogo Brochado da Rocha obteve 7.396 sufrágios, o que correspondeu a 0,9% dos votos válidos para governador, que totalizaram 821.583 votos naquela eleição.

³⁶⁴ BODEA, op. cit., p. 123.

Tonelero. O candidato teria, inclusive, compreendido a situação e pedido a retirada de sua candidatura a Adhemar de Barros, líder do partido pelo qual era candidato, o PSP. Mas Adhemar optou por manter a candidatura do dissidente.³⁶⁵ José Diogo não voltou a ocupar cargos políticos eletivos depois daquele pleito.

Loureiro da Silva deixou a direção do Banco do Brasil após o falecimento de Vargas e, ainda vinculado ao PTB, voltou a atuar na esfera estadual. Em 1955, já no contexto das eleições municipais, percorreu o estado para dar respaldo aos candidatos do partido, inclusive ao postulante à prefeitura de Porto Alegre, Leonel Brizola, que, algum tempo depois, se tornaria seu antagonista nas disputas regionais.³⁶⁶

Na Câmara Federal, o PTB conservou a maioria dos votos, obtendo 11 das 24 cadeiras, uma a mais que na legislatura anterior, mas praticamente mantendo a proporcionalidade, tendo em vista que, nessa eleição, houve o aumento de duas cadeiras para o estado. Fernando Ferrari foi o único da bancada federal trabalhista do estado a se reeleger deputado federal em 1954, ampliando novamente seus votos para 39.744, segunda melhor votação no estado. Mas o candidato a deputado recordista nessa eleição foi o colega Leonel Brizola, que obteve 103.003 sufrágios, maior votação recebida por um candidato a deputado até então em todo o Brasil (correspondendo a 12,9% do total dos votos válidos do estado). O aumento da votação obtida por Brizola é mais um indicativo do crescimento de sua influência no PTB.³⁶⁷

A maioria dos votos no PTB foi mantida também na Assembleia Legislativa, resultando na conquista de 23 das 55 cadeiras, duas a mais que na eleição anterior. Dentre os deputados eleitos do PTB, estreariam no Legislativo Heitor Campos, prefeito de Santa Maria, e Jairo Brum, prefeito de Guaporé, nomes que posteriormente se juntaram a Ferrari na dissidência que gerou o MTR. Já o prefeito de Passo Fundo, Daniel Dipp, que também integrou a dissidência, se elegeu para a Câmara Federal.

Dias depois das eleições, Ferrari abordou o pleito do Rio Grande do Sul em plenário. Apesar da derrota de Pasqualini, o deputado trabalhista destacava a boa votação e a maioria obtida para as bancadas da Câmara e da Assembleia Legislativa, indícios do fortalecimento do partido no estado. Salientava ainda o clima de paz naquela eleição. Apesar de, conforme já ressaltado, não ser observada a participação de Ferrari na campanha de Pasqualini em 1954, nesse momento ele manifestou sua solidariedade com o político:

³⁶⁵ CORTÉS, 2007, p. 233-234; BODEA, 1992, p. 123.

³⁶⁶ DE GRANDI, 2002, p. 151.

³⁶⁷ Dados disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE). <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

[...] ontem, quando recebia, no aeroporto, o senador Alberto Pasqualini, ao abraçar o eminente homem público, senti estar abraçando não um político que se considerasse derrotado, e sim um homem profundamente humano e democrata que havia sofrido, por assim dizer, uma derrota por parte dos nossos nobres adversários do Rio Grande do Sul, mas que intimamente, intrinsecamente, interiormente, estava vitorioso porque sentia a consagração de seus ideais, o crescimento de sua legenda, pois o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu a maior bancada da Assembleia Legislativa e, sem dúvida, elegerá a maior bancada federal de todos os estados da Federação, partidariamente falando.³⁶⁸

A análise sobre o PTB no Rio Grande do Sul feita por Bodea encerra exatamente nessas eleições. É quando, nas palavras do autor, “Brizola consolida-se, a partir de então, como líder máximo do trabalhismo em nível regional enquanto Jango afirma-se como dirigente de maior peso em nível nacional”.³⁶⁹ Ou seja, a trágica morte de Vargas, a saída de Pasqualini da vida pública pouco tempo depois dessa eleição e, em menor escala, a cisão de José Diogo contribuíram para redefinir os papéis das lideranças do PTB nacional e estadual.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Ao final da primeira legislatura federal, Ferrari havia se desprendido da imagem de parlamentar dedicado e até um tanto ingênuo, ou de “um aprendiz”, como se autodenominava diante dos parlamentares mais experientes, para se tornar líder do partido no mandato seguinte. Como demonstrado na exposição acerca de sua atuação parlamentar, a partir do segundo ano de seu mandato federal, Ferrari seguiu uma linha mais independente de atuação, não se furtando a tecer críticas a determinados setores ministeriais e à própria estrutura do Estado. Sua trajetória alinhada ao PTB, característica da legislatura anterior, começou a apresentar alguns pontos de divergência quando Ferrari atuou como deputado federal durante o governo Vargas.

No entanto, diante das tentativas dos deputados da oposição, em especial da UDN, de atribuir a Vargas a responsabilidade pelas falhas no governo, Ferrari buscou, sempre que possível, relativizar tal culpa, dividindo-a com os ministros e com os partidos que os indicaram. Assim, ele não se distanciou da imagem de defensor do presidente.

Ainda com relação a esses anos de sua atuação parlamentar, observa-se uma ação ainda bastante voltada aos problemas do Rio Grande do Sul, o que o fortalecia no interior do estado, onde esteve em constante contato com lideranças locais e para onde pleiteou diversos projetos.

³⁶⁸ Discurso proferido por Ferrari em 11 de outubro de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 12 out. 1954.

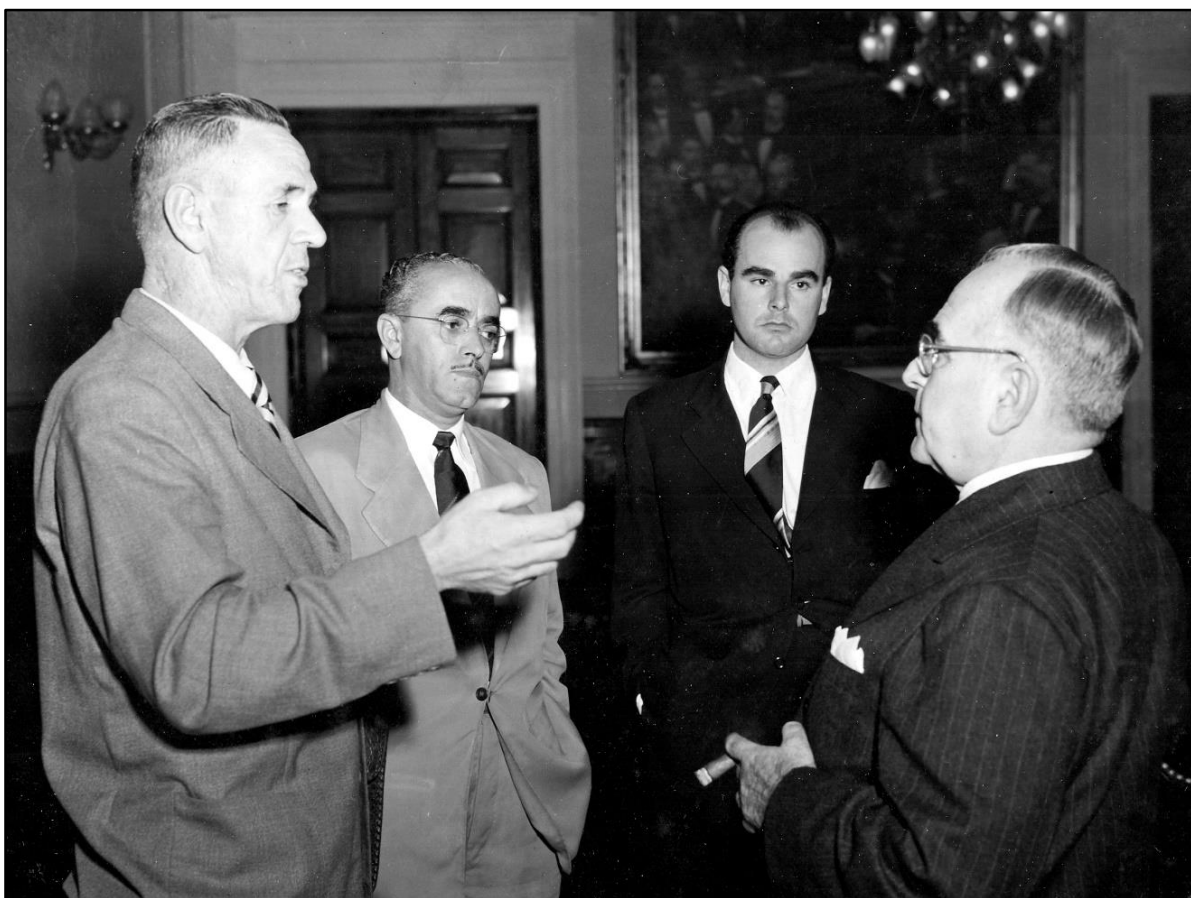
³⁶⁹ BODEA, 1992, p. 130.

Sua transformação em figura nacional e sua maior dedicação a projetos mais abrangentes ocorreria no mandato seguinte, como veremos no próximo capítulo.

Quanto às disputas regionais, a despeito da ligação anterior com José Diogo Brochado da Rocha, Ferrari não foi atingido por sua frustrada campanha ao governo do estado e não protagonizou disputas intrapartidárias naquele momento. Contrariamente a isso, saiu do pleito de 1954 bastante fortalecido no Rio Grande do Sul, sendo o único candidato trabalhista reeleito num PTB derrotado nas principais disputas da esfera estadual.

Respondendo à nossa pergunta inicial, a junção entre uma atuação parlamentar relativamente desprendida do governo, mas com sua permanência no partido sem Brochado da Rocha, e a própria saída de antigos quadros ajudaram a abrir caminho para que o jovem Ferrari se firmasse como liderança partidária, – assim como já o eram os jovens Jango e Brizola. Seu fortalecimento, contudo, não significou uma relação mais estreita com a direção do partido. Ferrari se manteve afastado da parentela, caracterizada por D’Araújo.

Dissociado de Brochado da Rocha, Ferrari passaria a se referir a Pasqualini como grande símbolo da *reestruturação* do trabalhismo. A saudação ao candidato petebista derrotado nas eleições estaduais, feita desde o plenário em fins de 1954, foi uma das suas muitas manifestações de apreço ao político feitas a partir daquele momento. O pasqualinismo, ainda pouco utilizado por Ferrari na primeira legislatura federal, seria um importante recurso de sua luta política. Juntado ao *getulismo*, daria a tônica do novo posicionamento de Ferrari, de reestruturador do partido, levada a cabo também a partir da segunda legislatura federal. Por fim, a exposição dos motivos apresentados para a cisão de José Diogo Brochado da Rocha contribuiu para explicitar outros recursos que serão retomados por Ferrari quando passou a ser protagonista nas disputas do partido. Tratemos desse momento.

Imagens referentes ao capítulo 3

Ferrari com Getúlio Vargas, Salvador Moraga e Francisco Santos, Rio de Janeiro/RJ, agosto de 1951.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Fernando Ferrari com João Goulart, Tancredo Neves e Antunes Maciel, entre outros, no Palácio Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, 1954.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Da esquerda para a direita, Ernani do Amaral Peixoto, Fernando Ferrari, João Goulart e Antunes Maciel no Palácio Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, 1954.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.

CAPÍTULO 4 - FERRARI E O PTB “SEM VARGAS” (1954–1960): LIDERANÇA, REFORMAS, DISPUTAS E RENOVAÇÃO

4.1 NA CÂMARA, A LIDERANÇA DA BANCADA E AS REFORMAS DE BASE; NO PARTIDO, AS DISPUTAS INTERNAS E A RENOVAÇÃO DO TRABALHISMO

Creia V. Exa. que não só este seu amigo que o aparteia, mas todo o PTB do Rio Grande do Sul, lamenta esse efêmero insucesso eleitoral de V. Exa. e todos os instantes demonstrou ser aquele homem altamente vinculado aos postulados trabalhistas, profundamente humano, profundamente fraternal, profundamente ligado às novas ideias que defendemos sem suborno, sem dinheiro, sem ódio e sem ressentimentos. E espero apenas, nobre deputado Veira Lins, que V. Exa., embora recolhido à sua vida privada, não deixe nunca de cooperar com as nossas novas ideias. E sei que V. Exa. será chamado amanhã ou depois para cooperar num novo Partido Trabalhista Brasileiro, que será o ideal sonhado por aqueles que entenderam que agora, mais do que nunca, o Partido Trabalhista Brasileiro vai começar a sua grande luta de partido nacional, em defesa das classes mais esquecidas e em favor de um Brasil melhor.³⁷⁰

Ao comentar os resultados eleitorais de outubro de 1954 no plenário, Vieira Lins não poupou críticas ao PTB do Paraná, acusando-lhe de boicotar a sua eleição. Envolvido em disputas internas com o partido em seu estado, o líder do PTB na Câmara se candidatou a uma vaga na Assembleia Paranaense e não obteve êxito. Vieira Lins, que se manifestara diversas vezes em plenário por uma atuação mais desprendida entre partido e governo, agora sugeria abertamente que houvesse uma renovação dos dirigentes partidários.³⁷¹ Ferrari, que até aquele momento não havia se manifestado em plenário a respeito da cisão de José Diogo Brochado da Rocha ou de eventuais disputas internas de seu estado, demonstrou sua solidariedade ao parlamentar paranaense com o aparte reproduzido acima. Renovação era a palavra de ordem no “coro dos descontentes” do partido.

A partir do discurso de Vieira Lins surgiram especulações sobre a possibilidade de Alberto Pasqualini substituir João Goulart na direção do partido.³⁷² Os rumores estariam parcialmente confirmados pelo aparte de Fernando Ferrari ao referido discurso, falando no surgimento de “um novo PTB”. Apontava-se, ainda, que Ferrari seria o novo líder do PTB na

³⁷⁰ Aparte de Ferrari ao discurso proferido por Vieira Lins em 19 de outubro de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 20 out. 1954, p. 6745.

³⁷¹ Discurso proferido por Vieira Lins em 19 de outubro de 1954. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 20 out. 1954, p. 6744-6746.

³⁷² “Pasqualini para a Direção do PTB”. *Correio do Povo*, 21 out. 1954, p. 20. O jornal reproduziu uma notícia publicada no periódico carioca *Correio da Manhã*.

Câmara, por ser o único reeleito do Rio Grande do Sul e por este ser o estado com maior número de deputados trabalhistas.³⁷³

Não era a primeira vez que se cogitava que Pasqualini assumisse a liderança do PTB. De acordo com Silva, eram comuns as notícias que se remetessem àquele político como “elemento incômodo” à cúpula getulista. Mas também havia menções a seu autodistanciamento com relação a possíveis intrigas pessoais entre membros do partido.³⁷⁴ Em 1952, antes de Goulart assumir a direção do PTB, o nome de Pasqualini teria sido cogitado, mas logo a possibilidade foi desconsiderada pelo então senador. No evento posterior às eleições de 1954, novamente, os rumores não se concretizaram.

O estudo de Silva não registra nenhum momento em que se tenha evidenciado a possibilidade de ruptura de Pasqualini com o PTB. Contudo, o autor não minimiza as divergências existentes entre os dois políticos, afirmando que

se as teses programáticas pasqualinista e getulista tenderam a ser bem recebidas por ambos os setores do partido, tendo na prioridade dada ao trabalho e ao trabalhador o mote da comunhão partidária, essa divergência não implica, necessariamente, que as tensões internas tivessem um significado prático pouco relevante, ou mesmo meramente anedótico ou de fundo personalista.³⁷⁵

Ou seja, o fato de não ter havido a cisão de Pasqualini e ainda de sua proposta programática ter sido aceita, em sua maior parte, pelos líderes do partido não tornam irrelevantes as críticas feitas por ele à agremiação. O “ideólogo” questionava posturas eleitoreiras assumidas pelos correligionários, assim como atitudes que fossem de encontro ao programa do partido. Tal “cobrança” de coerência, por parte do político em questão, pode, segundo Silva, ter contribuído para fortalecer tais valores no partido.³⁷⁶

Com o falecimento de Vargas, novos políticos passariam a protagonizar a disputa pela preponderância no partido. Estamos diante daquilo que Gomes denomina “um segundo tempo do trabalhismo”.³⁷⁷ O partido resistiria à morte do seu líder, mas precisaria reinventar-se “sem Vargas”, a fim de garantir vitórias eleitorais. Num comparativo com a UDN e o PSD, naquele momento, o PTB tinha menor estrutura organizacional nos estados e menor número de lideranças. Contava, entretanto, com o poder mobilizador da doutrina trabalhista.³⁷⁸

³⁷³ “Afastamento de João Goulart para Reestruturação do PTB”. *A Razão*, Santa Maria, 21 out. 1954. Encontra-se no APFF.

³⁷⁴ SILVA, 2013, p. 213.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 215.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 216.

³⁷⁷ GOMES, 2007, p. 63.

³⁷⁸ GOMES, 1994, p. 134-135.

A autora aponta como principais tarefas da reinvenção do PTB: na dimensão organizacional, estruturar e expandir a máquina partidária nos diferentes estados e no interior; na dimensão ideológica, lutar pelo monopólio do carisma de Vargas, mas também não se restringir a ele, distinguindo getulismo e trabalhismo. Ambas as tarefas foram cumpridas no período subsequente. Com relação à segunda delas, o destaque é dado à disputa pelos conteúdos do trabalhismo. Assim, seria mais apropriado falarmos em “trabalhismos”, ao tratarmos as produções de diferentes políticos desse período.³⁷⁹ Trabalhismo verdadeiro ou autêntico, palavras que, juntamente com renovação, passaram a fazer parte do discurso de Ferrari a partir desse momento. Entretanto, de forma alguma foram exclusividade sua.

O desaparecimento de Vargas é considerado um divisor de águas não só para o PTB mas para a conformação do espectro partidário. Segundo Hippolito, a morte de Vargas e de suas tentativas conciliatórias conferiu a identidade que faltava aos partidos. Com a ausência de apoio massivo a Vargas em seus momentos finais, o PSD se definia como partido de centro, tendo uma UDN e um PTB mais radicalizados. Getulismo e anti-getulismo deixavam de ser os balizadores dos partidos brasileiros.³⁸⁰

Ainda com relação ao PTB, nesse momento, a aproximação do partido com os comunistas foi catalisada, uma vez que, anteriormente, tal atitude era desestimulada por Vargas. Nos anos seguintes, os comunistas se aliaram ao PTB e a outras organizações, levantando, conjuntamente, as bandeiras do nacionalismo e das reformas de base.³⁸¹

Esse “segundo tempo” influenciou sobremaneira a atuação política de Ferrari. Conforme buscamos enfatizar no capítulo anterior, o deputado trabalhista saiu fortalecido das transformações por que passou o PTB, que abriram caminho para novas lideranças emergirem no partido. Mas a centralização de poder nas mãos de Goulart impedia que tais lideranças assumissem posições divergentes em relação ao chefe. Diante de tal impossibilidade, os principais recursos de que Ferrari dispunha para lutar internamente no partido eram os conteúdos do trabalhismo. Observar de que recursos políticos Ferrari se utilizou para projetar-se como liderança concorrente a João Goulart no PTB será a questão norteadora do presente capítulo.

Em 1955, o deputado cursava o segundo ano do seu segundo curso superior, Direito, na Universidade do Distrito Federal. O “parlamentar estudante” era tratado como curiosidade por revistas da época, especialmente pelo fato de ser aluno do deputado udenista e líder do

³⁷⁹ GOMES, 1994, p. 139-158.

³⁸⁰ HIPPOLITO, 2004, p. 38-39.

³⁸¹ DELGADO, 1989, p. 165-166.

partido na Câmara, Aliomar Baleeiro, com quem travava debates acalorados no Palácio Tiradentes e a quem ouvia com atenção nas aulas da faculdade.³⁸²

Mas não só as curiosidades do “Ferrari estudante” eram enfatizadas pela imprensa. Naquela legislatura, fortalecia-se o “Ferrari articulador”, que se tornava líder trabalhista na Câmara; o “Ferrari idealista”, que tomava contato com o trabalhismo britânico e buscava imprimir a necessidade de o PTB se constituir como “partido democrático e de ideias”; e, por fim, relacionado aos dois últimos aspectos citados, o “Ferrari renovador do partido”.

Não é casual a abordagem conjunta da atuação parlamentar e das disputas internas de Ferrari com o PTB. Se, nos capítulos anteriores, tais celeumas, em que o deputado trabalhista figurava como coadjuvante, apareciam de maneira pontual, a partir de sua segunda legislatura federal ele assumiria um protagonismo, tanto no parlamento quanto na dinâmica interna do partido. Duas frentes de atuação intimamente relacionadas, como busca-se demonstrar nas páginas a seguir.

Em 10 de fevereiro de 1955, iniciados os trabalhos da nova legislatura, Ferrari falou pela primeira vez como líder do PTB na Câmara, anunciando que a agremiação formaria a oposição ao governo Café Filho – vice-presidente indicado por Adhemar de Barros, do PSP, partido que havia rompido com a base aliada durante o governo Vargas, e que, com sua morte, assumia o posto máximo da República.³⁸³ Seu Ministério foi formado por uma maioria de elementos ligados à UDN. A justificativa do novo líder do PTB para a atuação na oposição era a não continuidade da política social do Governo Vargas e ainda a política econômica levada a cabo pelo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, de orientação liberal, que assumira o cargo tão logo Café Filho se tornara presidente, permanecendo nele até 03 de abril de 1955. Foi a Gudin a sua crítica mais explícita nos primeiros meses do governo de Café Filho.

Em novembro de 1954, por exemplo, Ferrari rechaçou a proposta do ministro de aumento do imposto indireto, que incidia sobre o consumo, uma vez que defendia que os impostos fossem predominantemente diretos, sobre a renda.³⁸⁴ Posteriormente, já em seu

³⁸² Reportagens da *Revista da Semana* (Rio de Janeiro, 29 out. 1955), e da revista *O Mundo Ilustrado* (Rio de Janeiro, 19 dez. 1955). Encontram-se no APFF.

³⁸³ Discurso proferido por Ferrari em 10 de fevereiro de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1955, p. 904-909.

³⁸⁴ Discurso proferido por Ferrari em 05 de novembro de 1954, por ocasião da discussão do Projeto 4.450-A/54 - Anexo nº 1 - Estima a receita e fixa as despesas para o exercício de financeiro de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1954, p. 7284-7287.

discurso de estreia como líder do partido na Câmara, Ferrari não prescindiu das críticas a Gudin por ele ter se declarado contrário ao nacionalismo, orientação que ia de encontro aos pressupostos do PTB.³⁸⁵

A partir de meados dos anos 1950, as correntes de pensamento que defendiam o incentivo aos investimentos nacionais, públicos e privados, com medidas que incluíam restrições à atuação de empresas estrangeiras, também estavam vinculadas à defesa de profundas reformas sociais e econômicas: reforma agrária, reforma urbana, reforma fiscal e tributária e reforma educacional. Tais temas estavam na ordem do dia dos parlamentares nacionalistas e também de movimentos da sociedade civil.³⁸⁶

Encontramos forte identificação de Ferrari com essa orientação. Ainda em 1955, o parlamentar ingressou na Liga de Emancipação Nacional (LEN), uma sociedade civil fundada no Rio de Janeiro com objetivo de defender as liberdades democráticas e de lutar pelo desenvolvimento autônomo do Brasil. Essa sociedade seria fechada em 1956 devido à acusação de infiltração comunista. No início de 1956, liderou a formação de uma frente parlamentar que defendia um programa nacionalista e popular e que apoiava o governo JK.³⁸⁷

As articulações da eleição para presidente, que se realizaria em outubro de 1955, já vinham sendo discutidas dentro do PTB desde dezembro de 1954. No PSD, a candidatura de Juscelino Kubitschek (JK) foi homologada, com antecipação, na convenção de 10 de fevereiro de 1955. O partido buscou uma aliança com o PTB, que decidiria seu futuro na convenção nacional do partido, em 18 de abril de 1955.³⁸⁸

Em 6 de março, desde São Borja, o presidente do PTB, João Goulart, remetia carta a Ferrari, parabenizando-o pela atuação à frente da representação do partido na Câmara. Avisava que, na semana seguinte, estaria no Rio de Janeiro para escutar os amigos do PTB, e fixar, de acordo com a maioria, os rumos em relação à sucessão presidencial.³⁸⁹

Às vésperas da convenção de abril, em nova entrevista ao jornal *A Razão*, de Santa Maria, Ferrari falou sobre a questão da sucessão do governo federal, destacando a existência de três tendências. Uma defendia candidatura própria, outra inclinava-se a um acordo com o

³⁸⁵ Discurso proferido por Ferrari em 10 de fevereiro de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 de fev. 1955, p. 904-909. Outros exemplos de discursos em que Ferrari crítica o ministro da Fazenda Eugênio Gudin, disponíveis nos exemplares do *Diário do Congresso Nacional*, são: *DCN*, 21 out. 1954, p. 6785-6786 (discurso de 20 de outubro de 1955); *DCN*, 23 out. 1955, p. 6902-6904 (discurso de 23 de outubro de 1955); *DCN*, 18 mar. 1955, p. 1280 (discurso de 17 de março de 1955).

³⁸⁶ DELGADO, 2007, p. 359-360.

³⁸⁷ LEMOS, 2001, p. 2151. Não foram encontradas, nas fontes pesquisadas, maiores informações sobre a participação de Ferrari na Liga de Emancipação Nacional.

³⁸⁸ DELGADO, 1989, p. 168-169.

³⁸⁹ Carta de João Goulart a Fernando Ferrari, em 06 de março de 1955. Encontra-se no APFF.

PSD, com o apoio a Kubitschek, e outra defendia o lançamento de um nome de expressão nacional que, embora não fosse do PTB, tivesse ligações estreitas com seus princípios. Esse nome seria o de Osvaldo Aranha. Todas as correntes de opinião, segundo o líder da bancada, obedeceriam o decidido na convenção do partido. Sobre a decisão, assim concluía: “Até aqui, a despeito destas tendências referidas, oficialmente não temos compromissos com ninguém a não ser com o grande legado que nos deixou o saudoso presidente Getúlio Vargas”.³⁹⁰ Na entrevista, Ferrari não se posiciona a favor de nenhuma das opções.

D’Araújo ressalta a cisão existente entre a cúpula dirigente e as bases parlamentares do PTB quando da definição da posição do partido no pleito presidencial de 1955. Boa parte dos senadores, dentre eles Lúcio Bittencourt e Alberto Pasqualini, demonstravam insatisfação com o domínio e os métodos de João Goulart. Havia ainda diferentes posições sobre a disputa da presidência, enunciadas por Ferrari na entrevista acima. No entanto, Jango dispunha do apoio dos convencionais, que não eram deputados e senadores. Contar com convencionais que aprovassem as decisões partidárias era mais importante que obter o apoio dos parlamentares.³⁹¹

A aliança com o PTB-PSD, desejada pelo líder do partido, João Goulart, acabou prevalecendo, sendo decidida na VIII Convenção Nacional do Partido, ocorrida entre 18 e 20 de abril de 1955. Em troca do apoio, o PSD se comprometia a entregar as pastas da Agricultura e do Trabalho e a cumprir um programa mínimo exigido pelo PTB. Em narrativa posterior do próprio Ferrari, escrita já no contexto da cisão com o partido, teria partido dele e do então senador Lúcio Bittencourt a condicionante de haver o programa mínimo de cunho trabalhista, com o qual o novo governo deveria se comprometer.³⁹² Com esse programa, segundo D’Araújo, o PTB como um todo firmava seu papel de partido programático e podia partir para uma aliança eleitoral mantendo a sua identidade.³⁹³

³⁹⁰ “Ferrari: as Três Tendências do Trabalhismo Nacional” (entrevista de Fernando Ferrari). *A Razão*, Santa Maria, abr. 1955. Encontra-se no APFF.

³⁹¹ D’ARAÚJO, 1996, p. 105-107.

³⁹² Segundo Ferrari, foi após muitos debates e relutância que a convenção concordou em aceitar o programa, pois a principal preocupação dos seus líderes seria a obtenção de cargos no governo. Nas suas palavras, “enquanto a Convenção esfacelava-se procurando uma base ideológica para o acordo, o presidente do PTB [João Goulart], com outros arautos, notadamente o Sr. Ruy Ramos, pregava abertamente a candidatura de Kubitschek, *última salvação para o Partido* porque do mesmo já recebera uma carta, com firma reconhecida, assegurando-lhe o preenchimento de todos os cargos federais do Rio Grande do Sul e a *entrega* do Ministério do Trabalho, com toda a máquina da previdência e do Ministério da Agricultura” (FERRARI, 1961, p. 06-07).

³⁹³ D’Araújo (1996, p. 107-108) descreve o programa, elaborado por Ferrari, Pasqualini e outros “doutrinários”, que contemplava os seguintes pontos: “defesa das liberdades, garantia ao trabalho e combate aos *trusts*; guerra à inflação e reforma agrária; reforma eleitoral e restabelecimento dos tiros de guerra nos municípios rurais; estímulo à educação e à cultura do povo; defesa da saúde e da medicina pública; viação e obras públicas contra a seca e amparo e proteção à indústria nacional”. A íntegra do programa pode ser consultada no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961, p. 21-25).

Delgado salienta que o conteúdo reformista do programa mínimo aproximava o PTB das teses do PCB, o que seria um significativo fator de estreitamento da relação com os comunistas que se alinharam ao partido na campanha presidencial de Jango e de JK e também durante o quinquênio em que JK governou.³⁹⁴ Para a autora, a guinada reformista que contribuiu para a aproximação com o PCB é creditada, em boa parte, à linha de ação adotada pelas novas lideranças no PTB a partir de 1955. Nas suas palavras,

elementos como Almino Affonso, Leonel Brizola, Fernando Ferrari (que depois romperia com o PTB), Aarão Steinbruch, Doutel de Andrade, Sérgio Magalhães e lideranças sindicais trabalhistas como Clodsmith Riani, Sinval Bambirra e outros, mesmo assumindo orientações nem sempre essencialmente homogêneas, em muito contribuíram para a aliança com o PCB. Essas lideranças assumiram uma orientação e ação partidária que se definia, segundo nossa análise, como reformista e social e, por isto mesmo, substancialmente diferenciada do esquema de continuidade na transformação que predominara quando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro.³⁹⁵

Do excerto acima, salientam-se duas observações relacionadas a Ferrari. A primeira é o destaque dado à sua atuação no viés reformista do partido. A segunda é a relação feita entre reformismo e aproximação com o PCB. Nos capítulos anteriores, destacou-se a afinidade de Ferrari com o anticomunismo. Cumpre, pois, observarmos como se deu a relação de Ferrari com o tema também nessa legislatura, quando houve a aproximação de trabalhistas e comunistas.

Quanto à disciplina interna do PTB, aquele foi um momento de coação dos dissidentes, com o desligamento dos membros do diretório nacional que se comprometeram com outros partidos. Foram 10 nomes desligados, entre os quais estava José Diogo Brochado da Rocha. Para ampliar o diretório e substituir os expulsos, 38 novos nomes foram escolhidos. Dentre eles, estavam Leonel Brizola e Fernando Ferrari, que, naquele momento, permanecia fiel ao partido. Os dissidentes, em sua maioria, apoiaram a Adhemar de Barros, que concorreu juntamente com Danton Coelho, deputado federal do PTB-DF, que havia rompido com o PTB por defender a retomada da aliança com o PSP. Os descontentes do partido acusavam Jango de ter ligação com os comunistas e engrossavam o coro da oposição à sua candidatura. Diante das acusações, novas expulsões, com oito membros do diretório nacional, incluindo Danton Coelho, Vieira Lins e Lúcio Bittencourt, que faleceu antes de se consumir esse fato, em setembro de 1955.³⁹⁶

³⁹⁴ DELGADO, 1989, p. 170.

³⁹⁵ Ibidem, p. 179.

³⁹⁶ D'ARAÚJO, 1996, p. 109-110.

A chapa JK–Jango logrou vitória no pleito de 03 de outubro de 1955. Derrotou o antigo aliado, Adhemar de Barros (PSP), que concorreu juntamente com o vice Danton Coelho. Juarez Távora (PDC), aliado com o candidato a vice Milton Campos (UDN), e Plínio Salgado (PRP), que disputou a presidência sem um vice oficial, representavam as forças políticas mais conservadoras.

Leonel Brizola venceu as eleições em Porto Alegre naquele mesmo ano, com ampla margem de vantagem.³⁹⁷ Com sua carreira política em franca ascensão, ele se credenciava a concorrer ao governo do estado, porém não sem encontrar resistência no partido, como veremos na seção seguinte. Santa Maria, por sua vez, elegeu Vidal Castilhos Dânia, também do PTB, confirmando a força do partido na cidade.

Quanto a Ferrari, são poucos os indícios de sua participação nessa campanha, na qual estava envolvido indiretamente. Nos meses de agosto e setembro, o deputado esteve primeiro em Nova York, para onde viajou a convite da empresa aérea Varig, que inaugurara um voo para aquela cidade. Depois visitou Londres, onde se deteve na análise da organização e funcionamento do *Labour Party* (o partido trabalhista britânico). Por fim, participou, juntamente com outros parlamentares brasileiros, da conferência interparlamentar de Helsinque, na Finlândia.³⁹⁸

No dia seguinte às eleições, 04 de outubro, Ferrari registrou na Câmara o sucesso do pleito ocorrido no dia anterior. Nos dez dias que antecederam o evento, o deputado trabalhista relatou ter participado da campanha no Rio Grande do Sul, sem revelar maiores detalhes, ressaltando o clima de paz e o desejo de que os partidos respeitassem o desejo das urnas.³⁹⁹ A aspiração manifestada pelo deputado trabalhista de que as eleições fossem respeitadas não era algo aleatório.

Dos meses que antecederam as eleições até a posse dos eleitos, foram constantes ataques ao PTB e tentativas de impedir que políticos vinculados ao getulismo voltassem ao poder, levadas a cabo, no Congresso, especialmente pela UDN. O principal alvo era João Goulart, a quem os udenistas acusavam de ter ligações com o peronismo argentino. Em setembro de 1955, com a divulgação da chamada “Carta Brandi” (uma suposta carta do

³⁹⁷ Leonel Brizola derrotou Euclides Triches (candidato da Frente Democrática) por 67.077 a 37.158 (CORTÉS, 2007, p. 242).

³⁹⁸ Algumas entrevistas de Fernando Ferrari após as referidas viagens estão disponíveis no arquivo pessoal do político. São elas: “Uso da Energia Atômica na Iluminação das Ruas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1955; “O Brasil Não Tem Problemas Sérios Comparados com os do Velho Mundo”. *Consultor do Comércio*, Porto Alegre, 28 set. 1955.

³⁹⁹ *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 05 out. 1955, p. 7311.

deputado peronista argentino Antônio Brandi dirigida a Goulart), a crise política se acirrou.⁴⁰⁰ Nesse contexto, Ferrari atuou na Câmara defendendo o PTB e o candidato e líder do partido Jango das acusações e condenando possíveis tentativas de golpe.⁴⁰¹

Num desses episódios, o deputado chegou novamente às “vias de fato”, dessa vez com Carlos Lacerda, que liderava os ataques a Jango, e com quem Ferrari já tivera outros embates verbais nos meses anteriores. O incidente ocorreu logo após as eleições, em 05 de outubro. O líder da bancada trabalhista proferia mais um discurso para defender Jango da acusação de que estaria conspirando com peronistas argentinos. Sua fala era constantemente interrompida pelos udenistas, que lhe pediam apartes, especialmente Carlos Lacerda. Diante da negativa de Ferrari para as interrupções, Lacerda disse que iria se retirar do recinto, ao que Ferrari respondeu de forma irônica: “Foge, é natural. A fuga é a arma de V. Exa. Não é a primeira vez que V. Exa. foge. Depois de 24 de agosto muita gente o procurou [...]”. O que se seguiu foi resumido pela taquigrafia da Câmara da seguinte forma: “há violento debate entre o orador e o deputado Carlos Lacerda. Estabelece-se tumulto. O Sr. Presidente suspende a sessão.”⁴⁰²

Assim como na briga de Ferrari com Roberto Morena, a imprensa não deixou o fato passar incólume. *O Diário*, de Belo Horizonte, relatou que Ferrari dera um “pontapé” em Lacerda como reação às ofensas verbais que lhe foram feitas. *A Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, salientou que o deputado trabalhista deu um “coice” no udenista. Já o *Diário Carioca*, de maneira mais genérica, registrou que os deputados Ferrari e Lacerda trocaram socos e pontapés.⁴⁰³

Não só o episódio pitoresco envolvendo Lacerda e Ferrari mas também o conteúdo dos discursos do deputado trabalhista dão ideia da radicalização que envolveu as eleições de 1955. No momento em que se aventava a possibilidade de um golpe contra o líder do partido, Ferrari atuou no Congresso para defendê-lo, diferentemente dos deputados trabalhistas dissidentes.

⁴⁰⁰ Sobre a “Carta Brandi” e os eventos envolvendo a eleição e a posse de JK e Jango, ver Ferreira (2003, p. 301-342).

⁴⁰¹ Alguns exemplos dos discursos em que Ferrari defende Jango e o PTB das acusações da UDN, disponíveis nos exemplares do *Diário do Congresso Nacional* (Rio de Janeiro), são: *DCN*, 14 mai. 1955, p. 2462-2465 (discurso de 13 de maio de 1955); *DCN*, 05 jul. 1955, p. 3847-3849 (discurso de 04 de julho de 1955); *DCN*, 06 jul. 1955, p. 3887-3891 (discurso de 05 de julho de 1955); *DCN*, 30 jul. 1955, p. 4511-4517 (discurso de 29 de julho de 1955); *DCN*, 23 set. 1955, p. 7167-7170 (discurso de 22 de setembro de 1955); *DCN*, 07 out. 1955, p. 7362-7364 (discurso de 06 de outubro de 1955).

⁴⁰² Discurso proferido por Ferrari em 05 de outubro 1955. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 06 out. 1955, p. 7339.

⁴⁰³ As reportagens referidas são alguns exemplos de narrativas do episódio que Ferrari guardou em seu arquivo pessoal. Suas referências são, na mesma ordem em que aparecem no texto: “Lacerda Provoca Novos Tumultos na Câmara”. *O Diário*, Belo Horizonte, 06 out. 1955; “Fogoso Corcel”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 06 out. 1955; “Lacerda e Ferrari Trocam Socos e Pontapés”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 06 out. 1955.

Segundo D'Araújo, “a partir dessa eleição, o PTB se firmava como partido nacional e auxiliar do governo, mas ficava cada vez mais evidente o distanciamento entre os métodos da direção e os objetivos de grande parte de sua bancada”.⁴⁰⁴ Nas palavras de Ferrari, novamente em narrativa do contexto da cisão, “foi nesta fase que repontou o princípio doutrinário, influência de Pasqualini, que, durante anos a fio, escrevera e pregara sobre trabalhismo no Rio Grande do Sul”.⁴⁰⁵ Assim, embora não tenha integrado as grandes dissidências ocorridas em 1955, Ferrari faria oposição interna no partido à liderança de João Goulart, utilizando como recurso político algo que já vinha sendo recorrente: a necessidade de imprimir uma definição ideológica ao partido e democratizá-lo. Alberto Pasqualini, associado ao “trabalhismo teórico”, foi o eleito para simbolizar essa demanda.

Em novembro de 1955, pouco antes da posse do novo presidente e vice, Ferrari liderou a organização de um novo bloco parlamentar formado por PTB, PR e PSP. O objetivo anunciado era o de “dar normas e velocidade às reformas de base para que se alcance a estabilidade política brasileira”. Os vice-líderes do bloco eram Arnaldo Cerdeira (PSP) e Manoel Novaes (PR).⁴⁰⁶ Assim, uma esperada união de PTB e PSD, formando um grande bloco da maioria, em função da sua aliança para as eleições presidenciais, não se concretizou, e o PTB aliou-se mais uma vez ao PSP. Além disso, a UDN, que formaria a minoria, acabou prejudicada pela formação de um novo bloco da minoria.

No início de 1956, o contexto era de indefinição quanto aos ministros indicados pelo PTB para compor o novo governo. Nos primeiros dias daquele ano, Ferrari e os demais líderes do novo bloco da minoria se reuniram com João Goulart, em São Borja, para discutir o plano de atuação parlamentar do grupo.⁴⁰⁷ Com relação à indicação dos ministros, Ferrari destacava que os nomes deveriam vir do entendimento entre Jango e as duas bancadas do Congresso.⁴⁰⁸ Nos dias seguintes, o noticiário dava conta dos possíveis novos ministros do Trabalho e da Agricultura. Ferrari foi cotado para assumir o Ministério do Trabalho, mas recusou a indicação, manifestando sua preferência por permanecer na Câmara para fortificar o partido.⁴⁰⁹ Na pasta da Agricultura, o nomeado foi o ex-governador gaúcho Ernesto Dorneles.

⁴⁰⁴ D'ARAÚJO, 1996, p. 112.

⁴⁰⁵ FERRARI, 1961, p. 07.

⁴⁰⁶ “Os Objetivos do Novo Bloco Parlamentar”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1955. Encontra-se no APFF.

⁴⁰⁷ “Serenidade e Equilíbrio do Vice-Presidente Eleito ao Examinar os Problemas Nacionais” (declaração de Ferrari). *A Noite*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴⁰⁸ “Fala o Líder Trabalhista sobre o Futuro Ministério” (declaração de Ferrari). *A Noite*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴⁰⁹ “Ferrari e o Ministério”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1956. Encontra-se no APFF.

Segundo De Grandi, o nome de Loureiro da Silva foi indicado por lideranças de diferentes áreas, inclusive pela quase totalidade dos vereadores de Porto Alegre, mas Jango e Brizola o vetaram.⁴¹⁰ A pasta do Trabalho foi entregue ao senador cearense Parsifal Barroso.

Durante o governo JK–Jango, o PTB, ao mesmo tempo em que avançava na agenda reformista, via o poder interno centralizado nas mãos do grupo ligado a João Goulart. É nesse momento que a atuação de Ferrari se torna central nesses dois processos: propondo reformas na Câmara e disputando poder internamente com Jango no seu partido.

Tão logo iniciou o governo JK, no início de fevereiro, Ferrari se manifestou em plenário sobre o recorrente tema da alta do custo de vida, apontando medidas a serem tomadas pelo novo governo. Questionado pelo deputado Arruda Câmara (PDC-PE) sobre a posição da bancada diante do governo, o líder respondeu da seguinte forma:

Nossa cooperação, senhor deputado Arruda Câmara, será de amigo, amigo no bom sentido. Essa será a linha do meu partido: amigo que diz a verdade nas boas e más horas; amigo que leva os fatos por vezes desagradáveis, desejando realmente que acerte e encontre caminho seguro [...] será essa linha de harmonia, de apoio, porém de independência, sobremodo frente aos grandes problemas nacionais.⁴¹¹

O excerto é elucidativo da posição do PTB ao longo do governo que estava se iniciando. Segundo D’Araújo, o partido integrou a coalizão governista, mas não houve uma posição de alinhamento incondicional ao governo JK. Utilizou-se dos benefícios de integrar o governo, mas reforçou seu discurso reformista através da atuação parlamentar e de alterações em seu programa. É o que a autora denomina “partido de governo e de oposição”.⁴¹²

Com relação às alterações programáticas, já no início de 1956, antes da IX Convenção Nacional do PTB, ocorrida em 18 de fevereiro, Ferrari, em declaração ao jornal carioca *Diário da Noite*, comentou o objetivo do conclave: eleger o novo diretório do partido, aumentando a sua composição de oitenta para cem membros. Na mesma fala, o deputado aventou a possibilidade de ser discutida a reforma dos estatutos do PTB, aproximando-o dos estatutos do partido trabalhista inglês.⁴¹³ O debate sobre os estatutos, ensejado por ele, acabou sendo

⁴¹⁰ DE GRANDI, 2002, p. 152.

⁴¹¹ Discurso proferido por Ferrari em 09 de fevereiro de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1956, p. 1092.

⁴¹² D’ARAÚJO, 1996, p. 121.

⁴¹³ “Todo Dia: a Convenção do PTB”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1956. Encontra-se no APFF.

adiado para a convenção ocorrida no ano seguinte. Nesse ínterim, Ferrari atuaria como porta-voz da necessidade de redefinições estatutárias e programáticas no PTB.

Quanto à sua atuação na Câmara, além da defesa do partido, fortalecida nessa legislatura por ele ser líder da bancada, destacou-se a sua posição favorável a dois temas: o parlamentarismo e a reforma agrária. Por fim, temos a renovação do trabalhismo, que também foi levada ao plenário em algumas ocasiões.

Com a chegada do novo presidente ao poder, ganharam força, no Congresso, as propostas de reforma constitucional. A possibilidade de implementação do parlamentarismo no Brasil, já aventada anteriormente, voltou ao debate nesse contexto. O parlamentarismo era uma bandeira do Partido Libertador (PL), que, desde sua refundação, em 1945, e no decorrer do período democrático de 1945 a 1964, atuou na oposição ao PTB. Tal mudança constitucional foi proposta diversas vezes pelo deputado gaúcho Raul Pilla.⁴¹⁴ No PTB, não havia unanimidade de posição sobre o parlamentarismo. A preferência por determinado regime de governo tampouco estava prevista no programa do partido.

Em ocasiões anteriores, Ferrari já se posicionara favoravelmente ao parlamentarismo. Sua associação ao tema ganhou destaque em 1952, quando do debate sobre uma dessas emendas constitucionais propostas por Raul Pilla. Naquela ocasião, o deputado trabalhista adicionou uma subemenda a tal proposta, transferindo o início do novo regime para 31 de janeiro de 1956, ou seja, no prazo previsto para o encerramento do governo Vargas. Nessa ocasião, Ferrari concedeu uma entrevista à *Folha Carioca*, declarando sua preferência pelo parlamentarismo, embora acreditasse que não haveria apoio suficiente do Congresso para essa mudança na Constituição.⁴¹⁵ De fato, a emenda foi votada em junho de 1953, mas não obteve número de votos suficientes e foi arquivada.⁴¹⁶

Em abril de 1956, diante da apresentação de uma nova emenda constitucional por Pilla⁴¹⁷, Ferrari, em um enérgico discurso, defendeu novamente o parlamentarismo. Dessa vez, contudo, ineditamente, procurou associar parlamentarismo ao trabalhismo. Para justificar a dificuldade de implementação do trabalhismo no Brasil, Ferrari utilizava o exemplo do governo Vargas. Retomava, assim, algumas críticas observadas na legislatura anterior. Em

⁴¹⁴ Sobre a atuação do Partido Libertador de 1945 a 1964 no Rio Grande do Sul, ver Taufer (2008).

⁴¹⁵ “Parlamentarismo, em sua Pureza e Amplitude” (entrevista concedida por Ferrari). *Folha Carioca*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1952. Encontra-se no APFF.

⁴¹⁶ PEC-4/1949 - 29/3/1949. Autor: Raul Pilla. Ementa: institui o regime parlamentarista. A votação ocorreu em 15 de junho de 1953. 116 deputados votaram pela aprovação e 90 pela rejeição. Arquivada.

⁴¹⁷ PEC-3/1956. Autor: Raul Pilla. Ementa: Institui o sistema de governo parlamentar. Arquivada. Nessa emenda, o proponente estipulava a data para o início do parlamentarismo a partir de 31 de janeiro de 1961, preservando o período do governo JK.

1950, o PTB havia vencido as eleições com Vargas, mas não governou com princípios trabalhistas porque não tinha apoio suficiente no Congresso. Ferrari atribuía a crise do governo Vargas à inadequação do regime. Nas suas palavras,

o presidencialismo – tivemos prova com esse trágico desenlace – é incapaz de dar aquela estabilidade indispensável à conquista dos direitos sociais dos trabalhadores [...] Assim, a nacionalidade e o trabalhador brasileiro necessitam de um regime que lhes dê estabilidade e paz social, para que possam conquistar suas reivindicações, sobretudo as de alto alcance, como as da própria subsistência e da família.⁴¹⁸

O caso britânico, que Ferrari conhecera melhor na já mencionada viagem ao país em 1955, passava a ser utilizado como exemplo positivo de associação entre parlamentarismo e trabalhismo. Também era destacado o parlamentarismo nos países nórdicos – Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia – conhecidos na Conferência Interparlamentar de Helsinki, evento de que Ferrari participara na mesma viagem.

Como principal exemplo da relação negativa entre presidencialismo e trabalhismo, Ferrari mencionava, com base nos estudos do teórico trabalhista britânico Harold Lasky⁴¹⁹, os Estados Unidos da América, local onde o parlamento não tinha condições de implementar o trabalhismo, cumprindo mais a função de crítica e investigação. As observações de Lasky sobre o parlamento estadunidense eram utilizadas por Ferrari para se referir ao parlamento brasileiro:

Os parlamentares brasileiros têm-se limitado quase a pronunciar discursos sem repercussão, porque o regime não lhes dá armas, não lhes dá poderes, não dá eco a esses discursos por mais brilhantes que sejam, e a Câmara têm-se restringido a criticar, investigar, às vezes sem chegar a conclusões, deixando de lado sua função quase precípua e, pode-se dizer, fundamental de legislar, de colher das ruas o fato social e inscrevê-lo no texto da lei.⁴²⁰

De acordo com Ferrari, o parlamento brasileiro padecia do mesmo mal sofrido pelo estadunidense, ou seja, da limitação das possibilidades de reformar a legislação para beneficiar os trabalhadores. O trabalhismo brasileiro havia se fortalecido após a morte de Vargas. Estava se voltando mais à implementação de seu programa e contava agora com um mártir, mas só

⁴¹⁸ Discurso proferido por Ferrari em 13 de abril de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1956, p. 2268.

⁴¹⁹ Harold Lasky foi filósofo, historiador e professor de ciência política da London School of Economics. Teve destacada atuação no Partido Trabalhista Britânico. O estudo de Lasky utilizado por Ferrari é *“The American Presidency: an Interpretation”* [A Presidência Americana: uma Interpretação]. (LASKY, 1940).

⁴²⁰ Discurso proferido por Ferrari em 13 de abril de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1956, p. 2268.

seria pleno no regime parlamentarista. Por isso, sugeria que a adoção desse sistema de governo fosse inscrita no programa partidário do PTB.⁴²¹

O discurso de Ferrari alcançou expressiva repercussão. Em uma entrevista, juntamente com a defesa do parlamentarismo, o líder do PTB na Câmara esboçava suas críticas ao personalismo no partido e apontava a necessidade de definições programáticas,⁴²² temas que o acompanhariam ao longo dessa legislatura.

Mas a adoção do parlamentarismo, como já foi enunciado, estava longe de ser unanimidade no PTB. Seu posicionamento repercutiu também no partido. O deputado César Prieto, correligionário gaúcho ligado ao grupo de Leonel Brizola, criticou a atitude de Ferrari de vincular trabalhismo e parlamentarismo. Também considerou negativa a associação entre o presidencialismo e a crise que resultou no suicídio do presidente Vargas. Para Prieto, Vargas fora vítima dos “poderosos grupos econômicos”, como explicitara em sua carta-testamento. Por fim, manifestou sua crença na possibilidade de realizar as reformas, objetivo essencial trabalhista naquele momento, no regime presidencialista.⁴²³ Em resposta a César Prieto, Ferrari ressaltava que mantinha sua posição pessoal, mas que respeitaria as posições tomadas pela bancada.⁴²⁴ O defensor do parlamentarismo permaneceu na liderança da bancada nacional, mas havia rumores de que seria substituído por Prieto na liderança da bancada gaúcha do PTB no Congresso.⁴²⁵

O jornal *Última Hora* – tradicionalmente associado à defesa do PTB – que, meses antes, saudava como positivo o fato de Ferrari não querer assumir um Ministério e destacava o trabalho conjunto dele com Jango, dessa vez não poupou as críticas à defesa do parlamentarismo feita pelo líder da bancada. De acordo com um editorial do periódico, havia um equívoco na definição das prioridades da atuação do parlamentar. Ao invés de trabalhar pelo aumento do salário mínimo, em discussão naquele momento, Ferrari estaria interessado em impressionar, com debates acadêmicos, entre outros, o udenista Aliomar Baleeiro, um dos defensores do parlamentarismo. O jornal destacava ainda que Ferrari havia cometido um erro político ao apoiar o parlamentarismo, uma vez que o “criador do Partido Trabalhista

⁴²¹ Discurso proferido por Ferrari em 13 de abril de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1956, p. 2270.

⁴²² “O Trabalhismo Precisa Libertar-se dos Males do Personalismo” (entrevista de Fernando Ferrari). *Diário da Tarde*, Curitiba, 12 abr. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴²³ “PTB: Divergências sobre a Adoção do Parlamentarismo” (declaração de César Prieto). *A Razão*, Santa Maria, 25 abr. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴²⁴ “Não Mudou sua Orientação quanto às suas Convicções Parlamentaristas” (declarações de Fernando Ferrari). *Folha da Noite*, São Paulo, 26 abr. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴²⁵ “Luta Surda”. *Jornal do Comércio*, Recife, 28 abr. 1956. Encontra-se no APFF.

Brasileiro, o grande Getúlio Vargas”, conduziu sempre o partido no sentido da manutenção do regime presidencialista, orientação “programática” que estava sendo cumprida pelo presidente da agremiação, João Goulart.⁴²⁶

Ferrari respondeu ao editor do jornal *Última Hora*, Samuel Wainer. Destacou que vinha realizado um trabalho parlamentar pelo aumento do salário mínimo, possível de ser observado nos anais da Câmara dos dois meses anteriores. Sobre o parlamentarismo, reiterou sua posição, afirmando que falou em nome próprio, não da bancada, salientando que era uma questão aberta no partido. Se Vargas e Jango eram presidencialistas, Salgado Filho e Pasqualini eram parlamentaristas.⁴²⁷

Quanto à posição de Pasqualini, ele de fato defendeu a implementação do parlamentarismo no governo gaúcho durante a redação da Constituição do Rio Grande do Sul, em 1947. Naquele momento, a bancada trabalhista apoiou o PL, que, conforme mencionamos, tinha o regime parlamentarista em seu programa. Em troca, obteria da bancada do PL o apoio à aprovação de um postulado constitucional que abrisse uma maior possibilidade de desapropriação para uso social, que poderia ser aplicada sobretudo para a reforma agrária. Ambas as partes do acordo foram aprovadas, mas, dias depois, o parlamentarismo “gaúcho” foi considerado inconstitucional.

Cumprir notar, no entanto, que, de acordo com o estudo de Silva, a adesão de Pasqualini ao parlamentarismo se deu especificamente nesse momento e com o objetivo primeiro de obter a “contrapartida do PL”, não sendo esse tema um aspecto central de seu pensamento político.⁴²⁸ Naquela ocasião, toda a bancada gaúcha do partido votou favoravelmente ao parlamentarismo, incluindo Leonel Brizola, que, posteriormente, defendeu o presidencialismo. Ferrari seguiu a orientação da bancada e votou favoravelmente a tal regime, embora deixasse registrado que era contrário ao parlamentarismo, posição que reviu a partir de sua segunda legislatura.⁴²⁹

⁴²⁶ “Os Trabalhadores Exigem um Líder no Parlamento”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1956, p. 01. Encontra-se no APFF. Crítica semelhante a Ferrari foi publicada com o título “Ferrari Nega Vargas” (*A Campanha Democrática*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1956). Encontra-se no APFF.

⁴²⁷ “O Líder Fernando Ferrari Responde ao Editorial de ÚLTIMA HORA. ‘Sou Parlamentarista, mas Acima de Tudo Estão os Interesses dos Trabalhadores.’” *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1956, p. 04. De maneira semelhante, Ferrari se pronunciou ao jornal *A Campanha Democrática*, que havia publicado uma crítica à defesa do parlamentarismo feita pelo parlamentar. A resposta foi publicada no jornal com o título “Ferrari Esclarece” (*A Campanha Democrática*, Rio de Janeiro, 04 mai. 1956). Encontra-se no APFF.

⁴²⁸ SILVA, 2013.

⁴²⁹ Os debates na Assembleia do Rio Grande do Sul em torno da implementação do parlamentarismo no ano de 1947 podem ser consultados em Duarte (2003). A justificativa do voto de Fernando Ferrari está reproduzida entre as páginas 317 e 319 do referido livro.

Apesar da defesa do parlamentarismo feita por Ferrari, sua implementação nunca foi um objetivo central do PTB e era uma pauta levada a cabo pela oposição. Em 1959, quando a emenda parlamentarista voltou a ser discutida, Ferrari apoiou novamente Raul Pilla.⁴³⁰ Já na renúncia de Jânio Quadros, em 28 de agosto de 1961, momento em que o parlamentarismo foi apontado como solução para a posse do vice-presidente, Ferrari, já no MTR e juntamente com seus correligionários, defendeu a posse, sem restrições de poderes, do presidente João Goulart e votou contra a emenda parlamentarista, por considerá-la uma manobra política para enfraquecer o poder do novo presidente.

Voltando à legislatura de 1955 a 1959, pode-se afirmar que é nesse período que se evidencia a relação entre as disputas internas e a produção de ideias políticas por parte de Ferrari. No ano de 1956, começava-se a desenhar o quadro sucessório ao governo do Rio Grande do Sul, e o prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, aparecia como candidato trabalhista mais cotado, apoiado por Jango. Ferrari, por sua vez, era contrário à candidatura de Brizola e tinha sua liderança da bancada ameaçada por César Prieto. Diante dessa crise – e, note-se, dias depois de Ferrari defender veementemente o parlamentarismo na Câmara –, em 5 de maio de 1956, no Rio Grande do Sul, ocorreu uma reunião do diretório estadual, convocada por Ruy Ramos, para “delinear a ação do partido”. Embora não anunciada oficialmente, os trabalhistas gaúchos foram convocados para que se atenuassem os impasses internos do PTB na bancada federal e no estado. Todos os representantes gaúchos no parlamento federal se fizeram presentes no evento, assim como os deputados estaduais e representantes dos diretórios do interior.⁴³¹

Ao chegar ao estado para a reunião do diretório, o deputado Daniel Dipp desmentiu os rumores de que César Prieto havia sido conduzido à liderança da bancada estadual no Congresso. Em entrevista, afirmou que nada de oficial havia sido feito para substituir Ferrari e que ele continuava à frente da bancada gaúcha.⁴³² A partir desse episódio, foram encontrados indícios mais concretos da disputa interna envolvendo Ferrari e Brizola no Rio Grande do Sul. Cumpre ressaltar, no entanto, que, nas fontes e bibliografia analisadas, não foi possível precisar algum evento de origem da discórdia entre os dois políticos.

⁴³⁰ Discurso proferido por Ferrari em 15 de setembro de 1959. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 16 set. 1959, p. 6365-6366, p. 2270.

⁴³¹ “Reúne-se Hoje o Diretório do PTB para Delinear sua Ação Partidária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 mai. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴³² “Daniel Dipp, Categórico: nosso líder foi, e continuará sendo o Deputado F. Ferrari”. *A Hora*, Porto Alegre, 05 mai. 1956.

Como delineamos nos capítulos anteriores, Ferrari e Brizola iniciaram suas trajetórias políticas paralelamente na Assembleia gaúcha e tinham carreiras em franca ascensão. Brizola, mais ligado ao Executivo em seu estado, primeiro como secretário do governo Dorneles e depois como prefeito de Porto Alegre; Ferrari, ligado ao Legislativo nacional, como deputado e líder de bancada. Também era ligado à região de Santa Maria. Ambos cresciam em influência na seção gaúcha. É diante da possibilidade de Brizola ser o candidato a governador, aventada já no ano de 1956, que a disputa entre os dois políticos ganhou relevo nas fontes analisadas.

No conclave, Jango e Ruy Ramos foram escolhidos como representantes estaduais do partido para a próxima convenção nacional. Quanto à atuação da agremiação, o diretório aprovou um plano de trabalho proposto pelo grupo ligado a Ferrari, composto de 13 itens, que sintetizamos a seguir: 1) “campanha de doutrinação para definir os ideais programáticos” do partido; 2) interpretação e divulgação sistemática do testamento político do presidente Getúlio Vargas e de sua obra de governo; 3) maior aproximação com o operariado, com um trabalho pedagógico que ensejasse seu apoio ao trabalhismo; 4) aproximação aos trabalhadores rurais, especialmente ao homem da colônia, e auxílio na organização de suas reivindicações de terra e de serviços básicos; 5) conquista de novos adeptos e reconquista de correligionários afastados do partido; 6) colaboração entre a executiva nacional e as executivas municipais e assistência aos trabalhistas que estivessem atuando nos subúrbios; 7) sugestão de meios práticos para combater a carestia; 8) elaboração de um grande plano de orientação administrativa para o estado, com base na planificação regional, através de levantamentos e estudos dos seus problemas econômicos e sociais; 9) criação de um departamento especializado de qualificação eleitoral, com todos os recursos que permitam cooperar com o partido em todo o estado; 10) rigoroso critério na escolha de nomes do partido para desempenhar funções públicas; 11) estímulo e desenvolvimento do espírito de equipe na vida partidária, a fim de aperfeiçoar a consciência democrática do partido à democracia partidária, e estímulo ao entendimento, à ética e à paz social entre as diversas correntes de opinião partidária do estado, contribuindo para que se elevasse o nível da cultura política do Rio Grande do Sul; e 13) vigilância dos itens anteriores através da criação de diversos departamentos no partido.⁴³³

Dos pontos enunciados, destacam-se as referências à democracia interna do partido, com uma maior distribuição dos poderes, a escolha criteriosa de candidatos e o estímulo ao

⁴³³ “Foi Superada a Crise que Ameaçava o PTB”. *A Hora*, Porto Alegre, 06 mai. 1956. Encontra-se no APFF.

retorno de quadros que haviam se distanciado da agremiação como os principais indícios dos desentendimentos no estado. As definições programáticas e o recurso ao legado getulista, também presentes no plano de ação, tornaram-se constantes no discurso de renovação de Ferrari, que considerou a aprovação do plano de trabalho uma vitória e a saudou como o início de uma nova fase do trabalhismo, com a exclusão do personalismo que lhe estava dominando.⁴³⁴

A crise havia sido contornada, mas de maneira tênue. Nos meses seguintes, Ferrari continuaria dando declarações sobre a necessidade de reestruturação do partido. Em julho, em declaração ao periódico paulista *Folha da Manhã*, o deputado salientava que:

[o PTB] já superou sua fase de comícios. Precisa agora enveredar pelo caminho dos estudos dos grandes problemas nacionais. Como partido popular precisa debater todas as questões relacionadas com a vida da massa trabalhadora, desde os mínimos problemas das donas de casa até as reivindicações de natureza social.⁴³⁵

Observa-se, no excerto, a valorização da formulação de ideias políticas no PTB como recurso utilizado para caracterizar a nova fase do partido. Nesse momento, Ferrari não explicita nomes de opositores internos, apenas a referida necessidade de reestruturação.

No decurso de 1956, Ferrari continuou na liderança da bancada e na defesa de seu partido na Câmara. Dentre os pontos do plano de trabalho do partido, aprovado na reunião de maio, o deputado se dedicou especialmente à aproximação do trabalhismo com os trabalhadores rurais. O tema relacionava-se também com o acordo mínimo feito entre o PTB e o PSD, pois um de seus pontos dizia respeito à reforma agrária. Nele, estava incluída a “extensão, ao trabalhador rural, dos benefícios da legislação do trabalho e previdenciária”.⁴³⁶

Seguindo a propalada posição de independência do PTB no parlamento, Ferrari defendeu a extensão da legislação social ao homem do campo, tema que enfrentava resistência entre boa parte dos pessedistas, mesmo estando previsto no acordo PSD-PTB. O parlamentar reiterava a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, elegendo, como primeiro passo, o Regime Jurídico do Trabalhador Rural e não mais a regulação dos arrendamentos rurais, malgrado proposta da legislatura anterior.

⁴³⁴ “Foi Superada a Crise que Ameaçava o PTB”. *A Hora*, Porto Alegre, 06 mai. 1956; “Decidiram os Trabalhistas Gaúchos Levar o PTB ao Encontro dos Trabalhadores Rurais”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 07 mai. 1956, p 03; “O PTB em Nova Fase” (declaração de Fernando Ferrari). *A Notícia*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1956. Encontram-se no APFF.

⁴³⁵ “Ainda Há Nuvens no Céu Político” (declaração de Fernando Ferrari). *Folha da Manhã*, São Paulo, 01 jul. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴³⁶ O programa mínimo acordado ente PTB e PSD para as eleições de 1955 foi reproduzido, na íntegra, em Ferrari (1961, p. 21-25).

Assim, em agosto de 1956, Ferrari solicitou que fosse votado, em regime de urgência, o projeto de extensão da legislação social ao trabalhador rural, que havia sido enviado para apreciação da casa pelo Poder Executivo em 1954, ainda durante o governo Vargas.⁴³⁷ O pedido de urgência foi aprovado, e, nos dias seguintes, debateu-se amplamente o projeto no parlamento. Foi durante as discussões desse assunto que as críticas ao aliado eleitoral PSD ficaram mais explícitas. Tal partido era tradicionalmente associado às oligarquias agrárias, e boa parte de sua bancada manifestou-se contrariamente à extensão da legislação social ao meio rural.⁴³⁸ Diante das solicitações dos opositores para que o tema fosse melhor estudado e para ser trazido em momento posterior, Ferrari argumentava:

Porventura a questão não é oportuna, Sr. Presidente? Quando é, então, que seria oportuna? Quando a nossa lavoura estivesse exangue [esvaída em sangue]? Quando as massas rurais, como se anuncia, do interior do Paraná, e de São Paulo, batessem às portas da Capital Federal? Quando o homem descrese de tudo e de todos? Não, Senhor Presidente, é agora, urgentemente, como início da grande reforma agrária, que devemos resolvê-la, custe o que custar, haja o que houver.⁴³⁹

Ou seja, Ferrari acreditava que a urgência do projeto era justificada pela necessidade imediata de atenuar as mazelas dos trabalhadores rurais, a quem classificava como “escravos da terra” a serem libertados pela nova legislação social. No mesmo discurso, afirmava, ironicamente, que, se o PSD existisse no período imperial, votaria contra a Lei Áurea porque ela não havia sido suficientemente debatida. Os pessedistas, por sua vez, julgavam que a pressa em aprovar do projeto era demagógica, com vistas a conquistar popularidade para o PTB junto aos trabalhadores rurais.

Apesar de considerar exequível o projeto de 1954, Ferrari acabou aceitando a proposta feita pelos líderes dos demais blocos parlamentares para debater mais o projeto e encaminhar um novo texto para apreciação do Congresso. Com esse acordo, o projeto de 1954 acabou sendo rejeitado e arquivado, para que um novo projeto, também em regime de urgência, fosse apresentado.⁴⁴⁰

⁴³⁷ Discurso proferido por Ferrari em 02 de agosto de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1956, p. 6516-6517. O projeto de lei para que Ferrari pedia votação em regime de urgência era o PL 4264/1954 (20.04.1954). Autor: Poder Executivo. Ementa: Estende o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais e manda-lhes aplicar, nos casos em que dispõe, a legislação de previdência social. Arquivado em 29 ago. 1956.

⁴³⁸ Entre os deputados pessedistas que se posicionaram contrariamente ao projeto estavam Carlos Pinto (PSD-RJ), Napoleão Fontenelle (PSD-ES), Oscar Carneiro (PSD-PE) e Uriel Alvim (PSD-MG).

⁴³⁹ Discurso proferido por Ferrari em 20 de agosto de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1956, p. 7124.

⁴⁴⁰ Discurso proferido por Ferrari em 28 de agosto de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1956, p. 7503.

O tema voltou a ser debatido em dezembro de 1956, mas a votação do novo projeto foi adiada para o ano seguinte.⁴⁴¹ Após algumas protelações, o texto de autoria de Ferrari foi votado no final de junho de 1957, sendo rejeitado por 106 a 62 votos. Uma análise dos números da votação permite observar as posições das três principais bancadas (PSD, UDN e PTB). No PSD, 15 votaram a favor e 49, contra. Na UDN, 10 votaram a favor e 32, contra. No PTB, 25 votaram a favor e 3, contra. Há uma clara tendência contrária ao projeto nas bancadas da UDN e do PSD. Além disso, apesar da ampla maioria dos petebistas presentes votarem favoravelmente, o não comparecimento de 36 deputados (naquela legislatura, o PTB ocupava 64 cadeiras) e os três votos contrários mostram que o tema não era unanimidade sequer dentro do próprio partido de Ferrari.⁴⁴²

O deputado lamentou os resultados da votação, mas não desistiu do projeto. Proferiu discurso defendendo a necessidade de os legisladores olharem para o interior do Brasil, a fim de dar amparo ao homem do campo.⁴⁴³ Alertou também para a possibilidade de radicalização dos conflitos agrários:

Não teremos, no Brasil, uma liberdade para todos, enquanto não trouxermos as populações rurais ao aconchego da lei. Nem estas, fora do processo político ou legal, não alcançadas por ele, têm interesse no vínculo. Não se ama o que não se conhece. Não podem ter as populações camponesas o amor pela vida democrática se não se beneficiam dela, se, em seu nome, morrem nos campos, pelo abandono higiênico ou pela miséria econômica.⁴⁴⁴

Observa-se, pois, outra preocupação de Ferrari: a de que os trabalhadores desassistidos pelo Estado estariam mais vulneráveis à influência de grupos revolucionários de esquerda, tal como ocorrera em países que adotaram regimes socialistas, a exemplo da China e da geograficamente mais próxima Cuba, casos que inspirariam grupos brasileiros.

Para evitar tal radicalização, uma mudança gradual era proposta por Ferrari, primeiramente com a legislação social, seguida por uma lei que regulasse os arrendamentos rurais e, por fim, com a partilha de terras improdutivas, públicas e privadas, garantidas aos trabalhadores através do crédito social, como descrito no excerto abaixo:

⁴⁴¹ Ferrari discursou em defesa do novo projeto em 06 de dezembro de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1956, p. 12245-12248. Em 12 de dezembro de 1956, Ferrari manifestou sua concordância com o adiamento da votação do projeto para o início do próximo ano, a pedido de alguns líderes e colegas. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1956, p. 12566.

⁴⁴² O projeto nº 1.938-B/56, que estabelece o regime jurídico das relações do trabalho rural, foi votado em 27 jun. 1957. A relação nominal da votação, assim como o projeto na íntegra, estão disponíveis em: *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1956, p. 4343-4345.

⁴⁴³ Discurso proferido por Ferrari em 19 de novembro de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1956, p. 9763-9765.

⁴⁴⁴ Discurso proferido por Ferrari em 29 de novembro de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1956, p. 10235.

Na terceira etapa, etapa final, depois de preparados esses processos jurídicos e legais aos quais me referi, trataríamos de desapropriar, por utilidades pública, as grandes glebas, não utilizadas, numa reforma agrária ampla, democrática, cristã, redistribuindo essas glebas aos pequenos agricultores através de prazos com amplo financiamento para que eles próprios as cultivassem e tratassem.⁴⁴⁵

Observe-se, ainda com relação à via reformista apontada por Ferrari, nas palavras “democrática e cristã”, que a caracterizam, o esforço em distanciar seu projeto das vias radicais para a obtenção de terras. Tal caminho já havia sido introduzido por Pasqualini em *Bases e Sugestões para uma Política Econômica e Social*:

O chamado problema agrário é, entre nós, antes de tudo, um problema de organização da produção. Terras existem no Brasil em grandes quantidades. A questão é saber dar-lhes o máximo aproveitamento, encarando sempre os dois aspectos, o econômico e o social. Se, por um lado, há terras em condições de serem aproveitadas, não devem permanecer improdutivas, por outro lado, é necessário também que a terra seja sempre acessível a todos aqueles que, não somente a *querem*, mas também têm necessidade de cultivá-la. Como se vê, pois, não se trata de *socializar* a terra, mas de distribuí-la e aproveitá-la no sentido de seu maior rendimento econômico e social.⁴⁴⁶

Apesar de esse tema já estar previsto no programa partidário do PTB e nos escritos do “teórico do trabalhismo”, foi Ferrari quem tencionou por sua concretização no parlamento.

Em setembro de 1957, o deputado apresentou um projeto para regular os arrendamentos rurais – a segunda etapa prevista para a reforma agrária –, que não chegou a ser votado.⁴⁴⁷ Em dezembro do mesmo ano, submeteu um novo projeto de lei sobre o regime jurídico do trabalhador rural, para, segundo o deputado, “reiniciar, ao lado de todos os parlamentares que sentem o problema agrário nacional, o grande debate da reforma rural”.⁴⁴⁸ Mas foi o projeto de legislação apresentado também por Ferrari em 1960 que se transformou em norma jurídica em 1963, já durante o governo João Goulart, meses depois de Ferrari deixar o Congresso, num contexto de forte pressão popular pela reforma agrária.⁴⁴⁹

A defesa do trabalhador rural, integrada à chamada *questão agrária*, em voga naqueles anos, foi a temática que mais notabilizou Ferrari no parlamento. Nas eleições para deputado

⁴⁴⁵ Discurso proferido por Ferrari em 30 de setembro de 1956. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 out. 1956, p. 7804.

⁴⁴⁶ PASQUALINI, Alberto (1948). *Bases e sugestões para uma política social*. Santa Maria/Ivorá: Prefeitura Municipal de Ivorá; IPREMEC/UFSM, 1994. (Coleção Obras Completas, Volume 1), p. 119-120.

⁴⁴⁷ PL 3276/1957. Ementa: Dispõe sobre a locação de imóveis rurais destinados a produção agropecuária e dá outras providências. Autor: Fernando Ferrari. Arquivado.

⁴⁴⁸ PL 3563/1957. Ementa: Institui o regime jurídico do trabalhador rural, estabelece o abono da família rural e dá outras providências. Apresentação: 04 dez. 1957. Autor: Fernando Ferrari. Arquivado.

⁴⁴⁹ PL 1837/1960. Ementa: Institui o regime jurídico do trabalhador rural, provê sobre o seguro social ao agricultor, estabelece o abono de família rural e dá outras providências. Transformado em norma jurídica em 02 de março de 1963.

em 1958 e para vice-presidente em 1960, esse foi, indubitavelmente, o assunto mais mobilizado pelo político. Em 1963, logo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, Ferrari organizou um pequeno livro de divulgação, reproduzindo o texto do estatuto e caracterizando sua atuação e suas propostas em prol dos trabalhadores do campo. O nome *Escravos da Terra*⁴⁵⁰ aludia à forma como o deputado costumava se referir às dificuldades encontradas pelos camponeses no Brasil.⁴⁵¹

Além disso, a manifestação enfática de Ferrari na defesa da extensão da legislação social aos trabalhadores rurais é um episódio de pressão parlamentar pelas reformas já durante o governo JK e da participação do deputado em tal movimento. Contudo, como aponta Ferreira, o PTB, detendo 20% das cadeiras no Congresso, tinha forças para apoiar as iniciativas do presidente, mas não para levar adiante seu programa de reformas.⁴⁵² As tentativas de aprovar a legislação social ao trabalhador rural são um bom exemplo dessa impossibilidade, o que contribuía com a tensão entre os dois partidos.

Voltando a 1956, outro elemento do descontentamento de Ferrari com o governo se deu em torno da indicação do ministro da Agricultura. No final de setembro, quando Ernesto Dorneles renunciou à pasta, Ferrari, juntamente com a bancada, manifestou a intenção de influenciar na indicação do novo nome junto à executiva do partido. Em entrevista concedida naquele contexto, buscou, mais uma vez, afastar a possibilidade de seu nome constar nas indicações, mas afirmou que a pasta deveria ficar com o PTB e, preferencialmente, com um político gaúcho.⁴⁵³

Dias depois, JK nomeou Mário Meneghetti (PSD), irmão do governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti (PSD). Com a atitude, o presidente prestigiava o PSD gaúcho – lembremos que a seção gaúcha do partido não apoiou a eleição de JK em função do acordo com o PTB – e desprestigiava a aliança com o PTB, que previa a indicação do ministro. Entre os nomes do PTB, estava Loureiro da Silva, o preferido de Ferrari para o cargo.⁴⁵⁴ D’Araújo relaciona a indicação de Mário Meneghetti às disputas entre os grupos do PTB gaúcho. De um lado, estava o grupo comandado por Ferrari e Loureiro da Silva e de outro o chefiado por

⁴⁵⁰ FERRARI, Fernando. *Escravos da Terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

⁴⁵¹ A atuação de Ferrari na chamada questão agrária, suas tentativas, juntamente com outros deputados trabalhistas, de aprovar o Estatuto do Trabalhador Rural e a resistência encontrada no Congresso é apontada no trabalho de Camargo (1981).

⁴⁵² FERREIRA, 2011, p. 181.

⁴⁵³ “Ferrari: PTB Opinará sobre Novo Ministro”. *Diário Carioca*, 29 set. 1956. Encontra-se no APFF.

⁴⁵⁴ “Irritado, Jango Retornou Logo ao R.G. do Sul”. *Jornal do Comércio*, Recife, 05 out. 1956. Encontra-se no APFF.

Brizola e João Goulart.⁴⁵⁵ A escolha de Mário Meneghetti teria dois objetivos: evitar que a escolha de um petebista gaúcho obscurecesse o brilho de um dos grupos do PTB no estado e ainda melhorar a relação com PSD do Rio Grande do Sul.

No início de 1957, já no contexto em que renunciaria à liderança da bancada, episódio que será tratado na seção seguinte, Ferrari fez um relatório das atividades parlamentares do ano anterior, criticando abertamente o PSD, caracterizando-o como um partido “sem dúvidas de altos serviços prestados ao país, mas que ainda não se acostumou a deter-se nos grandes problemas sociais”. Ferrari referia-se às dificuldades encontradas para o cumprimento do acordo do programa com que o PSD havia se comprometido. No mesmo relatório, lamentou a saída do PSP do bloco parlamentar da minoria, em novembro, o que restringia a aliança parlamentar ao PTB e ao PR, diminuindo seu poder de pressão no Congresso.⁴⁵⁶

Já em julho de 1957, quando da reprovação do projeto de legislação social ao trabalhador rural, Ferrari fez declarações dando conta do afastamento entre o PTB e o PSD. Ao *Correio do Povo*, Ferrari afirmou o seguinte:

Não houve, de fato, ainda motivos para um rompimento, não devemos criar dificuldades para o governo. Acho, entretanto, que programática e ideologicamente, o PSD se afasta cada vez mais do PTB. Essa que é a realidade. E daí não seremos responsáveis pelo que possa advir.⁴⁵⁷

De acordo com D’Araújo, os pontos do programa mínimo, em sua maior parte, não foram cumpridos.⁴⁵⁸ Sobre os atritos ente PSD e PTB, a autora salienta o impasse em torno da legislação social ao trabalhador rural como principal ponto de discórdia.⁴⁵⁹ Pode-se depreender que o “partido de oposição” passava, em parte, pela atuação de Ferrari no parlamento.

Voltando à dinâmica interna do partido, a partir do ano de 1956, passava a ser mais pautada a reforma do PTB. Do mesmo modo, na seção gaúcha, acirrava-se o confronto entre os aspirantes à candidatura ao governo: Leonel Brizola e Loureiro da Silva. Diferentemente de 1954, quando o candidato foi escolhido pouco tempo antes das eleições, para o pleito de

⁴⁵⁵ D’ARAÚJO, 1996, p. 123.

⁴⁵⁶ “F. Ferrari Faz seu Relatório”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁵⁷ “Declara Ferrari: PSD Está Cada Vez Mais Afastado do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁵⁸ D’ARAÚJO, 1996, p. 108.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 115.

1958 a convenção ocorreu com quase um ano de antecedência, em outubro de 1957. A participação de Ferrari, pouco mencionada nas outras convenções estaduais, dessa vez foi central e teve desdobramentos importantes na sua atuação parlamentar e partidária.

A disputa para ser candidato a governador pelo PTB foi polarizada entre Loureiro da Silva, o antigo intendente de Porto Alegre, e o jovem prefeito da mesma cidade, Leonel Brizola. Conforme ressaltado por De Grandi no estudo biográfico sobre Loureiro da Silva, foram diversas as tentativas de o político ser o postulante ao governo do estado pelo PTB. Em 1946, ele declinou da candidatura por Pasqualini. Nas eleições de 1950, Salgado Filho foi indicação pessoal de Vargas. Quando a tragédia ocorreu com o candidato, parecia ser o momento de Loureiro, que novamente foi preterido para o lançamento de Ernesto Dorneles. Em 1954, o nome de Loureiro foi cotado mais uma vez e depois rejeitado para nova candidatura de Pasqualini.⁴⁶⁰

Mais uma vez, Loureiro enfrentaria um adversário de peso. Na análise de Cortés, além do ótimo desempenho eleitoral, pesavam a favor de Leonel Brizola a popularidade que vinha adquirindo na gestão da prefeitura de Porto Alegre, creditada, em parte, aos vultosos investimentos feitos pelo governo federal na cidade, somados a seus discursos inflamados contra os poderosos e em defesa dos oprimidos, que passaram a ser transmitidos pelo rádio em um programa semanal. Havia, ainda, o fundamental apoio do presidente do seu partido, João Goulart.⁴⁶¹

Em 1957, com os preparativos para a próxima eleição, Loureiro pleitearia oficialmente sua candidatura. Nos meses anteriores à convenção, fez ampla campanha, percorrendo o interior do estado. A adesão de Ferrari à campanha de Loureiro foi explícita. Outros apoiadores foram Ruy Ramos e os deputados federais Unírio Machado e Daniel Dipp, além dos deputados estaduais Siegfried Heuser, Mariano Beck, Jairo Brum e Múcio de Castro. Ao lado de Brizola, estavam o deputado Wilson Vargas, líder do PTB na Assembleia, Tristão Sucupira Viana, vice-prefeito de Porto Alegre, o deputado federal César Prieto e, é claro, João Goulart.

Em 1956, Ferrari já era relacionado ao apoio à candidatura de Loureiro da Silva ao governo do Estado nas próximas eleições.⁴⁶² Também naquele ano, havia especulações sobre

⁴⁶⁰ DE GRANDI, 2002, p. 145-152.

⁴⁶¹ CORTÉS, 2007, p. 251-252.

⁴⁶² Algumas das matérias que dão conta do apoio de Ferrari a Loureiro da Silva já em 1956, disponíveis no APFF, são: “Jango Quer Tirar Ferrari da Liderança”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1956; “O Líder F. Ferrari Julga Legítimos e Normais os Movimentos em Favor de Brizola e Loureiro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 nov. 1956; “Loureiro da Silva, Grande Companheiro e Candidato”. *A Razão*, Santa Maria, 22 dez. 1956.

um possível afastamento de Ferrari da liderança da Câmara, com o objetivo de diminuir a sua influência no partido. As notícias davam conta de uma bancada gaúcha dividida, mas em sua maioria contra Ferrari, em função do seu apoio à candidatura de Loureiro da Silva no Rio Grande do Sul. César Prieto, Adílio Viana, Lino Braun, João Fico, Vítor Issler e Humberto Gobi eram contrários a Ferrari, enquanto Unírio Machado, Croacy de Oliveira, Daniel Dipp e Sílvio Sanson o apoiavam.⁴⁶³

Diante dos questionamentos que davam conta da disputa interna, Ferrari buscava associar a sua luta aos aspectos programáticos do partido.⁴⁶⁴ Foi nesse contexto, em fevereiro de 1957, que ele deixou a liderança da bancada na Câmara. Segundo o próprio deputado, Jango e Brizola engendraram sua destituição da liderança, mas ele se adiantaria ao ato e renunciaria, divulgando ainda uma carta com críticas ao partido.⁴⁶⁵

Em meio a diversas notícias sobre apoios de diretórios do interior às candidaturas de Loureiro ou Brizola, os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* deram destaque à renúncia de Ferrari. No dia 02 de fevereiro de 1957, iniciando os trabalhos na Câmara, César Prieto (PTB-RS), alinhado a Leonel Brizola, teria dado início a um movimento de rodízio das lideranças trabalhistas, o que implicaria na substituição da liderança petebista na Câmara. Ferrari já estaria preparando uma carta de renúncia, devido à ação para tirá-lo da liderança.⁴⁶⁶

Em 05 de fevereiro, desde Santa Maria, Ferrari concedeu entrevista ao *Diário de Notícias*, confirmando que renunciou à liderança da bancada e da minoria.⁴⁶⁷ Dois dias depois, o parlamentar tornou pública uma longa carta explicando as motivações de sua renúncia.⁴⁶⁸ Inicialmente, o deputado relatou, na referida carta, sua atuação no PTB desde o surgimento do partido, no qual depositou seus “ideais da mocidade”. Havia dois anos, se tornara líder da bancada que teve destacada atuação “patrocinando leis para a classe operária e média”. No campo econômico e financeiro, iniciara o grande debate em favor do amparo efetivo ao homem do campo.

⁴⁶³ “Líder Não Anda Pedindo Apoio”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1956. A referida divisão da bancada gaúcha é apontada também em reportagem da revista *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 02 mar. 1957). Encontram-se no APFF.

⁴⁶⁴ “Estou Lutando Para fazer do PTB uma Agremiação de Homens Livres e Decentes” (declarações de Ferrari). *O Mundo*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1956. Semelhante declaração foi publicada no jornal *Diário Carioca* (Rio de Janeiro, 08 dez. 1956), com o título “Ferrari: o PTB Só Se Preocupa em Realizar seu Ideal.” Encontram-se no APFF.

⁴⁶⁵ FERRARI, 1961, p. 9.

⁴⁶⁶ “Renúncia de Ferrari à Liderança do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 fev. 1957, p. 16.

⁴⁶⁷ “Ferrari Confirma: Renunciou”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 fev. 1957, p. 12.

⁴⁶⁸ A íntegra da carta foi publicada pelos jornais *Correio de Povo* (Porto Alegre) e *Diário de Notícias* (Porto Alegre), em 09 de fevereiro de 1957. Também está reproduzida no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961, p. 09-21).

Apesar de destacar os progressos da atuação do parlamento, Ferrari explicitou objeções que já vinha elaborando desde 1956. Em sua construção retórica, criticava os métodos das lideranças do partido, que deveriam ser reorientados, concentrando-se mais nas definições ideológicas do que nas vitórias eleitorais. Nesse sentido, criticou ainda a exploração emocional da memória de Vargas. Para o parlamentar, a Vargas cabia o papel de criador do ideário trabalhista. Sua memória deveria servir para inspirar reformulações e novos caminhos. Em relação a esse último aspecto, observamos que, de fato, Ferrari não disputaria a herança afetiva de Vargas – conforme já mencionamos, tal herança pertencia, indubitavelmente, a Jango –, mas também não se furtaria de criticar essa utilização:

Entre nós – perdoem, prezados colegas, esta análise talvez um tanto rude da nossa realidade – ressobra a psicologia dos “donos” sobrepairando, indiferentes aos problemas maiores, na vastidão das nossas deficiências; são os “donos da Carta”, os “donos da ideia”, “donos da memória”, donos da herança de Vargas, os “donos do processo trabalhista” – que avança a despeito deles! – como se a simples vontade e os vaidosos caprichos de apropriar-se das ideias, dos exemplos, de atos que pertencem ao patrimônio do povo e da Nação, operassem por si o milagre de contentar o sofrido operariado de nosso País, ciando as metas certas para os seus grandes passos!

A ocupação dos cargos públicos entregues ao partido também foi tratada na carta. Para o deputado, nem sempre prevalecia o critério da indicação dos mais capazes ou dos mais probos. Ele argumentava que havia certos setores da agremiação que eram contrários à renovação dos métodos políticos, tais como uma reforma estatutária que estava propondo.

Ferrari salientou também a pressão da Frente Parlamentar para a concretização dos pontos mínimos do acordo programático que foi firmado com o PSD. Mas criticou a “injustificável indiferença” com que o referido bloco foi encarado por certos setores do PTB. Com isso, voltaria o PTB à sua posição de isolamento, sem força para executar os compromissos que assumiu com o povo e com a classe trabalhadora. Reclamou, ainda, de forma mais genérica, sobre a necessidade de o partido fixar diretrizes para uma política internacional.

Por fim, relacionou as manobras para lhe destituir da liderança da bancada ao apoio à candidatura de Loureiro da Silva ao governo do Rio Grande do Sul. Para o deputado, tratava-se de uma negação do seu direito de divergir dos líderes do partido.

A renúncia da liderança e a divulgação da carta repercutiram dentro e fora do Congresso, resultando em diversas manifestações de apoio a Ferrari. Loureiro da Silva relacionou a destituição de Ferrari ao apoio que ele vinha manifestando à sua candidatura no Rio Grande do Sul e saudou sua atitude como parte da ação pelo banimento do “donismo” no

partido.⁴⁶⁹ Sílvio Sanson, um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul e, naquele momento, deputado federal, classificou a destituição de Ferrari da liderança da bancada como uma “página negra do trabalhismo gaúcho”. Isso porque ela teria sido engendrada por deputados gaúchos para conceder a liderança a um deputado paulista.⁴⁷⁰ Foi Batista Ramos (PTB-SP) quem passou a comandar a bancada.

A atitude de Ferrari também foi explorada pela oposição. No plenário da Câmara, o ex-petebista Frota Aguiar (UDN-DF) leu a carta-manifesto de Ferrari. Para Aguiar, o gesto do deputado trabalhista era um demonstrativo de que a mocidade do país não acreditava mais nos políticos profissionais nem naqueles que ocupavam cargos para obter benefícios pessoais.⁴⁷¹

João Machado (PTB-DF), em apoio a Ferrari, também renunciou à vice-liderança da bancada.⁴⁷² O deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ) alertou sobre a existência de uma “crise parlamentar no PTB, que poderia alargar-se com consequências imprevisíveis.⁴⁷³ Esses dois últimos parlamentares se juntariam a Ferrari no MTR.

No dia 20 de fevereiro, foi Unírio Machado (PTB-RS) quem defendeu o manifesto de Ferrari no plenário, associando-o a um movimento que, segundo o deputado, já vinha se desenvolvendo no PTB. O excerto do discurso de Machado reproduzido abaixo é bastante elucidativo dos recursos utilizados para justificar a necessidade de renovação:

A rigor, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este movimento não é novo no seio do trabalhismo. Há uma ânsia generalizada pela mudança do estilo de política, dentro do trabalhismo e dos demais partidos. Se não há, pelo menos deveria haver para que os partidos superem nosso primarismo e se coloquem à altura de sua missão. No seio do trabalhismo, além das ideias de Vargas, há o acervo de ideias novas trazidas pelos líderes, pelos pensadores – pelos filósofos – verdadeiro patrimônio do partido.

Importante é o papel desempenhado pelo eminente senador Alberto Pasqualini, indiscutivelmente uma das mais destacadas figuras da vida pública do Brasil. Devotado à vida pública e a seu partido, seus discursos, suas entrevistas, suas campanhas políticas, sua obra *Bases e Sugestões Para uma Política Social*, constituem um conjunto de ideias novas, um acervo de contribuições para o ideário trabalhista.⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ “Fortalecimento Ideológico do PTB com o Banimento do ‘Donismo’”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 fev. 1957, p. 11 e 16.

⁴⁷⁰ “Falta de Ética na Substituição do Deputado Ferrari”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09 mai. 1957, p. 01.

⁴⁷¹ Carta lida por Frota Aguiar em 11 de fevereiro de 1957. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1957, p. 483-485. Durante a fala de Frota Aguiar, Oswaldo Lima Filho (PSP-PE) e Carlos Pinto (PSD-RJ) se solidarizaram com a atitude de Ferrari. Dois dias depois, foi a vez do petebista Danton Coelho ler o manifesto no plenário (DCN, 14 mai. 1957, p. 559-561).

⁴⁷² Discurso proferido por João Machado em 11 de fevereiro de 1957. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1957.

⁴⁷³ A declaração de Aarão Steinbruch foi reproduzida em notas nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. “A Liderança do PTB na Câmara”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 fev. 1957, p. 03; “Crise Parlamentar no PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 fev. 1957, p. 18.

⁴⁷⁴ Discurso proferido por Unírio Machado em 20 de fevereiro de 1957. *Diário do Congresso Nacional*, 26 fev. 1957, p. 910.

O discurso de Ferrari e de seus apoiadores naquele contexto, como Unírio Machado, por exemplo, tendia a diminuir o papel do herdeiro de Vargas, João Goulart, trazendo as contribuições de outros trabalhistas para a constituição do partido. O PTB não era somente a herança de Vargas mas também o legado dos já falecidos Salgado Filho e Lúcio Bittencourt e, principalmente, de Alberto Pasqualini, que se transformaria no símbolo do grupo.

Políticos afastados do PTB também manifestaram apoio à atitude de Ferrari. Joel Presídio, ex-deputado federal pela Bahia, destacou a luta de Ferrari para “implementar no partido a verdadeira linha doutrinária”. A carta-renúncia de Ferrari seria um “retrato de corpo inteiro de sua agremiação política”.⁴⁷⁵ Vieira Lins salientou que Ferrari era a última das vítimas de um processo de centralização decisória do PTB que, em diferentes momentos, buscou anular lideranças paralelas. Assim havia acontecido com todos os líderes da bancada até aquele momento: Gurgel do Amaral, José Diogo Brochado da Rocha, ele próprio e, agora, Fernando Ferrari. Cita ainda Frota Aguiar, José Presídio e Loureiro da Silva entre os “descanteados” do partido.⁴⁷⁶

Alberto Pasqualini, naquele momento já afastado da vida pública e utilizado como símbolo da ideologia do partido pelo grupo apoiador de Ferrari, teria apoiado a candidatura de Leonel Brizola. Tal manifestação foi feita através de uma carta enviada a João Pedro Agostini, presidente do Diretório Alberto Pasqualini.⁴⁷⁷ João Goulart, ao ser questionado sobre a crise na política interna do PTB, afirmava, nesse momento, que não havia lutas internas, mas sim revigoração do trabalhismo.⁴⁷⁸

Após o episódio da renúncia, Ferrari seguiu sua atuação na Câmara e seu apoio à candidatura de Loureiro. Para deslegitimar a candidatura de Leonel Brizola, o deputado afirmava, inicialmente, que ele era inelegível devido ao parentesco com João Goulart, mas que caberia ao Tribunal Eleitoral dar o veredito sobre o tema.⁴⁷⁹ O Tribunal concedeu o registro da candidatura.

Naquele ano, apesar de afastado da liderança da bancada, Ferrari exporia aquilo que considerava necessário para a “renovação” do trabalhismo. Na seção a seguir, são abordados

⁴⁷⁵ “A Luta pela Verdade” (artigo de Joel Presídio). *A Tarde*, Salvador, s/d. Encontra-se no APFF.

⁴⁷⁶ “À Beira de uma Convenção” (artigo de Vieira Lins). *A Tarde*, Salvador, 27 mar. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁷⁷ Nota oficial do Diretório Alberto Pasqualini em 09 de março de 1957. *A Hora*, Porto Alegre, 10 mar. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁷⁸ Entrevista de João Goulart. *A Razão*, Santa Maria, 13 mar. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁷⁹ “Ferrari Não Reivindica Lideranças.” *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 fev. 1957. Encontra-se no APFF.

alguns aspectos de tal renovação, as tentativas de imprimi-la no seu partido, com a Convenção Nacional e, por fim, a derrota na Convenção Estadual do Rio Grande do Sul.

Apesar de encontrarmos menções de Ferrari às reformas do PTB já em 1956, é a partir de 1957, tendo como marco inicial a carta-renúncia de fevereiro, que o deputado sistematiza e expõe, aos elementos externos ao campo político, a essência de sua crítica ao funcionamento do partido. Naquele ano, como já foi referido, Ferrari trabalhou, no Parlamento, pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. Paralelamente, iniciou uma campanha para levar a cabo uma reforma estatutária e programática no partido. Fora do ambiente parlamentar, visitou algumas regiões do país e proferiu palestras sobre a “renovação do trabalhismo”.

Veículos da imprensa passaram a relacionar Ferrari à “ala dos teóricos”, “ala Pasqualini” ou ainda “ala renovadora”, em oposição ao grupo liderado por João Goulart. Associam-no, ainda, após a renúncia à liderança, a mais uma “reforma”, essa fora do Congresso e dentro do próprio partido. Para tal, a executiva do PTB incumbiu Ferrari de elaborar o projeto de reforma estatutária e programática. Inicialmente, ou ao menos de maneira diplomática, Jango apoiou sua iniciativa.⁴⁸⁰

Nos meses seguintes à divulgação da carta-renúncia, e enquanto Loureiro prosseguia em campanha no Rio Grande do Sul, Ferrari trabalhava na reforma no PTB, que seria levada à próxima convenção do partido. Em março, a reportagem do *Diário de Notícias* carioca dava destaque a alguns pontos da reforma estatutária: a criação de um conselho político para o

⁴⁸⁰ A associação de Ferrari à “ala dos teóricos” ou “ala Pasqualini” está presente, por exemplo, em extensa reportagem da revista carioca *Manchete*, de 02 de maio de 1957, intitulada “O PTB na Hora da Decisão”. De acordo com a revista, Ferrari estaria comandando uma “revolução dos teóricos” no partido, que contaria ainda com nomes como Sérgio Magalhães e Aarão Steinbruch (destes dois nomes, apenas Steinbruch acompanhou Ferrari na cisão com PTB). Associa, ainda, esse movimento à retomada das iniciativas anteriores de Salgado Filho, de Lúcio Bittencourt e de Alberto Pasqualini, projetando Ferrari como continuador desse movimento e manifestando-se favorável ele. Já a reportagem do jornal *Última Hora* (Rio de Janeiro, 25 mar. 1957), mencionava que Jango havia encarregado Ferrari da elaboração do anteprojeto de reforma dos estatutos do partido. Salientava que Ferrari era da “ala Pasqualini” e que, apesar de apresentar vários aspectos positivos de suas doutrinações, “peca pela calamitosa dissociação da realidade brasileira”. Já o *Jornal do Comércio* (Recife, 22 mai. 1957), em matéria intitulada “Ferrari Deseja Dar Estrutura ao Petebismo”, destacava as adesões a Ferrari, salientando a existência de um grupo em torno dele e outro em torno de João Goulart. As reportagens citadas estão disponíveis no APFF, juntamente com diversas outras matérias sobre a reforma no PTB, como por exemplo: “Ferrari Incumbido por Jango de Elaborar o Anteprojeto de Reforma dos Estatutos do PTB”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23 mar. 1957; “Em Foco a Reforma Estatutária do PTB”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1957; “Ferrari e os Novos Rumos do PTB”. *A Hora*, Porto Alegre, 31 mar. 1957; “Reformas no PTB Não Serão Contra Ninguém, Mas em Favor do Partido, Declara Ferrari”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1957; “Trabalhistas das Duas Confraternizaram Ontem”. *A Hora*, Porto Alegre, 08 ago. 1957.

partido, similar ao modelo do *Labour Party* britânico, composto de 25 pessoas recrutadas nos diversos setores da representação partidária, o que incluiria a maior participação de deputados e senadores na gestão do partido; a realização de convenções anuais para orientar as atuações das bancadas de acordo com as diretrizes do partido; e a proibição de coalizões com organizações políticas que contivessem programas contrários aos do PTB. Como interesse político envolvido na reforma, destacava o possível enfraquecimento do poder de João Goulart no partido.⁴⁸¹

Embora essas mudanças não dissessem respeito diretamente à Câmara, Ferrari não deixou de dedicar um discurso ao tema na Casa, em meio às suas diversas manifestações pela reforma agrária. Foi em 31 de julho que o deputado detalhou a reestruturação que estava sendo proposta ao partido. Tanto o anteprojeto de reforma estatutária quanto o de reforma programática foram apresentados naquele momento. O trabalho contava com uma dedicatória a Alberto Pasqualini, que, segundo Ferrari, teria sido o iniciador daquele movimento.

O que caracterizaria a originalidade do projeto, segundo o deputado, era a duplicidade do comando partidário, não apenas com a executiva mas também com o conselho político, que seria criado para o planejamento e a execução da política trabalhista, principalmente quando das propostas de coalizão partidária, tendo força para evitar alianças políticas com partidos antagônicos ao trabalhismo. Conselhos políticos estaduais seriam instituídos para exercer a mesma função. Às executivas nacional e estaduais, caberia a organização e a gestão do partido em seus respectivos campos de ação. A reestruturação previa ainda uma assessoria técnica composta de juristas, economistas e departamentos especializados em assuntos políticos, sociais e jurídicos e em legislação trabalhista, de assunto econômicos, de assuntos rurais e de assuntos de divulgação. Por fim, destacava-se uma maior participação dos congressistas e deputados estaduais do partido na composição do referido conselho político e dos diretórios, como já anunciado na reportagem do *Diário de Notícias*.⁴⁸²

A tentativa de enfraquecimento do poder interno de Jango, também anunciada pelo jornal, seria evidente com a criação do conselho político, uma espécie de instância mediadora ao poder do presidente do partido que, para Ferrari, fortaleceria a democracia intrapartidária. Um anteprojeto de programa partidário também foi apresentado, mas acabou não sendo levado

⁴⁸¹ “Subtrair o PTB da Ação Ditatorial de Presidente Como o Sr. João Goulart”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1957. Encontra-se no APFF. O exemplo do *Labour Party* e seu conselho político foi exposto por Ferrari em plenário em discurso proferido dias depois da divulgação da carta-renúncia, em 01 de março de 1957 (*Diário do Congresso Nacional*, Rio De Janeiro, 02 mar. 1957, p. 1048-1050).

⁴⁸² A íntegra do projeto de reforma estatutária pode ser consultada em: *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1957, p. 5505-5507.

à convenção ocorrida em outubro daquele ano, sendo deixada para a próxima convenção, em 1959.

A motivação da X Convenção Nacional do Partido, ocorrida em outubro de 1957, foi essencialmente debater a proposição de reforma estatutária de Ferrari. De acordo com D'Araújo, o teor daquela convenção foi distinto das demais porque, apesar de o novo programa não ser debatido, “o reformismo ganhou corpo e visibilidade”.⁴⁸³

A cobertura jornalística salientou o domínio de Jango e a derrota de Ferrari na convenção. Provou-se que o conselho político era contrário à Lei Eleitoral. Quanto à reforma programática, a proposta de Ferrari não foi apreciada. Foi aprovada a moção do então vice-governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, para que a reforma fosse objeto de uma comissão de trabalhistas, a ser levada para a próxima convenção.⁴⁸⁴

Após esse episódio, Ferrari declarou que não havia uma disputa pessoal entre ele e Jango e que isso estava sendo explorado pelos interessados em promover intrigas para enfraquecer o partido. Também não avaliava ter saído derrotado do evento:

Não está havendo, como, de resto, não poderia estar, vencidos nem vencedores na convenção do PTB. Vence, apenas, o partido, cuja unidade ninguém poderá acabar! Os debates partidários são contingências normais da vida das correntes políticas; resolvidas dentro das normas regimentais que nos regem, são, também, questões de nossa economia interna, somente a nós cabendo a sua apreciação e julgamento.⁴⁸⁵

Segundo Ferrari, a “derrota” estava sendo anunciada em função do adiamento da apreciação do programa partidário, o que havia se dado de comum acordo com ele. Já suas sugestões de reforma estatutária haviam sido, em sua maioria, inseridas no novo estatuto.⁴⁸⁶ Salientava, ainda, como positivo o fato de que “pela primeira vez na história do trabalhismo brasileiro se discutiram princípios e doutrina de caráter oficial.”⁴⁸⁷

Alguns dias depois da convenção nacional, Ferrari partiu para o Rio Grande do Sul, onde ocorreria a convenção estadual para a escolha do candidato ao governo pelo PTB. Nos dias que antecederam a decisão da candidatura, os jornais locais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* publicaram diversas manifestações de apoio a Brizola ou a Loureiro, vindas das

⁴⁸³ D'ARAÚJO, 1996, p. 114.

⁴⁸⁴ Entre as reportagens do arquivo pessoal de Fernando Ferrari que dão conta da derrota de Ferrari na convenção estão: “Ferrari Sozinho”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 out. 1957; “Novos Rumos do PTB”. *Estado do Paraná*, Curitiba, 02 out. 1957; “O PTB Repeliu a Reforma Moralizadora do Sr. Ferrari”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 out. 1957; “Personalismo e Ideologia”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 05 out. 1957.

⁴⁸⁵ “Ferrari: Nada Existe entre Mim e Jango e Ninguém Conseguirá Quebrar a Unidade do PTB”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 03 out. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁸⁶ “Ferrari: Nada Existe entre Mim e Jango e Ninguém Conseguirá Quebrar a Unidade do PTB”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 03 out. 1957. Encontra-se no APFF.

⁴⁸⁷ “Ferrari Conformado”. *Folha da Manhã*, Recife, 05 out. 1957.

idades do interior. Ambos os jornais, contudo, davam como certa a vitória do primeiro nome. A convenção estadual foi instalada em 24 de outubro e ocorreu dentro do previsto pela imprensa. A eleição se deu por votação secreta, e os convencionais decidiram, por 177 a 38, a favor de Brizola.⁴⁸⁸

Quanto aos motivadores da derrota, De Grandi aponta que Loureiro tinha o apoio da maioria da elite partidária (Ruy Ramos, Leocádio Antunes, Egydio Michaelnsen e o próprio Fernando Ferrari), mas Brizola tinha o controle dos diretórios e, por isso, venceu as prévias.⁴⁸⁹

A discussão mais acirrada do evento, noticiada novamente apenas pelo *Diário de Notícias*, se deu em torno do apoio do PRP. No caso de uma aliança, a indicação do candidato ao Senado caberia ao partido. No entanto, Ferrari encaminhou uma moção para que um candidato ao Senado do PTB fosse escolhido pela convenção, ensejando o debate sobre a posição do partido: deveria ou não escolher um candidato a senador?

De acordo com a cobertura do jornal, muitos convencionais, incluindo Ferrari, se mostraram contrários ao apoio do PRP. Houve a defesa, por uma parcela dos presentes, do lançamento de uma nova candidatura de Pasqualini ao Senado, alegando que tal indicação poderia contribuir para atenuar o seu delicado estado de saúde e também que não poderia o senador Pasqualini ser preterido pelo fruto de um acordo partidário. A importância de Alberto Pasqualini para o partido, somada à crítica às alianças partidárias, é ressaltada no encerramento do pedido:

Considerando que as concessões do PTB em favor de outros partidos para acordos políticos, por maiores que sejam, não devem ir ao ponto de privar o partido de uma cadeira no Senado e, particularmente, daquela que é ocupada por um de seus maiores expoentes, propõem que o plenário escolha, também nessa oportunidade, o seu candidato à senatoria e renova a indicação do senador Alberto Pasqualini.⁴⁹⁰

O pedido não foi aprovado, prevalecendo a moção que permitia ao partido deixar em aberto a vaga de senador, visando a aliança com o PRP, fato que se consumaria com o apoio à candidatura do perrepista Guido Mondin ao Senado.

Após a divulgação do resultado da votação, Leonel Brizola compareceu ao Instituto de Belas Artes, recinto da convenção, onde foi saudado pelos convencionais. Depois, Ruy Ramos falou em nome dos apoiadores de Loureiro da Silva, que acataram a decisão da maioria. Enquanto Ruy Ramos discursava, Loureiro chegou ao local e saudou Leonel Brizola,

⁴⁸⁸ “Escolheu Ontem o PTB o Senhor Leonel Brizola para Candidato ao Governo no Pleito de 1958”. *Correio do Povo*, 25 out. 1957, p. 12 e 20; “Brizola – o Primeiro Candidato a Surgir”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 out. 1957, p. 01 e 04.

⁴⁸⁹ DE GRANDI, 2002, p. 152.

⁴⁹⁰ “Brizola – o Primeiro Candidato a Surgir”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 out. 1957, p. 01 e 04.

atitude que mantinha a unidade partidária. Ferrari declarou que ele e o grupo que o acompanhou na campanha por Loureiro, por coerência, se submeteriam à decisão.⁴⁹¹ Ou seja, ao menos por enquanto, estava assegurada a unidade partidária.

No dia seguinte à convenção, o *Correio* publicou um “a pedido” com o discurso que Loureiro proferiu aos convencionais antes da votação. O mesmo discurso também foi lido por Fernando Ferrari no plenário da Câmara.⁴⁹² Nele, o candidato sintetizou suas propostas e apresentou um balanço de sua campanha e dos motivos que o levaram a ela. Vejamos.⁴⁹³

No discurso, Loureiro ressalta sua relação com Vargas, mencionando que ele foi um dos estruturadores do partido no estado. Viajou em campanha por 11 meses para, a partir dos problemas do estado, elaborar sua plataforma de governo. Quanto aos temas apontados em seu plano de governo, os destaques de seu discurso foram para: 1) municipalismo, ou seja, um maior reconhecimento e melhor tratamento para com este ente federado; 2) melhorias nos transportes rodoviário, hidroviário – com melhor aproveitamento dos rios navegáveis – e ferroviário, considerado a base para o transporte de grandes cargas; 3) plano de eletrificação, com maior impulso à eletrificação do estado, a fim de fortalecer a indústria e a produção agropecuária; e 4) necessidade de financiamento para as obras estruturais do estado, evitando o aumento de impostos.

Os grandes temas trazidos à campanha por Loureiro foram também tratados na plataforma de governo de Leonel Brizola.⁴⁹⁴ Interessa-nos, mais especificamente, observar a forma como Loureiro se diferenciou do oponente, trazendo à baila as argumentações já preconizadas no plano de trabalho do diretório do PTB gaúcho e aprofundadas na carta-renúncia de Ferrari: a recuperação do partido, trazendo novos quadros, recuperando quadros antigos; a crítica a quem estaria desvirtuando o espólio de ideias do partido; a crítica ao personalismo e ao “mercantilismo” dos ideais do “grande morto”; a cobrança de um posicionamento partidário diante de grandes temas, como o problema da Amazônia, o problema do Nordeste, as migrações internas, as tarifas alfandegárias, a moeda e a questão cambial, a questão agrária, a previdência social e o municipalismo, entre outros. Numa clara alusão à aliança com o PSD, salientava que tais questões não poderiam ser resolvidas em programas mínimos antes das eleições, com objetivos tipicamente eleitorais.

⁴⁹¹ “Declaração de Ferrari”. *Correio do Povo*, 25 out. 1957, p. 12.

⁴⁹² O discurso de Loureiro da Silva foi lido por Fernando Ferrari no plenário da Câmara dos Deputados em 28 de outubro de 1957. *Diário do Congresso Nacional*, 29 out. 1957.

⁴⁹³ “Loureiro da Silva e a Convenção Trabalhista: Síntese de uma Campanha Política – Ideia e Programa”. *Correio do Povo*, 25 out. 1957, p. 10.

⁴⁹⁴ A respeito da campanha de Leonel Brizola na eleição para governador do Rio Grande do Sul em 1958, ver Cánepa (2005, p. 225-241).

Por fim, ressaltava a luta para que o partido definisse o seu programa e o seu conteúdo ideológico.

Para que o partido não se esvaia no prestígio pessoal de seus líderes, mas lance raízes profundas sobre a consciência do seu povo, projetando-se na história, é imprescindível situar-se perante os grandes problemas do país e os estaduais que versei, vinculando seus componentes a programa claro e completo que responda aos legítimos interesses coletivos e seja orientação segura para a conquista de seus gloriosos destinos.⁴⁹⁵

Observa-se, pois, novamente o apelo ao “trabalhismo ideológico” como recurso político, utilizado não somente por Ferrari mas também pelo correligionário Loureiro da Silva. De maneira semelhante, porém sem tantas especificidades, Brochado da Rocha já havia utilizado tal recurso nas eleições de 1954.

Os argumentos de Loureiro são novos indicativos do descontentamento de um setor da agremiação no Rio Grande do Sul com a condução do partido e com a liderança local de Leonel Brizola. A esse respeito, o relato de Emiliano Limberger é bastante ilustrativo. Limberger, apoiador de Ferrari, à época era vereador de Santa Cruz do Sul pelo PTB e delegado na referida convenção. Ele narrou sua ida ao evento da seguinte maneira:

Então, lá em Santa Cruz fomos eu e o Siegfried Heuser [...] Nós dois fomos escolhidos delegados. Na convenção, foi de *Caterpillar* [trator], esmagando a candidatura do Loureiro. Ficou muito evidente que, também no interior, o PTB já tinha discordâncias e dissidências.⁴⁹⁶

A expressão coloquial de Limberger se refere à uma crítica à atitude supostamente intransigente de Leonel Brizola na convenção. Questionado sobre as motivações das divergências no partido, o ex-vereador retomou a oposição programáticos/pragmáticos, bastante utilizada, à época, para se remeter aos conflitos partidários no PTB.

Na Ala Moça, tínhamos uma problemática concreta. Esse é um dado muito importante que estão suscitando. Com o andar da carroça, foi-se positivando a divergência entre dois grupos: os pragmáticos e os programáticos. Tínhamos isso até como diferencial – o programa é uma coisa, vai para registro e depois para gaveta [...] Mas a ideia de pragmatismo já havia. Fomos liderados, sob o ponto de vista doutrinário, pelo Pasqualini, do qual Ferrari foi grande discípulo.⁴⁹⁷

Segundo Limberger, a Pasqualini e a Ferrari, seu seguidor, caberia a adjetivação “programático”, enquanto Jango e Brizola seriam os “pragmáticos”. Caracterizariam os

⁴⁹⁵ “Loureiro da Silva e a Convenção Trabalhista: Síntese de uma Campanha Política – Ideia e Programa”. *Correio do Povo*, 25 ou. 1957, p. 10.

⁴⁹⁶ Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

⁴⁹⁷ Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

programáticos um melhor trato com o dinheiro público e os projetos de lei afinados com o trabalhismo, entre os quais destaca o Estatuto do Trabalhador Rural e o projeto da Cédula Única, para diminuir a influência do poder econômico nos pleitos.

Mais alinhados a Brizola naquele momento, o ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, e o jornalista Carlos Bastos, contemporâneos de Limberger, desenvolvem interpretação diferente. Não negam a contribuição de Ferrari ao partido nem o seu potencial político, mas diminuem possíveis diferenças de viés ideológico à renovação pretendida por Ferrari.⁴⁹⁸

Já o ex-governador Pedro Simon, que à época da cisão era vereador pelo PTB em Caxias do Sul, recorda que apoiou a iniciativa de Ferrari de se candidatar a vice-presidente pelo PTB, mas, posteriormente, não se juntou ao MTR.⁴⁹⁹ Nos anos seguintes, teve, contudo, uma trajetória política independente da de Brizola, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e depois no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Simon aponta para uma espécie de “meio termo” para explicar os motivos (ideológicos/personalistas) da cisão:

Digamos que foram as duas coisas. O Ferrari lutava por espaço. Ele era brilhante e havia feito uma votação espetacular para deputado federal. Era o nosso líder na Câmara dos Deputados, e, diga-se de passagem, um líder muito bom. Foi autor do Estatuto do Trabalhador Rural e tinha um prestígio enorme, razão pela qual queria ocupar espaço, queria avançar.

Do outro lado, estava o grupo do Jango e do Brizola, que não tinha nenhuma identidade com o Fernando Ferrari, não admitindo, portanto, o seu avanço. As diferenças eram das duas naturezas, mas, fundamentalmente, foram causadas pela ocupação de espaço.⁵⁰⁰

Quanto às razões alegadas, Simon fala que foram principalmente questões morais, não havendo uma discordância ideológica central que afastasse Jango e Brizola de Ferrari.

A dicotomia programático X pragmático/personalista, já debatida à época pelos políticos e pela imprensa e revisitada pelos depoimentos mencionados anteriormente, ganhou

⁴⁹⁸ Entrevista concedida por Sereno Chaise a Carla Brandalise, Marluza Marques Harres e Luis Alberto Grijó. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; entrevista concedida por Carlos Bastos a Carla Brandalise e Marluza Marques Harres. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

⁴⁹⁹ “Uma Brilhante Trajetória Política Cortada ao Meio” (SIMON apud FERRARI FILHO, 2013, p. 224-229). Depoimento de Pedro Simon.

⁵⁰⁰ Entrevista concedida por Pedro Simon a Carla Brandalise, Marluza Marques Harres e Luis Alberto Grijó. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

certa dimensão no debate historiográfico para pensar nas motivações da cisão de Fernando Ferrari com o PTB. A análise de Delgado dá conta dessa divergência de interpretações:

Uns reconhecem Ferrari como um trabalhista autêntico, de fato preocupado com a definição doutrinária e prática do que seria o trabalhismo e com uma efetiva organização dos trabalhadores. Outros viam nele não mais do que um dos muitos políticos do PTB presos a conflitos regionais. Ferrari, segundo essas interpretações, não fez mais do que se envolver em conflitos regionais com uma aparente roupagem programático-doutrinária.⁵⁰¹

Tomas Skidmore, por exemplo, apresenta uma visão bastante positiva da atuação de Ferrari no PTB. Para o autor, Ferrari teria sido “um dos mais ativos defensores no trabalhismo mais ‘autêntico’ dentro do PTB”.⁵⁰² Ao abordar as cisões de Danton Coelho e de Fernando Ferrari, assim se referiu o autor:

Era como se o partido repelisse seus líderes mais talentosos e de maior sensibilidade, deixando aos carreiristas (pelegos) e aos oportunistas a manipulação política dos votos da crescente classe trabalhadora e os lucros e benefícios dos sindicatos dirigidos pelo governo. Entre estes líderes de terceira categoria, Jango brilhava como um mestre no jogo da intriga a curto alcance.⁵⁰³

Nota-se, no trabalho de Skidmore, que a atuação de Ferrari é usada como antítese para a atuação política de João Goulart, tratada de forma bastante demeritória, a exemplo do ilustrado no excerto acima. Cumpre ainda salientar que o autor considera a dimensão nacional da cisão, não mencionando as disputas da seção gaúcha como possíveis catalisadoras do “verdadeiro trabalhismo” buscado por Ferrari.

Suely Bastos, em um trabalho de temática mais específica sobre partidos e cisão partidária no Rio Grande do Sul, tendo como estudo de caso a cisão do MTR com o PTB, enfatiza a dimensão regional do evento, assim como a predominância da seção gaúcha na condução nacional do partido, a chamada regionalização decisória. Toma como base de análise a oposição feita pelo MTR ao governador Brizola e à sua “política mobilizatória”, em especial as desapropriações de terras para reforma agrária.⁵⁰⁴

Segundo a autora, e assim como já referido no presente trabalho, Ferrari defendia que as mudanças sociais se dariam pela ação do Estado, através de reformas, alertando para o perigo da radicalização política. Teria, pois, uma posição mais conservadora, considerando

⁵⁰¹ DELGADO, 1989, p. 213.

⁵⁰² SKIDMORE, Thomas. *O Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (original de 1975), p. 471.

⁵⁰³ Ibidem, p. 262.

⁵⁰⁴ BASTOS, Suely. *Partidos Políticos e Cisão Partidária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

que as soluções sociais deveriam dar-se pelo caminho do menor conflito, com ações “desde cima”, realizadas pelo Estado. Já Brizola tinha sua estratégia de governo calcada na política mobilizatória, inclusive com a aproximação com os comunistas. Ao concluir sobre a cisão do MTR com PTB, Bastos não deixou de mencionar a disputa de poder interna entre eles. O evento

significou, portanto, o estabelecimento de uma força política contrária dentro do partido, na sua mais importante seção, e com intenções declaradas de assumir a direção partidária também. Essa força política tinha caráter modernizante reformista sem admitir, no entanto, uma política mobilizatória que pudesse implicar em possibilidade de “revolução social”, ou seja, sem alterações na ordem capitalista.⁵⁰⁵

Assim, o MTR se constituiria em uma força política mais ao centro em relação ao PTB, considerando-se a experiência de governo de Leonel Brizola. Devido a essas divergências, Bastos considera que o personalismo “não foi o apanágio do MTR”.⁵⁰⁶

A autora, no entanto, concentra sua argumentação no período em que Leonel Brizola foi governador do estado, ou seja, a partir de 1959, desconsiderando os enfrentamentos iniciais de Ferrari e de outros políticos com líderes do partido, ocorridos nos anos anteriores. Ainda com relação ao anticomunismo associado a Ferrari – além de Bastos, Gomes salienta o fato de Ferrari ser um “anticomunista ferrenho”⁵⁰⁷ –, nota-se que esse não foi um recurso político utilizado explicitamente por ele nas críticas ao PTB até a consumação da cisão partidária. Tampouco foi uma de suas “armas eleitorais” contra o PTB nas eleições de 1960. Naquele pleito, os comunistas apoiaram a chapa Lott–Jango. O líder dos comunistas, Luiz Carlos Prestes, na declaração de apoio à referida chapa, considerou acertado o encaminhamento da convenção do PTB para repudiar Fernando Ferrari e indicar o nome de João Goulart.⁵⁰⁸

A situação é diferente após as eleições de 1960, quando, já expulso do PTB, Ferrari passou a acusar o partido de se “comunizar”.⁵⁰⁹ No contexto das eleições de 1962, Ferrari, que seria candidato a governador do Rio Grande do Sul, já no partido MTR, acusou Leonel Brizola, seu principal oponente na seção gaúcha, de pactuar com os comunistas.⁵¹⁰ No

⁵⁰⁵ BASTOS, 1978, p. 107.

⁵⁰⁶ BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

⁵⁰⁷ GOMES, 2007, p. 41.

⁵⁰⁸ PRESTES, Luiz Carlos. *Por Que os Comunistas Apoiam Lott e Jango*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

⁵⁰⁹ “O PTB Traiu seu Destino e Comunizou-se” (declaração de Ferrari). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1961; “Ferrari Defende o Trabalhismo: Em Crise Encontra-se o Petebismo”. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1961. Encontram-se no APFF.

⁵¹⁰ “Para Ferrari, Brizola É Apenas um Itinerante Subversivo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1962. Encontram-se no APFF.

momento de radicalização política no estado, Ferrari manifestou sua “profissão de fé” anticomunista em um “a pedido” mandado publicar pelo MTR:

Peço aos rio-grandenses que acreditem na sobrevivência da CIVILIZAÇÃO CRISTÃ e nos IDEAIS DE LIBERDADE HUMANA, que se mantenham unidos, pois a união do povo simples, laborioso e desejador de paz é maior do que o conluio dos farsantes. Eles passam e o povo fica.

Eis como pensa, sente e age o candidato da renovação, pois Ferrari se opõe frontalmente ao comunismo.⁵¹¹

Segundo Motta, Jango pertencia ao setor petebista que defendia uma maior proximidade com os comunistas. Sua chegada à presidência, em 1961, foi um divisor de águas, pois fortaleceu as posições de esquerda, reavivou também o anticomunismo e contribuiu para catalisar aquilo que Motta denomina o “segundo grande surto anticomunista”, ocorrido de 1961 a 1964. No contexto internacional, era a revolução cubana que aproximava a Guerra Fria e o “perigo comunista” da América Latina.⁵¹²

As referências mais enfáticas de Ferrari ao anticomunismo após as eleições de 1960 podem estar relacionadas ao novo “surto anticomunista” descrito por Motta para o período. O autor destaca, ainda, as eleições de 1962, momento privilegiado, na análise de Bastos, como uma fase de intensa manifestação anticomunista, quando numerosos candidatos – entre os quais pode-se incluir Ferrari – declararam-se anticomunistas.⁵¹³

Diante da composição da trajetória de Ferrari no PTB, observa-se que a reação à política mobilizatória e a aproximação com os comunistas do grupo ligado ao governador Brizola explicam apenas parcialmente a cisão, uma vez que tal crítica foi feita a partir de 1959, momento em que a relação de Ferrari e de outros políticos com as lideranças do partido já estava bastante abalada.

Cumpramos ainda mencionar que, ademais das manifestações anticomunistas nas referidas eleições e das menções ao perigo da radicalização, em especial quando tratou da questão agrária, não foram encontrados indícios da continuidade da relação de Ferrari com a Ação Católica, a qual integrara na juventude, ou com algum outro movimento religioso.

Retomemos, agora, o trabalho de Delgado sobre o PTB. Conforme introduzimos no capítulo 2, a autora assinala que o partido apresentou, ao longo de sua existência, três tendências principais: uma primeira, chamada de *getulista pragmática*, constituída de burocratas vinculados à estrutura do Estado e com força no partido até o suicídio de Getúlio

⁵¹¹ “Orientação Ideológica de Ferrari: Cristianismo – Sempre! Comunismo – Nunca!”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 out. 1962. Encontra-se no APFF.

⁵¹² MOTTA, 2002, p. 231-235.

⁵¹³ *Ibidem*, p 249.

Vargas; uma segunda, denominada *doutrinária trabalhista*, composta de intelectuais orgânicos do petebismo, inscreveu-se em uma orientação trabalhista socializante e propugnava uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado; e uma terceira tendência, com força no partido a partir da segunda metade dos anos de 1950, os *pragmáticos reformistas*, procurou amalgamar, em sua prática político-partidária, características dos getulistas pragmáticos e da tendência doutrinária.⁵¹⁴

A atuação de João Goulart, segundo Delgado, pode ser vista como paradigma desse grupo, pois ele soube incorporar preocupações relacionadas à justiça e à solidariedade social, além de princípios nacionalistas. A isso, teria aliado a sua prática político-partidária, desde a ocupação de cargos no Rio Grande do Sul até sua passagem pelo Ministério do Trabalho, quando tomou medidas de caráter distributivista que incorporaram, entre outros pontos, aumentos salariais – caso exemplar foi o aumento de 100% no salário mínimo, proposto quando era ministro do Trabalho – e a criação de condições para a implementação de uma reforma previdenciária. Quando presidente, também buscou viabilizar a agenda reformista, o que lhe conferiria características das duas tendências anteriores.⁵¹⁵

A atuação política de Fernando Ferrari, apontado pela autora como integrante da tendência doutrinária trabalhista, destacou-se no contexto da predominância dos pragmáticos reformistas no PTB, grupo em que se enquadravam Jango e Brizola. Além das disputas regionais, já mencionadas por Bastos, Delgado sustenta que haveria uma discordância quanto à linha política fisiológica que, no entendimento de Ferrari, predominava no PTB, levando o partido a afastar-se do trabalhismo autêntico.⁵¹⁶ Ou seja, as motivações para a cisão seriam tanto a disputa regional quanto uma crítica mais geral ao fisiologismo dos líderes do partido. Tal evento é apontado por ela como sintomático das dificuldades internas do PTB, seja pela questão do fracionamento regional dos partidos, seja pela efetiva falta de consistência programática e doutrinária. Delgado, em relação a Bastos, busca, a partir da elucidação das tendências atuantes do PTB, conferir uma dimensão nacional ao evento, ligada ao questionamento da linha política assumida pelo partido.

D'Araújo, assim como Delgado, dedica uma seção de seu trabalho sobre o Partido Trabalhista Brasileiro ao que denomina “grande cisma do PTB”. Parte, no entanto, de pressupostos teóricos diferentes. A autora considera que “a atuação de um partido é menos produto de sua ideologia, programa ou base social do que da forma pela qual os conflitos e

⁵¹⁴ DELGADO, 2001, p. 167-203.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 201.

⁵¹⁶ DELGADO, 1989, p. 213-214.

lutas internas pelo poder são administrados e eventualmente resolvidos”.⁵¹⁷ Logo, atenta mais para a dinâmica interna do partido. No tocante ao grande cisma, a autora segue esse esquema analítico, sustentando que “ele exemplificaria um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidades de chefias inadmissível num partido como o PTB”. Assim, o personalismo seria a chave de compreensão desse acontecimento. Perdedor na disputa interna, “Ferrari fundaria o ‘seu’ partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB”.⁵¹⁸

As divergências no Rio Grande do Sul são apontadas no trabalho de D’Araújo, como motivadoras da renúncia de Ferrari à bancada. Quando das articulações para a eleição estadual, Leonel Brizola se opôs à candidatura de Loureiro da Silva, apoiada por Ferrari, e buscou até mesmo o apoio dos integralistas para a eleição ao governo do estado. Foi nessa ocasião que Ferrari renunciou à liderança na Câmara e “converteu-se no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo do partido (Goulart e Brizola), exigindo definições programáticas”.⁵¹⁹ Observe-se que, diferentemente de Bastos, D’Araújo aponta motivações anteriores ao governo Leonel Brizola, ou seja, as prévias para o governo do estado, com o apoio de Ferrari a Loureiro, episódio tratado neste trabalho. Poderíamos recuar ainda ao ano de 1956, com a reunião do diretório do Rio Grande do Sul, ou a 1954, com a cisão de José Diogo Brochado da Rocha, que, como observamos, já continha a crítica ao domínio de Jango no partido, como antecedentes da argumentação para a cisão de Ferrari.

Se é evidente que houve disputa pelo poder interno no partido, como argumentam Bastos, Delgado e D’Araújo – esta última citando tal aspecto como motivação central para a cisão –, também não se deve perder de vista, a partir do exposto no presente trabalho, que as tentativas de democratização interna, em especial o conselho político, parte do chamado trabalhismo renovador, não foram incorporadas pelo partido. Quanto às alterações programáticas, veremos, no próximo capítulo, que elas foram incorporadas ao partido, mas apenas na convenção de 1959, quando a relação de Ferrari com a agremiação já estava bastante abalada.

Para D’Araújo, as pressões antijanguistas no partido forçaram o PTB a se posicionar em termos programáticos, mas acabaram favorecendo a posição dos dirigentes. Isso se deu graças a seus quadros mais rebeldes, liderados por Ferrari, que faziam da questão doutrinária o alvo de seus ataques. Assim, a agremiação ia ganhando visibilidade como partido de ideias. Se, por um lado, permanecia sendo um partido governista, num governo praticamente alheiro

⁵¹⁷ D’ARAÚJO, 1996, p. 16.

⁵¹⁸ Ibidem, p. 128-129.

⁵¹⁹ Ibidem, p. 118.

aos compromissos reformistas; por outro lado, “a bancada tinha uma atuação intensa e agitada em favor da Petrobras, da criação da Eletrobras, e iniciava uma trajetória marcante na defesa dos direitos sociais”.⁵²⁰

Contrariamente ao que ocorreu nas eleições de 1955, quando houve uma série de discordâncias internas quanto aos rumos a serem tomados pelo partido no pleito presidencial, nas eleições de 1960, Ferrari foi a grande “voz destoante”. Apesar desse suposto isolamento, o dissidente teve força suficiente para criar bases próprias, diferentemente do que ocorrera com outros dissidentes.⁵²¹

Todavia, Ferrari acabou deixando o PTB no momento em que a agremiação estava avançando na agenda reformista e nacionalista, pondo em prática parte daquilo que, como parlamentar, havia ajudado a construir.

4.2 AS ELEIÇÕES DE 1958 NO RIO GRANDE DO SUL E AS VITÓRIAS DE LEONEL BRIZOLA E DE FERNANDO FERRARI

Ferrari encerrou o ano de 1957 derrotado internamente no partido. Não conseguiu implementar o conselho político no PTB e não emplacou seu candidato no Rio Grande do Sul. Na Câmara, perdeu a liderança da bancada e não obteve o apoio necessário à aprovação da extensão da Legislação Social ao Trabalhador Rural. Se a derrota interna e parlamentar é evidente, o mesmo não se pode falar dos dividendos eleitorais creditados à sua atuação no partido e no Congresso. Isso porque Ferrari passou a ser vinculado de maneira mais intensa ao idealismo, com o desafio feito aos líderes do partido e a sua atuação na Câmara em prol das reformas contando a seu favor. Houve, ainda, indubitavelmente, esforço deliberado em aproximar-se da figura de Pasqualini e dos recursos simbólicos a que ela remetia, os quais Silva denomina pasqualinismo.⁵²²

Em março de 1958, após disputada eleição com Batista Ramos, em votação secreta, Ferrari foi reconduzido à liderança da bancada do PTB na Câmara. A escolha foi considerada uma derrota de Jango, que apoiava Ramos.⁵²³ Nesse episódio, tem-se novamente o apelo às definições ideológicas do partido. O deputado havia condicionado a sua candidatura à

⁵²⁰ D'ARAÚJO, 1996, p. 114.

⁵²¹ Ibidem, p. 129.

⁵²² SILVA, 2013.

⁵²³ “Ferrari Reconduzido à Liderança do PTB na Câmara dos Deputados”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 mar. 1958, p. 03; “Fernando Ferrari Eleito Líder do PTB na Câmara”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 mar. 1958, p. 12 e 18. Segundo a reportagem do *Correio do Povo*, Ferrari fez 27 votos e Batista Ramos fez 25 votos. Houve ainda dois votos brancos e um nulo, totalizando 55 sufrágios.

liderança a um programa mínimo a ser desenvolvido na Câmara.⁵²⁴ Observa-se, com isso, que Ferrari ainda contava com expressivo apoio na Casa. No final daquele ano, novamente candidato a deputado federal, ele enfrentaria um novo desafio nas urnas, que lhe traria um resultado surpreendentemente positivo, um aditivo para novos enfrentamentos com os líderes do seu partido.

Nas eleições de outubro de 1958 no Rio Grande do Sul, o candidato a governador pelo PTB, Leonel Brizola, não só teve o apoio do PRP mas também retomou a aliança de 1950 com o PSP. O PCB, na ilegalidade, assumiu, no estado, a legenda do PR e apoiou Brizola, lançando Gabriel Pedro Moacyr como candidato próprio ao Senado. O trabalhista enfrentou um único candidato, Walter Peracchi Barcelos, apoiado pela Frente Democrática, coalizão de oposição composta por PSD, PL e UDN, que lançou Carlos de Britto Velho ao Senado.⁵²⁵

Na campanha ao governo, Leonel Brizola procurou justificar o apoio do PRP e repudiar o apoio dos comunistas, apesar da adesão declarada de Luiz Carlos Prestes aos trabalhistas.⁵²⁶ Loureiro da Silva esteve em viagem nos meses que antecederam a eleição, não se envolvendo diretamente com o pleito. De Grandi menciona apenas a participação de Loureiro no final da campanha de Brizola.⁵²⁷

Quanto à Ferrari, observamos que o candidato não foi alvo dos ataques anticomunistas, dirigidos especialmente a Leonel Brizola e a João Goulart. Nessa campanha, a ênfase de sua atuação ficou por conta do amparo ao trabalhador rural. Na propaganda política, Ferrari era destacado por seu trabalho na Câmara, em especial pelo projeto que instituiu o Regime Jurídico do Trabalhador Rural, encaminhado em dezembro de 1957.⁵²⁸

Nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, a propaganda de Ferrari destacou sua campanha modesta, sem muitos recursos. A falta de recursos não permitiria a impressão de cédulas, que, naquela época, eram impressas e distribuídas pelos próprios candidatos. O comitê central de Ferrari sugeria, então, que os eleitores produzissem suas próprias cédulas, datilografando num papel o nome do candidato.⁵²⁹ Em 1957, Ferrari havia encaminhado um projeto de lei para a adoção da cédula única nas eleições para deputado federal. A cédula com todos os candidatos passaria a ser impressa pela Justiça Eleitoral. Uma das justificativas apresentada para o projeto era a de que isso contribuiria para a diminuição

⁵²⁴ “Ferrari Candidato à Liderança do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02 mar. 1958, p. 14.

⁵²⁵ CÂNEPA, 2005, p. 223-225.

⁵²⁶ CÂNEPA, 2005, p. 228-230.

⁵²⁷ DE GRANDI, 2002, p. 152.

⁵²⁸ “Vocação de Líder” (propaganda). Encontra-se no APFF.

⁵²⁹ “Eleitor de Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 set. 1958, p. 53. A mesma propaganda aparece em outras edições, tanto do *Correio do Povo* quanto do *Diário de Notícias*, ambos de Porto Alegre.

da corrupção e do suborno nos pleitos, selecionando melhor os legisladores. Mas o projeto foi votado e aprovado somente em sua legislatura seguinte, no ano de 1962.⁵³⁰

O resultado da eleição não poderia ser melhor para Ferrari, que foi o deputado mais votado para o cargo no Brasil, somando 147.996 votos e aumentando, em relação ao pleito anterior, em quase três vezes sua porcentagem em relação ao total de votos válidos no estado, como é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 1: evolução das votações de Fernando Ferrari (FF) em relação ao total de votos válidos (ou seja, excluídos brancos e nulos) e ao total de votos nos candidatos do PTB.⁵³¹

Ano da eleição	Total de votos válidos	Votos do PTB / % relação aos votos válidos	Votos de FF	% de FF em relação aos votos válidos	% de FF em relação aos candidatos do PTB
1947 - Deputado estadual	528.561	171.605 (32,5 %)	6.694	1,3%	3,9%
1950 - Deputado federal	689.442	296.421 (43%)	21.434	3,1%	7,2%
1954 - Deputado federal	805.204	338.892 (42,1%)	39.744	4,9 %	11,7%
1958 - Deputado federal	1.147.767	602.925 (52,5%)	147.996	12,9%	24,5%

Os números de votos de Ferrari evidenciam o seu crescimento eleitoral no estado, bem como o maior aumento entre os resultados de 1954 e 1958. Quanto à expressiva votação de 1958, é importante notar ainda que, em números absolutos, a votação de Ferrari (147.996) é maior do que a de Brizola nas eleições para deputado federal de 1954 (103.003). Contudo, houve um acréscimo significativo no número total de votos de 1954 para 1958 (de 805.204 em 1954 para 1147.767 em 1958, o que corresponde a um aumento de 42,5%). Logo, se levarmos em consideração o total de votos válidos para deputado federal, a porcentagem é praticamente a mesma, com Brizola obtendo 12,8% dos votos válidos em 1954 e Ferrari, 12,9% dos votos válidos em 1958.

⁵³⁰ PL 3159/1957. Ementa: Institui a cédula oficial única de votação para eleição de deputados federais. Apresentação: 03 set. 1957. Autor: Fernando Ferrari. Transformado em norma jurídica em 27 de julho de 1962. Lei Ordinária 4109/1962. A íntegra do Projeto de Lei pode ser consultada em: *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 04 set. 1957, p. 6799.

⁵³¹ Fonte: TRE/RS. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

Das 24 cadeiras do Congresso reservadas ao Rio Grande do Sul, 14 foram ocupadas por trabalhistas. Em relação ao pleito anterior, houve o incremento de 3 deputados. O segundo parlamentar mais votado no PTB e no quadro geral foi Wilson Vargas, ligado a Brizola. No entanto, sua votação foi bem menor, totalizando 62.643 sufrágios. Em meio aos eleitos, estão ainda outros apoiadores de Loureiro nas prévias de 1957: Ruy Ramos voltou à Câmara e Daniel Dipp e Unírio Machado se reelegeram.⁵³²

Na Assembleia gaúcha, os trabalhistas obtiveram 23 das 55 cadeiras, uma a mais do que no pleito anterior. Dentre os apoiadores de Loureiro, Sigfried Heuser e Jairo Brum se reelegeram e Múcio de Castro não se candidatou. Com relação aos nomes ligados a Leonel Brizola, o jovem Sereno Chaise se elegeu deputado pela primeira vez, e João Caruso, presidente do PTB estadual, retomou a vaga que havia ocupado na legislatura de 1951 a 1955. César Prietto e Víctor Issler se reelegeram deputados federais.⁵³³

Leonel Brizola logrou êxito na eleição, derrotando Walter Peracchi Barcelos por uma boa diferença de votos. O mesmo aconteceu com o candidato de sua coligação ao Senado, Guido Mondin (PRP), que também venceu, passando a ocupar a vaga de Alberto Pasqualini.⁵³⁴

O balanço dos resultados eleitorais mostra um PTB fortalecido na seção gaúcha, mas também dividido. Isso porque o insucesso nas prévias para governador e os eventos de enfrentamento com a direção do partido, de modo geral, não prejudicaram o desempenho dos candidatos a deputado do grupo que apoiou Loureiro. Para Ferrari, pelo contrário, os dividendos eleitorais foram bastante positivos, daí destacarmos as vitórias de Leonel Brizola e de Fernando Ferrari no título desta seção.

Simultaneamente às eleições do Rio Grande do Sul, ocorreram escolhas de deputado e de um terço dos senadores em todo o Brasil. Mais dez estados elegeram governadores, visto que, na época, as eleições ainda não estavam totalmente sincronizadas. Dos governos em disputa, o PTB venceu cinco, maior número de sua história. No somatório dos estados, houve um incremento também na participação de deputados federais trabalhistas na legislatura seguinte. Em 1954, foram eleitos 56 deputados de um total de 320, correspondendo a 17,5% do total; em 1958, foram eleitos 66 deputados de um total de 326 cadeiras, correspondendo a 20,2%.

⁵³² “Resultados Oficiais Finais das Eleições”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 out. 1958, p. 01 e 14.

⁵³³ “Resultados Oficiais Finais das Eleições”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 out. 1958, p. 01 e 14.

⁵³⁴ Dados disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE). <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2013. O total de votos em Leonel Brizola foi de 670.003 contra 500.944 votos em Walter P. Barcellos; para o Senado, a votação de Guido F. Mondin foi de 617.385 contra 494.316 votos em Carlos de B. Velho e 21.237 votos em Gabriel Pedro Moacyr.

O recorde eleitoral de Ferrari repercutiu na imprensa e no Congresso, fazendo com que ele fosse o centro das atenções no reencontro dos deputados no Palácio Tiradentes após os pleitos estaduais. Um correspondente que cobria o evento o definiu como “quase um partido político”, e outros jornalistas especularam junto a Ferrari sobre os passos a seguir e ainda sobre a relação com os líderes do PTB. O deputado desmentia qualquer aspiração a cargos executivos naquele momento e salientava que não era contra ninguém dentro do partido.⁵³⁵

Em entrevista concedida dias depois das eleições, o recordista de votos falava nos rumos a serem tomados pelo partido após o pleito, considerado vitorioso também para o PTB. Ferrari afirmava que a agremiação levaria a cabo uma “batalha pela aprovação de uma série de reformas sociais, inclusive a lei agrária”. Quanto à aliança com o presidente Juscelino Kubitschek, apesar de todos os problemas apontados anteriormente, o entrevistado a considerava positiva, desde que houvesse o esforço pelo cumprimento do programa mínimo que havia sido exigido para apoiar o PSD nas eleições presidenciais.⁵³⁶

Dias depois, ainda no contexto pós-eleitoral, Ferrari reforçava a sua imagem de porta-voz da necessidade de atualização do programa partidário do PTB e de reestruturação de seus quadros dirigentes.⁵³⁷ Um projeto de programa partidário estava sendo elaborado por uma comissão de estudos e seria levado à apreciação da próxima convenção nacional. Sobre a expressiva votação recebida, assim declarou Ferrari:

Em primeiro lugar, penso que os rio-grandenses aprovaram nossa maneira de ser, isto é, de pensar e agir. Sobremodo que disseram um sim muito firme à nossa pregação constante, serena e irretratável – retomando a magnífica pregação de Alberto Pasqualini – em prol de uma substancial estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro, que lhe dê programa, maleabilidade e equipes – trabalho sério, diante de sua tremenda responsabilidade no processo político da nação.⁵³⁸

Ou seja, Ferrari associava o seu sucesso eleitoral a uma aprovação ao esforço em estabelecer as bases programáticas do partido e também buscava relacionar a sua atuação a uma espécie de continuidade do trabalho de Alberto Pasqualini.

Observemos que, nesse momento, Ferrari falava não só em programa partidário mas também em reestruturação dos quadros dirigentes. O capítulo a seguir aborda a atuação de Ferrari nos anos 1959 e 1960, momento em que, entre sucessos e insucessos no cumprimento

⁵³⁵ “Euforia e Tristezas no Reencontro dos Deputados no Palácio Tiradentes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 out. 1958, p. 20.

⁵³⁶ “Ferrari: Caem as Bases do Conservadorismo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 out. 1958, p. 04.

⁵³⁷ “Programa do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 out. 1958, p. 04; “O PTB Vai Ter um Novo Programa Partidário”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 out. 1958, p. 09.

⁵³⁸ “Divergências Interpretativas Sem Prejuízos Substanciais Quanto à Reestruturação do PTB”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 out. 1958, p. 03.

desses dois objetivos, ele acabaria rompendo com o PTB. Contando com o apoio de parte dos “loureiristas” e agregando quadros de outros estados e de outras siglas, Fernando Ferrari comandaria a mais profunda cisão no PTB.

Por fim, observa-se que é nas eleições de 1958 que Ferrari adquire status de “fenômeno político”. A esse respeito, é bastante elucidativa a matéria biográfica da revista *O Cruzeiro*, feita sob a batuta do próprio parlamentar após as eleições. Intitulada “Ferrari: o PTB Olha o Futuro”, a matéria apresenta as curiosidades da sua história pessoal e da sua intimidade, ilustradas com imagens da vida familiar e da atuação parlamentar, algo corriqueiro nesse tipo de reportagem. Mas é possível identificar elementos que começam a delinear o “fenômeno”: o gaúcho de origem humilde; o parlamentar incansável; o interessado nos estudos, que buscou formação em direito já sendo graduado em economia; o político que propôs uma reestruturação no PTB; o candidato que, mesmo sem poder econômico, fez a maior votação das eleições, superando, por exemplo, Carlos Lacerda e Jânio Quadros; o “futuro do PTB”.⁵³⁹

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

De que recursos políticos Ferrari se utilizou para projetar-se como liderança concorrente a João Goulart no PTB? Para responder à questão inicial do presente capítulo, evitou-se a quantificação de ideologia e o personalismo que estão envolvidos na cisão de Ferrari com o partido, até porque, pelo que foi até aqui exposto e pelo que será apresentado no capítulo seguinte, os dois elementos aparecem inter-relacionados.

Conforme a proposição de Bourdieu, de qualquer forma, os dois aspectos não devem ser dissociados, uma vez que a produção de discurso obedece a um jogo duplo, ou seja, à pressão dos externos ao campo político, mas também às lutas internas a esse campo.⁵⁴⁰ O caso da pressão parlamentar pelas reformas nos parece bastante elucidativo dessa luta. Ao tencionar pela reforma agrária no Congresso, indo inclusive de encontro à coalizão de governo integrada pelo PTB, Ferrari atendia a uma demanda de parte da sociedade. Mas a radicalização de seu discurso só era possível naquele momento devido à posição que ocupava no partido e ao enfrentamento que estava iniciando com Jango e Brizola.

Resta, no entanto, outra questão, pouco debatida pela historiografia. Quais os fatores que contribuíram para que a cisão de Ferrari com o PTB tivesse maior sucesso que as demais

⁵³⁹ “Ferrari: o PTB Olha o Futuro” (reportagem de José Medeiros). *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1958. Encontra-se no APFF.

⁵⁴⁰ BOURDIEU, 1989.

cisões do partido? Se Ferrari não conseguiu barrar a liderança de Jango, foi, certamente, aquele que chegou mais próximo. De que recursos políticos ele se utilizou para tal?

Primeiramente, com base em nossa análise da trajetória e do debate historiográfico sobre o PTB e sobre a cisão ferrarista, observou-se que o falecimento de Vargas abriu espaço para a emergência de novas lideranças no partido, assim como para a disputa entre elas sem a “mediação” do líder incontestado. Ferrari foi uma dessas lideranças. No entanto, coube a João Goulart a herança deliberada do legado varguista, assim como o comando do partido, sem margem para quem a questionasse na disputa intrapartidária.

A liderança “herdada” de Vargas, somada à notoriedade adquirida como ministro do Trabalho, e, posteriormente, como vice-presidente da República, fez com que o líder trabalhista fosse o principal alvo dos ataques dos opositores, gerando um desgaste de sua imagem pública e um questionamento de sua liderança no partido. Isso foi o motivo de críticas anteriores de José Diogo Brochado da Rocha e Danton Coelho, entre outros. Contudo, nenhum deles levou tanto perigo à liderança de Jango quanto Ferrari.

Nossa argumentação para o maior “sucesso” na cisão de Ferrari considera os aspectos listados a seguir. O dissidente trabalhista:

- Tornou pública sua crítica à liderança de Jango num momento em que havia um acúmulo de desgaste do referido político, diferentemente, por exemplo, de Brochado da Rocha, que rompeu com o partido pouco antes do falecimento de Vargas. Note-se, ainda, que, nas eleições de 1955, uma série de políticos foram afastados do PTB, centralizado, em Ferrari, a voz da crítica a João Goulart nos anos seguintes.

- Buscou atrair para si o legado pasqualinista, projetando-se como continuador de sua obra e revisitando a oposição entre “programáticos” e “pragmáticos” atribuída a Pasqualini e a Vargas. Ou seja, o pasqualinismo se constituiu num recurso político para Ferrari projetar-se como aquele que estaria mais autorizado a falar sobre o trabalhismo teórico. Ferrari, juntamente com outros trabalhistas dissidentes, fazia um esforço (retórico) no sentido de transformar o que era inicialmente um grupo interno (o grupo ligado a Pasqualini) num grupo orientado para o poder (Ferrari e o seu grupo), utilizando tal diferenciação (pragmáticos/programáticos) para justificar ideologicamente a ruptura com o PTB. Cumpre ressaltar que não estamos falando no mesmo grupo, uma vez que não há indícios de que os antigos apoiadores de Pasqualini sejam aqueles que se juntaram a Ferrari. Mas de nada adiantaria tal relação se Ferrari não contasse com recursos políticos para isso.

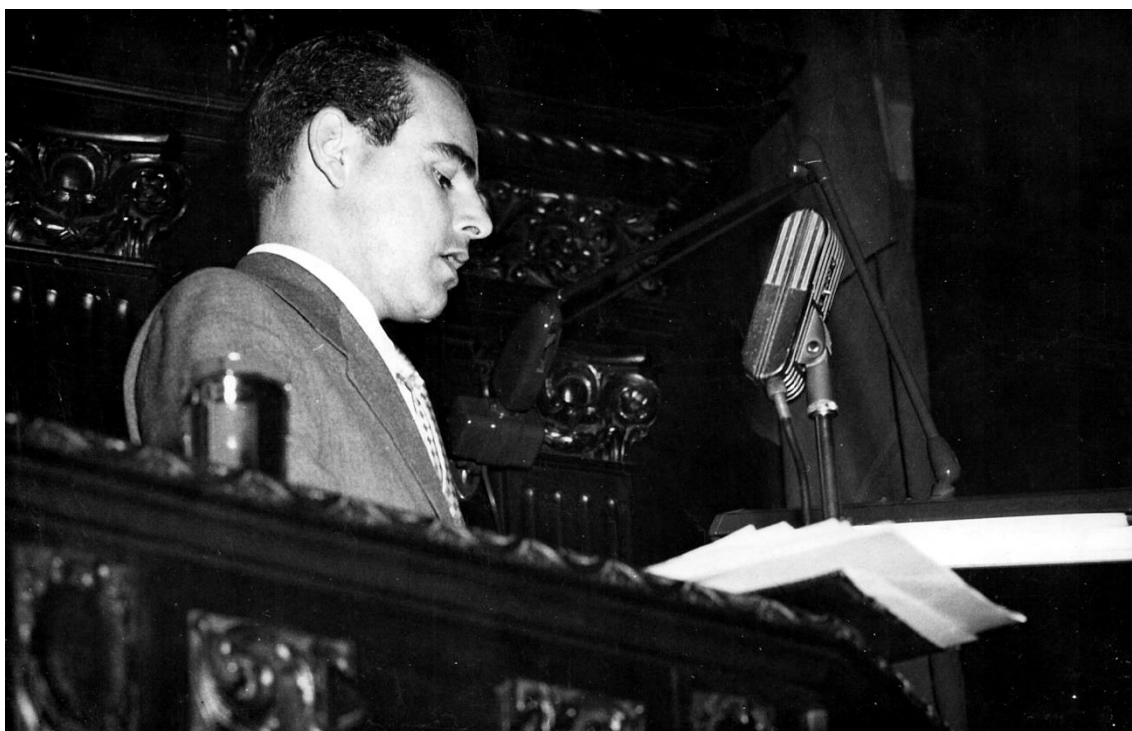
- Contou com considerável acúmulo de *capital pessoal*, obtido sobretudo na sua atuação parlamentar: se, nos anos iniciais no parlamento, dedicou-se a temas mais difusos, notabilizando-se pela assiduidade e defesa do partido, nos últimos anos aqui tratados, Ferrari se destacou como articulador político e advogado das reformas de base, encontrando, a partir de sua segunda legislatura federal, o grande tema a se dedicar: a reforma agrária. Também passou a ser associado aos que propugnavam a definição ideológica do partido, utilizada como recurso simbólico para se fortalecer internamente, buscando projetar-se como uma espécie de herdeiro de Alberto Pasqualini, em antítese ao herdeiro de Vargas, João Goulart.

- Fez de sua destituição da bancada um evento importante, com a publicação de uma carta-manifesto. Tal atitude foi apoiada por diversos políticos que aderiam ao argumento da necessidade de renovação no partido. A aprovação, não seria exagero afirmar, funcionaria como uma espécie de aval às novas investidas contra o líder do partido. Trata-se de uma espécie de ação inaugural da nova postura que assumiria na luta política intrapartidária.

- Projetou-se como uma figura nacional, especialmente a partir da destituição da bancada, quando viajou pelos diretórios no Brasil para tratar da renovação do partido. Posteriormente, tema que será tratado no próximo capítulo, Ferrari percorreu a nação com a Campanha das Mãos Limpas e o Movimento Trabalhista Renovador, quando expôs, de maneira sistemática, o seu discurso de oposição a João Goulart aos elementos externos ao campo político.

Imagens referentes ao capítulo 4

Fernando Ferrari com Juscelino Kubitschek e João Goulart, entre outros, Rio de Janeiro/RJ, 1956.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari



Fernando Ferrari discursando, Rio de Janeiro/RJ, 1958.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.

CAPÍTULO 5 - FERRARI E A GÊNESE DO MTR (1959–1960): A CAMPANHA DAS MÃOS LIMPAS E OS PRIMEIROS ENFRENTAMENTOS ELEITORAIS COM O PTB

5.1 DA CÂMARA PARA AS RUAS: A CAMPANHA DAS MÃOS LIMPAS E A VITÓRIA DE LOUREIRO DA SILVA NAS ELEIÇÕES DE PORTO ALEGRE EM 1959

Passadas as eleições de 1958 e diante da expressiva votação de Ferrari, começava a especular-se sobre os próximos passos a serem dados pelo político, apesar de ele negar ambições a cargos do Executivo. Duas possibilidades apareciam: ser candidato a prefeito de Porto Alegre nas eleições de 1959⁵⁴¹ ou ainda ser candidato a vice-presidente da República, sucedendo João Goulart nas eleições de 1960.⁵⁴²

Nesses dois anos, 1959 e 1960, o parlamento deixou de ser o principal palco da atuação política de Ferrari. Isso porque, mesmo permanecendo no cargo de deputado federal e comparecendo às sessões em determinados períodos, o deputado passou a se dedicar ao contato com os eleitores, inicialmente na Campanha das Mãos Limpas e depois com o Movimento Trabalhista Renovador e com a sua primeira candidatura ao Executivo, a disputa da Vice-Presidência da República. Observar a forma como Ferrari levou seu discurso de oposição aos líderes do PTB ao eleitorado é a questão de fundo do presente capítulo. Paralelamente, busca-se evidenciar as alianças políticas com as quais o político contou, além dos dissidentes do partido.

Passemos então à tentativa de Ferrari de ser o candidato à vice-presidência, momento em que o político tentaria uma “cartada final” dentro de seu partido. Com a proximidade da XI Convenção Nacional do PTB, a se realizar em maio de 1959, aventava-se a possibilidade de Ferrari ser candidato a vice-presidente pelo partido. No dia 01 de maio, Dia do Trabalhador e do início da convenção do PTB, um manifesto assinado por estudantes de Santa Maria lançava o nome de Ferrari para a vice-presidência. No documento, o apelo para que João Goulart, presidente do partido, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, aceitassem a candidatura de Ferrari. O teor do manifesto pode ser elucidado pelo excerto abaixo, que assim caracterizava a candidatura de Ferrari:

⁵⁴¹ “Seria uma Grande Honra para Qualquer Político Gaúcho Governar Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 nov. 1958. Encontra-se no APFF.

⁵⁴² “Ferrari Candidato à Vice-presidência da República”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 dez. 1958. Encontra-se no APFF.

Apóstolo das **virtudes trabalhistas**, Ferrari é o murmúrio constante da nova nacionalidade que quer uma República de “Mãos Limpas”. Paladino da **democracia cristã** e do **nacionalismo puro**, Ferrari é a apoteose do momento histórico que quer um Brasil para os brasileiros, sem a interferência indébita de grupos nacionais sugadores do Brasil através de vendilhões inermes da Pátria. Forjador de uma nova orientação nacional unida na decência, no respeito e no trabalho, **Ferrari é a redenção da Pátria à beira do túmulo da desintegração sócio-política**, fabricando descontentes e operando a revolução da fome. Semeador da paz da justiça social e da verdade, orgulho de uma geração, **Ferrari é o político que equacionará, com as mãos limpas, os problemas nacionais dentro das tradições cristãs e da fé nacionalista**, sem impurezas e mistificações.⁵⁴³

Nacionalismo e moralidade na gestão pública, alguns dos temas mobilizados por Ferrari, já estão presentes no manifesto. Merece destaque ainda a associação de Ferrari à única possibilidade de salvação nacional, num tom de messianismo, que também acompanharia a sua “pregação trabalhista”, termo que ele mesmo passou a utilizar para se referir à sua campanha.

A referida convenção é abordada no trabalho de D’Araújo. Segundo a autora, o ponto alto do evento foi a aprovação do Plano de Ação Política do PTB, elaborado, em sua maior parte, por Ferrari. Tratava-se de um conjunto de recomendações a serem observadas por dirigentes e por parlamentares petebistas para levar a cabo alianças políticas com outros partidos. Ao final da convenção, o partido acentuava sua posição ideológica, mas selava a derrota de Ferrari em barrar o personalismo janguista.⁵⁴⁴

Isso ocorreu porque o nome de Jango foi lançado à presidência, deixando em aberto o cargo de vice-presidente e prevendo, ainda, a possibilidade de composição, caso em que Jango poderia ser o vice na chapa. Se o Plano de Ação Política de Ferrari havia sido aprovado, sua aspiração ao cargo do Executivo foi frustrada na convenção. Um último ponto a destacar, relativo à convenção, foi a homenagem a Alberto Pasqualini, prestada por diversos convencionais, e uma moção de louvor ao político, encabeçada por Wilson Vargas, renovando os votos do partido pelo seu pronto reestabelecimento. Mais uma demonstração de que a busca pela associação a Pasqualini não era exclusividade de Ferrari.⁵⁴⁵

Num esforço para evitar que Ferrari prosseguisse em campanha para ser candidato a vice-presidente, o PTB de Porto Alegre lhe ofereceu a candidatura a prefeito da cidade. O

⁵⁴³ “Foi Lançada, em Santa Maria, a Candidatura de Fernando Ferrari à Vice-presidência da República”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 mai. 1959, p. 07.

⁵⁴⁴ Uma síntese do Plano de Ação Política pode ser consultada em D’Araújo (1996, p. 126–128).

⁵⁴⁵ “Encerrada Ontem a Convenção do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 mai. 1959, p. 23-24.

convite foi feito por João Caruso, presidente da comissão executiva do PTB gaúcho, e também ligado a Leonel Brizola.

Conforme relato de Sereno Chaise (ligado a Leonel Brizola) a tentativa de manter Ferrari nos quadros do PTB incluiu a oferta da candidatura à prefeitura de Porto Alegre e a promessa de que ele seria candidato do partido à sucessão de Leonel Brizola no governo do Estado. Chaise narra o episódio da seguinte forma:

O Ferrari causou uma divisão grande. O Brizola era governador, e vinha nova eleição para o governo do Estado. Nós convidamos o Ferrari para uma reunião aqui, às 11 e meia da noite. Convidamos ele para ser candidato à sucessão do Brizola. Ele se sentiu honrado, pediu para pensar e disse que nos daria uma resposta em 48 ou 72 horas. Já tinha havido o negócio da questão da eleição do Wilson [Wilson Vargas era postulante à candidatura a prefeito pelo PTB] aqui em Porto Alegre, e tinham posto na cabeça do Ferrari que, se ele fosse candidato a prefeito, ele ganharia a eleição aqui em Porto Alegre, mas o Brizola, na qualidade de governador, fecharia as torneiras para secá-lo. Então, fizemos esta proposta: ele seria candidato a prefeito e já lançado candidato a governador. Quer dizer, não iríamos tapear o eleitorado porto-alegrense; iríamos dizer ao eleitorado que ele seria prefeito por dois anos, e por isso mesmo queríamos indicar o vice também. Ele pediu para pensar. Depois foi embora sem nos dar resposta e mandou a célebre carta desaforada. Foi número do destino, não é? Mas partiu dele. Isso aí, historicamente, ninguém sabe, e é preciso saber. O Rui Ramos já faleceu, o João Caruso já faleceu, o [Airton] Barnasque, as pessoas que participaram disso, o [Osmar da Rocha] Grafulha [...] O partido sabe que ele foi convidado para ser candidato a prefeito e, ao mesmo tempo, seria lançado candidato a governador, para evitar rixas, essas coisas. Não era também conosco, a quizila dele maior era com o Jango. Era, vamos dizer, no plano nacional. Ele queria desbancar o Jango.⁵⁴⁶

Já Ferrari, no livro de memórias *Minha Campanha*, apresenta uma versão diferente a respeito do convite feito por João Caruso. Tratar-se-ia de uma manobra para dissuadi-lo das intenções de concorrer ao Executivo nacional e, depois, de derrotá-lo na seção estadual. Nas suas palavras:

Fora ele, o Sr. João Caruso, encarregado de me afastar do setor federal, atraindo-me para a disputa da Prefeitura de Porto Alegre, como candidato oficial do partido. A esta altura, o deputado Wilson Vargas dominava inteiramente o Diretório Municipal, e já havia posto na rua sua própria candidatura. A manobra estava clara: ou o Sr. Caruso, portador do convite, obteria minha aquiescência e levaria meu nome a uma derrota, em escrutínio secreto no Diretório Municipal, ou eu recusaria pura e simplesmente o convite e seria acusado, no futuro, de responsável pela derrota do Sr. Wilson Vargas.⁵⁴⁷

Conforme já enunciado por Chaise, Ferrari recusou a proposta. Em carta a João Caruso, alegou como motivação o fato de que, agora que o partido havia votado seu programa, gostaria de continuar trabalhando na esfera federal, para as reformas de base e para o

⁵⁴⁶ Entrevista concedida por Sereno Chaise a Carla Brandalise, Marluza Marques Harres e Luis Alberto Grijó. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

⁵⁴⁷ FERRARI, 1961, p. 31-32.

fortalecimento do nacionalismo. Manifestou, ainda, o respeito à intenção da maioria do diretório municipal em lançar o nome de Wilson Vargas à disputa da prefeitura. Por fim, afirmou que iria levar seu nome à próxima convenção nacional do partido, como candidato à vice-presidência. A partir daquele momento, até as eleições de 03 de outubro do ano seguinte, levaria a cabo a Campanha das Mãos Limpas.⁵⁴⁸

Dos microfones da rádio Farroupilha, em sua conferência semanal, Leonel Brizola classificou como “divisionista” a insistência de Ferrari na disputa com Jango e, por fim, criticou a Campanha das Mãos Limpas:

É um direito de cada um se candidatar. Foi uma atitude pessoal que ele assumiu. Uma atitude que não serve para somar, mas para dividir. Serve muito para exploração dos nossos inimigos. Eles vão se louvar com isso [...] Não gostei que ele se declarasse candidato. Agora digo que ter reputação não é qualidade essencial. É obrigação. Eu me sinto constrangido diante dessa atitude. Dizendo que tem as mãos limpas, é porque os outros têm as mãos sujas. Ele está lançando uma condenação aos homens dos outros partidos, a nós também.⁵⁴⁹

Ou seja, para Brizola, a campanha de Ferrari prestava um desserviço ao PTB pois serviria como mais uma pauta da oposição. Diante da insistência em pleitear a vice-presidência, o deputado foi afastado da liderança da bancada em 10 de junho de 1959. Um abaixo-assinado subscrevido por 36 deputados destituiu Ferrari e designou Oswaldo Lima Filho para assumir o posto.⁵⁵⁰ Foi então que o deputado iniciou, efetivamente, a chamada Campanha das Mãos Limpas.

A campanha consistiu em percorrer as principais cidades das diversas regiões do país para falar sobre trabalhismo, sobre reforma agrária, sobre a necessária atenção ao Nordeste e sobre “nacionalismo e austeridade”, o slogan de sua campanha. Ferrari falava ainda sobre sua intenção de ser vice-presidente, para, na liderança do Senado, contribuir com a execução dessa agenda e sobre o boicote a essa intenção por parte do líder do partido, João Goulart. As “mãos limpas”, como sinalizou Brizola, eram uma referência ao combate à corrupção, inclusive em

⁵⁴⁸ A carta em que recusa o convite para ser candidato à prefeitura foi encaminhada em 26 de maio de 1959 e está reproduzida na íntegra no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961, p. 32-35). Foi reproduzida também nos jornais *Diário de Notícias* (Porto Alegre, 27 mai. 1959, p. 01 e 09) e *Correio de Povo* (Porto Alegre, 27 mai. 1959, p. 15 e 18).

⁵⁴⁹ “Brizola Deplora, no Rádio, a Atitude do Dep. Ferrari”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 mai. 1959, p. 01 e 09.

⁵⁵⁰ Em 11 de junho de 1959, ao confirmar-se a sua destituição da bancada, Ferrari proferiu um pequeno discurso comentando o ocorrido, com conteúdo semelhante ao da carta em que recusava a indicação para ser candidato à prefeitura de Porto Alegre. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1959, p. 2964-2965. De acordo com o *Diário de Notícias*, oito deputados presentes na capital federal recusaram-se a assinar o documento, inclusive Paulo Mincarone, Unírio Machado e Croacy de Oliveira, do Rio Grande do Sul. Os demais eram de outros estados e não foram citados nominalmente.

seu próprio partido. Em suas viagens da campanha, Ferrari também tentava entrar em contato com as lideranças locais do PTB, visitando os diretórios municipais sempre que chegava a uma cidade. Em boa parte dos locais, encontrava as sedes fechadas, segundo o deputado, devido ao temor de represálias da alta cúpula do partido.⁵⁵¹

Além dos temas mencionados acima, Ferrari elaborou, na Campanha das Mãos Limpas, sua argumentação no sentido de diferenciar-se de João Goulart. Bourdieu observa que, no campo político, “A simples ‘corrente de ideias’ não se torna num movimento político senão quando as propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais.”⁵⁵² Aos eleitores, Ferrari elaborou um discurso buscando projetar-se como aquele que estaria mais autorizado a falar em nome do trabalhismo, uma vez que ele julgava representar o “trabalhismo autêntico”. Nos itens elencados a seguir, é apresentada uma síntese da análise da campanha de Fernando Ferrari e dos recursos utilizados para se diferenciar de João Goulart, feita com base na análise da propaganda política de Ferrari e da narrativa de sua campanha feita no livro *Minha Campanha*.⁵⁵³

- **Herança varguista:** João Goulart havia herdado de Vargas o centralismo decisório e o personalismo. Já Ferrari teria preferido o legado de transformação social iniciado por Vargas, o qual se comprometia em manter.
- **Doutrina pasqualinista:** o PTB de João Goulart teria deixado em segundo plano a implementação da doutrina pasqualinista devido às ambições de poder de seus líderes. A construção do trabalhismo doutrinário estaria nas mãos dos trabalhistas renovadores: idealistas que buscavam uma reestruturação partidária em bases democráticas, que tinham em Pasqualini seu maior referencial.
- **Idealismo na política:** a referência aos “idealistas da política” aparece repetidas vezes nos discursos do deputado. Enquanto Ferrari estaria ao lado dos idealistas, Jango estaria ao lado dos “mercenários”, que utilizariam o poder em benefício pessoal. Entre os idealistas, além de Alberto Pasqualini, costumava mencionar Lúcio Bittencourt e Salgado Filho.
- **Trabalhismo puro:** Ferrari criticava a aceitação, por parte da direção do PTB, de quadros que não eram originalmente ligados ao trabalhismo, a exemplo de César Prieto (PTB-RS), um dos opositores à sua atuação na Câmara, e Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), que o substituiu na liderança da bancada em 1959. A aceitação de quadros não identificados com o

⁵⁵¹ FERRARI, 1961, p. 61.

⁵⁵² BOURDIEU, 1989, p. 183.

⁵⁵³ FERRARI, 1961. Uma análise mais pormenorizada desses pontos pode ser consultada em Bombardelli (2011).

trabalhismo e o afastamento de trabalhistas históricos como ele próprio denotavam a aproximação do PTB com elites políticas e não com os trabalhadores.

Tanto “idealismo no partido” quanto o “trabalhismo puro” estão associados a um recurso apontado por Bourdieu como recorrente em disputas intrapartidárias. A luta entre os que denunciavam os compromissos necessários ao aumento da força do partido, que poderia afastá-lo de seus objetivos originais, e aqueles que, na chefia do partido, buscam ampliar seu poder no campo com o alargamento da clientela. Como recursos de luta, nas palavras do sociólogo, “Os primeiros puxam partido para a lógica do campo intelectual, que, levada até o limite, pode retirar-lhe toda a força temporal; os segundos têm a seu favor a lógica da *Realpolitik*, que é a condição do acesso à realidade política”.⁵⁵⁴

- **Métodos democráticos:** o conselho político que tentara implementar no PTB em 1957 estaria sendo viabilizado no MTR, através de um conselho consultivo.⁵⁵⁵ Ferrari buscava se projetar como alguém que ponderava e se aconselhava para tomar decisões, enquanto seu rival deixava-se influenciar apenas pelo cunhado Leonel Brizola, comandando uma “ditadura de cúpula no PTB” e impedindo qualquer possibilidade de questionamento.

- **Proximidade com o povo:** Ferrari considerava sua candidatura mais próxima das pessoas mais simples. “Mãos limpas”, segundo ele, eram também as mãos calejadas dos trabalhadores. Sua proximidade com os trabalhadores era creditada também à sua origem social: pela primeira vez na história do Brasil, um filho de família modesta, sem poder econômico e sem estrutura partidária, lançava-se na busca da vice-presidência. Nesse aspecto, tem-se uma boa ilustração da “lógica biográfica”, a que se refere Bourdieu.⁵⁵⁶ Em uma de suas apresentações biográficas, sugere-se uma “predisposição de origem” para sua preocupação com o homem do campo: “[...] trabalhou, também, na lavoura durante certa época de sua infância. Daí certamente, as origens de seu entranhado amor pela terra e pelo homem do campo: centro de suas atividades políticas”.⁵⁵⁷ Em oposição a ele, estavam os políticos provenientes de famílias abastadas, como era o caso de Jango. Ferrari confrontava sua origem social com a líder do PTB, associando tal aspecto à incapacidade de Jango sentir os problemas das pessoas mais simples, como os operários e das donas de casa.

⁵⁵⁴ BOURDIEU, 1989, p. 185.

⁵⁵⁵ O conselho consultivo a que Ferrari se referia estava contido nos estatutos do MTR como entidade civil apartidária, sendo composto do presidente do conselho diretor nacional, seu membro nato, e de quatorze outros conselheiros, no máximo (ESTATUTOS DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR, s/d). Encontra-se no APFF.

⁵⁵⁶ BOURDIEU, 1996.

⁵⁵⁷ FERRARI, 1960, fl. 01.

- **Combate à corrupção:** as “mãos limpas”, conforme já mencionamos, faziam uma alusão clara ao combate à corrupção, considerada por Ferrari como um dos grandes males do Estado brasileiro. Lembremos que sua entrada na seara política se deu através de uma denúncia de corrupção. A ênfase no tema era potencializada, naquele pleito, pela busca de uma “dobradinha” eleitoral com o então candidato à Presidência da República pela UDN, Jânio Quadros, cuja campanha também teve forte viés anticorrupção. Ferrari também lutava contra a influência do poder econômico nos pleitos. Sua campanha, segundo ele, era feita de forma diferente das demais. Tinha poucos recursos financeiros, pois não aceitava submeter-se a grupos financiadores. Em oposição à sua campanha de baixo custo, estavam os que esbanjavam dinheiro oriundo de atos de corrupção, caso da campanha de Jango.

A partir da observação da temática da Campanha das Mãos Limpas, pode-se atentar para o seu aspecto “moral”, ou seja, não havia uma diferença programática explícita entre os candidatos. Ferrari busca projetar-se como moralmente mais autorizado a falar em nome do trabalhismo, mas do mesmo trabalhismo que vinha sendo construído, inclusive com sua contribuição, no PTB. A defesa do parlamentarismo, que ensejou a discórdia entre Ferrari e a direção do partido, por exemplo, não era mencionada na campanha. O anticomunismo característico de sua trajetória e já salientado pela historiografia também não se evidenciou em sua argumentação contra Jango naquele momento. Na sua Campanha das Mãos Limpas, ratifica-se a consideração feita por Gomes sobre a utilização do trabalhismo em si como recurso político.⁵⁵⁸

As negociações da manutenção da aliança PSD-PTB avançavam com o anúncio da candidatura do General Lott pelo PSD. Novamente, era apresentado pelo PTB um programa mínimo, aceito pelo PSD, para que se selasse a aliança, fortalecendo a ideia de partido ideológico.⁵⁵⁹ Concomitantemente às tratativas para a aliança Lott–Jango, as “mãos limpas” de Ferrari também passaram a ser vinculadas à “vassourinha” de Jânio Quadros. Isso porque, com sua campanha na rua e com a confirmação da candidatura Lott–Jango, ficava cada vez mais estreito o caminho de Ferrari dentro do PTB.

Quando Ferrari iniciou sua Campanha das Mãos Limpas em Porto Alegre, participaram de sua recepção, no aeroporto da cidade, Loureiro da Silva, Siegfried Heuser

⁵⁵⁸ GOMES, 1994, p. 141.

⁵⁵⁹ “Apoio Tácito de JK ao Programa-base dos Trabalhistas”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05 jun. 1959, p. 08; “Jango expõe a JK a Posição Trabalhista”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 jul. 1959, p. 09-10; “PTB Quer Fixar um Programa Comum de Governo com o PSD”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05 set. 1959, p. 08; “PSD Aceitou as Teses do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 ago. 1959, p. 07.

(secretário do Brizola), Jairo Brum e José Vecchio, ambos deputados estaduais pelo PTB. Com exceção de Heuser, todos os outros nomes se juntariam à dissidência que formou o MTR.⁵⁶⁰

Em agosto, Loureiro aceitou o convite para se candidatar à prefeitura pelo PDC, um partido ainda pouco expressivo no Rio Grande do Sul.⁵⁶¹ Apesar de existir nacionalmente desde os primórdios da redemocratização, fora fundado na seção gaúcha no ano de 1953, por jovens advindos das Congregações Marianas e da Ação Católica. Contava, em 1959, com dois deputados estaduais, Mário Mondino e José Alexandre Zachia, que também era presidente do diretório estadual do partido. Nas eleições de 1954 e 1958, o PDC assumiu uma posição de neutralidade com relação a alianças para o governo gaúcho. A neutralidade foi quebrada com o lançamento da candidatura de Loureiro da Silva à prefeitura de Porto Alegre. Em 1962, quando das eleições para o governo estadual, quando Ferrari já formara o MTR, seu novo partido político, o PDC, se definiu, no espectro político gaúcho, pela oposição ao PTB e pelo reformismo por ele levado a cabo.⁵⁶²

O PDC tinha seu principal reduto político em São Paulo, onde o integravam, por exemplo, o deputado federal Franco Montoro e o presidente do partido, Antônio Queirós Filho, e onde Jânio Quadros se elegera governador em 1954. No plano nacional, atuou na oposição ao PTB, mas sem o viés antigetulista característico da UDN.⁵⁶³

Aliado a Loureiro estava o PL, que também declarou apoio à candidatura de Jânio Quadros, homologada pelo PDC em 17 de outubro. Na mesma convenção, foi indicado o nome de Fernando Ferrari para vice de Jânio⁵⁶⁴, aliança que acabaria não se concretizando, ao menos de forma oficial.

A candidatura de Loureiro por outra legenda resultou em sua expulsão do PTB, através da executiva estadual.⁵⁶⁵ Diante da expulsão, o dissidente afirmava que continuaria defendendo as ideias trabalhistas e falando como um trabalhista, o que alimentou a crítica dos

⁵⁶⁰ “Ferrari Aceitará Qualquer Decisão de uma Convenção Democrática do PTB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 jun. 1959, p. 16.

⁵⁶¹ “PDC Lançará Hoje, Oficialmente, a Candidatura de Loureiro da Silva a Prefeito da Capital”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 ago. 1959, p. 07. “Loureiro Aceitou sua Candidatura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 ago. 1959, p. 11 (a pedido).

⁵⁶² MONTEIRO, 2011, p. 228-229.

⁵⁶³ Partido Democrata Cristão (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>>. Acesso em 23 abr. 2015.

⁵⁶⁴ “PDC Proclama Jânio e Ferrari seus Candidatos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 out. 1959, p.13 e 33.

⁵⁶⁵ “Por Unanimidade a Executiva do PTB Decidiu Eliminar Loureiro do Partido”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 ago. 1959, p. 07.

defensores da candidatura de Wilson Vargas, em especial pela aliança com o PL, partido de viés antigetulista.⁵⁶⁶

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, Goulart afirmava que, assim com Loureiro da Silva, Jânio Quadros, que também integrava os quadros do PTB, foi expulso por ter aceitado se candidatar por outro partido, atitude que estava de acordo com os estatutos do partido e que seria aplicada a Ferrari, no caso de ele adotar atitude semelhante.⁵⁶⁷

No início de outubro, foi anunciada a cisão no PTB de Passo Fundo, quando os petebistas Mário Menegaz e Daniel Dipp, ligados a Ferrari, aceitaram candidatar-se a prefeito e vice-prefeito, respectivamente, pela legenda do PTN nas eleições de 08 de novembro.⁵⁶⁸ A atitude resultou na expulsão de ambos do partido, juntamente com os petebistas que aceitaram se candidatar a vereador pela mesma legenda (PTN).⁵⁶⁹

Em 24 de outubro de 1959, sinalizadas as primeiras cisões no Rio Grande do Sul, com Loureiro e Dipp fora dos quadros do PTB, aventando-se a possibilidade de Ferrari compor uma chapa com Jânio Quadros e sem chance real de vencer a disputa interna no PTB, houve uma última tentativa de levar o nome de Ferrari à convenção do partido. Em uma reunião do diretório nacional para eleger uma nova comissão executiva, o advogado Carlos Araújo Lima apresentou a moção indicando o nome de Ferrari para ser candidato a vice-presidente, rejeitada por 83 votos a 4. Após discussões na referida reunião, Ferrari renunciou ao cargo de membro do diretório nacional.⁵⁷⁰

Após o episódio, Ferrari aceitou oficialmente o convite do PDC para ser o candidato a vice-presidente, oficializou o apoio a Loureiro em Porto Alegre e fundou o Movimento Trabalhista Renovador, como entidade civil apartidária, em 04 de novembro de 1959. A assembleia geral de fundação ocorreu no Rio de Janeiro:

Aos quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala número novecentos e um do prédio sito à rua da Assembleia número trinta e quatro, reuniram-se, às quinze horas, os senhores Fernando Ferrari, Carlos de Araújo Lima, Manoel Ballian, Miguel Teixeira, Pedro Paulo Valverde, José Loureiro da Silva, Anibal Moreira Sellon, Yedo Bastos digo

⁵⁶⁶ “Loureiro Irá até o Fim e Continuará Defendendo as Ideias Trabalhistas” *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 ago. 1959, p. 07. É elucidativo da crítica à campanha de Loureiro em conjunto com o PL o “a pedido” “Diz-me com Quem Andas...”, mandado publicar pelo comitê Wilson Vargas no *Correio do Povo* (Porto Alegre, 25 out. 1959, p. 56).

⁵⁶⁷ “Jânio e Ferrari Terão o Mesmo Fim de Loureiro” (Entrevista de João Goulart). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 ago. 1959, p. 01.

⁵⁶⁸ “Consumada a Cisão no PTB de Passo Fundo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08 out. 1959, p. 04.

⁵⁶⁹ “Confirmado: Expulsos Dipp e Onze Líderes”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13 out. 1959, p. 01; “Decidiu a Executiva do PTB, por Votação Unânime, Expulsar o Deputado Daniel Dipp”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 out. 1959, p. 07.

⁵⁷⁰ “Renuncia Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 out. 1959, p. 19.

Basto Carneiro de Mendonça, Wellington Geraldo de Barros, José Hilário de Oliveira Junior, Remo Lainetti, Roberto Grandmasson Salgado, Mauricio Carvalho, Giulite Coutinho e senhora Lola Credmann Botrel, com o objetivo de, em assembleia geral, fundarem o Movimento Trabalhista Renovador, entidade civil apartidária, de âmbito nacional, que se proporá a difundir os ideais políticos sociais de Getúlio Vargas e de Alberto Pasqualini, sob a legenda do Nacionalismo e da Austeridade.⁵⁷¹

Os objetivos da fundação do MTR refletiam o que Ferrari já vinha afirmando na Campanha das Mãos Limpas. Sua fundação na capital da República e as visitas de Ferrari aos diversos estados do Brasil ilustram as pretensões nacionais. Contudo, seu cerne estava no Rio Grande do Sul, onde surgiram as primeiras dissidências apoiadas pelo movimento em Porto Alegre, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, Esteio e São Leopoldo. Inicialmente, surgia como apartidário, buscando agregar dissidentes do PTB e políticos de outros partidos. Seu coordenador no Rio Grande de Sul era o deputado Jairo Brum, que, nos meses seguintes, se dedicaria à instalação de núcleos do movimento no estado.⁵⁷² Ferrari chegou a declarar que “praticamente a metade do PTB estaria do seu lado”, aposta que, como veremos nas páginas seguintes, não se concretizaria.⁵⁷³

Com a fundação do MTR e a aceitação da candidatura pela legenda do PDC, Ferrari estava virtualmente fora dos quadros do PTB, apesar de o processo que resultou em sua expulsão ter sido finalizado após o pleito da vice-presidência, em 1961. Naquele momento, o MTR foi transformado em partido político.

As eleições de Porto Alegre foram consideradas o primeiro teste para o potencial do MTR. No pleito, Loureiro da Silva, um dos signatários da nova entidade e candidato pelo PDC em aliança com o PL, enfrentaria Ary Delgado, do PSD, em aliança com a UDN e com o PSB, e Wilson Vargas, do PTB, em aliança com o PSP e com o PRP.

Brizola e Goulart se empenharam pessoalmente na eleição de Wilson Vargas. Alguns poucos deputados trabalhistas, de fato, acompanharam a dissidência e manifestaram apoio a Ferrari e a Loureiro naquele momento: Daniel Dipp, dissidente de Passo Fundo, Heitor Campos, de Santa Maria, e Jairo Brum, de Guaporé.⁵⁷⁴ Ruy Ramos, apoiador de Loureiro nas prévias para o governo do estado, e Siegfried Heuser, ligado inicialmente a Ferrari, manifestaram-se favoravelmente a Wilson Vargas e permaneceram no PTB.⁵⁷⁵

⁵⁷¹ Ata de fundação do MTR, fl.01. Encontra-se no APFF.

⁵⁷² “Movimento Trabalhista Renovador” (“a pedido”). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 nov. 1959, p. 16.

⁵⁷³ “Ferrari Lança o Movimento Trabalhista Renovador”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05 nov. 1959, p. 18.

⁵⁷⁴ Os nomes dos deputados constam no “a pedido” “Líderes Trabalhistas Solidários com Ferrari e com Loureiro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 nov. 1959, p. 18.

⁵⁷⁵ “Ruy Ramos: os Homens Passam. O PTB Fica”. Entrevista ao *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03 nov. 1957, p. 01.

Quanto a Alberto Pasqualini, lembrado tanto pelo candidato Wilson Vargas quanto pelos dissidentes e gravemente enfermo nesse momento, coube a sua esposa, Suzana Thompson Flores, remeter uma carta a João Caruso, desautorizando o uso do nome de seu marido por políticos que não estivessem disputando cargos pelo PTB.⁵⁷⁶ Já a viúva de Salgado Filho, Berta Grandmasson Salgado, enviou uma carta a Fernando Ferrari, manifestando incondicional apoio à sua candidatura por acreditar que ela representava os “verdadeiros ideais trabalhistas”.⁵⁷⁷

A campanha dos petebistas contra os dissidentes naquela eleição foi muito intensa: além das referidas falas de Leonel Brizola na rádio, diversos “a pedidos” nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* dão um panorama das acusações: Loureiro e seu apoiador Ferrari traíram Vargas e o trabalhismo ao se aliarem ao antigetulista PL e Ferrari estaria liderando a dissidência para enfraquecer o governo de Leonel Brizola e o nacionalismo, representado naquele momento pela iniciativa de encampação da empresa norte americana Bond and Share, que operava no Rio Grande do Sul.⁵⁷⁸ Por fim, houve a queima de dois bonecos em praça pública, simbolizando Loureiro da Silva e Fernando Ferrari, acompanhada pessoalmente por Leonel Brizola.⁵⁷⁹

Já Loureiro e seus apoiadores buscavam negar as acusações e atacavam com o argumento de combate à corrupção e banimento do “donismo” no PTB. Os dissidentes não estavam mudando de ideias, estavam apenas reagindo à atitude intransigente da direção do partido.⁵⁸⁰ O PDC apresentava os candidatos a que apoiava como garantia para a família cristã e lamentava o clima de radicalização que estaria inclusive gerando insegurança: “não há

⁵⁷⁶ “Carta da Sra. Pasqualini a João Caruso”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05 nov. 1959, p. 04.

⁵⁷⁷ “Apoio a Ferrari da Viúva do Senador Salgado Filho”. *Correio do Povo*, 30 ago. 1959, p.14.

⁵⁷⁸ Alguns exemplos das críticas feitas à campanha de Loureiro e ao apoio de Ferrari estão em: “Ao Povo de Porto Alegre” (“a pedido” assinado por Wilson Vargas). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08 nov. 1959, p. 16; “Diz-me com Quem Andas e...” (“a pedido” mandado publicar pelo comitê Wilson Vargas). *Correio do Povo*, 25 out. 1959, p. 56; “Raio X de uma Campanha” (“a pedido” mandado divulgar pelo Diretório Metropolitano de Porto Alegre). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04 nov. 1959, p. 08.

⁵⁷⁹ Ferrari comenta o episódio da queima dos bonecos em praça pública em entrevista e declaração ao *Correio do Povo*. “Pleito Gaúcho Acompanhado com Interesse na Capital da República”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 nov. 1959, p. 13. Emiliano Limberger também comenta o episódio da queima do boneco de Ferrari, associando-a à campanha negativa que Leonel Brizola vinha desenvolvendo contra Ferrari. Nas palavras de Limberger, “envenenando a gurizada contra o Ferrari, fizeram o boneco e queimaram em praça pública, na praça da Alfândega. Coisas assim, como a expulsão do diretório nacional. Acusaram o Ferrari de ter rachado o PTB”. Entrevista concedida a Carla Brandalise e a Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

⁵⁸⁰ Entre os exemplos da defesa por parte dos dissidentes estão: “Carta Aberta ao Sr. Governador Leonel Brizola” (“a pedido” assinado por Loureiro da Silva). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1959, p. 07; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 ago. 1959, p. 09; “A Marca da Traição” (“a pedido” mandado publicar pelo Comitê Regional Pró-Fernando Ferrari). *Correio do Povo*, 31 out. 1959, p. 16.

liberdade, nem garantias para fazer comícios e distribuir nossa propaganda, cartazes, faixas, vassourinhas etc.” afirmavam em um “a pedido” publicado no *Correio do Povo*.⁵⁸¹

As eleições ocorreram no dia 08 de novembro, e Loureiro da Silva logrou vitória, obtendo 95.537 votos contra 78.169 de Wilson Vargas. Seu vice, Manoel Braga Gastal (PL), também se elegeu. Além do apoio do PL, Loureiro contou com votos da aliança PSD/UDN/PSB, o que pode ser confirmado pelo reduzido número de votos dados ao candidato da coligação: Ary Delgado obteve apenas 6.991 votos.⁵⁸²

Observa-se que os dissidentes buscaram apoio em grupos tradicionalmente opositores ao PTB no Rio Grande do Sul, não só oficialmente, com o PL, mas também com UDN e PSD. Em Santa Maria, por exemplo, na eleição municipal, Heitor Campos e Victor Hugo Soares Leal integraram o chamado PTB dissidente e apoiaram o candidato Miguel Sevi Viero (PSD), que logrou vitória, sendo essa, juntamente com a eleição de Loureiro em Porto Alegre, consideradas derrotas do PTB no estado.⁵⁸³

Em novembro de 1959, após retornar da vitoriosa campanha de Loureiro da Silva à prefeitura de Porto Alegre, Ferrari utilizou a tribuna da Câmara para tecer alguns comentários sobre a vitória, apesar da ofensiva do governo do estado, ou seja, do adversário Leonel Brizola, para enfraquecer tal candidatura. Na fala, Ferrari saudou a vitória de Loureiro como a vitória dos verdadeiros trabalhistas. Nas palavras do deputado:

Foram derrotados, isto sim, os falsos intérpretes do trabalhismo. Mas através desse mesmo voto, consagrou os trabalhistas que encarnaram os princípios sadios e democráticos de Vargas, Pasqualini, Salgado Filho e Lúcio Bittencourt. E, mais que isso, o povo deu um voto de confiança ao PTB de que o Brasil necessita, como instrumento de paz social e de realizações em favor dos trabalhadores, em favor do Brasil.⁵⁸⁴

Ou seja, havia considerado sua dissidência aprovada. No mesmo discurso, convidava seus companheiros de partido a se juntarem àquilo que chamou de “rebelião pelo voto”, ocorrida no Rio Grande do Sul, unindo-se em torno do Movimento Trabalhista Renovador.⁵⁸⁵

⁵⁸¹ “Aos Eleitores e Simpatizantes do PDC”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1959, p. 18.

⁵⁸² Os resultados gerais finais para a eleição para prefeito e vice-prefeito de Porto Alegre podem ser consultados no *Correio do Povo* (Porto Alegre 13 nov. 1959, p. 16).

⁵⁸³ “Surpresa no PTB: Venceu a Oposição em Santa Maria”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 nov. 1959, p. 01 e 11.

⁵⁸⁴ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 12 de novembro de 1959. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1959, p. 8412.

⁵⁸⁵ Discurso proferido por Fernando Ferrari em 12 de novembro de 1959. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1959, p. 8412.

5.2 A DISPUTA DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 1960 E O ENFRENTAMENTO DIRETO COM O PTB

No início de 1960, o pleito de outubro começava a ser desenhado. Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo pelo PDC, confirmou a sua candidatura e contou com o apoio de um partido de maior expressão, a UDN, o que impossibilitou o apoio oficial a Ferrari. Isso porque a adesão ao dissidente trabalhista encontrava resistências na UDN, especialmente do líder Carlos Lacerda. O partido queria indicar um candidato da sua legenda, cujo nome estava ainda indefinido. Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra de JK, foi homologado como candidato do PSD, aliado a João Goulart, do PTB. Adhemar de Barros concorreu isoladamente à presidência, pelo PSP. A Ferrari, também restou concorrer isoladamente, ainda pela legenda do PDC e apoiado pelo MTR.

Em março, com o vice de Jânio Quadros ainda indefinido, Ferrari lançou o livro *Mensagem Renovadora*.⁵⁸⁶ Nele, já se definindo como candidato, o deputado apresentava seu plano de trabalho, bastante afinado com o que já vinha fazendo no Congresso, mas em linguagem simples, escrito em tom de diálogo com os eleitores. Inicialmente, reiterava sua convicção nacionalista, salientando a necessidade da criação de leis que disciplinassem os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros ao exterior. Juntamente com nacionalismo, apareciam as reformas agrária, bancária e política.

Na reforma agrária, destaque para a diferenciação de sua reforma, a que denominava “evolucionária”, das vias revolucionárias. Isso porque o Estado, a partir de vultosos investimentos, seria o condutor desse processo, proporcionando não apenas terras a quem quisesse cultivar mas também fornecendo a infraestrutura necessária ao sucesso de tais empreendimentos. Salientava ainda o esforço parlamentar, ainda infrutífero, para concretizar as duas primeiras etapas da reforma: a instituição do regime jurídico único do trabalhador rural e a regulação dos arrendamentos rurais.

A reforma bancária retomava a ideia de crédito social esposada por Alberto Pasqualini.⁵⁸⁷ Caberia essencialmente ao Banco do Brasil disponibilizar seus fundos para o financiamento das atividades sociais e econômicas essenciais, com prazos apropriados e juros baixos.

⁵⁸⁶ FERRARI, 1960.

⁵⁸⁷ Sobre a reforma no sistema financeiro e o projeto de “crédito social” de Alberto Pasqualini, ver Silva (213, p. 290-296).

Quanto à reforma política, Ferrari a apresenta de forma bastante genérica, destacando a importância de o eleitor “votar bem” e não se deixar influenciar por campanhas com propagandas caras. Nas suas palavras: “Então o povo não percebe que, quem gasta milhões num pleito com faixas e cartazes caros, não poderá, eleito, defender nada, exceto o dinheiro que gastou?”⁵⁸⁸

Ferrari ainda tratou de temas gerais indispensáveis às campanhas políticas daquele período: educação, transporte, previdência, habitação e “questão do Nordeste”. Por fim, como temas mais particulares ao candidato, havia o incentivo ao cooperativismo e a crítica ao mecanismo tributário do Brasil, que iria de encontro à promoção da justiça social. Isso porque havia um constante aumento de tributos indiretos sobre o consumo, que deveria ser reorientado, aplicando-se maior taxaço direta sobre a renda, a exemplo do que já defendera em plenário.

A plataforma nacionalista e reformista apresentada por Ferrari ia ao encontro da orientação que vinha sendo imprimida ao PTB.⁵⁸⁹ Apesar de ser evidente que tal plataforma é uma sequência de sua atuação parlamentar nas fileiras petebistas, é oportuno mencionar que não houve nenhuma referência à expressão “trabalhismo” ou a palavras correlatas no texto do livro. Num momento de indefinição das alianças políticas, Ferrari optou por falar por si próprio, evitando mencionar a orientação política a que exaustivamente se referia anteriormente. A opção “apartidária” de Fernando Ferrari naquele momento fica ainda mais evidente quando ele menciona, no livro, o que considera “votar bem”:

Via de regra, os partidos políticos todos, mesmo os mais demagógicos, apresentam em suas pautas homens de bem e capazes. Nestes, o cidadão encontrará sempre uma razão para votar [...] Não é importante votar numa legenda, numa sigla – o que é importante é *votar bem*.⁵⁹⁰

Em maio, dois meses depois do lançamento da *Mensagem Renovadora* de Ferrari, Milton Campos, da UDN mineira, foi definido como candidato a vice da chapa de Jânio Quadros, que, diante dos impasses que envolveram principalmente o apoio da UDN à chapa, se candidatou pelo PTN. Ferrari permaneceu com a candidatura independente e não deixou de manifestar seu apoio a Quadros.⁵⁹¹ O “candidato da vassourinha” também não lhe fez

⁵⁸⁸ FERRARI, 1960, p. 106.

⁵⁸⁹ DELGADO, 1989.

⁵⁹⁰ FERRARI, op. cit., p. 106-107.

⁵⁹¹ “Apoia Jânio Quadros sem Pedir Nada em Troca”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08 mai. 1960, p. 07.

oposição, apesar do “veto da UDN” à sua participação na campanha de Ferrari.⁵⁹² Tampouco foram encontradas críticas explícitas de Ferrari ao candidato udenista Milton Campos.

Os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* dos meses que antecederam as eleições noticiavam a organização do MTR, com as novas adesões ao movimento e a criação de diretórios, comitês pró-Fernando Ferrari no estado. Tristão Sucupira Viana, trabalhista que assumiu a prefeitura de Porto Alegre quando Brizola se tornou governador, deixou o PTB e ingressou no MTR em fevereiro. Sua alegação para a ruptura foi a manobra feita por Leonel Brizola e por João Caruso para eliminá-lo da executiva regional.⁵⁹³ Vianna, naquele momento, já falava na transformação do MTR em partido, embora Ferrari ainda não se manifestasse sobre o assunto.⁵⁹⁴

João Carvalho Carpes, ex-comandante da Brigada Militar, também passou a integrar o MTR, alegando motivação semelhante: “continuo sendo o mesmo trabalhista de convicção e de ideias. A direção do partido é que está abandonando os verdadeiros trabalhistas”.⁵⁹⁵

Do interior do estado, as justificativas para as dissidências, com apoio a Ferrari, surgiam em notas curtas nos jornais, algumas vezes com justificativas bem simples. Erico Lopes Lourenço, do PTB de Lagoa Vermelha, por exemplo, justificou sua adesão à campanha de Ferrari da seguinte forma: “Sou amigo de Loureiro”.⁵⁹⁶

Já o deputado petebista Croacy de Oliveira, que mantinha uma relação de amizade com Ferrari e lhe apoiara em ocasiões anteriores, declarou ao *Diário de Notícias* que, acima da amizade e simpatias pessoais, estavam os interesses do partido, que ele continuaria defendendo. Nas palavras do deputado: “Como partidário que sou, outra não poderá ser minha posição que não a de apoio integral aos candidatos apoiados pelo PTB.”⁵⁹⁷

Políticos de outros partidos também manifestaram seu apoio a Ferrari no Rio Grande do Sul. No PSD, Walter Perachi Barcellos liderava o grupo que defendia o apoio a Jânio Quadros, em detrimento do candidato do partido, o general Lott. Foi ele o presidente de honra

⁵⁹² “Repele a UDN Participação de Ferrari em Comícios de Jânio”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 nov. 1959, p. 16.

⁵⁹³ “Deixando as Hostes do PTB o Sr. Sucupira Viana Ingressou no MTR”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 fev. 1960, p. 07.

⁵⁹⁴ “Sucupira: MTR Vai Ser Inscrito como Partido”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 fev. 1960, p. 08.

⁵⁹⁵ “Ingressou no MTR o Cel. João Carvalho Carpes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 mar. 1960, p. 08.

⁵⁹⁶ “Adesões a Ferrari”. *Diário de Notícias*, 28 jun. 1960, p. 08.

⁵⁹⁷ “Croacy (Amigo de Ferrari) Votará em Lott–Jango” *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28 abr. 1960, p. 15.

do primeiro comitê pró-Jânio e Ferrari.⁵⁹⁸ Ariosto Jaeger, líder da bancada do PSD na Assembleia Legislativa, também aderiu à campanha de Ferrari.⁵⁹⁹

No PRP, o coronel do exército Geraldo Lindgren, suplente do senador Guido Mondin, declarou seu apoio a Fernando Ferrari, justificando que “o nacionalismo e a mensagem de Ferrari se identificavam plenamente com o PRP. Ainda segundo Lindgren, as ideias esposadas pelo dissidente seguiam os postulados de “Deus, Pátria e Família”, lema do PRP.⁶⁰⁰ Em 1961, Lindgren deixou o PRP e se filiou ao MTR. A justificativa era o fato de o partido apoiar Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que o governador se aliava a comunistas.⁶⁰¹

No PSB, o deputado estadual e jornalista Cândido Norberto apoiou Ferrari. Nas eleições legislativas de 1962, Norberto, já filiado ao MTR, se elegeu deputado estadual pelo novo partido. No ano seguinte, foi o candidato do MTR à prefeitura de Porto Alegre, sendo derrotado por Sereno Chaise, candidato do PTB. A presença de Cândido Norberto é registrada no comício de encerramento da campanha de Ferrari. De acordo com o “a pedido” publicado pelo Comitê Pró-Fernando Ferrari, no comício de encerramento da campanha, estiveram representantes do PTB, PSD, PDC, PL e PSB. No evento, discursaram, além de Cândido Norberto, Loureiro da Silva (PDC-MTR), Jairo Brum (PTB-MTR), Manoel Braga Gastal (PL), Fernando Gay da Fonseca (PDC) e Ariosto Jaeger (PSD).⁶⁰²

Entre os nomes ligados à organização da campanha e do MTR, estavam o economista e amigo de Ferrari, Ernesto W. Albrecht, e os advogados José Jappur e Clóvis Stenzel. Este último tinha carreira política pregressa no Espírito Santo, onde foi deputado estadual pelo PRP e depois pelo PSP.⁶⁰³

José Diogo Brochado da Rocha, de cuja dissidência tratamos no capítulo anterior, não apareceu ligado a nenhum dos candidatos nos jornais pesquisados. Seu nome, contudo, aparece relacionado à recepção a Ferrari no Rio Grande do Sul após as eleições, organizada

⁵⁹⁸ “Comitê Pró-Jânio e Fernando Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 mar. 1960, p. 07.

⁵⁹⁹ “Adesões a Ferrari”. *Diário de Notícias*, 28 jun. 1960, p. 08; “Apoio de Ariosto Jaeger a Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 jun. 1960, p. 07.

⁶⁰⁰ “O Nacionalismo e a Mensagem de Ferrari se Identificam Plenamente com o PRP”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 02 out. 1960, p. 10.

⁶⁰¹ Conforme descreve Claudira Cardoso (2014, p. 120), em junho de 1961, “Geraldo Lindgren, suplente do senador Guido Mondin, desligou-se do PRP através de carta enviada a Plínio Salgado. Nessa correspondência, afirma que ‘estava cansado de hipocrisia de certos companheiros e do espírito de subserviência do grupo que dirige o PRP no Rio Grande do Sul, em relação ao Sr. Leonel Brizola, que anda de braços com integralistas e comunistas a um mesmo tempo’”.

⁶⁰² “O Rio Grande Diz Sim a Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 set. 1960, p. 11.

⁶⁰³ Clóvis Stenzel (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

pelo MTR. Dinarte Dorneles, primo de Getúlio Vargas, que também atuou na fundação do PTB no Rio Grande do Sul e foi presidente do diretório nacional entre 1951 e 52, estava no mesmo evento.⁶⁰⁴

Quanto a apoiadores da candidatura de Ferrari em outros estados, entre aqueles que acompanharam parte da caravana de Fernando Ferrari, destaca-se o dissidente do PTB Mário Gurgel, deputado estadual do Espírito Santo, que se juntou ao MTR. Já entre os nomes ligados a Ferrari naquela ocasião específica, destacam-se Franco Montoro, então deputado federal do PDC de São Paulo, que também apoiou Jânio Quadros naquele contexto, e Gastão Pedreira, deputado estadual da Bahia pelo PR.⁶⁰⁵

Outro apoiador de peso da campanha de Ferrari foi Juarez Távora, que havia sido candidato à Presidência da República em 1955 pelo PDC e atuou numa linha política contrária ao PTB durante o período democrático.⁶⁰⁶ Em agosto, Távora lançou um “manifesto ao povo brasileiro” em apoio às candidaturas de Jânio Quadros e de Fernando Ferrari.⁶⁰⁷ Em entrevista à imprensa da capital gaúcha, quando participava da campanha de Ferrari no estado, reafirmou seu apoio ao candidato à vice-presidência, destacando que ele possuía linguagem mais acessível à população do que Milton Campos. Se Ferrari não se manifestava diretamente contra o candidato udenista, seu apoiador o fazia. Ao lhe perguntarem se seu candidato representava o autêntico trabalhismo, sendo o antípoda de João Goulart, Távora respondeu afirmativamente, associando Ferrari a Pasqualini e criticando o PTB e seu presidente:

Ferrari é, indiscutivelmente, o herdeiro de Pasqualini. Ninguém poderá lhe tirar esse título, do homem que quer consolidar o trabalhismo no Brasil, tornando-o um grupamento de ação política decente, desviando-o das deformações a que ele foi conduzido precisamente por João Goulart e por aqueles que o cercam incondicionalmente. Todos aqueles que examinarem o panorama do trabalhismo no Brasil, sem prevenções verão ele se desacreditando porque, paradoxalmente, aqueles que o dirigem, ao invés de se dedicarem aos trabalhadores, como ação primária de sua política, estão se beneficiando, através de empregos e de negócios não muitos justificados, a custo – parece incrível – do suor do pouco que ganham os trabalhadores.⁶⁰⁸

⁶⁰⁴ “Teve Calorosa Recepção o Líder do MTR”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 out. 1960, p. 01.

⁶⁰⁵ Gastão Pedreira; Franco Montoro; Mário Gurgel (verbetes). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 03 mai. 2014. Os três deputados aparecem entre os políticos que acompanharam Ferrari em momentos da campanha.

⁶⁰⁶ Juarez Távora (verbeta). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

⁶⁰⁷ “Juarez Távora Reafirma seu Apoio a Ferrari”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 ago. 1960, p. 09.

⁶⁰⁸ “Ferrari Tem uma Linguagem Mais Acessível que Milton Campos” (entrevista de Juarez Távora). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 set. 1960, p. 06. O mesmo jornal noticiou que Távora participou de comício de Ferrari na Guanabara: “Juarez na Campanha de Ferrari na Guanabara”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 set. 1960, p. 07.

Nos três meses que antecederam as eleições, foi o deputado estadual gaúcho Sereno Chaise (PTB) quem se destacou na crítica às candidaturas de Jânio Quadros e de Fernando Ferrari, assinando “a pedidos” diários, publicados no *Correio do Povo*.⁶⁰⁹ Neles, Chaise atacava esses candidatos e seus apoiadores, em especial o prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, e o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, do PDC, que também apoiava a Jânio e a Ferrari. Quanto a Ferrari, a quem se referia como “trânsfuga”, reforçava a ideia de que era um traidor do partido e que estaria servindo de instrumento dos opositores do PTB. Chamava-lhe ainda de “novo Danton”, numa referência à candidatura à vice-presidência do dissidente do PTB no pleito anterior e à sua reduzida votação. Respondendo a Queirós Filho, presidente do PDC, que, assim como Távora, afirmava que Ferrari representava o trabalhismo autêntico, assim manifestou-se Chaise:

Quanto à sua afirmativa de que Ferrari representa a autenticidade do trabalhismo, nego-lhe a autoridade. E o faço com a credencial daqueles que sempre defenderam e lutaram pelos ideais do Pres. Getúlio Vargas, que serviram de fundamento para estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro. O carreirista Fernando Ferrari representa, isto sim, a sobreposição da vaidade pessoal aos mais altos interesses da coletividade.⁶¹⁰

Ligado a Leonel Brizola na seção gaúcha, Chaise destacou-se na oposição à candidatura de Ferrari, manifestando enfaticamente sua reprovação à atitude do antigo correligionário. Nas falas de Chaise, de Távora e de outros políticos naquele momento, nota-se que a “autenticidade do trabalhismo”, catalisada pela cisão de Ferrari, estava em disputa na eleição que o oporia a Jango. Dá ainda a dimensão da importância do pasqualinismo como recurso político.

As eleições ocorreram em 03 de outubro. Diferentemente de 1955, o presidente e vice eleitos pertenciam a chapas diferentes. Se Jânio, apoiado “oficialmente” por Milton Campos, mas também por Ferrari, ganhou a presidência, Jango venceu Ferrari e Milton Campos, elegendo-se novamente para a vice-presidência. Na guerra de forças “particular” no Rio Grande do Sul, contudo, Ferrari venceu a disputa, como é possível observar nas tabelas a seguir.

⁶⁰⁹ Os “a pedidos” intitulados “Para Informação do Público” foram publicados na página 05 do *Correio do Povo* entre os meses de julho e setembro de 1960.

⁶¹⁰ “Para Informação do Público” (“a pedido” assinado por Sereno Chaise). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 jun. 1960, p. 05.

Tabela 2: resultado das eleições para vice-presidente, no Rio Grande do Sul (RS) e no Brasil (BR).⁶¹¹

Candidato	Votos válidos no BR*	% em relação ao total de votos válidos	Votos válidos no RS**	% em relação ao total de votos válidos no RS
João B. M. Goulart	4.547.010	41,6%	472.902	40,3%
Milton Campos	4.237.719	38,8%	143.509	12,2%
Fernando Ferrari	2.137.382	19,6%	557.425	47,5%

*Total de votos válidos BR = 10.922.111

**Total de votos válidos RS = 1.173.836

Tabela 3: resultado das eleições para presidente e no Rio Grande do Sul (RS) e no Brasil (BR).⁶¹²

Candidato	Votos válidos no BR*	% em relação ao total de votos válidos*	Votos válidos no RS**	% em relação ao total de votos válidos no RS
Jânio Quadros	5.636.623	48,3%	541.331	45,6%
Henrique T. Lott	3.846.825	32,9%	431.497	36,3%
Adhemar de Barros	2.195.709	18,8%	214.963	18,1%

*Total de votos válidos BR = 11.679.157

**Total de votos válidos RS = 1.187.791

“Quem com Ferrari fere, com Ferrari será ferido”. O comentário irônico de João Goulart, em entrevista concedida ao jornal *Última Hora* alguns dias após o pleito, aludia ao fato de a candidatura de Ferrari contribuir para a supressão de votos de Milton Campos, garantindo a sua vitória na disputa da vice-presidência. Quanto à derrota de Lott, o entrevistado a atribuiu às altas taxas de inflação do governo JK. Novamente de forma irônica, buscou diminuir a vitória pessoal de Quadros: “o povo votou principalmente contra a carestia e, nessas condições, seria previsível até a vitória de um João da Silva contra o candidato que representasse o governo”.⁶¹³

⁶¹¹ Fonte: “Estatísticas Eleitorais do Século XX”, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/representacao-politica>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

⁶¹² Fonte: “Estatísticas Eleitorais do Século XX”, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/representacao-politica>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

⁶¹³ Entrevista ao jornal *Última Hora* reproduzida no *Diário de Notícias* (Porto Alegre, 12 out. 1960, p. 01, 07).

Ferrari evitou falar em derrota. No Rio Grande do Sul, em entrevista coletiva, avaliou como vitorioso o seu movimento. Questionado sobre a criação de um novo partido, Ferrari considerava-se ainda vinculado ao PTB, salientando a necessidade de uma nova legislação para os partidos políticos, visando democratizar seus conselhos, instituir temporariedade das funções dirigentes, unidade de doutrina e autonomia administrativa das seções estaduais, ao estilo do que já tentara no PTB. Quanto à expressiva votação no Rio Grande do Sul, o dissidente a considerou uma prova da solidariedade à luta em favor de um “autêntico trabalhismo”, da forma como preconizara Pasqualini, e ainda uma condenação aos métodos adotados pelo vice-presidente da República, pelo governador e pela direção do partido no estado. Por fim, salientou que o Rio Grande do Sul dizia sim à luta pela democratização do partido.⁶¹⁴

No Brasil, os estados em que Ferrari teve uma boa votação em relação aos demais candidatos foram a Guanabara, o Espírito Santo e o Paraná. No território de Rondônia, com um eleitorado numericamente pouco expressivo, Ferrari foi o mais votado. Sem desconsiderarmos as boas votações de Ferrari em alguns estados, a sua grande vitória foi no Rio Grande do Sul.

Ao observar a votação regional desse estado, nota-se que Ferrari recebeu as mais expressivas quantidades de sufrágios nas regiões Central, Serra e Vale dos Sinos, onde obteve mais de 50% dos votos na maioria das cidades. Ferrari também obteve mais da metade dos votos em Porto Alegre, cidade com maior número de eleitores.⁶¹⁵ Já Jango obteve a maioria dos votos nas regiões da Fronteira e Sul do estado. Nas demais regiões, houve maior equilíbrio dos votos.

A partir da distribuição de votos por região do Rio Grande do Sul e ainda da observação dos apoiadores de Ferrari naquela eleição, pode-se concluir que o dissidente trabalhista contou com votos de setores mais conservadores do espectro político gaúcho: PL, PDC e parte do PSD, que tradicionalmente se opunham ao PTB no estado. As expressivas votações nas regiões Serra e Vale dos Sinos, onde tradicionalmente logravam vitórias os partidos mais conservadores, somam-se a esses apoios. Mas, indubitavelmente, a candidatura de Ferrari reorientou parte dos votos que, em outros pleitos, foram do PTB: houve o apoio de

⁶¹⁴ Entrevista coletiva de Ferrari publicada no *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20 out. 1960, p. 01 e 15.

⁶¹⁵ Em Porto Alegre, os resultados para vice-presidente foram os seguintes: Fernando Ferrari, 111.551 votos; João Goulart, 68.178; Milton Campos, 12.362. Para presidente, os resultados foram: Jânio Quadros, 77.584; Adhemar de Barros, 58.153; Henrique T. Lott, 57.530. Dados eleitorais disponíveis em Noll e Trindade (1995, p. 123–125).

dissidentes do partido, dentre os quais destacamos Loureiro da Silva, Heitor Campos, Daniel Dipp e Jairo Brum. Somam-se a esses apoios as expressivas votações obtidas por Ferrari em Porto Alegre, capital que havia eleito Leonel Brizola em 1955, e na região central do estado, cuja maior cidade, Santa Maria, era tradicional reduto do PTB.

A expulsão de Ferrari do PTB se consumou em março de 1961. Naquele ano, o MTR foi transformado em partido político.⁶¹⁶

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Diferentemente dos três capítulos anteriores, essa seção centrou-se na atuação de Fernando Ferrari fora do ambiente parlamentar, na forma como ele articulou sua oposição à liderança do seu partido, levando-a ao conjunto dos eleitores na Campanha das Mãos Limpas, e na relação dos aliados com que contou para projetar-se em oposição aos líderes de seu partido de origem.

A herança varguista, a doutrina pasqualinista, o idealismo na política, o trabalhismo puro, os métodos democráticos, a proximidade com o povo e o combate à corrupção compõem a retórica de formação do MTR, forjado na oposição a Goulart no domínio do PTB e à predominância de Leonel Brizola na seção gaúcha do partido. Notou-se, ainda, a partir da análise das proposições de Ferrari nesse contexto, uma aproximação com o que o parlamentar vinha pregando internamente no PTB. Em sua atuação no MTR, buscava projetar-se como continuador “autorizado” do trabalhismo brasileiro.

Quanto aos apoiadores de Ferrari, tanto no pleito para a prefeitura de Porto Alegre quanto na disputa para a vice-presidência, o MTR contou com dissidentes trabalhistas, mas apoiou-se em partidos mais à direita no espectro político, que tradicionalmente atuavam na oposição ao PTB.

Dadas as delimitações desse trabalho, não aprofundamos os dois últimos anos da trajetória de Fernando Ferrari, quando o político passou a atuar em seu novo partido. Apresentamos, a seguir, uma síntese dos eventos em que Ferrari esteve envolvido até o seu trágico desaparecimento, o que envolve, paralelamente, os primeiros passos do novo partido.

⁶¹⁶ O Tribunal Superior Eleitoral deferiu o pedido de registro do Movimento Trabalhista Renovador em 20 set. 1961, através da Resolução nº 6860. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mtr/arquivos/resolucao_6860.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2014.

Com os preparativos para as eleições de 1962, diante do sucesso da aliança que garantira a derrota do PTB no estado em 1960, vislumbrava-se a possibilidade de aquele grupo de partidos, incluindo o recém-criado MTR, atuar conjuntamente, lançando um candidato único de oposição ao PTB no Rio Grande do Sul. No entanto, o impasse em torno do candidato a ser indicado, com Ferrari e Loureiro entre os postulantes, resultou no lançamento de uma candidatura própria de Ferrari pelo MTR e na candidatura de Ildo Meneghetti representando os demais partidos de oposição ao PTB – acrescido ainda do PRP, que apoiara Leonel Brizola na eleição anterior. Eles formaram a chamada ADP, Ação Democrática Popular, composta por PSD, UDN, PDC, PL e PRP. Pelo PTB, dessa vez sem alianças, concorreu o deputado Egydio Michaelsen.⁶¹⁷

Loureiro da Silva, que esteve na fundação do MTR e atuou na campanha de 1960 em favor de Jânio Quadros e de Fernando Ferrari, acabou se afastando da agremiação e rompendo com Ferrari tão logo sentiu frustrada a intenção de disputar o governo do estado com o apoio do MTR.⁶¹⁸

Nas eleições de outubro de 1962, Ferrari não contabilizou tantos votos quanto os da vice-presidência no estado. Nesse ínterim, a renúncia de Jânio Quadros e a consequente chegada de Jango à Presidência da República, a candidatura paralela da ADP e ainda a ruptura com Loureiro da Silva podem ter contribuído para a redução da votação recebida por Ferrari. Mas seu partido, o MTR, conseguiu bons resultados, elegendo quatro deputados estaduais no Rio Grande do Sul: Cândido Norberto, Flávio Ramos, Heitor Campos e Osmar Lautenchleiger. No Rio de Janeiro, em coligação com a UDN, o PSP e o PR, o MTR elegeu seu único senador, Aarão Steinbruch, oriundo dos quadros do PTB.⁶¹⁹ No então estado da Guanabara, João Machado, outro dissidente do PTB, se elegeu deputado estadual pelo MTR.⁶²⁰ Em São Paulo, em coligação com o PTN, foram eleitos deputados federais, pelo MTR, Derville Alegretti e Evaldo Pinto, ambos ligados anteriormente a Jânio Quadros

⁶¹⁷ CÁNEPA, 2005, p. 296-305.

⁶¹⁸ DE GRANDI, 2002, p. 156-157.

⁶¹⁹ Aarão Steinbruch (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

⁶²⁰ João Machado (verbete). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

naquele estado.⁶²¹ Na Bahia, Sebastião de Souza Néri, em aliança do MTR com o PSB, se elegeu deputado estadual.⁶²²

Apesar da derrota na disputa do Executivo gaúcho, Ferrari reorientou muitos eleitores que, na disputa anterior, alçaram o candidato petebista Leonel Brizola ao governo estadual. Essa divisão, de acordo com Cánepa e Cortés, pode ser apontada como um dos fatores que acarretariam a derrota do PTB para a ADP.⁶²³ Utilizando-nos da ironia de Jango, Ferrari “feriu” o PTB e contribuiu para derrotá-lo em sua seção mais forte, o Rio Grande do Sul.

Quando concorreu ao governo do estado, mesmo havendo a possibilidade de se candidatar paralelamente a uma cadeira na Câmara, Ferrari optou por não a utilizar. Deixou a casa legislativa em janeiro de 1963. Em um de seus últimos discursos, denominado “Adeus à Câmara”, lamentou por não poder participar das atividades legislativas, naquele que seria o “ano das reformas” por que se dedicara ao longo de sua atuação política. Meses depois, viu o Congresso aprovar e o presidente Jango sancionar seu principal projeto, que resultou no Estatuto do Trabalhador Rural.

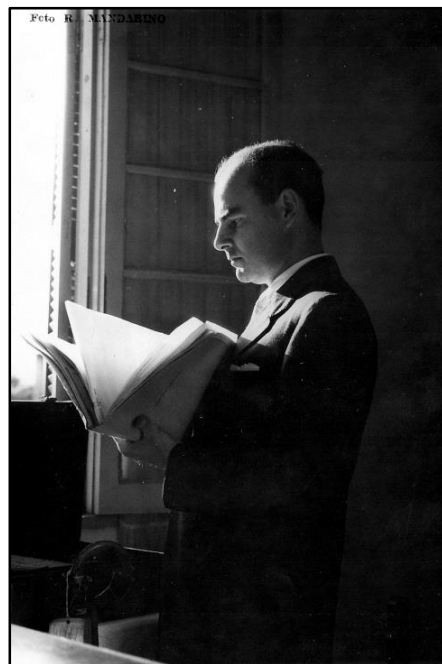
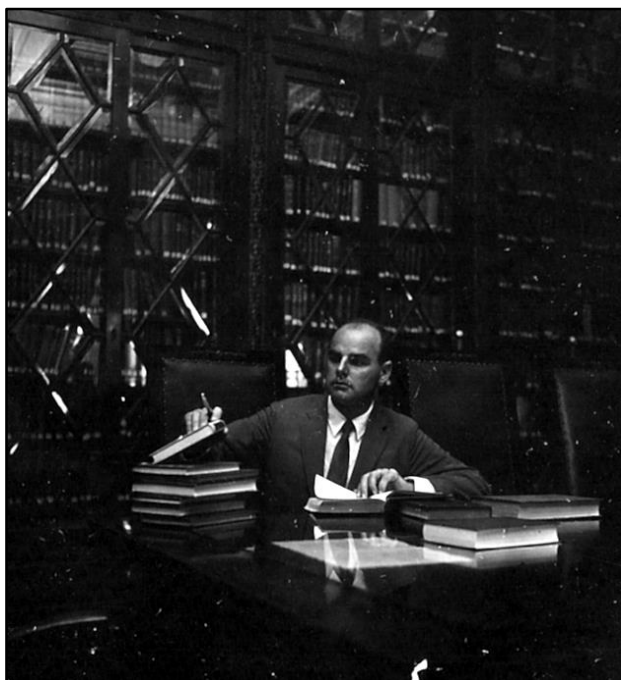
Em maio de 1963, Ferrari estava finalizando a publicação de mais um livro, esse para abordar seu trabalho pela implementação da legislação social ao trabalhador rural, o já referido *Escravos da Terra*. Também viajava pelo Rio Grande do Sul para auxiliar na criação de novos diretórios do MTR e para divulgar o recém aprovado Estatuto do Trabalhador Rural. Emiliano Limberger – admirador de Ferrari desde a constituinte estadual, ex-vereador do PTB em Santa Cruz do Sul – se tornara secretário do MTR de Porto Alegre e o acompanhava na caravana. Naqueles dias, Limberger ajudara nas fundações dos diretórios do MTR em Rio Pardo e em Santa Cruz, na sua região de atuação. Num desses roteiros, já sem a companhia de Limberger, quando viajava de avião de São Gabriel, na Fronteira, para Torres, no Litoral Norte, Ferrari, juntamente com o correligionário Ivan Coelho e com o piloto, foi vitimado fatalmente por um acidente aéreo na região serrana próxima a seu destino.⁶²⁴

⁶²¹ Derville Alegretti; Evaldo Pinto (verbetes). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

⁶²² Sebastião de Souza Néri (verbeta). DHBB. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

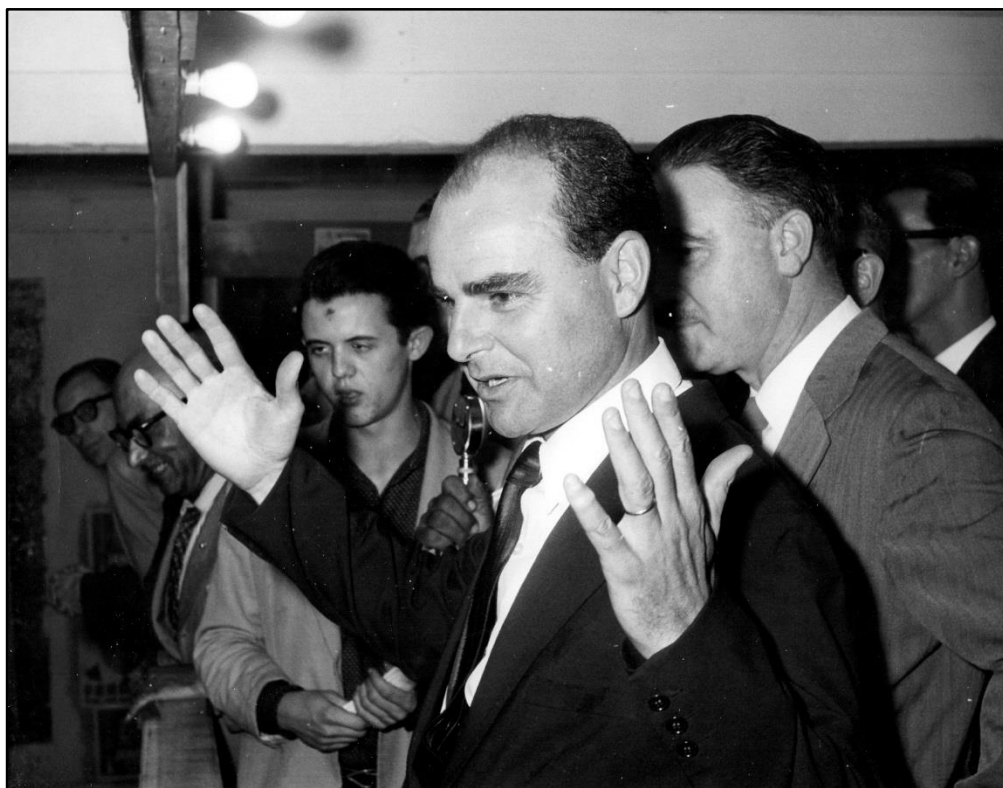
⁶²³ CÁNÉPA, 2005, p. 371; CORTÉS, 2007, p. 283. Ambos autores fazem análises das eleições da 1962 no Rio Grande do Sul.

⁶²⁴ Entrevista concedida por Emiliano Limberger a Carla Brandalise e a Maura Bombardelli. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Imagens referentes ao capítulo 5

Da esquerda para a direita: Ferrari na biblioteca da Câmara dos Deputados (1960) e em seu gabinete (1959), Rio de Janeiro/RJ.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Campanha das Mãos Limpas, São Paulo/SP, em março de 1960.

Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



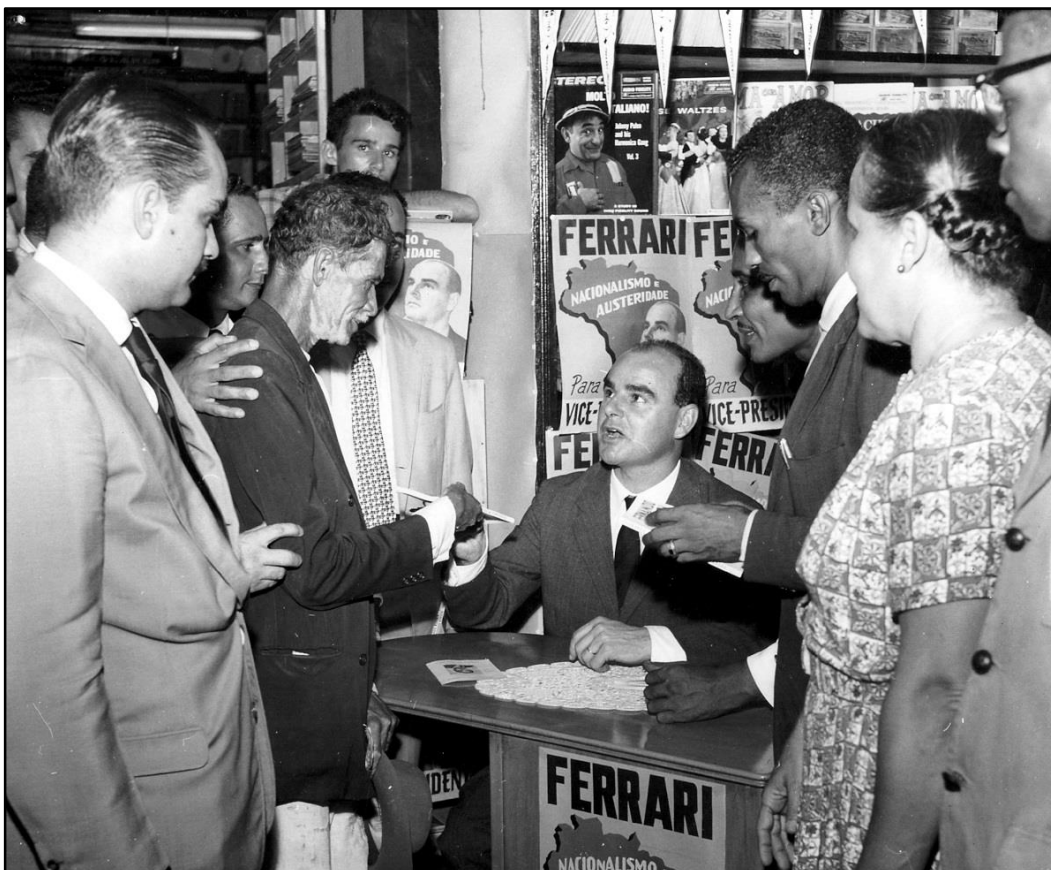
Ferrari e Loureiro da Silva em comício, Caxias do Sul, 24 de junho de 1960.

Fonte: ALRS/Memorial do Legislativo.



No mesmo evento mencionado acima, da esquerda para a direita: 1 - José Japur (coordenador da Campanha das Mãos Limpas em Santa Maria); 2 - Jauri de Oliveira; 7 - Fernando Ferrari; e 8 - Loureiro da Silva.

Fonte: ALRS/Memorial do Legislativo.



Distribuição do livro *Mensagem Renovadora*, Rio de Janeiro/RJ, em agosto de 1960.
 Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Comício de Ferrari na cidade de Goiânia/GO, em agosto de 1960.
 Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.



Campanha em Corinto/MG, em março de 1960.
Fonte: Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1945 a 1960, Ferrari integrou o Partido Trabalhista Brasileiro, o partido de massas hegemônico do período democrático de 1945 a 1964. No PTB, o político assumiu diversos papéis. Falar nas diferentes posições ocupadas por Ferrari na agremiação envolveu, de maneira paralela, abordar a própria dinâmica partidária do PTB, suas relações com os agentes políticos em disputa no campo e suas transformações no decurso do período estudado.

No alvorecer do partido, o jovem economista de formação católica optou por integrar os quadros da agremiação trabalhista. Entre os motivos observados para tal escolha estavam o viés anticomunista e o princípio de intervenção estatal na economia, defendidos por ele naquele momento. Além disso, a influência política do seu pai, a ligação com José Diogo Brochado da Rocha, e primeira experiência profissional na capital da República foram observadas como prováveis catalisadoras de sua projeção política.

Em seu primeiro mandato legislativo, ou seja, na atuação como deputado estadual entre 1947 e 1951, Ferrari falava em trabalhadores, não sendo observada a reflexão mais aprofundada acerca da doutrina de seu partido, o trabalhismo. Os trabalhadores de que falava pertenciam principalmente à sua classe profissional, a dos economistas. Ainda sobre sua atuação parlamentar, esse momento caracterizou-se pela diversidade de temas trazidos pelo político ao plenário, sem serem observados questionamentos, ou episódios de enfrentamento de Ferrari com seu partido.

De 1951 a 1954, Ferrari foi deputado do PTB e de Getúlio Vargas no parlamento federal. Destacou-se na defesa do partido e do governo Vargas, mas não escapou ao envolvimento, ainda que indireto, em disputas internas. É em meio a tais disputas e transformações no partido – que incluem, em maior escala, o falecimento de Vargas, e também a saída de Alberto Pasqualini da arena política e a cisão de José Diogo Brochado da Rocha com o PTB no Rio Grande do Sul – que Ferrari adquiriu status de liderança partidária, no mesmo momento em que houve a ascensão de João Goulart como chefe do partido. Tal soma de mudanças, alterou sobremaneira o espectro político e a fronteira do que era “dizível” no discurso político de Ferrari.

O período de 1955 a 1960 foi aquele em que Ferrari ganhou notoriedade no parlamento, assumindo a liderança da bancada do PTB e atuando na defesa das reformas e em favor do cumprimento do acordo PSD-PTB. Também se tornou o “deputado do homem do campo”, centrando sua atuação política nessa temática. Entrou em choque com a direção do

PTB, inicialmente numa disputa intrapartidária em que buscou alterar as regras do partido, com a reforma estatutária. Numa agremiação marcada pela centralização decisória e aniquilação de dissidências, foram os conteúdos do trabalhismo as principais armas com as quais Ferrari contou em sua luta política. Naquele contexto, passou a se referir à renovação do trabalhismo e a defender a necessidade de definições ideológicas no partido, elegendo Alberto Pasqualini como símbolo dessa renovação. Nesse sentido, buscou maximizar a dicotomia pragmático/programático, terminologia já utilizada na época, transformando a sua diferenciação em um recurso político para fazer frente ao domínio de Goulart no partido.

Nos anos de 1959 e 1960, com a fundação do MTR, a Campanha das Mãos Limpas e a candidatura à Vice-Presidência em 1960, Ferrari levou a disputa intrapartidária à apreciação dos eleitores utilizando uma série de argumentos no intuito de qualificar-se como aquele que estava mais apto a falar sobre trabalhismo, valendo-se, em boa parte, de seu capital pessoal como recurso legitimador. Nesse momento, para a conquista de dividendos eleitorais, não abriu mão do apoio de setores tradicionalmente opositores ao PTB.

Ao compor a trajetória de Ferrari no PTB, buscou-se, no decorrer do texto, ressaltar as “ausências”, ou seja, os aspectos buscados e não encontrados nas fontes. Qual era a relação entre Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini nos primeiros anos do partido? De que maneira as cisões anteriores do PTB, em especial a de seu padrinho José Diogo Brochado da Rocha, influenciaram na atuação política de Ferrari? Com relação a um momento pontual, como Ferrari se posicionou diante da crise política que levou ao suicídio de Vargas? São pontos para os quais não foram feitas considerações conclusivas no texto.

Tais ausências também compõem as autobiografias de Fernando Ferrari, as quais abordam os primeiros anos de sua atuação partidária de maneira muito breve, destacando o apego ao “trabalhismo ideológico” e a inspiração em Alberto Pasqualini como algo intrínseco em sua atuação política. As biografias do político, por sua vez, tendem a repetir o mesmo esquema apontado em suas autobiografias. Como buscou-se demonstrar nesse trabalho, tais associações apareceram nas fontes no período posterior ao falecimento de Vargas, integrando um esforço deliberado de Ferrari para fortalecer-se na luta política, uma luta simbólica cujo objetivo central de “fazer crer” que era o mais autorizado a falar em nome do trabalhismo.

Por fim, aspectos não buscados no início da pesquisa apareceram de maneira destacada nas fontes. Entre esses, salienta-se a regulamentação da profissão de economista, a ligação do político com outras regulamentações profissionais e sua relação com os estudantes, desde o

período em que atuou na Assembleia até quando esteve na Câmara e atuou pela federalização de universidades. Este último tema não está entre os que foram explorados neste trabalho.

O encerramento de uma análise de trajetória não precisa coincidir com o encerramento da vida do personagem estudado. Para respondermos às questões propostas neste trabalho, buscamos elucidar os tempos e os espaços de atuação de Ferrari até o momento em que ele fundou e passou a liderar o partido MTR, temática que pode ensejar novas pesquisas tendo Fernando Ferrari e o seu novo partido como objeto.

REFERÊNCIAS

1 ACERVOS E LOCAIS DE PESQUISA

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS).

Arquivo Pessoal de Fernando Ferrari (APFF). Disponibilizado pela família de Fernando Ferrari.

Correio do Povo (Porto Alegre). Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MCHJC).

Diário de Notícias (Porto Alegre). Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MCHJC).

Diário do Congresso Nacional (DCN). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

2 ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Entrevista*. Entrevistadores: Carla Brandalise, Marluza Marques Harres e Luis Alberto Grijó. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

BASTOS, Carlos. *Entrevista*. Entrevistadores: Carla Brandalise e Marluza Marques Harres. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

LIMBERGER, Emiliano. *Entrevista*. Entrevistadores: Carla Brandalise e Maura Bombardelli. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

CHAISE, Sereno. *Entrevista*. Entrevistadores: Carla Brandalise, Marluza M. Harres e Luis Alberto Grijó. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

SIMON, Pedro. *Entrevista*. Entrevistadores: Carla Brandalise, Marluza M. Harres e Luis Alberto Grijó. Porto Alegre: Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012.

SIMON, Pedro. Uma brilhante trajetória política cortada ao meio: depoimento de Pedro Simon. In: FERRARI FILHO, Fernando (Org.). *Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das Mãos Limpas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

3 PUBLICAÇÕES DA ÉPOCA

FERRARI, Fernando. *Escravos da Terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

_____. *Mas... E os Sinos Não Dobraram*. Santa Maria: Tipografia da escola de artes e ofícios da cooperativa dos empregados da V.F.R.G.S., 1943.

_____. *Mensagem Renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

_____. *Minha Campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

HEMINGWAY, Ernest (1940). *Por Quem os Sinos Dobram*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PASQUALINI, Alberto (1948). *Bases e sugestões para uma política social*. Santa Maria/Ivorá: Prefeitura Municipal de Ivorá; IPREMEC/UFSM, 1994. (Coleção Obras Completas, Volume 1)

PRESTES, Luiz Carlos. *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

4 ENCÍCLICAS PAPAIS

LEÃO XIII. *Rerum Novarum* (1891). Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 22 dez. 2014.

PIO XI. *Divini Redemptoris* (1937). Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PIO XI. *Quadragesimmo Anno* (1931). Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html>. Acesso em: 12 dez. 2014.

5 MEMÓRIAS, BIOGRAFIAS E COLETÂNEAS DE DISCURSOS:

BARBOSA, Cláudia Maria Ferrari. Fragmentos de Lembranças. In: FERRARI FILHO, Fernando (Org.). *Fernando Ferrari: ensaios sobre a vida e a obra do político das Mãos Limpas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis 2002.

DUTRA, Milton. *O Tabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Ed. Intermédio, 1986.

FERRARI FILHO, Fernando (Org.). *Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das Mãos Limpas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política. vol II. Consolidação Doutrinária e Atividade Partidária (1946-1950)*. Brasília: Senado Federal, 1994.

WAGNER, Carlos; PEREIRA, André. *Fernando Ferrari*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985. (Coleção esses gaúchos)

6 PERFIS PARLAMENTARES

BRAGA, Kenny et al. (Coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. 2. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. 628 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 8). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRAGA, Kenny et al. (Coord.). *João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013)*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. 256 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 6). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (Orgs.). *Fernando Ferrari: perfil biográfico, discursos no Parlamento Gaúcho e imagens (1947-1951)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. 544 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 12). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 10 mai. 2014.

7 PÁGINAS ELETRÔNICAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 11 out. 2014.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 12.12.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

O GLOBO. *Acervo Digital*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 jan. 2014

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

VATICANO. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 9-34, 1998.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BARBOSA, Marcelo Ferrari. *Fernando Ferrari no PTB (1945-1956)*. 2011. 81 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Nitetói, 2011.

BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. Trabalhismo X Trabalhismo: ideias-força da campanha de Fernando Ferrari à Vice-Presidência da República (1960). In: MATOS, Júlia Silveira; SANTOS JR., João Júlio dos; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Anais do II Seminário de História Política: olhares além das práticas*. Rio Grande: Pluscom, 2011, p. 639-663. Disponível em: <https://gthistoriapolitica.files.wordpress.com/2011/06/anais_eletrc3b4nicos_shp1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BOURDIEU, Pierre (1979). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

_____. (1989). *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. (1986). A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Ediunioeste, 2010.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. v. 10.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. História Política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, p. 161-166, 1996.

_____. Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-143. (O Brasil Republicano, v. 2).

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: Participação do Partido de Representação Popular (PRP) na construção de alianças políticas nas eleições estaduais de 1958 e 1962*. Porto Alegre: Editora Animal, 2014. 184 p.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

CORTÉS, Carlos E. (1974). *Política Gaúcha (1930-1964)*. Tradução de Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 323 p. Título original: *Gaúcho Politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)*.

COSTA, Marcelo Timotheo da. *Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JEC)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Série Fundamentos)

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

_____. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, p. 19-29, 1995.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz, feijão, discos e livros: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. v. 1.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: A atuação parlamentar de Leonel Brizola*. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2013/06/Dissertação-Vinícius-dos-Santos-Fernandes1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46. (O Brasil Republicano; v. 3)

_____. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342. (O Brasil Republicano; v. 3)

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. (1988). *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Nas Malhas do feitiço: o Historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 121-128, 1998.

_____. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 133-160.

_____. Política: História, Ciência, Cultura, etc. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. 1998. 250 f. Dissertação (Mestrado) –UFRGS, Porto Alegre, 1998.

_____. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 83-99. (As Esquerdas no Brasil; v. 2)

_____. Biografia, pra quê? In: CORADINI, Odaci Luiz. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

_____. Os soldados de Deus: religião e política na Faculdade de Direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p.279-298, 2012.

GRILL, Igor Gastal. *Parentescos, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. 455 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 73-90, out. 1990.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v. 3)

HIPPOLITO, Lucia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350/3801>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

JALFIM, Anete. Elementos para o Estudo da Agroindústria Vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio-grandense. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1419/1784>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

JOBIM, André Vinicius Mossate. *Os Ferroviários e o Trabalhismo: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria*. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia em Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/IUPERJ, 1991.

LEAL, Carlos Eduardo. Movimento Trabalhista Renovador. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 3989-3990. v. 4.

LEMOS, Renato. Fernando Ferrari. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2151-2153. v. 2.

LEVI, Darrel E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, v. 2)

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Lorena Madruga. *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação*. 2011. 363 f. Tese (Doutorado) – PPG Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NOLL, Maria Isabel; TRINDADE, Hélgio (Orgs.). *Estatísticas Eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2001.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre*, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Nely. *Os meios de comunicação em Santa Maria*. Santa Maria: Viação Férrea, 1979.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário Católico no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003. (Ciência História)

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. 2003. 462 f. Tese (Doutorado) – PPG Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalhismo e questão agrária: introdução ao estudo do pensamento político de Fernando Ferrari. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, set. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

_____. Trabalhismo, reforma agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 1, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

_____. O Ideário Trabalhista na concepção de Fernando Ferrari. In: MATOS, Júlia Silveira; SANTOS JR., João Júlio dos; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Anais do II Seminário de História Política: olhares além das práticas*. Rio Grande: Pluscom Editora, 2011, p. 785-802. Disponível em: <http://gthistoriapolitica.files.wordpress.com/2011/06/anais_eletrc3b4nicos_shp1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SKIDMORE, Thomas (1975). *O Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política no RS*. Dissertação (Mestrado) – Área de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.